

VALDEMIR MIOTELLO

**A CONSTRUÇÃO TURBULENTA
DAS HEGEMONIAS
DISCURSIVAS**

O DISCURSO NEOLIBERAL E SEUS CONFRONTOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP

INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM – IEL

2001

VALDEMIR MIOTELLO

A CONSTRUÇÃO TURBULENTA DAS HEGEMONIAS DISCURSIVAS

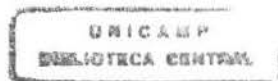
O DISCURSO NEOLIBERAL E SEUS CONFRONTOS

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de
Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da
Universidade Estadual de Campinas, como requisito
parcial para a obtenção do título de Doutor em
Lingüística.

ORIENTADOR: DR. JOÃO WANDERLEY GERALDI

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM – IEL**

2001



**UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SECÃO CIRCULANTE**

888107000

UNIDADE Be
N.º CHAMADA:
T/ UNICAMP
M669c
V. _____ Et. _____
TOMBO BC/ 44498
PROC. 16-392101
C D
PREÇO R\$ 11,00
DATA 16/05/01
N.º CPD _____

4

CM-00155209-9

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

Miotello, Valdemir

M669c

A construção turbulenta das hegemonias discursivas: O discurso neoliberal e seus confrontos / Valdemir Miotello. - - Campinas, SP: [s.n], 2001.

Orientador: Dr. João Wanderley Geraldi

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem

1. Discurso. 2. Conflitos sociais - Brasil. 3. Subjetividade – Aspectos sociais. I. Geraldi, João Wanderley. II Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título

A produção das idéias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real.

Marx e Engels

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Wanderley Geraldi

Prof. Dr. Milton do Nascimento

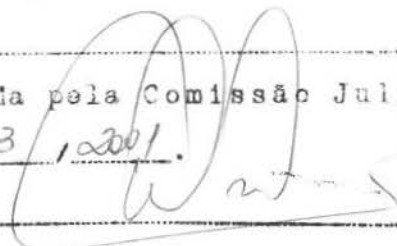
Prof^a. Dr^a. Rosa Maria Bueno Fischer

Prof^a. Dr^a. Maria Irma Hadler Coudry

Prof. Dr. Jonas de Araújo Romualdo

Este exemplar e a redação final da tese
defendida por Valdemir Miotello

e aprovada pela Comissão Julgadora em
15,03,2001.



DEDICATÓRIA

**Este trabalho é dedicado inteiramente, e de
coração e mente,**

- **à BEL,**
- **ao AMARO**
- **e ao RODRIGO.**

AGRADECIMENTOS

- À Bel, ao Amaro e ao Rodrigo, por terem sido compreensíveis nesse tempo de estudos intensos e humores variados;
- Aos meus pais, meus irmãos e seus cônjuges e filhos, e também à minha sogra e meus cunhados/cunhadas e filhos, por torcerem e acreditarem nesse trabalho;
- Aos meus colegas de Departamento da Universidade Federal de Rondônia, por sua generosidade em me liberar para cursar o doutorado e por renderem algumas de minhas tarefas nesse tempo, principalmente a sala de aula;
- Aos meus professores na UNICAMP – Ilari, Franchi, Sírio, Ingedore, Tânia, Bernadete, Malú, Geraldi e Márcio – por me obrigarem a avançar sempre mais;
- Aos colegas da UNIR e da UNICAMP, pois foram sempre desafiadores em suas exigências e pródigos nas trocas;
- Ao meu orientador e sua família, por terem me abrigado em sua casa, como hóspede, e em seu coração, como amigo;
- À CAPES/PICD, pela bolsa concedida.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Capítulo I – A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DO HOMEM	25
Introduzindo algumas idéias	25
Operando com imperativos ideológicos complexos	55
A questão da Ideologia	60
O discurso ideológico do capitalismo global	74
Globalização e produção da subjetividade	99
Capítulo II – A QUESTÃO DA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO	109
A noção complexa da subjetividade	112
Aprofundando as propostas de Bakhtin	119
O outro como constitutivo do sujeito	129
A linguagem como constitutiva do locutor e do interlocutor	136
Caracterização do sujeito bakhtiniano	140
Para introduzir novas questões	147
Capítulo III – O “MUNDO NOVO” INVADE A LINGUAGEM DO COTIDIANO	163
Retratos com horizontes amplos	177
Globalização – os protestos contra a OMC	178
Globalização – Objeto de explicação e convencimento	195
Globalização – Problemas e metáforas	202
Globalização: turbulência à vista	202
Globalização: A luta com o localismo	212
Globalização: Placebo e panacéia	217

Retratos com horizontes restritos	221
Luta discursiva a partir das organizações sociais	221
Localismo: O imaginário do espaço comum	257
PROGRAMA DE ESTUDOS	264
BIBLIOGRAFIA	269
ANEXOS 1	282
ANEXOS 2	308

RESUMO

Partindo do pressuposto de que há um discurso em circulação na sociedade que indica que estamos vivendo um “*Mundo Novo*”, este trabalho tem como eixo a análise deste discurso, que se apresenta e representa como homogêneo e retilíneo. Servindo-se de autores que tratam exaustivamente deste tema, como Alvin Toffler, Domenico De Masi e Darcy Ribeiro, apontam-se as condições de produção e a carga ideológica presentes nessa construção discursiva instaladora de hegemonia que se apresenta homogênea e única. A presença de um discurso novo exige a constituição de um sujeito também novo, processo aqui estudado a partir dos conceitos elaborados por Bakhtin, principalmente sua proposta de um sujeito fundado na alteridade e constituído pela linguagem em uso. Tendo em vista que tanto a linguagem quanto o sujeito se fundam no jogo que se dá entre a base material da organização social, fruto do trabalho humano, e sua sistematização ideológica, resultado da interação social, analisa-se o conteúdo de discursos que refletem a ideologia estabilizada e oficial – os que tratam da globalização e do neoliberalismo - e o conteúdo de discursos que refletem a ideologia instável e não-oficial – os de um movimento social organizado, MST - que vive no enfrentamento direto dos postulados e da prática neoliberal, em contexto local, e aqueles que emergem nas manifestações de protestos durante reuniões de líderes e dirigentes mundiais, e por isso ecoam nos meios de comunicação social, universalizando a circulação de seus dizeres concretamente locais, porque proferidos nos lugares em que se dão tais reuniões. Nesse complexo jogo social se busca, em última instância, analisar como se dá a relação entre linguagem, ideologia e sociedade, e como os discursos antagônicos se interpenetram e são constitutivos um do outro.

PALAVRAS-CHAVE:

1. Discurso. 2. Conflitos sociais – Brasil. 3. Subjetividade – aspectos sociais.

INTRODUÇÃO

Um “*Mundo Novo*” parece estar se materializando diante de nossos olhos. Não estamos apenas virando mais uma página da história, nessa passagem de século, mas estamos entrando, segundo alguns, em um novo processo civilizatório. As formas de produção se modificam rapidamente, a tecnologia se desenvolve de modo célere e é utilizada e incorporada em novas descobertas, e o conjunto de determinações sociais se apresenta como divergente das épocas anteriores. E quando se trata de produção, da base material da sociedade, está se tratando é da constituição de indivíduos sociais. E duas direções se nos apresentam como circulares nessa análise: analisar como se dá a construção de indivíduos, de sujeitos constituídos em grupos organizados, e como os indivíduos se organizam em suas atividades sociais para determinar a produção de sua base econômica, admitindo-se que essa organiza a sociedade.

Circulam, nos últimos tempos, diversos discursos, em bibliografia de intelectuais, de pesquisadores e de divulgadores sociais da ciência, tratando da composição dessa nova sociedade em constituição. Esses discursos são de caráter ensaístico, por um lado, com base em diversificada referência nos escritos de ciências sociais, e profético por outro, tomando como referência fatos novos

que estão se dando no movimento dos grupos humanos e na produção de novas tecnologias. Revisam e reorganizam nossa visão de passado, para fundamentar uma visada de futuro, seja na construção do modo de ser da civilização, seja no sentido próprio de constituição da subjetividade. Refiro-me especificamente a autores como Alvin Toffler e Domenico De Masi, cujos discursos circulam mundialmente, seja por seus livros, seja pelas inúmeras palestras e conferências ministradas pelos quatro cantos do mundo, e também a Darcy Ribeiro, pensador nacional, cujas idéias a respeito do homem e da cultura são levadas muito a sério no meio da comunidade acadêmica mundial, por ser produzida de dentro da ótica terceiro-mundista, e, portanto, da exclusão social. Seus pontos de partida para a análise da história da civilização são diversos, e nos defrontaremos tanto com a tecnologia construindo um novo arranjo social, quanto com o trabalho humano na base dessas incontáveis mudanças estruturais.

Ao estudar esses discursos, percebe-se que todos afirmam um discurso homogêneo, retilíneo, desvelando suas certezas em um mundo que se faz diferente de todas as épocas e civilizações anteriores, mas igual modernamente na sua amplitude máxima, atingindo todas as regiões do planeta sob o efeito da civilização globalizada. Há um discurso uniforme, hegemônico, defendendo a existência de uma sociedade mundial em forma de aldeia econômica, pela disseminação exacerbada e dominante da produção capitalista, com forte concentração de capital na execução e no consumo de bens, e este discurso elogia a diferença, que pode se dar tanto na produção quanto no consumo de bens. Diferença essa intimamente ligada às possibilidades oferecidas pela tecnologia que se serve de programas computacionais, para oferecer acesso a uma infinidade de produtos, absurdamente personalizados.

De verdade, o que se está tratando, em última instância, é da produção da subjetividade, que se torna uniforme no sustento do capitalismo pelo consumo máximo, e disforme nas coisas que consome, pela variedade possível da oferta.

Dito dessa maneira, parece que estamos realmente entrando na era futura das promessas do Paraíso Terrestre, mito máximo cultuado há milênios pelo Ocidente, tanto nas suas vivências alimentadas pela religião, quanto nos sonhos vendidos modernamente pelo capitalismo. E com isso fica escamoteado, pela produção de discursos hegemônicos, o fato de que a humanidade vive estágios diferentes de desenvolvimento social e de instalação de suas bases materiais, ao mesmo tempo em que, dentro de cada agrupamento humano organizado, os indivíduos se achem separados por interesses contraditórios; e, conquanto, um pequeno grupo se inclua nesse mundo farto de bens e qualidade de vida, a maioria se vê excluída dessa fartura em mesa tão reduzida em número de comensais. Mas o discurso, eivado da ideologia dos que mantêm acesso privado ao patrimônio comum de toda a humanidade, se dissemina por todas as camadas sociais, e dá conta de, jogando com as palavras, manter essa ordem das coisas permanentemente igual.

Os discursos hegemônicos já foram fartamente produzidos no decorrer da história ocidental, todos se compondo enquanto discursos fundadores, que trabalham com os mais profundos mitos construídos no passado; está aí ainda em vigor, por exemplo, o discurso religioso cristão, produzido e sistematizado no decorrer dos últimos vinte séculos, para provar que é possível esconder as agruras dos excluídos com promessas idealistas; a vida real devia se constituir de privações e penitências, apagando-se a relação do indivíduo com seu corpo e as realidades materiais, e antepondo o céu enquanto garantia de igualdade para as diferenças havidas na vida terrena. Pode-se, ainda, visar o discurso político, produzido e levado adiante pelo Estado, nos últimos três séculos, como prova de que a força dos sistemas ideológicos oficiais se sobrepõe e resiste, com todas as artimanhas amealhadas pelo poder da força e pela força do poder, a qualquer manobra popular de quebra da uniformidade discursiva dos dominantes; nesse discurso apagou-se o sujeito em detrimento do cidadão, uma macro-construção moderna da subjetividade, com iguais direitos e deveres, garantindo-se assim um

sentido jurídico para o sumiço das diferenças. Não bastassem esses exemplos, e ainda poderíamos nos ater ao discurso dominante e avassalador produzido e veiculado muito mais amplamente pelo mundo do industrialismo e seu serviçal-mor – o comércio, quando ideologicamente se construiu um indivíduo prometido igual no consumo e nas oportunidades, mas ocultando-se a exploração da mão-de-obra e as diferenças na qualidade de vida pelas promessas nunca cumpridas da universalização do trabalho e satisfação das necessidades.

Poderosos, os discursos! Eles quase sempre dão conta de apagar diferenças fundamentais entre sujeitos e classes sociais; de sumir e de distorcer com a visão concreta do corpo; de subverter as subjetividades constituídas e reformatá-las de acordo com os interesses maiores dos dominantes; disfarçam o lucro e a exploração; escondem a importância social dos modos de produção. E não realizam essa obra hercúlea enfrentando tais concepções à luz do dia, mas fazem isso velando a realidade e construindo consciências subalternizadas e caudatárias de seus interesses.

Enfrentar tal hegemonia discursiva, que se serve de todos os instrumentos necessários para a sua manutenção, e apresentar a ela outras palavras carregadas de novos sentidos, é tarefa não para os discursos fundadores e explicadores, que tomam seu fundamento nas concepções do passado apenas, e reverberam suas próprias vozes, mas para os discursos formadores, que olham para o futuro, para o “*por-vir*”, no dizer de Bakhtin, e traçam seu roteiro sobre o aprendizado passado, contando com o que ele conceitua como “*memória do passado*”, em junção com os destinos visualizados pela “*memória do futuro*”.

Daí porque esse trabalho vai se fundamentar nas concepções elaboradas por Mikhail Bakhtin para o enfrentamento de outras hegemonias discursivas, no seu tempo e na sua situação social própria, e procurar discutir, sob a ótica de seus pressupostos, como vem se dando a relação entre sociedade, ideologia e discurso, e como é possível elaborar discursivamente novos sujeitos e nova

linguagem, a partir do esforço conjunto de elaboração de novas bases materiais que vão se colocando no mundo contemporâneo.

No primeiro capítulo do presente trabalho, detenho-me a aprofundar e construir a visão de mundo passada pelos discursos disponíveis nos autores citados anteriormente, e procuro estabelecer alguns férteis e questionadores pontos de contato e algumas “*contrapalavras*” produzidas tanto na imprensa, principalmente no jornal Folha de São Paulo, quanto em outros veículos de circulação de discursos, especialmente na Internet. Essas são as condições mais amplas de produção e circulação no universo discursivo. E faço essa trajetória de análise principalmente por me ater às regras metodológicas proposta por Bakhtin (1929:44) para compreensão da produção e circulação dos signos, uma vez que eles “*são condicionados tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece*”. Como primeira regra para essa abordagem, o autor estabelece: “*Não separar a ideologia da realidade material do signo (colocando-a no campo da ‘consciência’ ou em qualquer outra esfera fugidia e indefinível)*”. Dessa forma, importa construir uma leitura histórica da sociedade nos seus aspectos mais amplos, uma vez que a base material implantada nesse grupo organizado é que vai se encarregar de ditar os caminhos possíveis de instalação dos signos, enquanto material concreto de elaboração do humano do homem, de sua consciência. Como segunda regra metodológica, Bakhtin propõe: “*Não dissociar o signo das formas concretas da comunicação social (entendendo-se que o signo faz parte de um sistema de comunicação social organizada e que não tem existência fora desse sistema, a não ser como objeto físico)*”. Resultou dessa regra a necessidade de afunilar a leitura da realidade para um conjunto comunicativo organizado, como o brasileiro, e para o período atual, pois somente esse grupo, girando sua vida material ao redor de *construtos* simbólicos específicos e estabelecendo relação comunicativa mais direta e eficiente pode produzir material ideológico e, dessa forma, constituir subjetividades bem definidas

discursivamente. Circula um discurso formador desse grupo social, e ele recebe sua energia ideológica da realidade material, ventilando-o na sociedade pelas relações comunicativas estabelecidas. E como terceira regra metodológica Bakhtin afirma: “*Não dissociar a comunicação e suas formas de sua base material (infra-estrutura)*”. Se há um discurso hegemônico circulante, é preciso buscar sua “*força espiritual*”, no dizer de Marx, na infra-estrutura daquela sociedade, no modo como ela estabelece sua produção material, e não nas vontades subjetivas ou nas construções dadas ao acaso. Esses discursos são captados, incensados, festejados e amplificados pelos meios midiáticos, que se encarregam não só em divulgar notícias e instalar consumo, mas modelizam e constituem acontecimentos e subjetividades.

Donde é permitido pensar que o “*Mundo Novo*”, resultado da construção e circulação de sentidos de afirmação de um mundo globalizado, também se ancora em um projeto de base mítica, assegurado pela força produtiva e discursiva da própria tecnologia, tornada elemento material de base, assim como o mito da ciência alimentou o industrialismo, e os mitos religiosos alimentaram todas as concepções de existência terrena e celestial da Idade Média. E esse projeto, levado despoticamente à frente tanto pelos que se beneficiam dele quanto pelos meios de comunicação, induz, desde que se admita a constituição do sujeito pela intermediação das atividades discursivas que instituem signos e transportam ideologias, à construção de uma subjetividade à “*sua imagem e semelhança*”.

Dessa forma, vamos discutir, no segundo capítulo, as questões referentes à constituição do sujeito pelo seu encontro com o mundo dos signos e, especialmente dentre esses, com os signos lingüísticos, que carregam em si os estoques de sentidos produzidos pelas interações, e que se atualizam em cada encontro comunicativo humano. A necessidade do Outro, enquanto o outro diferente, na constituição da comunidade comunicativa e dos indivíduos interagentes, será reforçada pelas concepções bakhtinianas de subjetividade e

linguagem. O social ganha primazia sobre o individual, e o exterior antecede e se sobrepõe ao interior, onde estão a consciência, o psiquismo individual e o discurso interior.

Finalmente, no terceiro capítulo, há uma necessidade de voltar o trabalho para o discurso produzido por sujeitos concretos, na tentativa, certamente pretensiosa, de perceber se esses sujeitos fazem circular esses discursos hegemônicos, quando solicitados a apresentarem um conjunto de palavras com as quais descreveriam o mundo em que vivem, associando-se consciente ou inconscientemente, às ideologias que fundamentam e sustentam as concepções de que estamos vivendo em um “*Mundo Novo*”, o mundo globalizado, o mundo das tecnologias virtuais. Como os informantes são, em sua maioria, formadores de opinião, acredita-se que eles deverão perceber que, apesar da torrente produtora de um discurso uniforme de mundo monolítico, há uma manutenção disforme do real, com um pequeno número de pessoas incluídas nesse mundo real, e uma imensa maioria, na imensa maioria dos países, excluídas. A tecnologia que produz a globalização pode ser virtual, mas o capitalismo continua real e o capital continua em mãos de poucos. Vamos procurar ler esse real a partir do conjunto de palavras, utilizando a metodologia indiciária, e dissecando os pequenos detalhes postos à disposição na leitura, pelos informantes, dos discursos atuais postos em circulação.

Utilizando, dessa forma, o conjunto de palavras oferecido pelos informantes como uma chave de leitura de discursos circulantes, busco compreender como se dá a relação entre discurso, ideologia e sociedade, a partir de dois eixos discursivos centrais: a) o primeiro toma como fulcro o horizonte social mais amplo, e se dá ao redor da palavra “*globalização*”; b) o segundo congrega as palavras chaves que tratam do horizonte social mais restrito, e se dá ao redor da palavra “*localismo*”.

O discurso centrado na defesa e divulgação da ideologia da globalização tem sua base material ancorada nos instrumentos de produção, tecnologizados, e não mais nas relações de produção. Esta organização social produz sujeitos excluídos, em sua maioria, e jogados à margem do emprego e do consumo; e, por isso, o discurso deve se revelar monolítico e uno, disfarçando o jogo do poder, e insistindo na uniformidade na tentativa de dar conta de explicar e satisfazer apenas diferenças individuais, reduzindo a estas o que de fato são desigualdades social e historicamente constituídas. Não é o consumo que nos uniformiza, mas antes o discurso produzido e reproduzido pelo saber, aliado ao ter. Dessa forma, o saber e o ter se revelam os genitores do poder, endeusando os instrumentos de produção, fundamento do mundo da globalização, e o consumo enquanto expressão da uniformização de atitudes, objetivo maior desse “*Mundo Novo*”. Essa análise toma como objeto o discurso, divulgado pela imprensa, a respeito do enfrentamento, pelos manifestantes contra a globalização, que se dá por ocasião das Reuniões e Conferências Mundiais da Organização Mundial do Comércio.

Já o discurso produzido no âmbito do localismo revela sua filiação, por parte dos que detém o poder, ao discurso de horizonte mais amplo, assumindo o esforço de implantação, no interior do País, dos pressupostos emanados da globalização. O modelo político de mundo, consumido enquanto matriz de organização, se impõe como forma de ação governamental. As reações são diversas, e, na análise, vamos nos concentrar nas contrapalavras desmascaradoras desse discurso uníssono e subalternizador, nas atividades discursivas produzidas em torno da defesa das ações de um movimento social organizado: o Movimento dos Sem-Terra.

Essa análise utiliza documentos divulgados pelo MST e pelo noticiário de jornal, para montar uma compreensão das relações intrincadas e antagônicas entre os governantes e seus aliados e um movimento que congrega indivíduos trabalhadores que não detêm a propriedade de bens de produção, mas que

estabelecem uma escalada de “*conflitos*” para chegar a isso, o que poderia quebrar o “*modelo político*” aqui implantado e assegurado no decorrer de toda a história da construção do País, e colocaria em seu lugar um outro “*modelo político*”, o defendido pelo MST. Esses discursos convivem, se interpenetram, e mantêm uma relação indispensável. Como Bakhtin, diríamos que há uma relação “*polifônica*”, “*interdiscursiva*”. Mas certamente é uma relação desafinada, à imagem e semelhança do arranjo social que o produz. Por isso a construção das atuais hegemonias discursivas é “*turbulenta*”, pois uma revolução silenciosa grita sua exclusão nesse “*Mundo Novo*”, apontando outra direção possível.

CAPÍTULO I

CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DO HOMEM

Na primeira noite/ Eles se aproximam/ Colhem uma flor de nosso jardim/
E não dizemos nada. Na segunda noite, já não se escondem:/ Pisam as
flores/Matam nosso cão/ E não dizemos nada. Até que um dia/ O mais
frágil deles/Entra sozinho em nossa casa,/ Rouba-nos a lua e,
Conhecendo nosso medo,/ Arranca-nos a voz da garganta. E porque não
dissemos nada,/ Já não podemos dizer nada.

Maiakóvsky

INTRODUZINDO ALGUMAS IDÉIAS

É nessa mesma ordem que se desenvolve a evolução real da língua: as
relações sociais evoluem (em função das infra-estruturas), depois a
comunicação e a interação verbais evoluem no quadro das relações
sociais, as formas dos atos de fala evoluem em consequência da
interação verbal, e o processo de evolução reflete-se, enfim, na mudança
das formas da língua.

Mikhail M. Bakhtin.

Muito se ouve ou se lê nos dias atuais que estamos vivendo uma nova era, um “*Mundo Novo*”¹. Há, de fato, um discurso circulando na sociedade, tanto com entonação profética quanto de caráter ensaístico, presente em bibliografia de pesquisadores, intelectuais e divulgadores, afirmando a existência de uma nova sociedade, que veio suceder o mundo industrial. Desde que Aldous Huxley escreveu “*O Admirável Mundo Novo*” parece que entramos mesmo na órbita desse admirável mundo futuro se dando no presente da existência de nossa geração. No século XX a humanidade se viu diante de várias oportunidades em que imaginava entrar nesse “*Mundo Novo*”, como, por exemplo, ao término da I Grande Guerra, e depois ao término da II Grande Guerra, saindo diretamente dos infernos e dos horrores da violência e da morte; a bem da verdade, a cada dia alguém defende que entramos em uma Nova Era, que um “*Mundo Novo*” está se instalando, que um Novo Homem e uma Nova Mulher estão surgindo dos escombros de velhas pessoas e velhos mundos. Pois sempre o “*Mundo Novo*” está em oposição ao Velho Mundo², e o Novo Homem e Nova Mulher em oposição a velhas posturas e comportamentos. Mas como avaliar a mudança para entender se essa mudança se trata apenas daquela mudança cotidiana e normal, ou é mesmo uma mudança de processo civilizatório? Isso é, a história apenas anda ou pode dar saltos? E como saber se tal mudança não passa de mero discurso?

Os pesquisadores sociais, para avaliar essa possível mudança, privilegiam os conteúdos tecnológicos, de modo que aceitam sua determinação sobre os

¹ Essa imagem do “*Mundo Novo*” é muito antiga. Parece que a cada vez que o homem se defronta com uma região diferente, ou mesmo uma realidade diferente da que vive, ele a caracteriza como sendo um “*Mundo Novo*”, principalmente se sua realidade é tida como difícil em relação a seus sonhos. A descoberta da América estimulou na Europa o desenvolvimento desse mito fundador. Bastaria ler a clássica obra “*Visão do Paraíso*”, de Sérgio Buarque de Holanda, para entrar em contato com a construção desse mito no período do achamento do Brasil.

² Basta lembrar o período do descobrimento das Américas, e tomar conhecimento dos discursos que encontraram sua fundamentação nessa oposição entre o Velho Mundo Europeu e o Novo Mundo Americano que se dava a conhecer, e que recebia em si as profecias do Paraíso, as realizações de promessas de vida feliz etc...

conteúdos sociais e ideológicos, mesmo que trabalhem suas conexões necessárias. Quero, nesse trabalho, sem me contrapor aos conteúdos tecnológicos, analisar a determinação dos imperativos ideológicos, entendidos como complexos materiais, sobre os complexos tecnológicos e sociais, entendendo que, mesmo que se estabeleçam relações complexas e necessariamente humanas entre eles, a instalação de novas compreensões ideológicas é que produz novas leituras e arranjos sociais e tecnológicos, em relações dialéticas.

Darcy Ribeiro³ nota que as sociedades humanas, ao longo dos períodos, experimentaram dois processos simultâneos e mutuamente complementares de autotransformação, sendo que um deles foi responsável pela diversificação, enquanto que o outro foi responsável pela homogeneização das culturas. O processo diversificador é o que responde pela possibilidade de os humanos se adaptarem ao ambiente em que estão inseridos⁴, produzindo uma convivência ecológica, a cada grupo particular, mas apenas significativas se se referirem às formas gerais de convivência e adaptação humanas. Já o processo integrador e homogeneizador trata das mudanças socioculturais enquadráveis em estruturas uniformes, oferecidas já pela própria natureza ecológica e contingenciadas pela natureza humana⁵. E o autor encerra esse raciocínio afirmando que um outro imperativo fecha esse quadro, o imperativo de natureza propriamente cultural, de

³ Ribeiro trata dessa visão em seu livro *O Processo Civilizatório*.

⁴ Lewis Morgan, em *Ancient Society, or Researches in the lines of Human Progress from Savagery through Barbarism to Civilization*, utilizado por Engels em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, faz uma análise materialista da história, sistematizando as formas primitivas da família e baseando-se na idéia de que as rupturas culturais e sociais estavam ligadas aos fenômenos econômicos. Estudo interessante e base dos estudos posteriores sobre o tema, Morgan defende que a dispersão foi possível quando o homem dominou o fogo e pôde, com isso, alimentar-se de peixes, pois isso o tornou independente do clima e da localidade, podendo, dessa forma, espalhar-se sobre a maior parte da superfície terrestre. Tal tarefa foi complementada com o domínio do arco e da flecha, um instrumento já bastante complexo e cuja invenção pressupõe larga experiência acumulada e faculdades mentais desenvolvidas, assim como o conhecimento simultâneo de diversas outras invenções (Engels, p. 21-23).

⁵ Quanto aos contingenciamentos oferecidos pela natureza humana, Ribeiro, em sua obra citada, se refere especificamente a três deles: a) os decorrentes da estrutura biológica humana; b) os decorrentes da vida associativa; c) os decorrentes da natureza psicológica.

natureza simbólica, que faz com que a vida social seja enquadrada dentro da herança cultural, transmitida de geração a geração de forma cumulativa, resultando no fenômeno humano em toda a sua variedade⁶.

Nessa mesma linha de pensamento trabalha o pensador norte-americano Alvin Toffler⁷. Seu livro *A Terceira Onda* trata praticamente destas mesmas questões postas por Ribeiro, sendo que ele encaixa os últimos dez mil anos dentro de três processos civilizatórios apenas, que ele chama de ondas, visto que se difundem como ondas em um lago em repouso sobre o qual se jogou uma pedra, de modo que essa onda parte do ponto de impacto até atingir todas as bordas, mesmo que em tempos diferentes. Quase nada ele aborda da Primeira Onda, e detém sua análise mais especificamente na Segunda e, principalmente, na Terceira Onda. Vamos seguir o esquema proposto por Toffler.

A Primeira Onda foi provocada há 10.000 anos aproximadamente, quando os povos da Mesopotâmia e do Egito congregaram tecnologia para produzir a agricultura, dando origem à Revolução Agrícola. Para chegar a esse ponto, precisaram percorrer um longo e difícil caminho, que durou uns oitenta milhões de anos. Basta atentar para alguns dados trazidos por De Masi⁸ para se perceber isso: precisamos aprender a caminhar eretos para poder ver a caça já que nosso olfato não permitia segui-la; liberamos as mãos para a utilização de instrumentos

⁶ Ribeiro analisa toda a história humana da produção tecnológica dos últimos dez mil anos a partir de um quadro que comporta oito revoluções tecnológicas (Agrícola; Urbana; do Regadio; Metalúrgica; Pastoril; Mercantil; Industrial; Termonuclear) e treze processos civilizatórios gerais (Revolução Agrícola; Expansão Pastoril; Revolução Urbana; Expansão Escravista; Segunda Expansão pastoril; Revolução do Regadio; Revolução Metalúrgica; Revolução Pastoril; Revolução Mercantil; Expansão Capitalista; Revolução Industrial; Expansão Socialista; Revolução Termonuclear). Por Revolução Tecnológica indica “que a certas transformações prodigiosas no equipamento de ação humana sobre a natureza, ou de ação bélica, correspondem alterações qualitativas em todo o modo de ser das sociedades, que nos obrigam a tratá-las como categorias novas dentro de um continuum da evolução sociocultural” (op.cit.:20); por processo civilizatório o autor entende a invenção original ou reiterada de uma invenção se propagando “sobre diversos contextos socioculturais e sua aplicação a diferentes setores produtivos” (id.ib.:21).

⁷ Toffler escreveu três livros marcantes para o pensamento mundial nessas últimas décadas: *O Choque do futuro* (1970); *A Terceira Onda* (1980); *Powershift* (1990).

⁸ Domenico De Masi é um sociólogo italiano que produziu obras como *A Emoção e a Regra*, *O Futuro do Trabalho* e *O Ócio Criativo*. Nesse trabalho estou utilizando especificamente as duas últimas obras do autor.

que fomos aprendendo a construir; inventamos o arco e a flecha para substituir os outros instrumentos na caça, como a machadinha e a lança, visto que essas se perdiam quando lançadas, enquanto que aquele se mantinha reutilizável, mesmo perdendo a flecha; domesticamos o cachorro, que foi uma grande fonte energética ao ser utilizado para puxar os trenós nas regiões glaciais, e depois domesticamos aves, criadas no terreiro, e também o boi, o porco, e o carneiro (criados em rebanhos, na atividade do pastoreio); depois descobrimos a roda; e, com o uso constante do cérebro, tivemos dele um desenvolvimento quantitativo, até chegarmos a aproximadamente cem bilhões de neurônios, dos quais 15 bilhões constituem o córtex cerebral (basta lembrar que qualquer outro animal tem, no máximo, uma relação de um para dez com nossas células cerebrais). E finalmente, o que nos garantiu um salto qualitativo foi o fato de sermos frágeis desde o nascimento e necessitarmos de assistência biológica durante aproximadamente dez anos para sobrevivermos, o que possibilitava nesse tempo a aculturação do indivíduo às características do grupo humano onde nascera e crescera. Claro está que apenas a convivência prolongada com seu grupo não produziria tal salto, visto que praticamente todos os animais vivem em bandos durante toda a vida e não se deu neles ainda, se é que em algum dia se dará, o salto para a consciência.

E foi pela acumulação de informações, algumas provavelmente obtidas de forma ocasional, visto que sementes caídas ao solo brotam mesmo sem um cuidado maior, sobre o funcionamento da natureza, por diversos grupos humanos e em épocas diferenciadas, que surgiu a agricultura, provavelmente na forma inicial de horticultura de frutos e tubérculos nas áreas tropicais, e nas áreas temperadas e frias deu-se o cultivo de cereais, uns e outros já coletados anteriormente nos mesmos sítios⁹

⁹ Ribeiro (op.cit.:41) ainda destaca que, mesmo tendo inventado a agricultura e podendo prover o sustento de um grupo maior de pessoas, ainda prevalecia uma subdivisão dos grupos, tanto por conta da

Interessante observar que, nesse tempo todo, o homem não só desenvolvia ações de sobrevivência, mas também ações estéticas (que mensagens quiseram passar com os desenhos ruprestes, feitos no interior de cavernas, e encontrados até mesmo em cavernas brasileiras?¹⁰). Um túmulo foi encontrado em Belém, na Judéia – Israel, datado de noventa mil anos, mostrando que os homens inventaram em algum momento a outra vida, e já não jogavam seus mortos em qualquer lugar, como faziam com os restos de animais mortos, e buscavam consolar-se e suavizar a idéia da morte como fim definitivo¹¹. De Masi também nos conta que foram encontradas duas ou três pontas de flecha datadas da Idade da Pedra, e que eram decoradas com um desenho de folhas que se assemelham a folhas de louro, o que significa que o caçador, além de gastar um longo período produzindo seu instrumento de caça, ainda gasta outro tanto para decorá-lo artisticamente com um enfeite difícil de ser executado para as condições de trabalho de então. Ele afirma que é o primeiro sinal conhecido e registrado da

rudimentaridade da tecnologia quanto por inaptidão dos sistemas sociais vigentes. De Masi (op.cit.:29) atribui às mulheres a protagonização dessa descoberta da semente, marcando uma fase tipicamente matriarcal e entronizando a fase humana da programação e planejamento do futuro.

¹⁰ Recordo aqui um episódio que se passou recentemente no interior de Goiás, na Gruta das Araras, perto de Serranópolis, que guarda registros feitos por homens primitivos há aproximadamente 11 mil anos. Como havia pichações feitas por visitantes inescrupulosos, A Fundação Pró-Natureza (FUNATURA) contratou um carpinteiro, Primo Perin, para que montasse os andaimes e limpasse a sujeira. Ele limpou com água e sabão, mas fez melhor ainda. Resolveu retocar o painel pré-histórico. E fez mais de 20 interferências, usando extrato de árvores que se achavam próximas da caverna, substâncias semelhantes às seivas vegetais usadas pelos antepassados a cerca de 550 gerações. Além disso, Primo, além de retocar o painel, fez um novo painel ao lado, seguindo o traço primitivo e mantendo o estilo das inscrições presentes na Gruta. O resultado foi um dano irreparável a um dos patrimônios históricos mais importantes da América do Sul. Marcelo Pires, Diretor de criação da Agência W/Brasil, escrevendo sobre tal fato no *Caderno Dinheiro*, da Folha de São Paulo (doravante FSP), cobra que os urbanóides não se escandalizem com o desastre arqueológico que as interferências possam significar, e chama a atenção para o fato de o primitivismo da Gruta combinar com o nível cultural de um carpinteiro analfabeto que vive hoje no interior de Goiás, transformando Primo em um primo dos índios que pintaram o painel há 11 mil anos. E conclui falando que escandaloso é o abandono a que brasileiros como o Primo vêm sendo relegados há várias gerações, e que, portanto, o elo perdido não foi exatamente perdido, mas abandonado. Segundo ele, é urgente decifrar a mensagem desse carpinteiro escrita na Gruta das Araras.

¹¹ De Masi, ao se referir a esse túmulo, diz que ele pode ter sido feito por medo de contágio ou mesmo por nojo da putrefação, mas como explicar que, junto com os mortos, o homem colocasse utensílios e objetos que pudessem ser ainda como que utilizados pelos mortos? Insiste o autor que a passagem do animal ao homem, uma trajetória inconclusa de oitenta milhões de anos, foi se dando pela descoberta da eternidade e do outro mundo, para compensar a morte, e pela descoberta da beleza e da estética, para compensar a dor (p.26).

expressão estética humana. Um trabalho que, mesmo que fosse uma oferta propiciatória aos deuses, mostrava uma dedicação ao esforço da produção do belo. E quando o homem desenvolve atividades estéticas, está se dedicando a formas de expressão humanas responsáveis pela própria felicidade.

A Revolução Agrícola não só significou maior produção controlada de alimentos, mas ampliou consideravelmente a capacidade de reprodução e sobrevivência humanas, permitindo que seus grupos crescessem de tamanho¹², e as famílias se organizassem melhor. A não necessidade de deslocamentos constantes atrás de alimentos fez com que grupos se sedentarizassem, e assim surgiram as cidades¹³, com todas as conseqüências advindas de tal fato. De caçadores e coletores, os grupos humanos, ainda que de modos diferenciados e

¹² Dados da ONU indicam que a Revolução Agrícola fez a população mundial saltar de 20 milhões, há 10.000 anos, para cerca de 600 milhões de pessoas, em torno de 1750 d.C. Em 1950, a população mundial crescera para 2,5 bilhões de pessoas, e agora em 2000 o total da população da terra é calculado em 6 bilhões de pessoas. Ribeiro, ao escrever em 1968 previa esse número total para o ano 2000, mas indicava que apenas a China teria 1,8 bilhão de pessoas, quando hoje ela tem apenas 1,2 bilhão! Uma observação tirada de De Masi (p.59), contudo, ainda deve ser feita: é que a expectativa de vida pouco modificou entre os homens de Neardhental (um fóssil humano que foi reconhecido como sendo diferente do homem moderno, o que prova que esse resulta de uma longa evolução), que viveram no início da última glaciação (entre 80.000 e 35.000 anos atrás) e as pessoas que viviam na metade do século XIX, pois enquanto aqueles tinham uma média de vida em torno de 29 anos, estes tinham uma média de vida em torno de 34 anos para os homens e 35 anos para as mulheres. Em duas mil gerações (De Masi fala em oitocentas) a expectativa de vida melhorou em míseros cinco ou seis anos. Para comparar, nos últimos 150 anos, num período de 6 gerações, a expectativa de vida melhorou em mais de 40 anos. A FSP, de 16 de julho de 2000, em *Editorial* sob o título "Admirável Mundo Novo" comenta o aumento da expectativa de vida nos dois últimos séculos, fala de dois campos promissores – a biologia molecular e a informática – que podem conseguir curas de doenças e ampliação do tempo de vida, o que pode ser usado para o bem ou para o mal (seguradoras saberem sua propensão a alguns males, pais escolherem características dos filhos) e finaliza dizendo que "talvez o problema resida no fato de que a grande revolução tecnológica não se fez acompanhar de nada parecido em termos de organização política. É claro que as democracias modernas diferem da grega, mas, em certo sentido, o escravo ateniense vivia melhor do que boa parte da população contemporânea. Em muitos rincões, grupos de excluídos subsistem hoje como no Neolítico. Se a humanidade não utilizar seu potencial tecnocientífico de forma responsável, repartindo com generosidade os ganhos decorrentes, o que seria um sonho pode tornar-se pesadelo. Até a guerra mudará. Ela não se fará entre humanos, mas entre duas espécies de homídeos, entre imortais ricos e os que vivem em condições subumanas".

¹³ Marx e Engels, ao se referirem ao surgimento das cidades, em *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*, indicam que essa se formou pela reunião de muitas tribos, ao se dar a passagem do uso da terra de propriedade tribal para propriedade comunal e estatal; o surgimento das cidades opõe interesses entre essas e o campo, e o escravismo se amplia com a instalação da propriedade privada.

em tempos distintos¹⁴, começaram a prover sua existência levando em conta novos imperativos tecnológicos, sociais e ideológicos.

Tanto Toffler quanto Ribeiro também localizam outra Revolução há 300 anos, quando a sociedade organizou-se ao redor das indústrias, desencadeando um terremoto de mudanças – A Revolução Industrial¹⁵. Marx, no *Manifesto* (1848), escreve:

Durante o seu domínio de classe apenas secular, a burguesia criou forças produtivas em massa muito maiores e mais colossais do que se as tivessem feito as últimas três gerações juntas. A subjugação das forças naturais, as máquinas, a aplicação da química à indústria e à agricultura, a navegação a vapor, as ferrovias, os telégrafos elétricos, o desbravamento de continentes inteiros, a navegabilidade dos rios, populações inteiras surgidas do solo quase que por encanto – qual dos séculos antecedentes imaginava que no seio do trabalho social estivessem adormecidas tais forças produtivas?

Segundo Ribeiro (1968:130), “a *Revolução Industrial surge no corpo das formações capitalistas mercantis pela acumulação de inventos mecânicos que permitiriam multiplicar fantásticamente a produtividade do trabalho humano*”, e se implanta nas áreas em que a Revolução Mercantil fizera a renovação estrutural, desobstruindo as resistências das oligarquias. A classe que desponta conduzindo o processo industrial é a da burguesia urbana que já vinha se fortalecendo desde etapa anterior, pelo comércio mercantil, “*pela apropriação de bens eclesiásticos*

¹⁴ Darcy Ribeiro, em seu livro *O Processo Civilizatório* (1968), aborda essa questão e apresenta uma datação para a difusão ou desenvolvimento independente da Revolução Agrícola: Mesopotâmia e Egito (8.000 a.C.); Índia (6.000 a.C.); China (5.000 a.C.); Europa (4.500 a.C.); África Tropical (3.000 a.C.); Américas (2.500 a.C.). Essa revolução, segundo o autor, se desdobrou em dois processos civilizatórios: a agricultura e a pecuária.

¹⁵ Marx escreveu sobre a Revolução Industrial e esse processo civilizatório no calor das mudanças, e suas obras *O Capital*, *O Manifesto do Partido Comunista* bem como *A Ideologia Alemã (Feuerbach)* tratam profundamente desse tema, abordando o capitalismo e principalmente a exploração e a luta de classes que se dá a partir desse sistema econômico. É essa sua ótica de leitura, deixando claro que a leitura das revoluções tecnológicas ainda estava por ser feita. Daí que Ribeiro se aproveita disso para afirmar que, ao elaborar uma história das tecnologias humanas, é o legítimo herdeiro de Marx, visto abordar a história da criação dos órgãos produtivos do homem social, que são a base natural de toda organização específica da sociedade, no dizer de Marx em *O Capital* (primeiro tomo, 1962:303) (Prefácio à Quarta edição venezuelana de *O Processo Civilizatório*)

tornada possível pela Reforma, pelo confisco dos baronatos feudais e dos direitos comunitários do campesinato”, pela acumulação dos recursos provenientes dos saques coloniais, pela exploração do escravismo e pela monetarização das economias; e a burguesia organizava a sociedade segundo seus interesses, e aplicava seu capital em sistemas fabris de produção em massa.

De acordo com Toffler (1980:59-72), o industrialismo se pautou pelos seguintes princípios: padronização dos produtos, dos processos, dos sistemas de distribuição, dos preços e dos gostos; especialização das tarefas que produziu a profissionalização; sincronização dos tempos da vida e do trabalho; concentração de pessoas e máquinas no mesmo espaço para produzir economia de escala; maximização da eficiência e da produtividade; centralização das informações e dos poderes¹⁶. E foi utilizando esse “*código oculto*”, no dizer de Toffler, que o industrialismo reorganizou todo o mundo pela sua ótica. As cidades, as leis, as famílias, as casas, as roupas, os meios de comunicação e de transporte, as religiões, os livros, tudo obedeceu aos princípios dessa onda avassaladora que, rapidamente, varreu todos os recantos do globo terrestre, abastecendo-o de fábricas ou de produtos. Aquelas como a síntese do industrialismo que respondia à necessidade de abastecer com bens materiais as necessidades crescentes da classe emergente de novos consumidores - os burgueses, e esses como o sinal da contradição oculta entre capital e trabalho e elemento concreto da presença da exploração da mão-de-obra operária e síntese da mais-valia.

Os novos empreendedores se pautavam pelos princípios do liberalismo econômico, que pregava uma vida cômoda e ostensiva a uma classe, a qualquer

¹⁶ Para entender esses princípios do industrialismo se dando na prática, bastaria se deliciar assistindo o belíssimo filme de Charles Chaplin *Tempos Modernos*, e sentir o domínio da máquina sobre o homem trabalhador, transformando-o em uma peça produtiva e explorado. De Masi resume (1999:63) todos esses princípios com a palavra ‘racionalização’. O que foge do racional, como a dimensão estética, emotiva e em parte a dimensão ética, é expulso da fábrica, o lugar do poder masculino, e deve ficar confinado entre as paredes da casa, como coisa de mulher.

custo, enquanto que os operários se viam acossados pela necessidade de trabalhar para sobreviver, e se encontravam diante de duas doutrinas contraditórias: o marxismo de um lado, pregando o direito ao trabalho e a redenção na revolução, e, de outro lado estavam o liberalismo, com medo de novas revoluções, e o catolicismo, com sua cartilha que pregava que se devia encarar o trabalho como estando no plano condenatório e salvador de Deus¹⁷. Essa nova configuração social gerou um mundo dividido em duas classes sociais distintas e com interesses contraditórios. E no meio desse processo estava o Estado, elemento integrador que impulsionava a industrialização, criando as bases de seu desenvolvimento, e implantando-a onde a iniciativa privada não dava conta de fazê-lo. Nem os adeptos do mercado livre imaginavam, no século XVIII e XIX, tamanha a importância dessa ação governamental que produzia uma integração antecipatória ao implantar estradas, portos, energia, sistemas de educação e de saúde, sistemas de comunicação, leis etc.

O trabalho dividiu a família, já que os homens iam para as fábricas e as mulheres permaneciam no trabalho doméstico, divisão não presente no trabalho agrícola, e deu uma vida de trabalho útil muito curta aos operários, visto que depois de uma certa idade, normalmente em torno de 50 anos, ele era considerado inútil para o trabalho. Surge, nesse período, o ócio forçado pela dispensa do trabalho por conta da idade ou de acidente de trabalho, ao mesmo tempo em que surge o desemprego, em oposição ao contrato de trabalho. A

¹⁷ Além da pregação católica que, desde sempre, propagava essa maneira de ver o mundo do trabalho (“o trabalho liberta o homem”; “o trabalho dignifica o homem”; “sofre-se na terra para se ganhar o céu”; “até o Filho de Deus sofreu para expiar nossos pecados”) Leão XIII publicou a Encíclica *Rerum Novarum* defendendo a propriedade privada, a família e o Estado. Além disso pregava contra o marxismo, afirmando que o trabalho deveria servir como expiação dos pecados, e que as desigualdades sociais deveriam ser aceitas e a luta de classes evitada, já que as classes não são inimigas natas; contra os liberais a Igreja prega a transformação dos operários em instrumento vil do lucro e os baixos salários; aos operários a Encíclica alerta dos perigos da riqueza e dos riscos da luta de classe; ao Estado ela pede que intervenha com força, e “reprimindo os agitadores, preserve os bons operários da sedução e os legítimos patrões de serem despojados do que é seu”. A Igreja entendia que um novo tempo havia nascido, e diagnostica com clareza os males dessa nova sociedade, mas recomenda um remédio absolutamente conservador, procurando se colocar no papel de protagonista central na solução desses conflitos.

maioria dos operários estava diretamente ocupada na linha de produção, e o analfabetismo era regra quase absoluta entre eles. As fábricas, no entanto, começaram sua marcha pelo mundo todo, compondo a paisagem com suas chaminés fumegantes e suas filas de operários.

Segundo Ribeiro (1968:137-143), tivemos um *“modelo precoce de desenvolvimento industrial”* na Inglaterra (1750-1800), na França (1800-1850), nos Países Baixos (1850-1890) e nos Estados Unidos da América do Norte (1840-1890), que repartiram o restante do mundo entre si e subalternizaram as outras nações; o *“padrão tardio de desenvolvimento industrial”* se deu na Alemanha (1850-1914), no Japão (1890-1920) e na Itália (1920-1940) e foi alcançado *“mediante a formulação e a execução de projetos de desenvolvimento autônomo”* por uso de *“procedimentos heterodoxos, como a garantia de pleno emprego e o dirigismo econômico”*; finalmente há a implantação de *“dois novos padrões de desenvolvimento industrial autônomo, o socialismo revolucionário [...], e o modelo de desenvolvimento capitalista recente”*, que surge em áreas marginais, como a Escandinávia (1890-1930), ou dependentes, como o Canadá (1900-1920) e na Austrália (1930-1950), e que se dá, *“nos dois casos, por alteração das relações de intercâmbio dessas nações com os países grandemente industrializados, nos períodos de guerra ou de crises”*¹⁸.

¹⁸ Ribeiro discute, nesse contexto, o impacto da Revolução Industrial imprimindo de forma diferenciada nos países a marca de *“nação moderna”* ou *“nação subdesenvolvida”*, como produtos das mesmas forças renovadoras que, no primeiro caso, realizaram suas potencialidades e, no caso das nações subdesenvolvidas, viram-se limitadas externamente pela espoliação capitalista e internamente pela constrição oligárquica; assim, desenvolvimento e subdesenvolvimento são faces da mesma moeda, visto ser necessário que os núcleos industrializados com alto padrão tecnológico mantenham a periferia neocolonial de nações estruturadas para atender às próprias necessidades e prover aqueles núcleos de bens e serviços em condições subalternizadas (op.cit.:133-144). Subdesenvolvimento, para Ribeiro, não é um estágio em que um determinado país se encontra, mas um estado necessário desse país na sua relação com as nações industrializadas e desenvolvidas. A possibilidade de passar desse estado de subdesenvolvimento para o estado de desenvolvimento implica romper ou modificar essa relação de dependência com os países de primeiro mundo. É bom ainda assinalar que Ribeiro reconhece a existência de *“povos atrasados na história”*, e que os define como *“contingentes marginais não atingidos por algumas (ou todas as) revoluções tecnológicas que conformaram o mundo moderno”* (op.cit.:141)

Ribeiro (1968:140-144) ainda ajuda a compreender a organização dos países subdesenvolvidos, catalogando-os em “*quatro grandes configurações histórico-culturais, correspondentes a seus processos específicos de formação étnica e responsáveis pelos problemas de desenvolvimento com que se defrontam seus povos*”: a) “*povos emergentes*” – que saem da condição tribal ascendendo à condição nacional, como a maioria das nações africanas tropicais; b) “*povos novos*” – tipicamente identificados com as nações latino-americanas, enquanto subprodutos de projetos europeus de colonização escravista; c) “*povos-testemunho*” – que são os povos pertencentes a antigas civilizações que traumáticamente se defrontaram com os efeitos da expansão européia movida pela revolução industrial; d) “*povos transplantados*” – resultantes das migrações européias para além-mar, além de nações como África do Sul, Rodésia e Israel, de maneira singular.

Ribeiro (1968:161) reconhece que é possível se dar uma aceleração histórica nos processos de desenvolvimento, e aponta diversos impulsos acelerativos que se deram dentro da revolução industrial

responsáveis por mudanças substanciais no processo produtivo e nos modos de vida das sociedades humanas, sem se configurarem como revoluções porque não deram lugar ao surgimento de novas formações socioculturais. Esse foi o caso dos ciclos de progresso ocorridos no curso da Revolução Industrial com a introdução da turbina a vapor, dos motores elétricos e dos motores de combustão interna; com a substituição do ferro pelo aço nos usos industriais; com a aparição das máquinas operatrizes (torno revólver, torno automático, retífica, fresa etc.); com o desenvolvimento da indústria química (ácido sulfúrico, soda cáustica, borracha, anilinas etc.), e com a generalização do uso de dispositivos e aparelhos elétricos, e de uma miríade de bens industriais novos.

O Industrialismo atravessou todo o século XIX, e, no século XX, produziu duas grandes guerras, mas o exaurimento dessa Revolução vem sendo dado por muitos sinais, e tanto Toffler quanto Ribeiro falam ainda em uma revolução atual, que vem sendo produzida aproximadamente trezentos anos depois da

industrialização, e que aquele chama, atualmente, de “*Revolução Digital*”¹⁹, enquanto Ribeiro chama de “*Revolução Termonuclear*”²⁰ e De Masi chama de “*Sociedade Pós-Industrial*”²¹.

Quem por primeiro apontou a atenção para uma realidade nova, com dados numéricos, foi Daniel Bell que, já em 1965, escreveu sobre a sociedade pós-industrial. De fato, tanto Toffler e Ribeiro quanto De Masi²² creditam essa nova leitura a Bell, afirmando que ele, por primeiro, percebeu que a sociedade organizava seu setor produtivo e as ocupações das pessoas de maneira diferente, e que os colarinhos brancos (empregados tecnológicos e prestadores de serviços) eram em número maior que os colarinhos azuis (operários de fábricas), e que o setor terciário começava a empregar mais pessoas que o setor industrial e agrícola juntos.

¹⁹ Em seu livro *A Terceira Onda*, Toffler ainda hesitava quanto ao nome dessa Onda (que poderia ser chamada, de acordo com outros autores e por ele mesmo, de Idade Espacial, Idade da Informação, Era Eletrônica, Aldeia Global, Idade Tecnológica, Sociedade Pós-Industrial, Revolução tecnológica Científica, Sociedade Superindustrial), mas em palestra proferida por ocasião do evento “*information Management 2000*”, realizado em 03 de Maio de 2000, pela Microsoft e pelo Jornal Valor Econômico, no Hotel Meliá, em São Paulo, quando falou diretamente dos EUA em uma teleconferência, ele chamou essa Onda de “*Revolução Digital*”, por centrar no computador, enquanto tecnologia, a provocação da mudança extraordinária.

²⁰ Ribeiro (1968:161-163) define assim essa nova revolução tecnológica, “com a implantação da tecnologia científica moderna de base termonuclear e eletrônica”, tomando por justificativa tanto pelo “caráter crucial do fator energético na evolução humana a que se refere como pelo impacto que a competição atômica entre a América do Norte e a União Soviética desencadeou sobre a humanidade, desde o fim da última guerra mundial”. Realmente a Guerra Fria teve uma importância fundamental na história humana, e o risco de um conflito nuclear colocava a humanidade em estado de choque ante a possibilidade de seu fim prematuro e apocalíptico. Ao se referir à “*Revolução Termonuclear*”, Darcy aponta como mudanças tecnológicas a presença de: eletrônica; transistores; radar; helicóptero; retropropulsão; reator nuclear; bomba atômica; bateria solar; plásticos; computadores; automação; gravação magnética; luz coerente; projéteis espaciais; radiotelescópio; sintéticos: fertilizantes, herbicidas, germicidas; dessalinização da água do mar; gaseificação subterrânea do carvão (id.ib.:35).

²¹ De Masi chama esse novo tempo de “*Sociedade Pós-Industrial*”, e afirma que sua chegada é marcada pela derrubada do Muro de Berlim, pela difusão do fax, do telefone celular, da tomografia computadorizada e da Internet (p. 14-20).

²² De Masi afirma que Daniel Bell e Alain Touraine disputaram nos anos 60 o uso do termo “*pós-industrial*”, mas que Touraine ganhou essa corrida ao publicar em 1969, na França, uma coletânea de ensaios com o título “*La société post-industrielle*” (A sociedade pós-industrial). Touraine, no entanto, ainda segundo De Masi, abandona esse termo em seus escritos de 1973, passando a optar pelo termo “*sociedade programada*”. Ribeiro, no entanto, se utiliza de um artigo publicado por Bell em 1965, intitulado “*A sociedade pós-industrial*”, no livro *Tecnología y Cambio Social*, organizado por Eli Ginzberg. Se era mesmo uma corrida, parece que Bell a venceu, e o conceito por ele utilizado para definir esse “*Mundo Novo*” se impôs como o mais adequado, sendo ainda utilizado até pelo próprio De Masi.

Segundo Bell, o ano de 1956 marca essa virada, tendo início nos Estados Unidos e se estendendo, entre 1960 e 1978, para a Alemanha, França, Grã Bretanha, Japão, Itália, e, novamente, uma gigantesca e acelerada Onda atravessa os continentes e invade a vida social e individual de cada ser humano. Nada mais será como antes... Seu livro *The Coming of the Post-Industrial Society* (*O Advento da Sociedade Pós-Industrial*), publicado em 1973 ainda é atual. Nele Bell traça os “cinco princípios axiais” da nova sociedade: a) passagem da produção de bens para a produção de serviços; b) crescente importância da classe dos profissionais liberais e técnicos em relação à classe operária; c) papel central do saber teórico, gerador de inovações e de idéias diretrizes em que se inspira a coletividade; d) transformação, pelo desenvolvimento técnico, da tecnologia em instrumento extremamente poderoso e importante, e todos têm que administrá-lo; e) o surgimento de uma tecnologia intelectual que poderá substituir o homem nas tarefas que exigem esforço intelectual. Touraine, ao replicar esses princípios, se fixa em apenas um ponto convergente: a nossa sociedade distingue-se das outras pela necessidade de planejar seu futuro.

Ribeiro e Toffler apontam inovações tecnológicas que justificam a aceitação de que vivemos um novo processo revolucionário, e De Masi indica novas relações do homem com o trabalho, quantifica o tempo gasto na relação produtiva e no emprego da força humana para também justificar que o industrialismo cedeu lugar a uma nova sociedade pós-industrial. Ela nasceu no tempo do pós-guerra, quando os equipamentos de comunicação de massa se desenvolveram, transformando o mundo em uma aldeia global. Enquanto o rádio invadia todos os lares urbanos e rurais, a televisão ganhou rapidamente espaço nas salas urbanas, ocasionando mudanças aceleradas e homogêneas, ampliando horizontes culturais e fazendo o cidadão participar, como nunca, da gestão da coisa pública²³.

²³ De Masi lembra que, se a televisão foi gestada no regime nazista, no entanto foi utilizada largamente pelos regimes democráticos para produzir cultura de massa. No seu início tal movimento foi revolucionário, pois

Ao entrar em contato com De Masi, autor muito lido e ouvido nos dias atuais, e que vêm produzindo obras interessantes do ponto de vista do instigamento a uma nova reflexão sobre a ocupação, nota-se que ele se refere a esse “*Mundo Novo*” pela ótica do trabalho. Afirma o autor, segundo diz por falta de um termo mais adequado, que entramos na “*Sociedade Pós-Industrial*”. Seu campo de manobra é do ponto de vista da ocupação laboral, detendo-se mais a analisar as ocupações humanas e o vício do trabalho, resultado, principalmente, da Revolução Industrial. O quadro que ele analisa se insere dentro do mundo atual, quando tanto a agricultura quanto a industrialização ampliaram sua produção, mas empregam menos pessoas que trabalham cada vez menos horas, e no entanto a produção é amplificada pelo conjunto de equipamentos tecnológicos que invadiu os locais de trabalho. O que se põe no lugar é uma sociedade em que preferencialmente as pessoas são prestadoras de serviços, mas ao mesmo tempo dispõem cada vez mais de maior tempo livre – o que ele chama negativamente de “*Sociedade do Ócio*”²⁴, já que o corpo foi liberado pelas máquinas, assim como a nomeia positivamente de “*Sociedade Criativa*”, visto que a sociedade pós-industrial também libera a alma e a mente dos operários. É óbvio que o autor não deixa de chamar a atenção para a questão do desemprego maciço gerado por tal sociedade²⁵.

veio quebrar o conservadorismo já instalado pelo mundo industrial, e propiciou que o cidadão tivesse acesso a um volume fantástico de informações.

²⁴ O livro *O Ócio Criativo*, resultado de uma entrevista concedida por Domenico de Masi à jornalista Maria Serena Palieri, trata dessas questões de forma extremamente didática, até porque foi elaborado a partir de perguntas e respostas. Nele De Masi trata com profundidade, entre outras, da questão do tempo livre na vida do homem, e da importância da criatividade no planejamento das ações presentes e do futuro.

²⁵ Nessa mesma linha de discussão avança o Grupo Krisis, formado por alguns jovens intelectuais alemães, e que discutem a questão do fim do trabalho. O nome mais conhecido desse grupo é Robert Kurtz, que também escreve mensalmente no Caderno Mais da FSP. O Documento-Base desse Grupo é o “*Manifesto contra o Trabalho*” e pode ser lido na Internet, no endereço www.magnet.at/krisis. Nesse documento eles discutem sobre a escassez do “*deus-trabalho*” e acusam o neoliberalismo de produzir um “apartheid” social pelas mãos invisíveis de seu aliado – o Mercado, jogando ainda a culpa pelo desemprego na responsabilidade dos desempregados. O Documento traz uma discussão muito interessante e merece ser mais divulgado no Brasil. Seus autores visitaram o País duas vezes, nos dois últimos anos, e ministraram palestras na USP/SP.

Tratando desse tema, Ribeiro (1968:165-171) chama a atenção para o desajustamento entre forças produtivas e relações de produção, e que *“tende a crescer cada vez mais, atingindo, primeiro, alguns setores da força de trabalho, produzindo, depois, massas de deslocados, e gerando, por último, multidões de marginalizados social e ocupacionalmente e, assim, condenados a viver como pensionistas do Estado”*. Assim, o que para De Masi parece ser uma nova determinação social, para Ribeiro constitui um enorme problema social, e *“o controle das tendências dessas massas desajustadas à insubordinação consistirá num repto muito mais agudo que aquele com que se defrontaram as primeiras sociedades industriais...”*.

Aprofundando a questão da riqueza e do trabalho no momento de transição da sociedade atual, De Masi (1999:18-21) levanta três pontos que revelam o cerne dessa discussão:

- a) *“Como distribuir a riqueza (que aumenta), prescindindo do parâmetro do ‘trabalho’ (que diminui)”* – lembra o autor que na sociedade industrial a riqueza foi distribuída com base na quantidade e na qualidade do trabalho produtivo (pagam a ascensoristas para apertar botões de modernos elevadores mas não pagam a estudantes que estudam oito horas por dia);
- b) *“Como reeducar milhões de cidadãos do Primeiro Mundo, habituados a centralizar toda a sua vida no trabalho, para que aprendam a reprojeta-la centralizando-a também no não-trabalho”* – o autor defende que se criem postos novos de trabalho apenas se forem realmente úteis, que se reduza drasticamente sempre que possível o horário de trabalho, e que todos aprendam como dar sentido e valor ao tempo livre;
- c) *“Como reeducar bilhões de cidadãos do Terceiro Mundo, habituados a centralizar toda a sua vida no não-trabalho, para que aprendam a centralizá-la também no trabalho”* – os pobres também precisam

produzir riquezas e para tanto se faz necessário a industrialização, o que é possível sem repetir-lhe os erros; isso vai possibilitar ampliar as necessidades dos moradores do Terceiro Mundo, ampliando ao mesmo tempo as riquezas para satisfazê-las.

E discorrendo sobre os empecilhos de mudança para os trabalhadores que vivem sob a organização do mundo industrial, De Masi (1999:31-46) produz o que ele nomina de “*oito peças de acusação*”, um retrato do modo de ser do trabalho e do trabalhador nas atuais condições, e que precisam ser superadas em sua totalidade:

- a) “*Primeira acusação: as organizações produtivas fabricam infelizes porque constroem seus dependentes a serem (ou pelo menos parecerem) eficientes e competitivos a todo custo*” (1999:31) – de quebra se perde o sentido da solidariedade, o hábito das boas maneiras e a doçura das relações humanas;
- b) “*Segunda peça de acusação contra a atual organização do trabalho: a tristeza estética de seu teatro de guerra*” (1999:32) – os locais de trabalho são feios, escuros, padronizados, masculinos, empoeirados, sujos e barulhentos;
- c) “*Terceira peça de acusação contra a atual organização do trabalho: a inútil extorsão de tempo com a prática de hora extra*” (1999:34) – seria possível produzir a mesma quantidade de tarefas em menor tempo, mas os operários permanecem mais tempo que o necessário no local de trabalho seja por razões históricas (o produto depende de horas trabalhadas), seja para fugir do ambiente doméstico (quem manda nesse ambiente é a mulher), seja por razões culturais (mostrar ao outro que é importante o que faz);

- d) *“A quarta peça de acusação contra a atual organização do trabalho é a sua incapacidade de compensar os inconvenientes que a maioria dos trabalhadores experimenta no contexto profissional”* (1999:37) – quem desempenha as tarefas mais árduas, mais insalubres, mais chatas, mais rotineiras sempre ganha menos que quem executa trabalhos menos incômodos. De Masi estabelece uma escala para os trabalhadores, em seis níveis: 1) trabalhador envolvido com mortos, como os coveiros e funcionários de funerárias; 2) trabalhadores que se ocupam com doentes e deficientes, como enfermeiros; 3) operários que trabalham ao lado de outro operário, como numa fábrica ou construção; 4) os que trabalham com quem repousa, como hoteleiros e esteticistas; 5) os que trabalham com quem estuda, como os professores, pesquisadores e bibliotecários; 6) os que trabalham com quem se diverte, como os atores, prostitutas de alto nível e presidentes de grandes empresas;
- e) *“A quinta peça de acusação contra a atual organização do trabalho está na sua obstinada recusa de modificar os tempos de trabalho”* (1999:39) – além de manter intocável a carga horária de trabalho, as organizações do trabalho conseguem fazer com que seus funcionários carreguem consigo a preocupação com o trabalho onde quer que estejam;
- f) *“A sexta peça de acusação contra a atual organização do trabalho consiste na estranheza e na impotência que gera nos seus colaboradores”* (1999:41) – não há estímulo à criatividade e nem à autonomia, e sim a busca da docilidade;
- g) *“A sétima peça de acusação contra a atual organização do trabalho é o seu sadismo”* (1999:42) – o medo de ser derrotado pelo concorrente, e com isso perder o emprego, é que move os trabalhadores de todas as instâncias a estabelecerem um clima competitivo e ameaçador;

- h) “A oitava peça de acusação contra a atual organização do trabalho é a sua degeneração burocrática”(1999:45) – os trabalhadores sabem fazer muito mais do que lhes é solicitado, mas a burocracia lhes emperra a criatividade, exigindo aplicação e enquadramento.

Poder-se-ia pensar que o mundo todo já ingressou nesse “*Mundo Novo*”, o que não corresponde à verdade. Toffler adverte que é possível a convivência no nível mundial, nacional e mesmo local, das três Ondas, e cita o Brasil, especificamente, como um desses países em que os três grandes processos civilizatórios convivem. Sabemos, por exemplo, que 20% da população brasileira ainda mora na zona rural, vivendo do trabalho agrícola, e enquanto alguns produzem alimentos com o uso de enxadas e primitivos arados, outros produtores rurais usam modernos implementos agrícolas e dispõem, mesmo na zona rural, de toda tecnologia disponível no mundo moderno: se servem de informações atualizadas sobre clima, usam computadores, telefones celulares, televisão por satélite, engenheiros agrônomos etc. Ao mesmo tempo, há praticamente setenta anos que nosso país gira ao redor do industrialismo, com produção e emprego; e nas duas últimas décadas, vagarosamente, o Brasil vem entrando no mundo da Terceira Onda, com larga ocupação das pessoas no setor terciário, e com o uso de tecnologias informacionais.

De Masi ainda alerta que, ao adentrarmos na sociedade pós-industrial, todo o conjunto muda, mesmo que não consigamos precisar onde estão se dando os eixos centrais da mudança. “*A tecnologia é uma oportunidade, não uma obrigação*”. E afirma que o planeta está repleto de zonas não-tecnologizadas, e que todos os níveis de civilização coexistem na terra, desde a pré-história até a civilização do ano 2000. “*Quem não gosta de tecnologia tem para onde ir, se quiser*”. Mas instaura-se atualmente um novo paradigma, tanto cultural – o paradigma pós-moderno, quanto produtivo – o paradigma pós-industrial, e esse

vai abarcar todos os aspectos da vida humana, ao mesmo tempo, no sentido de que todos os recantos da terra serão, de alguma forma, afetados e transformados.

Ribeiro ainda vai além nessa análise, e pensa o que ele chama de “*sociedades futuras*”. Trabalhando com as características preditivas colocadas pelo autor, e confirmado esse quadro posto tanto por De Masi quanto por Toffler, o que pode caracterizar esse novo paradigma que está sendo implantado é:

- a) *“O sentido do desenvolvimento humano aponta para a configuração das sociedades futuras como formações socialistas de um novo tipo. Estas serão, com toda a probabilidade, sociedades não estratificadas em classes econômicas, embora de caráter infinitamente superior ao das comunidades tribais indiferenciadas de que a humanidade partiu há dez milênios em que prevaleciam relações pessoais e indiferenciadas. Também serão de tipo muito mais alto que o ‘socialismo’ dos impérios teocráticos de regadio, igualmente fundados na propriedade estatal [...]. Serão, por igual, superiores às formas socialistas modernas de tipo revolucionário ou evolutivo”* (Ribeiro, 1968:174);
- b) o trabalho vai deixar de ser mão-de-obra, no sentido de continuar sendo prioritariamente serviço braçal, para ser mente-de-obra, no sentido de prioritariamente ser um trabalho intelectual;
- c) As diferenças entre campo e cidade serão superadas, tanto pela industrialização das atividades agrícolas, quanto pela expansão das cidades sobre áreas adjacentes (Ribeiro, 1968:175);
- d) o desemprego deve aumentar e muito, tendo em vista que as máquinas vão ocupar o espaço humano de atividade, e novas frentes de ocupação não serão abertas; conseguir emprego exigirá uma maior qualificação intelectual;

- e) o lucro, cada vez mais intenso, será prioritariamente empregado na economia imaterial (Bolsas de valores), longe do stress administrativo da economia material (fábricas, escritórios, empregados, maquinarias etc);
- f) se o industrialismo produziu a “*cultura de massa*” e o consumo massificado, a era tecnologizada permite que o consumo seja desmassificado, e que seja rompida a ruptura entre produtor e produto do seu trabalho, de modo que se possa adquirir produtos absolutamente personalizados, o que revela uma redescoberta da subjetividade consumista a partir do próprio sistema;
- g) uma nova hierarquia deve se formar na sociedade, e não mais entre quem tem e quem não tem, mas entre quem sabe e quem não sabe, entre quem acessa dados no mundo inteiro e quem vive isolado no seu pequeno mundo (os ‘*info-ricos*’ e os ‘*info-pobres*’), entre quem domina uma língua de alcance universal (no momento é o inglês) e quem apenas fala seu próprio idioma;
- h) Os problemas de carência e da regulação social da abundância deverão ser superados, da mesma forma que deverá se produzir uma equalização de oportunidades de formação educacional e de assistência sanitária, e as forças humanas deverão ser empregadas para conduzir racionalmente o processo de socialização e empregar apropriadamente o poder de compulsão sobre as personalidades humanas. *“Efetivamente, é provável que as sociedades futuras enfrentem seus maiores problemas no esforço por capacitar-se a utilizar seus poderes quase absolutos de programação de reprodução biológica do homem, de ordenação intencional da vida social, de condução do processo de conformação e regulamentação da personalidade humana e de intervenção sistemática nos corpos de valores que orientam a conduta*

humana” (Ribeiro, 1968:176). Ainda continua o autor: “*Para tanto, terão de situar no centro das preocupações coletivas, como o valor mais alto, o cultivo e o estímulo ao livre desenvolvimento da personalidade humana, o incentivo a todas as formas de expressão da criatividade e a exploração de todas as potencialidades humanas de desenvolver formas de conduta solidária e socialmente responsáveis*” (id.ib.:177)

- i) tanto o trabalho em casa, substituindo o espaço do escritório e da fábrica, quanto o teletrabalho podem estar entre as tendências empregatícias desse mundo eletrônico;
- j) o corpo assumiu uma posição de destaque e atraiu certos cuidados e intervenções, como a malhação na academia e o trabalho com o bisturi e outros equipamentos do cirurgião plástico no sentido de produzir correções e embelezamentos;
- k) se as relações eram prioritariamente relações familiares, e principalmente relações verticalizadas de pais e filhos, com ênfase na fidelidade e submissão, agora as relações assumem um caráter de horizontalidade, principalmente na relação com os outros iguais, com ênfase no acordo e na semelhança;

Se essa análise for verdadeira, ela também deve se aplicar à sociedade brasileira, com a ressalva já feita pelo próprio Toffler de que aqui convivem as três Ondas ao mesmo tempo, pois que temos ainda desde grupos, como indígenas do Norte - como “*povos atrasados na história*”, no dizer de Ribeiro, que vivem em condições de caça e coleta de alimentos, passando pelas populações que vivem do trabalho rural e do trabalho industrial, até grupos econômicos que atuam com a mais moderna tecnologia.

Além disso nosso ciclo de acumulação de capitais é bem mais recente, visto ter sido aqui que Portugal e outros países europeus buscavam matéria-prima, ou mesmo ouro e prata – capital em espécie, para ajudar a produzir o enriquecimento fantástico que se deu no século XVI e XVII²⁶ e que ajudou a criar as bases para a Revolução Industrial. Somos, dessa forma, filhos da revolução mercantil que se processou principalmente na península ibérica, e, até o século XIX, todos os ciclos econômicos aqui desenvolvidos tinham sua origem e fim na Europa, uma vez que atendiam interesses do Velho Mundo e o produto financeiro de toda transação por lá permanecia, já que a apropriação e o controle do excedente era exercido pela burguesia comercial metropolitana.

Esses ciclos produtivos, como o da exploração da madeira, do açúcar e o dos minerais, precisou de muita mão-de-obra, e essa foi conseguida na utilização do trabalho dos indígenas e, posteriormente, no uso da escravidão, o que fez com que aproximadamente seis milhões de negros fossem trazidos para cá à força e, durante quase trezentos anos, trabalharam em condições sub-humanas, produzindo, no entanto, riqueza suficiente para alavancar parte do progresso que se deu na Europa. Esse longo período serviu para constituir genética e culturalmente o homem brasileiro²⁷, que se deu pelo domínio hegemônico da

²⁶ Eduardo Galeano, em seu livro *As Veias Abertas da América Latina* faz uma análise profunda e indignada desse ciclo de desapropriação de riquezas que se deu em toda a América Latina nos três primeiros séculos que se seguiram ao “descobrimento”. E que ainda não se acabou!

²⁷ Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala*, trata dessa questão, e defende que o sistema de escravidão nas relações de trabalho não se reproduziu nas relações sociais e genéticas. E como não se importa uma raça, a raça brasileira se constituiu por aqui mesmo, no cruzamento fértil entre portugueses, índias e negras. O século XIX traz os imigrantes europeus, que se estabelecem, principalmente, no sul do país e contribuem mais ainda para mesclar esse povo. A “mestiçagem”, não só genética, mas principalmente cultural, produz diversidade no interior da unidade, e isso faz funcionar os muitos “brasis”, de que nos fala Darcy Ribeiro. Nossa identidade nacional é forjada e sustentada na cultura e nos mitos de base colonial, que trabalham com conceitos de senhor/suserano, igual/diferente, português/estrangeiro, inclusão/exclusão, corte/pracinha pública, católico/não-católico, centro/periferia, raça branca/outras raças, sexo masculino-feminino/outras opções sexuais, Estado orgânico/público/privado, e tudo isso exercido por um poder violento e excludente. Esses mitos explicadores de nossa identidade remontam ao século XV, e no entanto os historiadores poderiam construir nossa identidade utilizando-se de outros mitos construídos no século XVII (escravidão, revoltas, guerras regionais, luta pela terra) ou tomando mitos do século XVIII ou mesmo XIX (Brasil Império/República, trabalhador assalariado, luta pela terra, fim formal da escravidão, campo/cidade etc).

presença do português, pelo aniquilamento físico quase total dos indígenas e pelo apagamento de raça dos negros, seja pela morte - física e de origem, seja pela expropriação integral do trabalho. As diferenças culturais dos “*descobertos*” e dos “*comprados como coisas*” foram mascaradas pela imposição de leis, juízos e valores da cultura colonizadora, que se comportava como cultura civilizadora, seguindo os ditames do Renascimento, e apelando tanto para a violência quanto para o assistencialismo, em relação às culturas nativas e transplantadas.

A vinda da Família Real ao Brasil no início do século XIX marca a construção do Estado Nacional, e o princípio da crise da economia colonial brasileira. O esgotamento da economia mineira, a quebra de perspectiva de exportação de produtos primários e a queda do monopólio do comércio metropolitano incentivaram a expansão de novos produtos e o comércio tanto interno quanto externo. O primeiro ciclo econômico que tivemos em que o produto saia do país e o dinheiro vinha para os bolsos nacionais foi o do café, plantado e colhido com capital nacional, transferido do setor mercantil (venda de escravos, comércio de mulas e de gado etc) para o setor produtivo. Aliado a esse fato, a existência de recursos produtivos, como terras subutilizadas e próprias para o cultivo do café em áreas adjacentes ao Rio de Janeiro (Vale do Paraíba) e a fatura de escravos pelo fim da economia mineradora, favoreceram sobremaneira a indústria cafeeira, que, já em 1830, tornava o Brasil a maior região produtora do mundo. Se nascera como latifúndio escravista, obedecendo aos ditames da estrutura fundiária aqui implantada e ao baixo custo de reprodução do escravo, a indústria cafeeira, no entanto, não era mais uma economia colonial. As terras boas ao café estavam disponíveis, mesmo exigindo movimentos de interiorização, fato que se deu já em terras paulistas, o que ampliava os custos, mas o problema principal era o fechamento do tráfico negreiro a partir de 1850, e a quase impossibilidade de contar com a reprodução da força de trabalho, visto que os maus-tratos teriam que ser abrandados. Como o consumo do café nos mercados centrais foi generalizado, o preço em ascensão foi suportado, e com isso pode-se

importar mais escravos, que já valiam cinco vezes mais, mas estava instalada a crise na economia mercantil-escravista. Vislumbrou-se, como saída, a vinda de imigrantes, mas esses deviam vir para servir o capital nacional com seu trabalho, e não para povoar ou ocupar vazios demográficos. Dessa forma foi conveniente gerar um fluxo abundante de homens pobres, que viessem trabalhar na indústria cafeeira; pobres para que não viessem comprar terras, e abundante para poder controlar salários. Com a vinda de imigrantes europeus, que buscavam um “*Mundo Novo*”, seja fugindo de suas guerras nacionais (italianos e alemães, principalmente), seja pelo desemprego que atingia toda a Europa, durante quase 40 anos o trabalho escravo conviveu com o trabalho livre, sendo que aquele caminhava para a extinção, e esse para a subalternização. Assim, abolicionismo e imigração tornaram-se faces de uma mesma moeda.

E, nesse período de transição, as empresas multinacionais (principalmente as inglesas) imediatamente vinham atrás do dinheiro excedente, implantando estradas de ferro e trazendo equipamentos agrícolas e urbanos (luz elétrica, telefone, ferramentas, transporte pessoal e coletivo) que geravam progresso, mas implantavam dependência²⁸ para o país. Longe de garantirmos soberania, o mais provável é que estávamos trocando de matriz: de Colônia de Portugal passávamos a nação dependente da Inglaterra, e, há quase um século, subalternizado pelos EUA e amarrado a uma dívida externa que impede a autonomia e o desenvolvimento.

Dessa forma, de Colônia passamos diretamente para país capitalista dependente e subdesenvolvido. De todo jeito, desde o final do Império

²⁸ Não confundir com o “*conceito de dependência*”, ou “*dependência associada*” ou ainda “*tripé de desenvolvimento dependente-associado*”, cunhado por Fernando Henrique Cardoso, que defendia que empresas estatais, multinacionais e empresas locais se associam em um esquema de benefícios no qual há tanto desenvolvimento como dependência, e, ao final, a industrialização nas periferias, possível nos quadros de dependência, produz a superação dessa mesma dependência. Ou não chegamos ao final desse processo, ou a dependência é de fato aprofundada pelo próprio processo de industrialização.

começavam a ser implantadas as bases de nossa industrialização, com a geração de uma massa de capital monetário concentrado nas mãos de uma classe social, com o trabalho tendo se transformado em mercadoria e com a criação de um mercado interno de proporções consideráveis. Dessa forma, as três primeiras décadas do século XX foram fundamentais para que passássemos de uma economia agrícola para uma economia urbana e industrializada, produtora de bens de consumo, especialmente têxteis, o que mudou completamente o perfil do país, dando ocasião até para o golpe de Getúlio em 1930, como um sinal dos novos tempos, pois que a força política de base rural e agrícola cedia espaço às novas forças políticas de bases urbanas e industrializadas. Pena que não tivéssemos naquele momento capital suficiente e capacidade de assumir riscos mais elevados, a ponto de ter sido possível implantar indústria de bens de produção. Para isso seria necessário maior volume de dinheiro, participação em um mercado maior e acesso a tecnologias complexas não-disponíveis no mercado.

Sendo assim, poderíamos dizer que também vivemos nossa primeira Onda desde 1532, quando a cana de açúcar se tornou um produto economicamente viável para nossos exploradores, que haviam aprendido a viver nos trópicos em um século de domínio nas Índias e na África, e aqui vieram estabelecer seu sistema de monocultura latifundiária, vencendo a Igreja e os jesuítas na posse da terra e no domínio sobre os indígenas e os negros.

Essa “*cara*” do país foi modificada no interior mesmo da própria agricultura somente a partir de 1808, com a chegada da família real e das primeiras mudas de café, e foi estabelecendo excedente econômico que lançou as bases de nossa industrialização, que acabou por receber um forte impulso na I Grande Guerra Mundial; a instalação de fábricas para suprir as necessidades de americanos e europeus em guerra e as nossas próprias, por impossibilidade de importação de uma série de produtos necessários, culminou em 1936, quando o produto

econômico industrial superou o produto agrícola. Contribuíram para manter essa trajetória de ampliação de indústrias de bens de consumo para trabalhadores, que durou até 1955, os seguintes fatores: a) garantir proteção contra importações de produtos concorrentes; b) impedir que os trabalhadores ampliassem seu poder de barganha, pelo domínio do sindicalismo; c) o Estado realizar investimentos em infra-estrutura. Era o momento de nossa segunda Onda. Os dois modelos produtivos continuaram concorrendo até 1955, quando o país deu um salto tecnológico, iniciando a implantação de industrialização pesada, tanto pela ação do Estado quanto do capital internacional, já que a burguesia industrial nacional ainda detinha um frágil poder de acumulação de capital, mas ganhou ao poder se instalar como fornecedora da grande indústria. Agora não mais se produzem bens de consumo para o trabalho, mas bens de consumo para capitalistas. O golpe militar, freio nas pretensões revolucionárias da esquerda nacional, atraiu para o país forte financiamento, aumentando em muito nossa dívida externa, e modernizando o país nas áreas da indústria e das comunicações. A necessidade de exportar produtos primários para pagar a conta, levou o capitalismo ao campo. O êxodo rural foi então intenso, e passamos de uma situação em que tínhamos 67% das pessoas morando na zona rural em 1964 para uma situação inversa em 1982 quando 63% das pessoas já moravam na zona urbana, com todos os problemas decorrentes dessa migração rápida e em massa. Nesse ano de 2000, segundo dados do Censo do IBGE recentemente divulgados, apenas 20% das pessoas ainda vivem na zona rural, e as tendências mundiais levam a pensar que apenas 5% das pessoas trabalharão a terra, com toda a tecnologia disponível²⁹, e produzirão alimentos para toda a humanidade.

²⁹ A se confirmar essa tendência, o Movimento dos Sem-Terra e mesmo a luta pela Reforma Agrária, em nosso País, é absolutamente anacrônico e retrógrado. Pode ser que exatamente assim pensam os neo-liberais no poder, mas não é esse o projeto que defendem os que lutam por essas mudanças. Uma outra grande parcela da sociedade também acredita na possibilidade de um projeto diferente desse.

Chegavam à cidade, para ocupar sua periferia, famílias numerosas e desescolarizadas, sem profissão urbana e sem recursos financeiros. A divisão de classes³⁰ se acentuou sobremaneira, e a exclusão social foi a tônica desse período, com os imensos bolsões de pobreza circundando as grandes cidades.

Enquanto isso o Governo, a burguesia nacional e as multinacionais continuavam a programar o futuro do país; em meio a uma enorme dívida externa e interna, construída em sua maior parte a partir de 1970³¹, seria necessário tornar

³⁰ Reinaldo Gonçalves, em *"Distribuição de riqueza e renda: alternativa para a crise brasileira"*, publicado em Ivo Lesbaupin – *"O desmonte da nação"*, apresenta os seguintes dados para descrever essa divisão acentuada: *"Quatrocentas mil famílias, pouco mais de 1,5 milhão de pessoas, controlam cerca de 20% da renda nacional e mais da metade do estoque de riqueza nacional. Considerando um PIB de US\$ 800 bilhões e um estoque líquido de riqueza privada de US\$ 2 trilhões, as elites brasileiras controlam uma renda anual da ordem de US\$ 160 bilhões e uma riqueza de US\$ 1,1 trilhão, o que corresponde a uma renda familiar anual média de US\$ 400 mil e uma riqueza familiar média de US\$ 2,7 bilhões. O restante 99% da população brasileira (39,6 milhões de famílias ou 158 milhões de pessoas) responde por uma renda familiar anual média de US\$ 16 mil e uma riqueza familiar média de US\$ 24 mil. Assim, a renda média das elites é 25 vezes maior que a renda média do restante da população e a riqueza média das elites é 110 vezes maior do que a riqueza média do restante da população brasileira"* (p. 45-46). Uma conclusão que se poderia tirar daqui é que não dá para desgrudar pobreza e violência social; também se deveria utilizar tais dados para desculpabilizar as próprias vítimas históricas da espoliação, reconhecendo de vez sua situação de explorados. Por fim tais dados nos apontam que depositar esperanças na possibilidade de uma nova sociedade construída na medida de equidade e de justiça social, com ampla distribuição de riqueza, aqui no Brasil, não passa de uma quimera. Ainda será necessário muita fome e muita morte violenta para que o liberalismo no Brasil e na maior parte dos países do mundo dê certo!

³¹ Tem freqüentado, nos últimos anos, a pauta mundial a questão do perdão das dívidas dos países empobrecidos. Nesse ano do Jubileu, a própria Igreja Católica tem insistido no assunto. Nossa dívida externa e interna foi construída em anos recentes. Dados do Banco Central dão conta de que em 1970 ela era de 5,3 bilhões de dólares; em 1980 ela já batia na casa dos 53,8 bilhões de dólares; em 1990 ela somava 120,9 bilhões de dólares e no ano de 2000 seu total era de 239 bilhões de dólares. Tomando como base o período de FHC na presidência, nossa dívida era de US\$ 148 bilhões, no final de 1994 e passou para mais de US\$ 235 bilhões no final de 1998. Neste mesmo período, o Brasil pagou aproximadamente US\$ 126 bilhões aos credores, sob a forma de amortização do principal e juros da dívida. Traduzindo em Reais, isso significa que transferimos aos nossos credores, ao longo do primeiro mandato do atual presidente da República, algo entre R\$ 233 bilhões e 352 milhões. Correu pela Internet no final do mês de agosto de 2000, um apelo para que todos participassem do Plebiscito que estava sendo organizado pela *"Campanha Jubileu 2000 por um Milênio sem dívidas"*, coordenado por várias Entidades, para acontecer na primeira semana de Setembro. Junto vinham as perguntas que deveriam constar do plebiscito: *"a) O governo Brasileiro deve manter o atual acordo com o FMI? b) O Brasil deve continuar pagando a Dívida Externa sem realizar uma auditoria como previa a Constituição de 1998? c) Os Governos Federal, Estaduais e Municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?"* Acompanhavam o texto algumas afirmações como: *"1. Em maio de 2000, o governo dizia que se o salário mínimo subisse para 176 reais provocaria um 'rombo' superior a 2,2 bilhões de reais nas despesas do INSS para este mesmo ano. Com o dinheiro gasto com a dívida externa, entre 1995-98, seria possível cobrir este rombo por 106 anos! 2. Ao longo do primeiro mandato de Fernando Henrique, transferimos para os credores algo como 128 bilhões de dólares, cerca de 223 bilhões de reais. Com esse dinheiro teria sido possível pagar um 'bônus' de 1.474 reais para cada brasileiro. Ou dar 45 mil reais para cada família brasileira que vive com até um salário mínimo. Ou investir 58 bilhões de reais ao*

o campo produtivo e exportador, o que apenas seria possível repetindo nossa história com o latifúndio e o capitalismo agrícola, enquanto estrutura agrícola primária, e a atualização de nosso parque industrial para que ele pudesse estar em condições de oferecer nossos produtos no mercado internacional a preços competitivos³². O campo precisou ser esvaziado e concentrado, e na cidade era necessário controlar os movimentos sociais, a possibilidade sempre atual de revolta da população, os sindicatos, e ampliar a oferta sanitária e educacional.

ano, durante quatro anos, para erradicar a pobreza. 3. Teria sido possível criar 504 mil empregos diretos em montadoras de automóveis. Ou então criar mais de 10 milhões de empregos diretos em indústrias têxteis. Ou, ainda, criar mais de 15 milhões de empregos diretos na construção civil. O desemprego seria sensivelmente reduzido ou até eliminado". Ainda daria para assentar 5.833.000 de famílias no campo ao custo de 40 mil reais cada uma; ou daria para construir mais de 6.000.000 de salas de aulas a um custo de 13 mil reais cada sala; ou ainda daria para asfaltar mais de 500.000 quilômetros de estrada; também daria para construir mais de 15.000.000 de casas a um custo de 13 mil reais cada uma, resolvendo o déficit habitacional do país; também se poderia construir 900.000 postos de saúde a um custo unitário de 90 mil reais. O slogan da Campanha é: "Queremos a vida acima da dívida!". O documento faz uma observação interessante, ao afirmar que "o governo diz que paga a dívida externa para que o Brasil possa continuar recebendo mais investimentos externos. Pois bem: entre 1995 e 1998, entraram no Brasil 66 bilhões e 537 milhões de dólares de investimentos líquidos estrangeiros. Nesse mesmo período, enviamos 126 bilhões de dólares para o exterior. Dá para perceber quem está levando prejuízo nesse negócio?" Na Segunda semana de setembro de 2000 foi divulgado o resultado do plebiscito: Pergunta 1: Sobre o FMI - O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o Fundo Monetário Internacional - FMI? 5.646.862 responderam "não", 280.442 responderam "sim", 76.574 votaram em branco e 26.451 votaram nulo. Pergunta 2: Sobre a Dívida Externa - O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previa a Constituição de 1988? 5.765.954 responderam "não", 182.462 responderam "sim", 57.954 votaram em branco e 23.959 votaram nulo. Pergunta 3: Sobre a Dívida Interna Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores? 5.768.563 responderam "não", 158.995 responderam "sim", 80.481 votaram em branco e 22.290 votaram nulo.

³² Tal processo necessitou muitas vezes de investimento direto do governo no processo de industrialização (guerra fiscal) ou de incentivos para baratear os produtos no estrangeiro. O Brasil foi multado pela OMC (Organização Mundial do Comércio) em 1,4 bilhões de dólares em favor do Canadá, por subsidiar a venda de aviões da EMBRAER ferindo a concorrência internacional com a Bombardier, uma empresa produtora de aviões do Canadá. E alguns empresários ainda defendem (veja o artigo do empresário Benjamin Steinbruch, empresário símbolo do governo FHC, no Caderno Dinheiro, da FSP de 29 de Agosto de 2000) que esse subsídio deve ser o comportamento usual do governo brasileiro, pois a EMBRAER "era uma pequena fábrica de aviões do Terceiro Mundo... e hoje, depois do eficiente processo de privatização e do agressivo apoio financeiro a suas exportações, a EMBRAER transformou-se em uma das quatro maiores indústrias aeronáuticas do mundo"; mesmo que os lucros se mantenham privados enquanto que os prejuízos devam ser pagos por todo o povo brasileiro. Esse mesmo comportamento nós encontramos no caso do PROER, no caso do saneamento das estatais depois vendidas a preço de banana etc... É preciso estabelecer com maior clareza os limites entre o público e o privado. Com toda a razão já defendia Marx que o maior capital dos burgueses foi a instalação do Estado Moderno enquanto sua propriedade abstrata.

Se o governo ainda não deu conta de universalizar³³ o ensino fundamental e médio, tampouco universalizou o Ensino Superior, ao menos instalou algumas Universidades Federais e Estaduais pelo País, e estas reproduzem nos locais onde foram instaladas a proposta de homogeneização nacional³⁴. Além disso, permitiu o desenvolvimento sem limite das Universidades e Faculdades Privadas³⁵, que ocuparam enorme espaço da demanda reprimida por ensino superior, atendendo principalmente os alunos oriundos das camadas médias e da classe trabalhadora.

Mas, apesar do medo instalado no país, do uso excessivo da força dos cacetetes, das bombas de efeito moral e da repressão, das inúmeras prisões e mortes nos tempos de ditadura, não se conseguiu produzir definitivamente as mudanças que o povo esperava que deveriam ser operadas no país desde então e até os dias atuais. Os gastos públicos aumentaram, o setor de prestação de serviço do grande capital se ampliou consideravelmente, e, na década de 90, deu-se início à liberalização do mercado ao capital internacional, armando-se um grande mercado nacional para a venda das empresas estatais, na tentativa de pagar em dia os serviços da dívida impagável. Para os trabalhadores, a grande novidade de mercado foi a multiplicação exagerada das lojas de R\$ 1,99, com produtos plásticos e sem nenhuma qualidade. Camelôs e pequenos comerciantes trouxeram o “*paraguaí*” para as calçadas do país.

³³ Dados do Censo Escolar do Ministério da Educação do ano de 2000 dão conta de que a taxa de escolarização líquida do ensino fundamental é de 96,1%, e que o governo participa com 92,5% das matrículas de 1ª a 4ª séries e com 90,9% das matrículas da 5ª a 8ª séries. Nesse ano estão matriculados no ensino fundamental 33,3 milhões de alunos. No ensino médio estão matriculados, no ano 2000, 7,5 milhões de alunos, o que significou um aumento de 5,4% sobre o ano anterior.

³⁴ Moura (1997), discute essa questão, a partir da análise da inserção da Universidade Federal de Rondônia no projeto nacional, e essa conclusão se aplica tanto ao modelo político e econômico quanto ao modelo de ensino da Língua Portuguesa e da formação de professores.

³⁵ Vêm ocorrendo uma privatização branca no ensino superior, visto que o número de alunos da rede pública tem aumentado lentamente nos últimos trinta anos (saiu de 270.000 e está em torno de 360.000 alunos), enquanto que o número de alunos da rede privada saltou, nesse mesmo período, de 200.000 para 1.800.000.

Foi preciso produzir um novo sujeito, que suportasse essas mudanças explicitamente voltadas para atender o capital nacional e internacional, e esse foi forjado na máquina ideológica, num jogo muito complexo, onde governo, igrejas, elite econômica, intelectuais e meios de comunicação desempenharam brilhantemente cada qual o seu papel. E nesse jogo, entramos, em meados da década de 90, na nossa Terceira Onda, dependentes e atrasados da mesma forma. Pois *“o peso da tradição colonial e escravista ainda recai sobre as pessoas”*, e *“a tendência é nós sermos educados da perspectiva de um presente dos países mais ricos e do estilo de vida que as pessoas desses países apresentam. Tendemos a tomar esse modelo como sendo o estilo de vida padrão e nos colocamos em alinhamento com ele”³⁶*.

OPERANDO COM IMPERATIVOS IDEOLÓGICOS COMPLEXOS

Por outro lado, caberia a pergunta: e a questão das classes sociais? Busco apoio em De Masi (1999:169-170) para afirmar que a questão das classes sociais, assim como Marx formulou para sua época, com um número reduzido de ricos e um número infinito de pobres, está superada, porque, na divisão entre proletários e burgueses, apenas dois caminhos restariam: ou as duas partes chegariam a um confronto físico, e foi o que se viu várias vezes no decorrer da história em setores e regiões bem localizados, com intervenção das forças repressoras ou negociadoras do Estado, ou se enfrentariam em disputas eleitorais. Nesse caso, e esse foi o caminho mais trilhado, a tendência seria manter o bipartidarismo; mas como tem havido uma tendência mundial de crescimento da camada média da população, uma camada composta de trabalhadores liberais, funcionários públicos, pequenos comerciantes e industriais, e esses não demonstram coesão

³⁶ Sevcenko, Nicolau. *“Sevcenko pára a montanha-russa no loop”*. In: FSP, Ilustrada, 18.11.00.

para a composição de uma típica classe social, ao mesmo tempo em que mostram pequenos sinais de agregação, no jogo eleitoral eles estão ora à esquerda e ora à direita, defendendo uma gama de interesses não-homogêneos, o que tem possibilitado a instauração do multipartidarismo; e o que tem se notado é que no processo eleitoral eles compõem alianças fictícias, que podem ser rompidas facilmente após esse processo, passando a se atacar mutuamente, uma vez que seus interesses permanecem fragmentados. Normalmente esse grupo tende a apoiar as ações de quem está no governo, uma vez que a realização de seus interesses tem cunho imediatista. Isso tem levado todo o jogo eleitoral para o “centro”³⁷, de modo que os partidos se assemelham cada vez mais e a luta política fica cada vez mais pasteurizada.

No Brasil, essa divisão acentuada de classes sociais, com divisão extrema entre ricos e pobres, permanece desde sua origem até hoje, sendo que o nível de vida tem melhorado lentamente (veja o aumento da renda *per capita* dos últimos trinta anos, mas com forte concentração de renda nas mãos dos mais ricos) e o processo de industrialização, mesmo produzindo mais, tem empregado cada vez menos operários, acentuando o desemprego; e tem havido uma desconcentração de instalação de indústrias (agora não mais no ABC paulista, mas por todo o território nacional). Isso tem esvaziado a ação dos sindicatos que, nos últimos anos, deixaram de lutar por conquistas salariais e sociais, e apenas estão conseguindo desenvolver ações paliativas de manutenção de emprego. Neste período pós-eleitoral do ano 2000, temos assistido novamente as Centrais Sindicais e os Sindicatos se mobilizando, ainda que timidamente, por buscar conquistas no ambiente de trabalho. No entanto, temos tido até casos recentes em que equipamentos com mais tecnologia agregada não puderam ser utilizados para

³⁷ A FSP do dia 16/07/00 tem um quadro revelador logo na primeira página, no canto esquerdo, ao alto, e que trata da “Definição Política do Eleitor” em resposta estimulada e única: a) Extrema esquerda – 11%; b) Esquerda – 6%; c) Centro-Esquerda – 10%; d) Centro – 16%; e) Centro-Direita – 11%; f) Direita – 8%; g)

que não gerassem mais desemprego, como é o caso exemplar do uso de catracas eletrônicas nos ônibus urbanos, que fatalmente desempregaria um número enorme de cobradores. No interior de São Paulo muito se tem discutido sobre a mecanização no corte da cana-de-açúcar, que desempregaria aproximadamente 2 milhões de cortadores de cana. O que ainda tem impedido a ampliação da mecanização do corte é o alto custo do equipamento.

Pretendo analisar o jogo que se dá na sociedade brasileira atual, na produção de discursos hegemônicos, pela ótica do imperativo ideológico³⁸. Acredito que é por suas concepções que se constitui o humano do homem, assim como o mundo humano. Porque tratar o mundo ideológico como um imperativo? Porque o que parece constituir o humano do homem é um acúmulo de experiências, transmitidas de geração a geração, que vai formando um depósito cultural, contendo todas as experiências desenvolvidas pelos homens em sua história. E é um imperativo complexo porque encerra relações complexas de interdependência, entre as quais se dá um jogo dialético e dialógico, que vai formando o total de dados culturais, utilizáveis pelo ser humano nas suas interações e nas suas relações com o mundo. Esse baú de conhecimentos adquiridos é que vai constituindo, no decorrer dos tempos, no embate com as situações interativas atuais, os novos homens que, além de contar com essa ferramenta da tradição, da história, do passado, a atualizam, reformatando, reatualizando, revestindo e garantindo novos sentidos.

Extrema-Direita – 18%. (Somando-se os números do centro para a extrema-esquerda dá 27%; e do centro para a extrema-direita dá 37%.

³⁸ Ribeiro trata desse tema, dando prioridade aos imperativos tecnológicos. Marx e Engels tratam do tema da produção das idéias subalternizando-o à produção material, em *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. Heinz Rudolf Sonntag, em epílogo à edição alemã do livro de Ribeiro, chama a atenção para essa questão, dizendo que não fica claro na obra de Ribeiro quem são os protagonistas das revoluções tecnológicas, o que coloca a tecnologia, e não as classes sociais, como o motor da evolução da humanidade. Sonntag chama a isso de dialética coisificada, visto fetichizar os instrumentos, e dialética alienada do homem como ser individual e social.

Para garantir que o humano do homem se formou e continua se formando por construção de material simbólico, é preciso pensar no jogo que o saber estabeleceu durante a história humana, tomando como material privilegiado de representação simbólica a palavra como signo, e signo ideológico. Dado isso, é interessante discutir a concepção bakhtiniana³⁹ de signo e sujeito, como um marco para definir o rumo das discussões posteriores sobre os jogos ideológicos que emanam das relações sociais atuais. Por ora, vamos apenas afirmar a materialidade dos signos, afirmando também a materialidade da ideologia. Com Bakhtin (1929:33) aprendemos que *“cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade”*. Podemos afirmar, dessa forma, que a ideologia é material: ela está no signo, e *“a realidade do signo é totalmente objetiva”*, *“é um fenômeno do mundo exterior”*.

Se entendermos, como Marx e Engels também propuseram, que a produção de idéias, da representação, da consciência está diretamente entrelaçada com a produção e o intercâmbio material entre os homens⁴⁰, não teremos nenhuma dificuldade em aceitar que os homens são produtores de suas idéias, de suas representações e de sua consciência, intermediados pelo real e determinados pelas condições sociais. Precisamos pensar primeiro que real é esse, pois normalmente o imaginamos povoados por coisas, por objetos físicos, psíquicos e culturais. O real é uma *“coisa-para-nós”*, pois ele é constituído por nossas relações com ele, mediadas por nossas relações sociais. O que não

³⁹ As contribuições que pretendo emprestar de Bakhtin, um pensador russo desse século, nascido em 1895 e falecido em 1975, são provenientes de toda a sua obra, mas principalmente de seus escritos produzidos na década de 20-30, entre eles *Marxismo e a Filosofia da Linguagem* (1929), *O Autor e o herói* (1920-30); destaque-se também os textos *Os gêneros do discurso* (1952-53) e *O problema do texto* (1959-61).

⁴⁰ Em *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*, Marx e Engels se contrapõem ao que ocorria então na filosofia alemã, especialmente à filosofia idealista de Hegel que, segundo eles, desce do céu à terra, e, por isso, estava de cabeça para baixo, e à filosofia de Feuerbach, que propõe um materialismo, porém mecanicista. Eles pretendem colocar o edifício filosófico de pé, e para tanto utilizam o método do materialismo histórico-dialético; o homem é constituído pelas condições materiais, ao mesmo tempo em que constitui essas condições materiais.

significa que o real não seja constituído de coisas, e seja constituído apenas por idéias sobre as coisas, ou pelas representações que fazemos das coisas. Para fugir do empirismo e do idealismo, que buscam a realidade como dado puro imediato, seja para os sentidos, seja para a consciência, é preciso buscar a realidade como processo de constituição dos seres e das suas significações, e esse movimento está ligado ao modo como os homens se relacionam entre si e como se relacionam com o mundo.

Marx e Engels observaram que, a cada modo de produção, a consciência dos seres humanos se transforma; assim afirmam que são as condições históricas que produzem as idéias. Por isso seu pensamento é chamado de materialismo histórico. Materialismo porque somos o que as condições materiais nos determinam ser e pensar; histórico porque a sociedade e a política não surgem de decretos divinos, nem nascem da ordem natural, mas dependem da ação concreta dos seres humanos no tempo. A história não é linear e nem sucessão de causas e efeitos, mas um processo de transformações sociais determinadas pelas contradições entre os meios de produção (a forma de propriedade) e as forças produtivas (o trabalho, seus instrumentos, as técnicas). A luta de classes exprime tais contradições, e é o motor da história. Por afirmar que o processo histórico é movido por contradições sociais, o materialismo histórico é dialético⁴¹.

Se é a vida que determina o humano do homem, e este vai determinando as condições que se oferecem para o desenvolvimento de suas forças produtivas, é possível traçar uma linha para o desenvolvimento sócio-ideológico, e as condições pressupostas para tal análise já estão postas. Durante milhões de anos

⁴¹ A mudança não é mecanicista, senão bastaria mudar (parece até tarefa fácil!) a infra-estrutura para ver mudado todo o edifício social e, conseqüentemente, a consciência de todos os homens; um dos problemas é que, mesmo mudada a infra-estrutura, os velhos mitos da estrutura antiga permanecem enquanto sistemas mitológicos sociais estruturados.

o genoma humano foi sendo construído, incorporando características genéticas⁴² que resultariam em um ser com possibilidades de produzir suas próprias condições materiais de vivência e de sobrevivência que, por sua vez, o reconstituiriam. Até aí, no entanto, temos um ser com características biológicas⁴³, dando conta de sobreviver no mundo.

O conjunto dos imperativos ideológicos é, porém, visto como o resultante do perpétuo embate comunicativo global do homem inteligente e com consciência com seu exterior, pois os homens mudam, nesse jogo, seu pensar e o produto de seu pensar.

A QUESTÃO DA IDEOLOGIA

Quando falamos em ideologia também queremos nos apoiar em Marx e Engels, que entendiam a ideologia como o embate entre as forças dominantes e a consciência individual. Ideologia, nesse sentido, é um reflexo invertido do mundo real. Para eles, nossas idéias nascem de nossa experiência social direta, e esta se oferece como uma explicação de aparência das coisas, dada pela classe dominante. Aparência porque o mundo nos é apresentado como que de cabeça para baixo: o que é causa parece ser efeito e vice-versa. Isso leva à produção de imagens e idéias que pretendem representar a realidade. As imagens formam um imaginário social invertido - um conjunto de representações sobre os seres

⁴² Nossa diferença genética para com alguns tipos de macacos não vai além de 2%. Isso pode significar que o salto genético, com a incorporação de novas informações em nossos cromossomas, não tenha sido muito grande, mas o salto sócio-ideológico é que fez uma grande e significativa diferença.

⁴³ Ainda persistirá por muito tempo o embate entre várias correntes que se debruçam sobre esse tema: uma quer que o homem tenha sua vida traçada pela presença de determinados gens em seus cromossomas (Lombroso e seus seguidores, agora auxiliados pelo Projeto Genoma); outra corrente defende a auto-determinação do ser humano, colocando em suas mãos, de forma absoluta, a criação de seus caminhos; outra apresenta o ser humano como sendo resultado de sua interação ativa com o meio e com os outros homens.

humanos e suas relações, sobre as coisas, sobre o bem, o mal, etc. Tomadas como idéias, essas imagens, ou esse imaginário social, constituem a ideologia. Assim, somos levados a pensar que fazemos algo bem feito porque temos talento natural para fazer; julgamos que, por natureza, os negros nasceram para serem dominados; afirmamos que as mulheres foram feitas naturalmente para a maternidade e o serviço doméstico. Quando surge a naturalização - julgar que as coisas são como são porque é natural que assim sejam, ou porque Deus quer, ou até mesmo porque é obra do destino - a alienação a acompanha, alienando e domesticando o homem, que escapa para o fatalismo.

Duas direções podem ser discutidas a partir destas idéias de Marx e Engels: a) é possível substituir uma ideologia “falsa” por uma ideologia “verdadeira”?; b) é possível substituir uma ideologia dos dominantes por uma ideologia dos dominados?

Pensar que uma ideologia é falsa porque ela não diz tudo é um engano, uma vez que tais brancos e lacunas fazem parte intrínseca do discurso ideológico. A coerência racional da ideologia vem exatamente pelo fato de ela não dizer tudo, porque não pode dizer tudo. Ao mesmo tempo em que ela afirma, ela nega. Esse é realmente o seu jogo. Seu domínio real consiste em esconder sua natureza, e, para tanto, ela tem que ocultar a dominação de uma classe sobre as outras, pois isso é que fundamenta a ideologia. Ela existe para afirmar a todos que seu modo de vida decorre da ação de certas entidades, como o destino, as divindades, a natureza, a sociedade. Mesmo que isso seja uma visão invertida da realidade, tal verdade se cristaliza, e, no lugar da classe dominante que tem o poder econômico e o poder político, surgem as idéias dominantes ‘verdadeiras’, que é a ideologia. Podemos pensar que ela seja falsa porque apresenta apenas a visão da classe dominante sobre a realidade, fazendo com que a classe dominada assumira essa visão como sendo sua; no entanto ela é falsa apenas pela ótica da classe

dominada⁴⁴. Pela ótica da classe dominante, a ideologia defende exatamente os interesses que lhe dizem respeito e, nesse sentido, é verdadeira para os que detêm essa “*força espiritual*”, no dizer de Marx.

Buscar uma ideologia dos dominados, para se contrapor a uma ideologia de dominantes, como se essa pudesse ser a ideologia verdadeira, parece ser um contra-senso, visto ser a ideologia um instrumento de dominação, e, de acordo com Marx, sempre é determinada pelos que dominam a força material da sociedade, dominando também a “*força espiritual*” do conjunto social.

As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as idéias de sua dominação” (Marx & Engels. 1987:72).

Isso não significa que os dominados não tenham idéias, mas as suas idéias são reprodução das idéias dos que dominam, pois a ideologia é o que faz todos representarem sua prática social pelas idéias da classe dominante. Isso leva os dominados a considerarem válidas, verdadeiras e racionais apenas as idéias da classe dominante, e apagarem a divisão da sociedade em classes, de modo que os interesses dos dominadores sejam considerados interesses comuns. O que cabe aos dominados buscar, desde que consigam se reconhecer como dominados, é a crítica da ideologia e o saber real acerca da realidade da

⁴⁴ Penso que os dominadores contam com o que Paulo Freire chama de “*incapacidade ontológica dos oprimidos*”, quando os próprios oprimidos se descobrem e se aceitam incapazes de resolver e superar a situação-limite. Freire admite que a consciência crítica pode perceber, um pouco além desse limite, o inédito, o devir, o futuro histórico, que tem que ser criado pela transformação da realidade atual concreta.

exploração⁴⁵, da dominação e da divisão social em classes e da repressão a que esse saber está submetido pelas forças dominantes.

As novas idéias, para prevalecerem, nascem dentro de um modo de produção, e não dentro da consciência; e essas idéias são formuladas de modo sistemático, para que pareçam válidas, verdadeiras e universais, para que os interesses que elas defendem apareçam como sendo interesses de toda a sociedade.

Tendo em vista que o sujeito que está aí é um sujeito ideologicamente elaborado a partir das ofertas e propostas da sociedade industrial, importa reconstruí-lo a partir da nova realidade posta pelas inovações tecnológicas, que também estão instalando um Novo Processo Civilizatório – A Terceira Onda, a Era Digital. E esta passa em revisão todos os equipamentos e prestação de serviço⁴⁶

⁴⁵ Poderia parecer, segundo a proposta de Marx e Engels, uma tarefa impossível, ou mesmo absolutamente sem sentido, qual tarefa condenatória de Prometeu, esta destinada aos dominados, visto que *“os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam. Na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias; que regulem a produção e distribuição das idéias de seu tempo e que suas idéias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes da época”* (Marx e Engels, 1987:72).

⁴⁶ Nesse sentido vale a pena pensar sobre o esforço, por exemplo, da área médica, de até realizar operações cirúrgicas à distância, contando com o auxílio da moderna tecnologia, em contraposição à luta de poder e retenção de reservas de mercado denunciadas na mensagem que Wesley Porfírio, um advogado de São Paulo, fez circular pela Internet, no mês de Julho de 2000: *“É ilegal e antiético prestar assessoria jurídica - gratuita ou não - via Internet no Brasil. A decisão foi tomada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que está se movimentando de forma a coibir esse tipo de prestação de serviço, a partir de fiscalização e punição dos advogados envolvidos. ‘Ao advogado é vetado prestar consultoria jurídica online, mesmo aquela disfarçada de orientação ao consumidor’ afirmou Rubens Approbato Machado, presidente da OAB São Paulo. A invenção da roda, provavelmente, foi um revolução na época e até os chefes de plantão devem ter proibido o seu uso, alegando que iria trazer muita rapidez nas locomoções a ponto de trazer insegurança as relações. A possibilidade do uso legal do fax na área jurídica, para protocolo de petições é de 1999, apesar do fax estar revolucionando os costumes há muito tempo. O protocolo de petições em disquete (autorização legal para a fazenda nacional) é de 2000, apesar do computador já ter revolucionado o mundo. [...] Assim, penso ser compreensível a rejeição por parte de quem quer que seja ao NOVO que se denomina, no momento, de INTERNET ou como querem outros: MUNDO VIRTUAL. Para mim está muito claro que vivemos hoje, como nossa vida toda é, a dicotomia MUNDO REAL X MUNDO VIRTUAL e, para mim, fica muito claro [...] que um escritório que existe no mundo real pode, também, existir no mundo virtual, simultaneamente. Mais precisamente sobre o advogado, não há qualquer problema no LUTADOR, que é o advogado, manter um escritório on line, desde que a assessoria e atuação seja paga, pois o advogado não pode trabalhar de graça sob pena de concorrer de forma desleal. As páginas de advogado e tenho uma e continuarei tendo, são escritórios no mundo virtual. Não há nenhum ilícito ou imoralidade nisso. O argumento de que não há como reclamar é falacioso, pois a prova do atendimento é o e-mail, instrumento ESCRITO que constitui maior prova de que o cliente dizer que foi atendido PESSOALMENTE no escritório e*

da Segunda Onda, adicionando, quando eles ainda mantêm atualidade de uso, tecnologia de Terceira Onda [os carros – símbolo maior da era industrial – agora têm embarcados elementos tecnológicos computacionais, facilitando seu funcionamento], além de ampliar ofertas de produtos tipicamente desse momento histórico [celulares, computadores, pager's, cartões eletrônicos etc].

Mas a fonte principal das tensões nessa sociedade atual é a questão dos trabalhadores, primeiro promovidos *“da condição de manuseadores de ferramentas à de operadores de máquinas e, finalmente, à de supervisores de sistemas produtivos ultracomplexos. Estes, além de exigir muito menor número de trabalhadores, não carecem de energia muscular nenhuma e não requerem qualquer adestramento profissional”* (Ribeiro, 1968:168). Mas exigem qualificação educacional cada vez mais alta, e dessa forma a escolaridade é transformada em setor social, o que faz com que os não-instruídos sejam excluídos da vida produtiva. Além disso, em nossa sociedade, as estruturas ainda tradicionais do poder se agarram de todas as formas às possibilidades de impedir que a revolução tecnológica desmantele seus interesses investidos, de modo que se tornam cada vez mais tradicionais no plano estrutural e ideológico e cada vez mais renovadoras no plano tecnológico e econômico. Pretendem com tal atitude garantir o *“máximo de transformações no plano produtivo com a manutenção das relações de trabalho, com um mínimo de interferência no plano estrutural e institucional”* (Ribeiro, 1968:169)

foi mal orientado. Pergunto e fica para o bom senso a resposta: é mais fácil provar a consulta com o e-mail respondido pelo advogado ou provar que esteve no escritório dele sozinho e ele deu uma orientação verbal que se revelou um desastre? Isso quando ele nega que o atendeu... Mais, o advogado para atender on line, tem que estar inscrito na OAB e preencher todos os requisitos legais que o permitam advogar no mundo real e, quando errar, será punido da mesma forma que no mundo real.. [...] Uma coisa é punir, quando isso for devido. [...] Outra, muito diferente, é olvidar os avanços, resistir a mudanças benéficas e necessárias, que venham a trazer melhor qualidade de vida para todos. Eu, de minha parte, com meu coração sonhador, abro os olhos e vejo um hoje melhor [...] e acelerando na velocidade da internet, fecho os olhos e vejo um amanhã melhor, onde podemos usar os recursos da internet para construir QUALIDADE DE VIDA. [...] Eu, com meu coração sonhador, vejo que teremos mais tempo para ver o sol, mais tempo para ver as flores e para plantar jardins. Mais tempo para soltar pipa com nossos filhos e dar mais amor e presença a eles. Eu, com meu coração sonhador, jamais perderei a esperança”.

E, dessa forma, devem funcionar aqui os novos imperativos sócio-ideológicos que se dão em choque com os imperativos sócio-ideológicos impostos hegemonicamente pelas Ondas anteriores. Aqui os discursos velhos⁴⁷ se digladiam com os novos discursos⁴⁸; aqueles, enquanto discursos estabilizados pela convivência social, se apresentam como discursos explicadores, e são, em última análise, discursos conservadores e reacionários, visto que se replicam e procuram justificar o que já está instituído; e estes novos discursos, enquanto discursos ainda relativamente instabilizados, se apresentam como discursos formadores, e trabalham no sentido de re-formatar o mundo e as representações a serem desenvolvidas sobre ele. Os discursos explicadores se utilizam dos mitos do passado⁴⁹, e são nominados de “*discursos fundadores*”, enquanto que os

⁴⁷ É preciso aqui ao menos pincelar quais sejam esses velhos discursos, para se entender como funcionava o mundo na Segunda Onda; o discurso capitalista se constitui com base na maximização, standardização, especialização, sincronização, centralização e concentração. Isso tudo é filho da racionalização, que veio com a ciência. Pelo lado dos operários, falavam mais alto os discursos opostos enunciados pela Igreja (sofrer aqui para pagar pecados, trabalho é castigo divino que funciona como purgativo, e todos somos irmãos) e pelo marxismo (todos têm direito ao trabalho e ao pagamento justo [sem mais-valia] e a revolução deve levar ao fim das classes e do Estado. Mas tanto os liberais quanto a Igreja e os marxistas trabalhavam com outros mitos: do “*Mundo Novo*”, igual, justo e tranquilo; da mesa farta; do tudo para todos; dos bens em abundância... Chamo a isso de discursos explicadores. Eles funcionam no sentido de explicar o mundo que está posto a todos, de modo que haja aceitação, de preferência pacífica.

⁴⁸ Também aqui é preciso ao menos referir quais são esses novos discursos, para se entender como é possível vencer as pessoas de que esse “*Mundo Novo*” é o mundo que todos querem e procuram. Como funciona a velha sociedade todos sabemos; onde ela nos levou todos sentimos; onde queremos chegar é mesmo um trabalho de pintar o futuro, e trabalhar com o “por-*vir*”. Isso pode animar muito a todos. Chamo a isso de discursos formadores. Eles trabalham na formação do novo sujeito. Quando se diz que o “*Brasil é um país de futuro*”, ou quando se pinta uma sociedade futura sem analfabetos ou sem exclusão, é o futuro que nos move no presente.

⁴⁹ Gostaria de me reportar aqui ao excelente conto de Gabriel Garcia Márquez - “*Os funerais da Mamãe Grande*”, para ilustrar essa tese. Diz o autor: “*Ninguém conhecia a origem, nem o limite nem o valor real do patrimônio, mas todo mundo acostumara-se a acreditar que a Mamãe Grande era dona das águas correntes e paradas, chovidas e por chover, e dos caminhos vicinais, dos postes do telégrafo, dos anos bissextos e do calor e que tinha além disso um direito herdado sobre vida e fazendas*”. Um belo dia Mamãe Grande estava às portas da morte, e ainda teve tempo para fazer constar em testamento seus assuntos terrenos e o relato minucioso de seus bens morais. A notícia de sua morte correu mundo, e como Mamãe Grande “*era a prioridade do poder tradicional sobre a autoridade transitória, o domínio da classe sobre a plebe, a transcendência da sabedoria divina sobre a improvisação mortal*”, foi credenciada às mais altas honras. Para seu funeral até o Sumo Pontífice veio, e se juntou ao “*presidente da República e os ministros; as comissões do Parlamento, a Corte Suprema de Justiça, o Conselho de Estado, os partidos tradicionais e o clero, e os representantes dos bancos, do comércio e da indústria, [...] rainhas nacionais de todas as coisas existentes e por existir*”. Até que a “*tumba foi selada com um placa de chumbo. Alguns dos presentes dispuseram de clarividência suficiente para compreender que estavam assistindo ao nascimento de uma nova época. Agora o Sumo Pontífice podia subir ao céu em corpo e alma, cumprida a missão na terra, e o*

discursos formadores tomam como base o “por-vir”⁵⁰, olham para o futuro, procurando realizar no presente um projeto futuro. A estes talvez pudéssemos chamar de “*discursos históricos*”. De fato, a identidade nacional deve ser analisada na tensão entre a memória, que constrói discursos e narrativas na busca de construir também o passado, e a história, que apresenta-se como um acordo presente e cotidiano manifestando a vontade comum dos cidadãos.

Carvalho⁵¹, refletindo sobre essa questão, estabelece a “*memória*” e a “*história*” como pólos em tensão, revelando duas dimensões da construção da nacionalidade— a “*invenção*” e a “*participação*”, e afirma que “*tal construção equívale ao que hoje se convencionou chamar de memória nacional, em oposição ao que seria história nacional*”. Ao mesmo tempo lembra que “*a criação de uma nação exigia o esquecimento e até mesmo o erro histórico*”. Daí o risco que trazem as reflexões históricas para a nacionalidade, vez que podem “*lembrar aspectos incômodos*” e “*desmascarar excessos de esquecimentos e de erros*”.

Para Carvalho, pelo uso da memória histórica chega-se aos mitos fundadores, e, no caso do Brasil, ele é “*definidor da natureza de nossa identidade: o Brasil começou em 1500, é luso, católico e cordial. O país pode ser também isso, mas é também o contrário disso. Por que na conquista em 1500 e não na*

presidente da República podia sentar-se a governar segundo o bom critério, e as rainhas de tudo o que existe e por existir podiam casar-se e ser felizes e conceber e parir muitos filhos, e as multidões podiam erguer suas tendas segundo seu leal modo de ver e entender nos desmesurados domínios da Mamãe Grande, porque a única pessoa que poderia opôr-se a isso e tinha suficiente poder para fazê-lo começara a apodrecer sob uma plataforma de chumbo”.

⁵⁰ “Por-vir”/”Já-aqui”. Bakhtin se utiliza destas duas categorias para trabalhar conceitualmente a determinação de sentido para o eu-mesmo. A tentação de viver plenamente o já-aqui apenas produz a morte da existência, pois, caso fosse possível, a existência se cristalizaria em uma existência autônoma, concluída, acabada. Antes disso, o que atualiza a minha existência é a memória do pré-dado, que, para mim é sempre uma memória do passado. Ela só se revela ativa quando, o que é pré-dado em cada uma de minhas vivências, se junta com o futuro perpetuamente por-vir para produzir a unidade segundo a qual eu-ainda não existo. É desta forma que a unidade da existência do Eu não está aqui, no presente e nem é recebida como dádiva do passado; ela se faz unidade na tensão do já-aqui que apenas se completa por conta do futuro. A consciência que tenho de ainda não existir no que é o essencial em mim mesmo é que vem a ser o princípio organizador de minha vida vivida em meu interior, em relação a mim-mesmo. É a *in-existência*, o caminho da finalidade, que indica o presente.

⁵¹ Carvalho, José Murilo de. “A memória nacional em luta contra a história”. In: FSP, Caderno Mais, 12.11.00.

Independência em 1822, na abdicação em 1831, na Abolição em 1888?. Como os mitos fundadores trabalham com esquecimento e erro, pode-se inaugurar a história da identidade nacional onde e de que forma se queira. Por isso ficam normalmente de fora de nossa nacionalidade os indígenas, os negros, os imigrantes, as outras religiões, as revoltas armadas, os golpes militares na república, a origem e o desenvolvimento da concentração de terras e riquezas, os trabalhadores e os pobres. Afirma o autor: *“Há esquecimento demais e há muito erro”*. E, ao se referir aos acontecimentos reveladores da exclusão *“dos que pagaram o preço de nossa história”* da festa oficial dos 500 anos, ainda insiste: *“O plebiscito nacional de hoje exigia essa alteração de memória. O plebiscito falou exatamente pela voz dos que foram deixados de fora da festa, os índios e os sem-terra, tomando os últimos, sociologicamente, como os descendentes dos escravos africanos. O protesto, embaraçoso para os organizadores, teve o sentido positivo de apontar as falhas da memória construída que se tentou reiterar, seu distanciamento da realidade social do Brasil de hoje, seu divórcio dos sentimentos de parte importante do país. Mostrou a necessidade de reescrever a narrativa nacional”*. E essa é narrada todo dia, reescrita todos os dias, a partir de acordos entre toda a população. E aqui os conceitos usuais de democracia deveriam passar por uma revisão, já que uma parcela enorme da população continua ignorada ou excluída nessa rodada plebiscitária cotidiana.

Por isso Carvalho conclui que *“o desastre das celebrações oficiais e as críticas que elas despertaram mostram que é hora de mais plebiscito, é hora de falarem os Brasis de todos os quadrantes sociais. As vozes serão desafinadas e o coral será cacofônico. E haverá, sem dúvida, reação dos que só admitem uma idéia de Brasil, aquela que eles mesmos criaram e que gostariam de impor numa reedição cultural do ame-o ou deixe-o”*. Realmente, a ausência ou negação da possibilidade de explicitar contradições impede o esclarecimento da consciência dos indivíduos, pois que eles necessitam de uma força interindividual não só para perceber a realidade por outra ótica, senão também para fazer subsistir o discurso

interior. Esse choque entre a ideologia oficial e a ideologia não oficial pode levar tanto ao mutismo completo a parte mais fraca, quanto proporcionar a construção de um projeto social alternativo, dependendo das condições histórico-materiais, da relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção, bem como da forma que se relacionam o indivíduo e os interesses dos grupos sociais mais ou menos amplos. É dessa forma que a relação com o outro, enquanto relação de classe ou de grupo social organizado, pode se converter em relação de colaboração e de organização com os representantes da própria classe, de forma a reunir forças para entrar em luta consciente com a ideologia dominante e encontrar formas de mudar a ordem estabelecida das coisas.

É possível, a partir do esquema proposto por Toffler, pensar a História Humana Ocidental, incluída aí a história nacional, sustentada por três grandes sistemas ideológicos:

1. A Primeira Onda – geradora da Revolução Agrícola - foi sustentada ideologicamente pelo **Mito**, com desdobramento na Religião e na Filosofia Clássica Greco-Latina. Os mitos desde sempre foram utilizados pelos grupos humanos na tentativa de explicar os acontecimentos que se davam ao seu redor, e para os quais eles não detinham informação; buscavam explicações no reino dos deuses, dos mistérios e das magias; as religiões sistematizaram esse conhecimento e aplicaram-no aos deuses; já a filosofia greco-latina teve início ao tentar estabelecer como programa a busca e construção de um *arqué*, um princípio que estivesse na base de todas as coisas, único e totalizador, ao redor do qual pudesse ser explicada a diversidade de todas as coisas. Usaram, em suas teorias, elementos cosmológicos, como a água, o fogo, o ar, a terra, o '*nomos*', e até o '*logos*' - a *palavra*. Platão idealizou o *Mundo das Idéias*, Aristóteles trabalhou com a idéia de *Ato* e *Potência*, Santo

Agostinho estabeleceu relação entre a *Cidade de Deus* e a *Cidade dos Homens...*, e o mundo humano se estabeleceu a partir dessa divisão, e o grupo social foi dividido, o poder foi dividido, tudo foi dividido. Havia uma aceitação pacífica para a existência de um mundo dividido: era a vontade dos deuses, e devia ser também a vontade dos homens. No Brasil, a força ideológica da religião e seus mitos perdura até os dias atuais, como base arqueológica de nossa identidade.

2. A Segunda Onda – que desembocou na Revolução Industrial - foi sustentada ideologicamente pelo **Racionalismo** e pelas **Idéias Liberais**, desembocando no desenvolvimento da Ciência. O Renascimento fez com que o homem pudesse acreditar em si; as viagens, os descobrimentos, suas conquistas, fizeram com que seus medos fossem vencidos, e o homem buscasse entender o mundo pela razão; daí a chegar no empirismo como método foi um salto, e logo as indústrias surgiram em todos os lugares da terra, acelerando a produção de bens que foram tornados imprescindíveis para o viver humano, mas nunca se deu conta de produzi-los em quantidade suficiente para todos. A Ciência foi a trilha imposta por essa Onda; ela gerou os bens, e chamou a si algumas das características do Mito antigo, como ser a panacéia para tudo e estabelecer uma forma de vida por seus ditames: era o mito da Ciência. O industrialismo entre nós é tardio e dependente. Mas trouxe consigo todas as cargas ideológicas próprias, que subsistem mantendo a sociedade absurdamente desigual.
3. Que tipo de pensamento, qual sistema ideológico, sustentará esta Terceira Onda – ancorada na Revolução Digital - já implantada entre nós? Será que já estamos vivendo uma espécie de Renascimento, uma busca de um novo Humanismo, como o Movimento havido no século XV, quando se procura um novo tipo de homem, e para tanto se vai até

às raízes humanas do homem? Que homem está sendo gestado nessa Onda? Que ideologia o reveste? Que futuro se está aprontando para o homem? Poderíamos pensar em uma **ideologia Ecológica**, como eixo para a possibilidade atual de construção de uma ideologia hegemônica? Já que, se o planeta não sobreviver a essa onda imensa de devastação, não vai sobrar o homem para contar a história. Será esse o discurso unitário, a ideologia hegemônica dessa Terceira Onda? Ou esse discurso é um disfarce para o discurso da tecnologia, avassalador⁵², tão avassalador que se esconde sob um falso discurso hegemônico tergiversador, como poderia ser o da ecologia⁵³? Os últimos grandes encontros mundiais, aqueles que reúnem o maior número de líderes e representantes dos países, têm se detido sobre dois grandes temas: Economia e Ecologia⁵⁴ (Veja Davos/Suíça, Rio/92, Kyoto/1997,

⁵² Nos últimos 30 anos é que a humanidade passou a se preocupar com as questões nefastas que estavam a reboque da relação tecnológica entre o homem e a natureza. Até então reinou absoluto um movimento de admiração das maravilhas que a tecnologia capitalista poderia produzir. Mas, quando, a partir da década de 70, os processos destrutivos da vida natural se acentuaram, a suposta inocência da tecnologia se esfarelou, e os caminhos escolhidos foram apenas dois: criticar a alta tecnologia capitalista e contê-la foi o caminho escolhido pelos partidos verdes, que se apresentaram como ideologicamente de esquerda e reacionários, e impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas para além do capitalismo foi o caminho escolhido pelos movimentos operários marxistas. Com isso parece que o problema principal ficou de fora das discussões: as máquinas não existem fora de seu contexto sócio-econômico, o que liga a economia com a tecnologia. Para uma discussão futura, não se há de escolher entre uma vida agrária romantizada com o abandono das máquinas tecnologizadas, ou o mundo repleto de máquinas sem o homem; é preciso avançar a discussão para novas alternativas sociais, quando se decidirá o que escolher, o que abandonar e o que transformar, mas sem retroceder a uma utopia ultrapassada.

⁵³ Bastaria ler o noticiário dos jornais sobre a "*Conferência Mundial sobre Mudança Climática*", realizada em Haia/Holanda, em novembro de 2000, reunindo 185 países participantes, para ter a certeza que a ecologia vai continuar subordinada aos interesses destruidores da industrialização.

⁵⁴ No Brasil a discussão atual tem sido travada em torno de dois conceitos: estabilidade e desenvolvimento, envolvendo de um lado os monetaristas que defendem a estabilidade monetária alcançada, e de outro os desenvolvimentistas que defendem que o governo tenha uma política de incentivo à produção nacional. Como tivemos um período muito longo de inflação profunda, a população tem aceito que a estabilidade seja garantida, mesmo que o desenvolvimento seja capenga. Mas, mesmo com anos de estabilidade, os dados estão aí para provar que a riqueza não foi repartida, antes concentrada, que os empregos não foram gerados, antes pelo contrário, e que a qualidade de vida em geral não melhorou. Deve haver um caminho intermediário. Quem tem discutido, na imprensa, esse programa, nos últimos meses de 2000, tem sido o ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, que deveria ter sido o Ministro da Produção, um ministério que nem chegou a ser criado por conta do escândalo do grampo que revelou alguns subterrâneos da privatização das empresas de telefonia. Também o PT e a CUT participam dessa discussão. Em artigo recente (*Terra, trabalho e cidadania*. Disponível in: <http://www.cut.org.br>), Vicente Paulo da Silva, afirma:

Memphis/1999, Haia/2000 etc). Ao lado dos consensos econômicos, os países discutem as questões relacionadas com a emissão de gás carbônico, o buraco na camada de ozônio, a preservação das florestas tropicais, o efeito estufa, o degelo da calota polar, a desertificação das terras férteis, o alagamento de regiões baixas, a escassez de água potável. Todos esses temas são fundamentais para o futuro da humanidade, mas a impressão que a discussão passa é que o desenvolvimento econômico apenas é que subordina a sobrevivência do homem, visto que os países ricos e, conseqüentemente, mais poluentes, não abrem mão de continuar despejando na atmosfera⁵⁵ e no solo e rios, milhares de toneladas de gás carbônico de suas chaminés ainda enfurecidas, e outros elementos tóxicos, poluindo por completo o mundo. Isso desencadearia um aquecimento global, que acarretaria uma elevação no nível dos mares, pelo degelo principalmente das

"Justiça social, maior equilíbrio regional e emprego são os grandes desafios que todos teremos que enfrentar. Dessa forma, caberá a todo o campo democrático popular construir, a partir das diversas iniciativas nesses três campos, uma alternativa concreta de desenvolvimento para o país. Esse esforço prático e teórico, pode desarmar a armadilha política que estamos vivendo há quase três anos. Onde os conservadores foram vitoriosos em criar, no imaginário popular, a ilusão de que são a garantia da estabilidade e do caminho para um belo futuro; e aqueles que se lhes opõem são os dinossauros. É tarefa crucial debater com a opinião pública. Mostrar que o ajuste neoliberal é incapaz de conciliar a estabilização com crescimento econômico, justiça social, distribuição de renda e desenvolvimento regional. Além disso, é preciso mostrar que as oposições são portadoras de propostas concretas, capazes de conciliar estabilidade com desenvolvimento econômico e social. É necessário pressionar o governo, junto com os demais setores democráticos e populares, a reorientar a política econômica para a promoção do crescimento econômico com justiça social e desenvolvimento regional". Claro que os partidos de esquerda e os sindicatos não acreditam que a globalização e a economia de mercado sejam fenômenos naturais, e que é necessário adaptar-se a eles, como quer Mendonça de Barros. Quanto à questão da ecologia, por mais que os jornais, e principalmente os telejornais, mostrem diariamente a derrubada de madeira na Amazônia, o debate não tem sido aceso nem nos meios oficiais e nem no seio da sociedade.

⁵⁵ Apenas os EUA emitem 20,3 toneladas de dióxido de carbono por habitante; a União Européia emite 8,7 toneladas por habitante. O Protocolo de Kyoto, de 1997, que precisa ser ratificado, estabelece que a média seja de 3,8 toneladas por habitante do planeta. Logo, EUA e União Européia teriam que comprar permissões para cobrir 80% e 56%, respectivamente, de seu consumo atual. Assim, com o "fracasso" das negociações sobre a mudança climática, em Haia, é de se perguntar se o sucesso das negociações, se é que existe essa possibilidade, teria mesmo produzido mudanças para o futuro. Se não usar combustível fóssil, ou energia nuclear, ou mesmo se não puder ampliar o potencial das hidrelétricas, quais seriam as opções para os países? Se tiver que pagar "pedágio", a maior parte da riqueza dos países ricos não acabaria transferida para os países pobres, não industrializados? Ou o que parece pior: transferir para os países pobres apenas suas indústrias mais poluidoras.

geleiras da Groelândia, de até 13 metros em cinco séculos, o que faria com que países ou pedaços deles sumissem do mapa do planeta (FSP, 23.11.00). Uma hecatombe ecológica é uma possibilidade concreta que ocupou o lugar da não efetivada hecatombe nuclear dos tempos de Guerra Fria. O desmatamento de florestas, e até mesmo a internacionalização da Amazônia, é sempre tema presente nestas discussões. Discute-se até o pagamento de “*pedágio ecológico*”, uma taxa que países ricos e poluidores pagariam aos países que mantivessem de pé suas florestas. No momento, no Brasil, a discussão levada adiante pelo governo acerca desse tema visa deixar de fora dos chamados “*sumidouros de carbono*”, as florestas de pé, e aceitaria discutir apenas as áreas que fossem reflorestadas, o que deveria trazer novos investimentos. Essa mesma posição é defendida pelos países menos desenvolvidos e pelas ONGs. A FSP, no entanto, denuncia, ao publicar dados de pesquisadores do INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), que a execução das obras (estradas, hidrovias e infra-estrutura) do Plano “*Avança Brasil*” para a Amazônia contribuiria, num cenário pessimista, para desmatar 42% do total da floresta até o ano 2020, e, num cenário otimista, “*apenas*” 28%. Ao mesmo tempo a região continuaria a ser utilizada, como nos tempos recentes do golpe militar, para desafogar a pressão sobre o uso e a concentração de terras no resto do país. A manchete de Editorial da FSP (16.11.00) polemiza sobre isso ao dizer “*Recua, Brasil*”. Se não aumentamos a emissão de gás carbônico, tampouco mantemos nossos sumidouros de pé. Mas isso repercute entre a maioria da população? A resposta obviamente é não⁵⁶!

⁵⁶ Na reunião dos Presidentes dos oito países mais poderosos do mundo (G-7 mais a Rússia) que se deu no mês de julho de 2000 no Japão, os dois grandes temas tratados foram a questão da Informatização no mundo [necessidade de vender seus produtos e manter seus níveis de dominação informacionais?], especialmente entre os países mais pobres, e a questão do perdão da dívida externa para os países mais pobres do mundo. Os excluídos nem imaginam que os presidentes conversem sobre isso.

A não ser quando um desastre ecológico de grande monta (no caso do Brasil, o incêndio em Roraima, o vazamento de óleo na praia de Tramandaí ou na Baía da Guanabara, ou o mega-vazamento de óleo em Julho de 2000 no Rio Iguaçu, no Paraná) ocupa espaço na mídia⁵⁷. Mas isso importa? Que conhecimento ou que decisão se espera dos excluídos? Nenhuma. Até porque já está formado o imaginário social de que estamos vivendo em um País que tem tudo em abundância. Nossas *“matas são de extensão interminável”*, *“o norte do País é um imenso vazio verde”*, *“temos as maiores bacias de água do mundo”*, *“nosso estoque de água potável é indestrutível”*, *“dentro de nossas extensões territoriais ainda cabe muita gente”*. Pensando nesses termos, somos convencidos a não nos preocuparmos de fato com nenhum problema nessa área. Para os que estão no poder, excluído é excluído [não é um anacoreta que se afasta do convívio social por decisão própria, mas alguém jogado propositadamente para fora], e ele deve ir a reboque da ideologia hegemônica, e, nesse caso, visto não ter ele um pensamento próprio e não estar organizado em classe, ele nem conta. Não faz a menor diferença ele decidir algo ou não, uma vez que sua decisão não tem o menor peso social ou político. O destino da humanidade, é a sensação que todos temos, está entregue nas mãos de pouquíssimas pessoas⁵⁸. Essas decidem por todos, traçam os rumos de todos, e

⁵⁷ Segundo a imprensa (OESP, 07.11.00, p.A13), a Petrobrás já se envolveu, só nesse ano de 2000, em pelo menos oito acidentes ecológicos: a) derramamento de 1,3 milhão de litros de óleo na Baía da Guanabara; b) vazamento de 4 milhões de litros de óleo no Rio Iguaçu, no Paraná; c) Vazamento de óleo em João Pessoa; d) vazamento de óleo na Ilha da Paz, em Santa Catarina; e) vazamento de óleo do navio Cantagalo, na Baía da Guanabara; f) vazamento de óleo do navio Cantagalo em Angra dos Reis; g) despejo na atmosfera de 20 toneladas de um pó catalisador, em Mauá, na Grande São Paulo; h) derramamento de 86 mil litros de óleo no canal São Sebastião, no Rio de Janeiro

⁵⁸ Tanto é permitido aqui pensar em decisões que envolvem uma ampla discussão, mas que deve ser decidido por poucas pessoas, o que poderíamos caracterizar como decisões democráticas, como é possível pensar em rumos decididos para a história de povos, ou mesmo do planeta como um todo, de forma absolutamente autoritária. Carlos Heitor Cony, em *“Mocinhos e bandidos”* (FSP, 27.11.00) diz: *“Para efeitos de mídia, o Brasil ficou reduzido a um grupo de umas vinte ou trinta pessoas que ocupam o coração, as mentes e desocupam os bolsos de quase 160 milhões de consumidores. Na seara política, não se entende*

convencem todos a seguir por determinado caminho. Se acertarem, melhor para elas, com certeza; se errarem, ruim para todos. Esse é um dilema terrível e de resultados desiguais!

O DISCURSO IDEOLÓGICO DO CAPITALISMO GLOBAL

Neste fim/início de século, as novas formas de relação entre as pessoas tem se deparado com a arquitetura invisível e imaterial das redes informáticas, que tem posto um novo modelo de representação espacial/social, e que, por sua vez, tem questionado os sentimentos de pertença a uma comunidade ligada ao lugar. A dialética local/global define o mundo atual, e manifesta uma tensão entre dois modos distintos de representação social do espaço⁵⁹: o que representa os particularismos nacionalistas e o que representa o universalismo globalizador.

É fato notório que o nacionalismo tem assumido um papel central nessa discussão, por suas inquestionáveis implicações sócio-culturais e pela exaltação dos particularismos étnico-lingüísticos. Isso parece constituir de fato um anacronismo histórico, em confronto direto com as tendências homogeneizadoras e mundializadoras do momento presente. Mas as crises da modernidade apresentam um vazio que pode ser ocupado por esse renascimento das identidades nacionais, e corre-se o risco e a tentação, por sua vez, de se apresentar tal modelo como uma firme alternativa ideológica.

a monotonia com que os mesmos caras, com as mesmas caras, aparecem ao noticiário, por ações ou omissões, dá na mesma. [...] De acordo com a predileção das editorias, os mesmos personagens dão palpites sobre todos os assuntos, num esquema primário de importância, pois se sabe que fulano, perguntado sobre certa questão, dirá exatamente aquilo que se espera dele e que já foi dito centenas de vezes".

⁵⁹ Estou acompanhando nessa discussão o raciocínio de Rafael Vidal Jiménez (1999) expresso no seu vigoroso artigo *Nacionalismo Y Globalización: Localización-Deslocalización Simbólica del Espacio Social*, disponível na Internet em: "Espéculo – Revista de Estudios Literários", 1999. O endereço eletrônico é: <http://www.ucm.es/info/especulo/numero11/nacional.html>.

De fato está em jogo uma verdadeira articulação de uma reação local identificada no nacionalismo contra uma proposta de fluxos desenraizadores da globalização⁶⁰, que se comportam como uma séria ameaça para a integridade e identidade do sujeito, ao menos para um sujeito que se identifica como tendo uma continuidade no tempo e uma diferenciação com relação aos outros⁶¹.

Quando se reflete sobre a questão da globalização é preciso levar em conta que há uma discussão conceitual, que pode ser clareada semanticamente, diferenciando-se o conceito de globalismo de um lado, e globalidade e globalização de outro. Ulrich Beck⁶² vê o globalismo como um fator ideológico que se dá na luta entre elites empresariais e a prática do poder político estatal, com

⁶⁰ "La globalización es una de esas palabras engañosas que forman parte de las nociones instrumentales que, bajo el efecto de las lógicas mercantiles y a espaldas de los ciudadanos, se han adaptado hasta el punto de hacerse indispensables para establecer la comunicación entre ciudadanos de culturas muy diferentes. Este lenguaje funcional refleja un "pensamiento único" y constituye un verdadero 'prêt à porter' ideológico que disimula los desórdenes del nuevo orden mundial" (Mattelart, 1998:99. In: Jiménez, R. V. op.cit).

⁶¹ Alain Touraine, em seu artigo "La globalización como ideología", publicado em *El País* de 29/09/1996, trata a globalização como sendo de caráter ideológico e intencional, e adverte que na raiz de tal designação está oculta a lógica neoliberal de adaptação social a uma economia aberta, que quer e pode prescindir de qualquer intervencionismo estatal. Também Marc Augé, em seu livro "Hacia una antropología de los mundos contemporáneos", se coloca como um dos autores que tem enfrentado, de maneira decidida, a nova dimensão dualista que a contemporaneidade vem assumindo nesse jogo dialético entre o local e o global. Em sua obra, a complexidade deste final de século se fundamenta na articulação, através das redes de informações, de novos modos de negociação simbólica da realidade em superposição a determinadas formas de convivência. E trabalha com dois modos de ser com a noção espacial: os lugares e os não-lugares. Aqueles fazem referência a um nível simbólico que se refere à identidade entendida como subjetividade, como relação com o outro, e como experiência vivida em comum. Os segundos, em sua imaterialidade, se multiplicam, se justapõem e se agregam aos anteriores nos planos de circulação, consumo e comunicação, desde o lugar da destruição da territorialidade. Se os lugares apontam para a convivência social, os não-lugares indicam um modo diferente de relação consigo próprio, com o mundo e com o outro: a sociabilidade da coexistência. Conceber uma visão de mundo é discernir uma visão de espaço. E Augé liga os lugares ao mundo moderno e os não-lugares à vida pos-moderna. E o mundo, concebido como rede, tem se convertido em um entrelaçamento de relações sociais, onde lugares e não-lugares se relacionam e se alteram sucessivamente. Poderíamos pensar aqui que o espaço físico perde seu sentido usual, enquanto que o espaço informacional ganha importância enquanto não-lugar. Paul Virilio, em seu artigo *El ciber mundo, la política de lo peor* (1997), trata desse tema, defendendo que a virtualidade informática conduz a uma conseqüência essencial: a perda do sentido social do espaço enquanto território físico e real. Com isso desaparece o sentido do próprio corpo, dos outros e do mundo. Esse pensador francês contrapõe a desurbanização do espaço físico à urbanização informacional. É o mundo cibernético. Nesse mundo impera a "ditadura cibernética", sociedade denunciada ao extremo no filme "Matrix", onde a luta do homem contra o domínio total da máquina apenas é vencida pelo Escolhido, e, ainda assim, graças ao uso da própria máquina sob uso humano e com uma pitada de amor.

⁶² Beck, Ulrich (1998). *Qué es la globalización? Falacias del globalismo, respuestas a la globalización*. Barcelona: Paidós.

aquelas tomando o núcleo de decisões do Estado e arrancando dele toda a sua capacidade de tomar diretivas fiscais, econômicas, sociais, ecológicas etc. Assim o globalismo fica reduzido a uma faceta econômica, e se dá no desdobramento da sociedade entre a empresa-mundo e a massa social nacional desestatizada. A imagem da empresa global se impõe, e ela aparece como sem cabeça e sem coração, mas distendida como uma rede pelo planeta e articulada entre si e com outras empresas de acordo com uma racionalidade econômica e apenas buscando a rentabilidade e a produtividade.

Ao definir globalidade, Beck passa da ocultação ideológica promovida pelo globalismo para uma nova representação de mundo, promovida pela sociedade mundial como o conjunto total das relações sociais não determinadas pelo estado nacional: o cruzamento de modelos econômicos, culturais e políticos diferentes na escala planetária. Isso se traduz na explosão de uma diversidade não unificada e na influência sobre a conduta social da compreensão das diferenças que realmente separam os homens. A realização dessa possibilidade vai depender do acesso aos fluxos de informação nesse intercâmbio mundial da diferença, e vai permitir construir uma nova cartografia da desigualdade e da exclusão, visto que o mundo não se separa em países ricos do Norte e pobres do Sul, mas antes na percepção de que, mesmo dentro dos países do Norte há Sul, e dentro dos países do Sul há Norte.

E, desse ponto, Beck passa a analisar o conceito da globalização, definindo-o como *“os processos mediante os quais os estados nacionais soberanos se mesclam e se imbricam mediante atores transnacionais e suas respectivas probabilidades de poder, orientações, identidades e relações várias”* (Beck, 1988:29). Isso parece ser uma resposta ao caráter adotado pela globalidade: a estreitíssima interdependência, vista como irreversível, em que se desenvolvem as diversas facetas (culturais, econômicas, ecológicas, políticas e sociais) a nível mundial, uma vez que a globalização traz consigo reforço

crescente de um embricamento dialético da esfera do local e seus particularismos culturais com a esfera mais complexa do global e sua homogeneização universal. Não se pode separar uma esfera da outra em um mesmo fenômeno.

Também é preciso encarar a globalização como o resultado de um projeto que vem sendo desenvolvido tanto pelas classes incluídas, a chamada burguesia global⁶³, quanto pelas classes excluídas e pelas que lutam por direitos a serem conquistados. Aquelas defendem a eficácia, buscando uma modernidade funcional para as instituições; estas defendem a autonomia dos indivíduos, buscando uma modernidade emancipatória⁶⁴.

Seguindo o pensamento de Rouanet (FSP, 2000), podemos entender a modernidade como a coexistência contraditória desses dois projetos, que, por sua vez, se chocam com os projetos com base no localismo. O projeto de “*Mundo Novo*” das classes incluídas é tocado pelos executivos das multinacionais, pelas elites tecnoburocratas, pelos especialistas em comunicação e informação via satélite e pelos intelectuais que servem à burguesia global; e esse projeto esbarra e derruba as barreiras locais e nacionais, se globalizando⁶⁵. Já o projeto de

⁶³ Immanuel Wallerstein, sociólogo americano, em entrevista ao *Caderno Mais* da FSP de 17 de outubro de 1999, afirma que “o termo *globalização* é em grande parte um slogan e uma mistificação, não uma realidade nova”, e continua discorrendo sobre a liberdade de movimento dos fatores de produção em sua luta contra o protecionismo, principalmente na derrubada de barreiras para os fluxos de capital. Assim, para ele, *globalização* é sinônimo de livre comércio a nível mundial, pois “o que é o capitalismo senão a teoria de que você tem que ser competitivo no mercado mundial?”. Ele não vê o capitalismo como uma colcha de retalhos de Estados autônomos Nacionais, mas como um sistema unificado e altamente hierarquizado, o que separa os países permanentemente em centro e periferia.

⁶⁴ Ver o artigo de Sérgio Rouanet no *Caderno Mais*, da FSP de 30 de Julho de 2000, que trata a mundialização como um projeto de modernidade, com as duas vertentes em conflito: a *globalização* e a *universalização*. E termina sua análise afirmando que a cultura universal é quem deve estimular formas inéditas de hibridação, culminando em uma democracia mundial, que “seria decisiva para ‘civilizar’ a cultura global, regulamentando suas condições de produção e de disseminação. As duas metades ‘inimigas’ da cultura mundial – a global e a universal – se reconciliarão, contribuindo para a concretização do sonho mais alto da modernidade emancipatória, a autonomia cultural. É para ela que caminhamos, e ali chegaremos um dia, se a humanidade não for destruída antes pela homogeneização total do mundo, como querem os xiitas da *globalização*, ou por sua retribalização, como querem os cruzados da purificação étnica”.

⁶⁵ Beluzzo, L. G., em seu artigo “*Império*” (FSP, 17.12.00, *Caderno Dinheiro*), assim define: “A *globalização*, em seu desenvolvimento concreto, se apresenta, na verdade, como a ‘regeneração’ das três tendências centrais e inter-relacionadas do capitalismo: 1) a mercantilização acelerada de todas as esferas da vida,

“*Mundo Novo*” das classes excluídas é levado adiante pelas organizações não-governamentais, pelos governos democráticos, pelos partidos políticos e sindicatos comprometidos com ideais de autonomia e democratização das instituições e sistemas, e esbarra também e derruba as necessidades individuais e autonomizadas colocadas pelos sujeitos, se universalizando.

Enquanto a globalização homogeneiza as particularidades, estipulando como meta a otimização de ganhos pela racionalidade avassaladora de mercado, a universalização se mantém pluralista, visto só poder levar adiante seu projeto se mantiver o desejo e o poder de os sujeitos poderem defender suas especificidades no modo de ser e de pensar. Nos discursos destes projetos da globalização nós somos objetos; da universalização somos sujeitos. Se ainda não há estruturas políticas⁶⁶ com força suficiente para controlar esses dois processos, já há, no entanto, uma cultura mundial resultado da tensão entre esses pólos. Pelo lado da globalização há a cultura do consumo, e todas as indústrias culturais são transnacionalizadas; pelo lado da universalização há o contato cada vez mais forte e amplo entre defensores da natureza e da qualidade de vida⁶⁷, organizações que

inclusive daquelas até agora protegidas (amor, lazer, religião); 2) a universalização da concorrência; e 3) a concentração do poder econômico e político”.

⁶⁶ Apesar de algum esforço dispendido por parte da Organização das Nações Unidas (ONU), ainda estamos longe de ver o instauramento dessas organizações políticas sistêmicas que possam dar o tom oficial da ética mundial. A caixa de ressonância da ética ainda instaurada no jogo das classes tem sido os meios de comunicação, que absorvem e amplificam a discussão travada no social, e que se refere mais especificamente aos desmandos das administrações públicas. Ainda é muito raro de se encontrar uma discussão ética do mundo do consumo, e até mesmo da depredação continuada do meio ambiente, tema tão candente nos dias atuais. Constantemente temos visto os órgãos de comunicação se referir a Novo Pacto Social, tarefa a ser levada adiante entre população civil e acusados de corruptos ou de corruptores, ou entre população civil e os Paramentos, isolando até o centro do governo, no caso de ter sido atingido o núcleo duro do poder estatal.

⁶⁷ Nesse sentido, foi interessante tomar conhecimento de um artigo publicado no *Caderno Mundo* da FSP de 13 de agosto de 2000, com o título “*Contra estresse, Itália lança Cittaslow*”. O artigo diz que o movimento *Cittaslow* (cujo nome é uma mistura do italiano e do inglês e poderia ser traduzido como ‘cidade lenta’) já atinge 33 cidades italianas e uma cidade da Croácia, e pretende preservar o modo tranquilo de seus cidadãos, protegendo as características que fazem das pequenas cidades lugares atrativos a quem busca calma e tranquilidade, além de hospitalidade e comida de ótima qualidade. Ainda diz o artigo que “os inimigos do grupo são os vícios trazidos pela vida moderna, presentes nas grandes cidades de todo o mundo: poluição do ar e sonora, trânsito, falta de áreas verdes, padronização das ofertas de alimentação e, principalmente, muita pressa”. A carta de fundação do movimento diz: “O fenômeno da globalização permite, entre outras coisas, a troca e a difusão de informações, mas tende a eliminar as diferenças e

defendem os direitos humanos, cientistas que buscam vencer doenças, filósofos que pensam o sujeito no seu mundo, cidadãos que lutam por um padrão de vida mais adequado⁶⁸. Esses dois círculos procuram ter o tamanho do mundo, garantindo sua hegemonia em um jogo de poder.

Esses dois projetos poderiam ser pensados como complementares, mas também é preciso hierarquizá-los⁶⁹. Se a cultura global fornece os meios técnicos,

esconder as características peculiares de realidades distintas. Em resumo, propõe modelos medianos que não pertencem a ninguém e inevitavelmente geram mediocridade. O idealizador e coordenador do movimento, Paolo Saturnini, prefeito da pequena cidade toscana de Greve in Chianti, afirma que "o padrão urbano americano está invadindo nossas cidades e fazendo-as parecer todas iguais. O que queremos é manter nossa identidade". Ele ainda afirma: "Queremos lutar contra a invasão das grandes redes de distribuição e de franquias, principalmente no setor de alimentação. Não podemos impedir as grandes cadeias de alimentação de se estabelecerem na cidade, mas esperamos que as pessoas que vêm à cidade não queiram comer aqui o mesmo hambúrguer que podem comer em Londres, Paris ou Melbourne. Não queremos atrasar o relógio da história. O que queremos é simplesmente preservar o que temos de bom e agradável do nosso passado. Não somos contra a tecnologia. Os novos sistemas de comunicação, como a Internet, podem ser uma ferramenta para preservar ou melhorar nossa qualidade de vida". A Folha ainda traz um resumo dos mandamentos da *Cittaslow*: a) Manter políticas ambientais para preservar e desenvolver as características da região; b) Implementar uma política de infra-estrutura para melhorar a ocupação da terra; c) Promover o uso de tecnologias para melhorar a qualidade ambiental e o tecido urbano; d) Encorajar a produção e o uso de alimentos produzidos usando técnicas naturais, preservando e desenvolvendo produtos típicos; e) Proteger produções baseadas na cultura e na tradição, que contribuem para a identificação da área; f) Promover a qualidade da hospitalidade, removendo os obstáculos físicos e culturais que prejudiquem o uso dos recursos da cidade; g) Promover a noção, entre todos os cidadãos, que eles vivem numa 'cittaslow', com especial atenção aos jovens.

⁶⁸ É interessante conhecer o Manifesto do Movimento *Slow food*, nascido na Itália e hoje já presente em 34 países, e que afirma abertamente sua oposição ao movimento *Fast Life*: "*Manifesto ufficiale - Questo nostro secolo, nato e cresciuto sotto il segno della civiltà industriale, ha prima inventato la macchina e poi ne ha fatto il proprio modello di vita. La velocità è diventata la nostra catena, tutti siamo in preda allo stesso virus: la Fast Life, che sconvolge le nostre abitudini, ci assale fin nelle nostre case, ci rinchiude a nutrirci nei Fast Food. Ma l'uomo sapiens deve recuperare la sua saggezza e liberarsi dalla velocità che può ridurlo a una specie in via d'estinzione. Perciò, contro la follia universale della Fast Life, bisogna scegliere la difesa del tranquillo piacere materiale. Contro coloro, e sono i più, che confondono l'efficienza con la frenesia, proponiamo il vaccino di un'adeguata porzione di piaceri sensuali assicurati, da praticarsi in lento e prolungato godimento. Iniziamo proprio a tavola con lo Slow Food, contro l'appiattimento del Fast Food riscopriamo la ricchezza e gli aromi delle cucine locali. Se la Fast Life in nome della produttività ha modificato la nostra vita e minaccia l'ambiente e il paesaggio, lo Slow Food è oggi la risposta d'avanguardia. Lo Slow Food assicura un avvenire migliore. Lo Slow Food è un'idea che ha bisogno di molti sostenitori qualificati, per fare diventare questo moto (lento) un movimento internazionale, di cui la chiocciolina è il simbolo*". O movimento tem como símbolo um escargô (chiocciolina), que se desloca lentamente com sua casa, e que traça, de forma imperturbável, seu próprio caminho. Defende, assim, contra a velocidade obsessiva do mundo moderno, o direito à preguiça, ao prazer e a um novo modo de viver.

⁶⁹ O Informante 8 (conforme explicado melhor no Capítulo III e em Anexo), ao apresentar suas dez palavras que fotografam o mundo, assim se expressou: "*Pensei muito sobre a sua proposta e me decidí, basicamente, por três, que funcionariam como matrizes das demais: 'ética', 'técnica' e 'poder'. A partir delas, ou melhor, de seu interior, sobreviriam, como num processo de arborescência, as outras sete. De 'ética' aconteceriam 'crise', 'mal' e 'morte'; de 'poder', 'desejo' e 'alienação'; e de 'técnica', 'conhecimento' e 'velocidade'. As três matrizes são, simultaneamente, inseparáveis e intercambiáveis,*

a cultura universal proporciona os meios éticos. Dessa forma, para se construir realmente um “*Mundo Novo*”, é necessário que a cultura global seja subalternizada, visto que cabe à cultura universal corrigir seus desvios⁷⁰; e cabe à cultura global oferecer todos os meios técnicos para que a cultura universal proporcione realmente os meios de autonomização do sujeito.

Milton Santos (1999), discutindo a relação das classes sociais no mundo globalizado, e mais especificamente aqui em nosso país, afirma:

A globalização atual e as formas brutais que adotou para impor mudanças levam à urgente necessidade de rever o que fazer com as coisas, as idéias e também com as palavras. Qualquer que seja o debate, hoje, reclama a explicitação clara e coerente dos seus termos, sem o que se pode facilmente cair no vazio ou na ambigüidade. É o caso do próprio debate nacional, exigente de novas definições e vocabulário renovado. Como sempre o país deve ser visto como uma situação estrutural em movimento, no qual cada elemento está intimamente relacionado com os demais.

Continua o autor discutindo essa questão, e distinguindo a nação em passiva e ativa; aquela vista como a nação que obedece cegamente aos ditames globalitários, e esta como o resto. Mas pergunta o autor: “*Serão mesmo adequadas essas expressões? Ou aquilo que, desse modo se está chamando de nação ativa seria, na realidade, a nação passiva, enquanto a nação passiva seria, de fato, a nação ativa?*” Acusando a nação globalizada de ter “*o seu modelo conduzido pelas burguesias internacionais e pelas burguesias nacionais*

cabendo, contudo, a 'ética' (ou à 'questão ética') atuar como um foco de resistência às atuais simbioses entre 'técnica' e 'poder'. Daí, decerto, o caráter inevitavelmente grave das três outras associadas a 'ética', o indeciso das duas associadas a 'poder' e o imperativo das duas associadas a 'técnica'.

⁷⁰ Além dos movimentos já citados, nascidos na Itália, é interessante recordar o movimento desencadeado na França contra a globalização, que opôs em luta franca produtores locais de queijo e criadores rurais de ovelhas contra a Lanchonete MacDonal'd's, tendo como opositor símbolo o criador de ovelhas José Bové, que já foi preso algumas vezes por suas ousadas ações de enfrentamento da multinacional, tomada, nesse caso, como inimigo-modêlo. Também poderia recordar da luta que trava o programador Linux contra a poderosa *Microsoft*, disponibilizando gratuitamente, na Internet, um programa que leva seu nome, e que pode muito bem substituir, sem custo algum, a maioria dos produtos da maior empresa do mundo, e com algumas vantagens. Tais posturas revelam que a subalternização da globalização tem que ser conseguida na luta sem trégua, e não será uma atitude dócil das empresas e movimentos com tendência globalizantes.

associadas”, o autor acusa tal modelo de “*projeto equivocado, dinamismo do diabo*”.

Ao tratar da chamada nação passiva, define-a como “*constituída pela grossa maior parte da população e da economia, aqueles que apenas participam de forma residual do mercado global ou cujas atividades conseguem sobreviver à sua margem, sem participar cabalmente da contabilidade pública ou das estatísticas oficiais*”. E continua o autor:

A ‘nação passiva’ é estatisticamente lenta, colada às rugosidades do seu entorno, localmente enraizada e orgânica. É também a nação que mantém relações de simbiose com o entorno imediato, relações cotidianas que criam espontaneamente e na contracorrente, uma cultura própria, endógena, resistente, que também constitui um alicerce, uma base sólida para a produção de uma nova política. Essa nação passiva mora ali onde vive e evolui, enquanto a outra apenas circula, utilizando os lugares como mais um recurso a seu serviço, mas sem outro compromisso.

Para o autor, a nação ativa desarticula, num primeiro momento, a possibilidade de a nação passiva alcançar um projeto conjunto, mas esta está enraizada no seu meio e consciente pela experiência da escassez, e isso torna possível a produção de um projeto, “*cuja viabilidade provém do fato de que a nação chamada passiva é formada pela maior parte da população, além de ser dotada de um dinamismo próprio, autêntico, fundado em sua própria existência – daí sua veracidade e riqueza*”. E conclamando os intelectuais a, mais do que promover um simples combate às formas de ser da nação ativa, “*empenhar-se por mostrar, analiticamente, dentro do todo nacional, a vida sistêmica da nação passiva e suas manifestações de resistência a uma conquista indiscriminada e totalitária do espaço social pela chamada nação ativa*”. O autor conclui afirmando que

podemos desse modo admitir que aquilo que, mediante o jogo de espelhos da globalização, ainda se chama nação ativa é, na verdade, a nação passiva, enquanto o que, pelos parâmetros, é considerado como a nação passiva constitui, já no presente, mas

sobretudo na ótica do futuro, a verdadeira nação ativa. Sua emergência será tanto mais viável, rápida e eficaz se se reconhecerem e revelarem a confluência dos modos de existência e de trabalho dos respectivos atores sociais e a profunda unidade do seu destino.

Alguns estudiosos têm analisado quais são as mais fortes *conseqüências desse modelo de globalização para os países do Terceiro Mundo*. Convém lembrar, todavia, que o processo de globalização inclui também, em sua espiral de desenvolvimento e enriquecimento, algumas regiões dentro dos países do Terceiro Mundo e uma certa parcela da população em meio à totalidade social, razão pela qual o projeto neoliberal é defendido também por certas elites nos países do Terceiro Mundo.

As conseqüências que apontamos a seguir consideram o conjunto das relações que afetam a maioria ou todas as pessoas, e não as possíveis vantagens de uma pequena parcela dos setores nacionais que se beneficiam do atual modelo de globalização. Estes itens, com algum cuidado, podem ser generalizados para alguns países ou regiões do Terceiro Mundo.

- Incorporação de empresas de capital nacional por empresas transnacionais⁷¹ em razão de não suportarem a concorrência, provocando a rápida desativação de várias unidades produtivas em razão destes grupos transnacionais produzirem sob novos procedimentos organizativos e com tecnologias mais avançadas, o que

⁷¹ O Brasil abriu novamente sua janela para o mundo em 1990, e logo foi invadido pelas companhias estrangeiras que se achavam com espaço de crescimento esgotado em seus países, e, por isso saíram em busca de mercados ditos promissores, como o Brasil. Segundo levantamento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Nacional), as empresas nacionais no Brasil ainda dominam 62% das vendas anuais de toda a indústria no país. No Brasil, segundo levantamento da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) desde 1992 até 1999, 2019 empresas de todos os setores foram vendidas ou se associaram a outras; só em 1999 as fusões e aquisições chegaram a 500 empresas. E enquanto as empresas nacionais investiram 41 bilhões de dólares no país, as multinacionais investiram 57 bilhões, nos cálculos da Simonsen Associados, uma empresa de consultoria paulista. Reinaldo Gonçalves, professor titular de economia internacional da UFRJ afirma que “a *nossa burguesia nacional não gosta de concorrência, tem tradição de casa grande e não quer negociar a venda com o concorrente nacional. Com isso pode perder o controle da companhia*” (FSP/Caderno Dinheiro, 02 de Julho de 2000).

permite a produção de um maior volume de mercadorias com um menor número de trabalhadores empregados; subalternização de empresas de capital nacional que são contratadas como fornecedoras de material ou operam de modo terceirizado junto às grandes empresas transnacionais que se instalam nos países periféricos e que, tendo uma estratégia mundial de crescimento, podem desativar grandes unidades a qualquer momento, deslocando-as para outras regiões⁷², deixando, assim, as empresas locais terceirizadas à sua própria sorte, provocando graves conseqüências econômico-sociais.

- Com a depreciação do valor das matérias-primas em razão de inovações no setor de tecnologia dos materiais e de engenharia genética, que possibilitam a substituição de inúmeros tipos destas matérias ou a sua produção alternativa, ficam prejudicadas as economias dos países que têm na exportação de matérias-primas sua principal fonte de divisas; pressão de *déficit* na balança comercial dos países periféricos em razão de importação de tecnologias para a modernização do parque produtivo⁷³, da remessa de lucros e dividendos de empresas estrangeiras instaladas no país⁷⁴, bem como pela da

⁷² Pode ser também que esse deslocamento se dê a nível interno, como vem ocorrendo na região do ABCD paulista, onde empresas montadoras de automóveis, que agregavam ao seu redor inúmeras fornecedoras de peças, deixaram de atuar e se deslocaram para outras regiões do país, levando à bancarrota as pequenas empresas. Assistimos nesse final de 2000 à bancarrota da poderosa Daewoo coreana, que está arrastando consigo mais de 50 empresas fornecedoras de peças para seus automóveis.

⁷³ Tal modernização é o que tem dado algum resultado no enfrentamento da concorrência estrangeira, mas com a conseqüência funesta do desemprego. Segundo o IBGE, de 1990 a 1999, a produtividade na indústria nacional deu um fantástico salto de 104%. E além da eficiência, algumas de nossas indústrias estão comprando ou se associando a empresas de outros países para ganhar tamanho; é o caso da catarinense WEG, uma das maiores indústrias de motores elétricos do mundo, que comprou recentemente uma fábrica na Argentina; o grupo gaúcho Gerdau, que tem siderúrgicas em cinco países além do Brasil; a paulista Sabó, que fabrica autopeças e tem filiais em sete países. É bom lembrar que filiais lá fora ajudam a remeter lucros e dividendos para o Brasil, o que ajuda a equilibrar o fluxo de capitais entre os países.

⁷⁴ A Sobeet (Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e Globalização Econômica) estima que a remessa de lucros e dividendos de empresas estrangeiras instaladas no país deve chegar a 6 bilhões de dólares em 2000, 7 bilhões em 2001 e 8 bilhões em 2002, e afirma em seu relatório que o grande desafio é encontrar uma maneira para que o capital estrangeiro conviva com a economia sem provocar um desastre..

degradação do valor dos produtos de exportação⁷⁵ e, ainda, em razão dos instrumentos de âncora cambial adotados com a finalidade de manter a estabilidade monetária e de não afastar capitais estrangeiros que atuam nos mercados de títulos públicos;

- Dependência de tecnologias de ponta, especialmente da tecnologia da informação, ocorrendo significativas queimas de capital para importá-las; contudo, a sua rápida obsolescência exige importações sucessivas de bens tangíveis e intangíveis mais avançados, o que leva a uma fabulosa sangria de capitais, sem nunca atingir um grau de modernização de ponta nestes setores frente aos países de capitalismo avançado;
- As economias ficam dependentes dos fluxos de capital internacional, sobre os quais não têm autonomia; os fluxos de capitais voláteis, fictícios ou especulativos geram um clima de aparente estabilidade econômica que nada tem de duradoura, podendo gerar fortes crises ao sinal seguro de alterações no câmbio ou na taxa de juros que lhes reduza a rentabilidade;
- Enfraquecimento do controle das economias nacionais pelos governos, em razão da internacionalização das finanças, bem como, pela acentuada penetração de capitais internacionais; e submetimento da economia nacional a variadas oscilações em razão da interdependência dos países nos blocos econômicos e mercados comuns que integram,

⁷⁵ Na década de 80 o Brasil exportava 1,4% das mercadorias que circulavam pelo mundo, segundo a Sobeet. Na década de 90 a participação do país, décima economia mundial, se resume a 0,9% das mercadorias circulantes, o que significa apenas 8% do nosso PIB, e nos coloca como 34º lugar entre os exportadores. E o Governo FHC anuncia constantemente a meta de 100 bilhões/ano para as exportações, mas não conseguimos chegar nem na metade desse patamar. Promessas não comovem a realidade! Apenas enganam as esperanças! E é bom dizer que na década de 90 o volume das exportações mundiais cresceu 77%. Nestes últimos dias temos todos ouvido do governo a opção por dois caminhos: promoção inteligente das exportações e substituição dos produtos importados.

ocorrendo pressões sobre determinados segmentos econômicos nacionais que ficam prejudicados por esses acordos;

- Acirramento dos desequilíbrios econômicos regionais, em razão das vantagens econômicas comparativas existentes em certas regiões dos países ou blocos que possuem maiores economias de aglomeração⁷⁶, melhores condições de infra-estrutura e maior facilidade de integração regional dentro dos mega-mercados; e surgimento de ilhas de prosperidade, isto é, de algumas regiões em que o desenvolvimento econômico se acentua por nelas se investirem somas significativas de capital em atividades produtivas modernizadas que alavancam o crescimento local; inchamento de cidades para onde os pobres se deslocam em movimentos migratórios em busca de emprego, assistência pública e melhores condições de vida, pressionando o surgimento de grandes metrópoles e megalópoles, com problemas gigantescos;
- Ampliação do montante das dívidas externa e interna⁷⁷ em razão de empréstimos feitos para equilibrar pagamentos e rolagem de títulos; transferência para o exterior de poder sobre importantes decisões econômicas que envolvem investimentos e produção em amplos segmentos econômicos, principalmente os setores mais modernos, que

⁷⁶ O estoque da poupança global está em torno de 13,7 trilhões de dólares, mas apenas 25% destes recursos vão para países em desenvolvimento. O restante é consumido pelos Estados já desenvolvidos, sendo que a maioria é pelo Estado Americano do Norte. O investimento é tão concentrado quanto a riqueza.

⁷⁷ Dados oferecidos por Maria da Conceição Tavares, publicados na *Folha/Dinheiro*, de 02 de Julho de 2000, sob o título "*Por que é preciso um plebiscito sobre a dívida externa*": até o final de 1979 devíamos 55 bilhões de dólares. Em 1986 a dívida tinha dobrado. Ao final de 1999, a dívida total alcançou mais de 240 bilhões de dólares, dos quais cerca de 140 bilhões de dívida privada. Mesmo tendo acrescentado 100 bilhões na dívida, o governo atual remeteu, de 1994 a 1999, 231 bilhões de dólares para pagar juros e amortizações da dívida. Evidente que precisou desnacionalizar e privatizar para fechar a conta. A economista conclui que "*estamos vendendo o país para pagar a dívida*". E o pior é que as privatizações de empresas do setor estatal fecharam 546 mil vagas de trabalho, de 1989 a 1999, e, por incrível que pareça, deu-se um efeito de aumento no endividamento público causado pelo próprio processo de privatização.

ficam desnacionalizados em razão dos processos de privatizações; perda da soberania das nações em razão de sua subordinação não apenas às regras da OMC, hegemônica pelos países de capitalismo avançado, mas especialmente de sua subordinação às decisões das empresas industriais e financeiras multinacionais, bem como, aos interesses dos blocos econômicos dos quais o país faça parte;

- Exclusão social de significativa parcela da população das diversas regiões dos países, parcela essa que não participa dos resultados do progresso econômico e social que ocorre nas *ilhas de prosperidade*; desemprego em massa, como resultado do processo de modernização dos setores produtivos que se realiza com a finalidade de ampliar os níveis de produtividade e competitividade das empresas nos mercados interno e externo, introduzindo novas tecnologias e sistemas de gerenciamento; ampliação da informalidade e de práticas econômicas consideradas contravenção ou imoralidade, como contrabando, pirataria, narcotráfico, prostituição, trabalho infantil, etc.
- Pressões de devastação ambiental, sendo o meio ambiente degradado tanto pela competição capitalista que busca maximizar lucros diminuindo custos, instalando no Terceiro Mundo as "*indústrias sujas*" - aproveitando brechas de legislação e fiscalização - quanto para promover alguma melhora imediata à vida das pessoas excluídas dos processos produtivos e da assistência por políticas públicas;
- Decomposição do tecido social ampliando-se as desigualdades sociais na distribuição de renda⁷⁸, no acesso às condições básicas de vida, no

⁷⁸ Philip M. Harper, da Stanford University, divulgou via e-mail, na Internet, alguns dados interessantes sobre o mundo em perspectiva. Afirmou que, se pudéssemos encolher a população do mundo a uma vila de 100 pessoas, mantendo todas as proporções, o resultado seria o seguinte: a) 57 Asiáticos; 21 Europeus; 14 Do hemisfério ocidental - Américas do Norte e do sul; 08 Africanos; b) 52 mulheres; 48 homens; c) 70 não brancos - (Amarelos, vermelhos ou negros); 30 Brancos; d) 70 não católicos; 30 católicos; e) 6 pessoas

acesso e na qualidade de interpretação da informação, etc. Agravamento dos indicadores da qualidade de vida; aumento da violência e criminalidade, em razão das tensões sociais provocadas pela exclusão econômica de significativas parcelas da população com necessidades elementares insatisfeitas e que, concomitantemente, são agenciadas pelas mídias a participarem de processos modelizados de consumo; retorno de doenças infecto-contagiosas que já haviam sido controladas, por falta de investimentos públicos em saúde e infraestrutura - água, esgoto, vacinação, etc. Ameaça de convulsões sociais com desdobramentos político-institucionais que podem afetar os regimes democráticos liberais: saques, revoltas contra a ausência de políticas públicas, contra a falta de empregos, etc, podendo haver a ascensão de movimentos nacionalistas de direita que capitalizem tais insatisfações;

- Perda nacional de referenciais culturais identificadores, em razão de fenômenos transnacionais de produção de subjetividade em que operam, especialmente, as mídias eletrônicas veiculando mensagens em tempo real pelo mundo todo, e em razão da publicidade que produz imaginários em torno de uma certa configuração de sociedade de consumo;
- Tendência dos regimes políticos tornarem-se mais globalitários, esvaziando-se a democracia de seu caráter de assegurar a liberdade pública, reduzindo-a aos ritos eleitorais com escolhas orientadas pelas mídias, à adoção legislativa de políticas que favorecem os grandes

deteriam 50 % de toda a riqueza - (E todas as 6 dos Estados Unidos); f) 80 morariam em casas abaixo do nível desejado; g) 70 seriam analfabetas; h) 50 seriam desnutridas; i) 1 estaria a beira da morte; 1 estaria prestes a nascer; j) 1 teria nível superior e 1 teria computador. Philip conclui dizendo que, quando se considera o mundo de uma perspectiva tão comprimida, a necessidade de aceitação, compreensão e educação se torna absurdamente aparente.

grupos econômicos transnacionais, à implementação executiva da modernização conservadora e ao exercício judiciário de assegurar a legalidade da imposição da nova ordem e, em casos extremos, como vem ocorrendo no Brasil, assegurar o repasse do patrimônio público aos grupos privados, manifestando-se favoravelmente à legalidade de processos de privatização e concorrências entre outros.

Celso Furtado (1998), em seu *O Capitalismo Global*, apresenta uma análise do capitalismo em sua trajetória histórica, e as implicações de sua nova face - a Globalização, cujas observações e conclusões se prestam sobremaneira ao que estamos discutindo nesse trabalho. Para melhor entender suas reflexões, vamos acompanhá-lo, discorrendo sobre alguns antecedentes postos nesta análise. A formação econômica do mundo moderno, com base no capitalismo, apresenta três ângulos de observação interagindo em um único processo histórico: a) esforço acumulativo mediante elevação da poupança de certas coletividades; b) a ampliação do horizonte de possibilidades técnicas; c) aumento da parcela da população com acesso a novos padrões de consumo. *“Não se trata de três processos distintos, e sim de três faces em interação de um só processo histórico. É fácil perceber que, sem as inovações técnicas, não iria muito longe o aumento da poupança, e que a ampliação do poder de compra da população era elemento essencial para a reprodução dinâmica do sistema”* (Furtado, 1998:26).

Mas é bom lembrar que esta não foi a primeira opção do industrialismo, pois que, necessitando de mercados para sua expansão, foi buscar, numa primeira investida, mercados externos. Basta lembrar as guerras na Europa no século XVII e XVIII, com a Inglaterra forçando mercado, exigindo abertura de portos, levando seus produtos aos mais extremos pontos do mundo, para entender que os mercados externos se revelavam como o caminho para o desenvolvimento revolucionário das indústrias. Se este caminho tivesse ido mais

longe, a globalização teria sido um fenômeno do século XIX, com as indústrias se espalhando e favorecendo também as nações periféricas, mas a história deu uma reviravolta e concentrou as indústrias nos países do Centro, que “*comandavam a vanguarda tecnológica*”, ao mesmo tempo em que repartiu nestes países a renda de forma mais igualitária, pela ação das forças sociais organizadas e dos governos reguladores de ações de equilíbrio. Se buscássemos uma fórmula para resumir este período, ela poderia ser assim expressa:

$$EC = \frac{IT^{(AE)} \Leftrightarrow EMI^{(PFS)}}{PP}$$

onde se diz que a economia capitalista (EC) desse período se dá na relação entre a Inovação Técnica (IT), potencializada pela ação dos empresários (AE) que elevaram produtividade buscando lucros, e a Expansão do Mercado Interno (EMI), potencializada pela pressão das forças sociais (PFS) que lutaram para elevar salários, equilibrada pela ação reguladora do poder público (PP).

O cruzamento do tripé oferecido pelos ângulos do processo histórico capitalista e a ação sincrônica das forças postas na fórmula acima resultaram no fortalecimento dos sistemas econômicos nacionais, que se utilizaram dos mercados externos apenas como contribuição subsidiária dos lucros mais elevados.

Mas, nos últimos decênios, ampliou-se a interdependência dos sistemas econômicos, tornando obsoletas as técnicas de produção e unificando os processos de produção e os mercados fundamentais. “*Quanto mais as empresas se globalizam, quanto mais escapam da ação reguladora do Estado, mais tendem a se apoiar nos mercados externos para crescer. Ao mesmo tempo, as iniciativas dos empresários tendem a fugir do controle das instâncias políticas. Voltamos assim ao modelo original, cuja dinâmica se baseava nas exportações e nos investimentos no estrangeiro*” (id.:29).

A configuração do quadro global atual revela as seguintes mudanças: a) “o declínio da governabilidade das economias de maior peso não se explica sem ter em conta a internacionalização dos mercados financeiros” (id.:30), carreando poupança dos países mais pobres para sustentar as economias poderosas; b) o surgimento da União Européia, além de revelar-se “um formidável projeto de engenharia política”, “adquiriu um impulso considerável no plano econômico, sendo de longe a mais importante experiência de superação do Estado Nacional, como meio de disciplinar a convivência humana num quadro democrático” (id.:31); c) os países do Leste europeu, re-convertidos traumáticamente à economia de mercado, vão demorar algumas décadas para se incorporar ao mercado produtor mundial, e mesmo a Rússia, com “seu imenso potencial de recursos, inclusive de gente qualificada”, não deverá ocupar lugar de destaque na configuração do mundo nos próximos anos; d) os países asiático-orientais já revelaram sua força econômica, e “são hoje, sem lugar a dúvida, os líderes da nova onda de transformações que estão redefinindo a face do planeta” (id.:32), apesar da imaturidade de sua classe dirigente; e) os países latino-americanos precisam resistir às pressões para desregulamentar seus mercados, pois isso “acarretará efeitos diversos em função do grau de heterogeneidade de suas estruturas sociais”, e necessitam resolver urgente seus problemas de concentração de renda e de exclusão social histórica, ao mesmo tempo em que devem buscar novos modelos de desenvolvimento para participarem do mundo globalizado.

Podemos assinalar alguns pontos do perfil que se esboça. Os desajustamentos causados pela exclusão social de parcelas crescentes de população emergem como o mais grave problema em sociedades pobres e ricas. Esses desajustamentos não decorrem apenas da orientação assumida pelo progresso tecnológico, pois também refletem a incorporação indireta ao sistema produtivo da mão-de-obra mal remunerada dos países de industrialização retardada, em primeiro plano os asiáticos. A globalização em escala planetária das atividades produtivas leva necessariamente a grande concentração de renda, contrapartida do processo de exclusão social a que fizemos referência. Os novos desafios, portanto, são de caráter social, e não basicamente econômico como ocorreu na

fase anterior do desenvolvimento do capitalismo. A imaginação política terá assim que passar ao primeiro plano. Equivoca-se quem imagina que já não existe espaço para a utopia. Ao contrário do que profetizou Marx, a administração das coisas será mais e mais substituída pelo governo criativo dos homens. (Furtado, 1998:33)

Celso Furtado, como visto, relaciona o fenômeno da Globalização com o da exclusão social. A primeira base tomada para estabelecer tal relação é captar o sentido dos acontecimentos, discutindo os ajustamentos estruturais globais que estão sendo feitos na realidade mundial emergente, e que podem ser resumidos dessa forma:

- a) desde o início dos anos 80 há uma tensão estrutural nos países do Terceiro Mundo, especialmente nos países latino-americanos por suas crises políticas e por conta da elevação dos juros no mercado internacional, com uma drenagem absurda de recursos para os EUA, que recebe mais que a metade da poupança disponível para investimentos internacionais;
- b) a queda de produção nos países do leste-europeu, causada por seu processo de destruição/reconstrução, que, além de absorverem muito recurso internacional, deixando mais ainda os países terceiro-mundistas com poucos recursos, têm dificuldade em remunerar o capital investido;
- c) com a integração dos países da Europa Ocidental, re-desenha-se a superação do Estado Nacional, opera-se um crescimento da homogeneidade social, mantém-se o controle sobre a atividade intelectual, concentra-se em áreas desenvolvidas o impacto de novas técnicas produtivas e re-configuram-se os instrumentos de poder nos países dominantes na economia;
- d) os sistemas econômicos nacionais ficam cada vez mais dependentes da internacionalização, e estes pressionam para desarticular os países com marcada diversidade cultural e de nível de vida, imbricando, desse

modo, as regiões subdesenvolvidas em processos políticos que cristalizem as desigualdades sociais;

- e) mudou a estrutura internacional do poder com a criação de grandes blocos de nações-sedes de empresas transnacionais, o que tende a reproduzir a relação desenvolvimento/subdesenvolvimento;
- f) *“com o avanço da internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos, debilitam-se os sistemas econômicos nacionais. As atividades estatais tendem a circunscrever-se às áreas sociais e culturais”* (id.:38);
- g) *“os problemas ligados ao equilíbrio ecológico, ao controle do uso de drogas, ao combate das enfermidades contagiosas, à erradicação da fome e à manutenção da paz”* (id.:38) passam a ter abordagem facilitada pela atividade política internacional, mas esta também terá facilidade para definir o espaço das atividades locais, redefinindo e reproduzindo, em última instância, o grau de subdesenvolvimento de cada região.

Com uma avalanche tão poderosa de forças sociais e políticas atuando diretamente na economia mundial, alterando-a favoravelmente em direção à permanência do capitalismo, apto à formação do imperialismo, agora travestido sob a nova forma de globalização, é de se pensar que não há realmente alternativas viáveis para as pessoas, os grupos e as nações excluídas por um processo tão avassalador.

O que fazer para fugir deste buraco negro implantado na economia mundial, sugador de todos os recursos produzidos pelos países subdesenvolvidos? A história nos revela que o impulso na promoção do desenvolvimento brasileiro foi gerado aqui dentro mesmo, e que o mercado externo foi apenas coadjuvante. *“O Brasil seria no terceiro quartel do século XX a fronteira em expansão mais rápida do mundo capitalista”* (id.:39). Nesse período o mundo passava por grandes

transtornos, mas o Estado adotou as estratégias para lançar as bases de um sistema industrial nacional.

O sacrifício imposto à população foi compartilhado por todas as classes sociais, inclusive aqueles grupos antes habituados a terem acesso a bens de consumo importados. Durante alguns decênios, o país teve de se reestruturar, reduzindo consideravelmente a participação das importações na oferta de bens de consumo enquanto a população crescia, particularmente nas áreas urbanas. Uma nova realidade social começava a emergir: os ricos, consumindo produtos nacionais, já não eram vistos como habitantes de outro planeta, e a classe média em formação ocupava espaços crescentes e assumia posições de liderança no plano cultural (id.:40).

Mas então chega a crise mundial dos anos 70, com a crise do dólar, depois a crise do petróleo, depois a crise das taxas de juros, e finalmente a crise dos super-endividamentos dos países terceiro-mundistas, que, de absorvedores de capital internacional, passam a países exportadores de poupança interna, produzida às custas de fome e desigualdade social.

É necessário, provavelmente, proceder à redescoberta deste nacionalismo abandonado, para que se possa traçar caminhos para a superação desta dependência internacional, quando nossa oferta de produtos é maior que nossos ganhos, uma vez que precisamos baixar preços para concorrer no mercado internacional. A retomada da construção do mercado interno pode ser o motor de crescimento que foi abandonado por mudanças estruturais na economia internacional, impingidas, praticamente à força, pelos credores internacionais e pelos conglomerados produtores imperialistas. Este dinamismo do mercado interno, no Brasil, já melhorou muito desde 1930, mas ainda é necessário aumentar a capacidade de autofinanciamento, numa tentativa de fugir dos preços exorbitantes do dinheiro externo, e para isso se *“requer um maior esforço de poupança pública e privada e maior disciplina e transparência no uso das divisas geradas pelas exportações”* (id.:44). As finanças públicas devem ser saneadas, o

endividamento externo deve ser evitado, e as relações externas devem ser melhoradas a nosso favor.

É certo que o subdesenvolvimento não é um produto natural, e também é certo que não eternizará os mesmos países em suas cadeias de exclusão econômica. Mas como é possível superar o subdesenvolvimento, visto que ele é a face oculta do desenvolvimento, o resultado das limitações impostas aos países periféricos pela divisão internacional do trabalho? Afinal, onde se localiza o subdesenvolvimento⁷⁹? Parece que passar da simples modernização ao desenvolvimento nem sempre produz transformações sociais ou distribui rendas, pois pode produzir a marginalização social, pelo desemprego, reforçando estruturas de dominação e apenas internacionalizando mercados; desenvolver tecnologicamente também pode ser uma armadilha para a adoção de padrões de consumo de produtos finais que exijam grau de acumulação e sofisticação técnica que tornam o consumo generalizado impeditivo.

A reflexão suscitada por essa temática vem permitindo circunscrever melhor o campo do estudo do subdesenvolvimento. De um lado apresentam-se as exigências de um processo de mundialização, imposto pela lógica dos mercados, que está na base da difusão da civilização industrial. De outro, configuram-se os requerimentos de uma tecnologia que é fruto da história das economias centrais e que exacerba sua tendência original a limitar a criação de empregos. Por último, estão as especificidades das formas sociais mais aptas

⁷⁹ Plínio Soares de Arruda Sampaio escrevendo na FSP de 30 de Abril de 2000, na Seção Tendências/Debates, sob o título "*Dependência e Bárbarie*", se refere ao novo ciclo de modernização dos padrões de consumo, e afirma que "*não é preciso muita imaginação para perceber que a liberalização comercial, a flexibilização do mercado de trabalho, a desnacionalização da economia, a venda das empresas estatais, a livre mobilidade de capitais e o ajuste fiscal sem fim – medidas indispensáveis para que a parcela mais abastada da população possa ingressar na fase superior do consumismo – minam as bases objetivas e subjetivas do Estado Nacional*". Continua afirmando: "*O desafio é livrar a sociedade brasileira de suas três grandes mazelas: 1) o caráter dependente de seu sistema econômico, uma forma de organização da produção que deixa a vida nacional sujeita às vicissitudes do capital internacional; 2) a extrema assimetria entre as classes sociais, um padrão de estratificação que divide o país em dois mundos antagônicos, configurando um típico regime de segregação; 3) o pesado fardo do colonialismo cultural, uma visão de mundo mimética incompatível com os objetivos de uma sociedade nacional*". E conclui seu artigo dizendo: "*O sentimento de que chegou a hora de superar a situação de dependência – necessidade há muito diagnosticada por autores como Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado – fermenta de forma silenciosa e lenta, mas irreduzível, na base da sociedade brasileira*".

para operar essa tecnologia ou seja, as formas de organização da produção e de incitação ao trabalho, as quais tendem a limitar a possibilidade de recurso aos sistemas centralizados de decisão (Furtado, 1998:49)

Três modelos já foram adotados neste século na tentativa de encontrar respostas às múltiplas questões que a produção e superação do subdesenvolvimento colocam:

- a) *“Coletivização dos meios de produção”* (Furtado, 1998:50) - com raízes no projeto e na doutrina marxista, *“esse primeiro projeto baseou-se no controle coletivo das atividades econômicas de maior peso, fosse em nível das unidades produtivas (autogestão), fosse em nível nacional (planificação centralizada), ou ainda na forma de combinação desses dois padrões de organização coletiva do sistema econômico”* (id.ib.);
- b) *prioridade à satisfação das necessidades básicas* (id.:51) - tendo em vista que a inserção tardia no industrialismo produziu enorme volume de exclusão social, é necessário *“modificar o perfil de distribuição da renda, de forma que o conjunto da população possa satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, saúde, moradia, educação etc”* (id.ib.), utilizando uma parcela considerável do produto econômico para eliminar a pobreza absoluta, contando com uma vontade política férrea e maior autonomia nas relações externas;
- c) *“Ganho de autonomia externa”* (id.:53) - Ao encontrar brechas de competição nos mercados externos, o país deveria investir para favorecer a capacidade produtiva nestes *“setores com capacidade competitiva externa potencial e que tenham ao mesmo tempo um efeito indutor interno”*, de modo a também reverter na formação de mercado interno, com ganhos consideráveis de autonomia externa. *“O traço principal desse modelo é o ganho de autonomia nas relações externas. Supera-se a dependência e passividade, imposta pelo sistema clássico*

de divisão internacional do trabalho, para adotar uma postura ofensiva fundada no controle de certas técnicas de vanguarda e na iniciativa comercial” (id.ib.). O problema é que sua implementação não se dará pelas “*elites tradicionais voltadas para a modernização dependente*”, e nem pelas “*maiorias preocupadas em ter acesso imediato a melhoras nas condições de vida*”, o que pode reforçar a vocação autoritária das estruturas estatais.

Ao analisar em conjunto os três modelos já adotados em diversas partes, Furtado (1998:54) sistematiza certas condições que devem ser cumpridas pelo país de economia periférica que pretenda superar o subdesenvolvimento:

- a) exigência de um certo grau de autonomia nas decisões, limitando o mais possível a drenagem dos recursos potenciais de investimento para o exterior;
- b) dificultar o aprendizado de padrões de consumo desenfreado patrocinado pelos países produtores e ricos, e assegurar nível relativamente alto de investimento no fator humano, abrindo caminho para a homogeneização social;
- c) descentralizar decisões empresariais para adoção de um sistema de incentivos, assegurando o uso do potencial produtivo;
- d) estruturas sociais que permitam a criatividade e gerem forças preventivas e corretivas nos processos de excessiva concentração do poder.

Como entender, afinal, o subdesenvolvimento atual em nosso país, se o mercado internacional produz enormes riquezas, e se nós, no Brasil, também produzimos acumulação de riqueza em grande volume, principalmente neste século? E por que esse crescimento da economia nacional beneficiou apenas uma

parcela reduzida da população, quebrando a lógica até então implantada em outros países industrializados sob a égide do capitalismo?

Deve-se atentar para o fato de que os países centrais acumularam muito mais riqueza com seu mercado poderoso, o que só fez aumentar o diferencial; e além disso, eles incorporaram à produção industrial inovações técnicas e acumulação de capital que garantiram aumento considerável da produtividade do trabalho humano. E como os países dependentes demoram a difundir e incorporar novas técnicas, isso contribui para o aumento da diferença de acumulação e progresso. Os países dominantes também aproveitaram este crescimento de capital nos países periféricos e venderam o ideal de consumo vigente em seus países, sugando, assim, seu capital acumulado.

Desta forma, podemos tirar, com Furtado (1998:60) uma primeira conclusão: “*a permanência do subdesenvolvimento se deve à ação de fatores de natureza cultural*”, pois que nossos ricos consomem como os indivíduos do mundo desenvolvido, e isso dificulta o estabelecimento da hegemonia social, impede a divisão de rendas e mantém a mesma forma de inserção do país no mercado internacional. Uma modificação nos padrões de consumo no quadro de uma ampla política social poderia reverter este processo degradador da formação de mercados interiores e auxiliaria no fim da exclusão social. As teorias de desenvolvimento defendidas desde a década de 50, pregando a lógica da acumulação (“*criar o bolo para depois repartir*”), jamais repartiram, uma vez que, mesmo tendo conseguido produzir alguma acumulação de capital, nunca permitiram que este fosse ventilado pelos ares da repartição mais harmônica entre todas as camadas sociais, produzindo maior homogeneidade.

Ainda segundo o autor, uma segunda conclusão se impõe: “*faz-se necessário modificar os padrões de consumo no quadro de uma ampla política social, e ao mesmo tempo elevar substancialmente a poupança, comprimindo o consumo dos grupos de elevadas rendas*” (id.ib.). Dessa forma, é preciso inverter

a ordem dos fatores envolvidos na produção de riquezas. Enquanto as teorias desenvolvimentistas defendem a primazia da lógica da acumulação sobre a lógica da cultura, é preciso que defendamos que a política cultural assuma a prevalência sobre a produção dos bens de consumo, e que o presente tenha ligaduras consistentes com o passado cultural do povo, pois isso garante identidade cultural, manutenção do sistema próprio de valores e construção de um futuro coerente.

O desafio que se coloca no umbral do século XXI é nada menos do que mudar o curso da civilização, deslocar o seu eixo da lógica dos meios a serviço da acumulação num curto horizonte de tempo para uma lógica dos fins em função do bem-estar social, do exercício da liberdade e da cooperação entre os povos. Devemos nos empenhar para que essa seja a tarefa maior dentre as que preocupam os homens no correr do próximo século: estabelecer novas prioridades para a ação política em função de uma nova concepção do desenvolvimento, posto ao alcance de todos os povos e capaz de preservar o equilíbrio ecológico (Furtado, 1998:64).

Não se pode negar, porém, que o mundo vive uma fase de re-organização do poder, com conseqüente concentração, o que favorece as grandes empresas. Os governos nacionais perdem terreno para os conglomerados transnacionais, o que aumenta a vulnerabilidade externa e agrava o volume da exclusão social. Se nos Estados Unidos a exclusão tem a marca da concentração de renda e da riqueza, na Europa ela se manifesta como desemprego crescente e intolerância com os migrantes que vêm para ocupar vagas de trabalho. Já na América Latina a exclusão amplia o desemprego, joga o próprio país na dependência internacional do pagamento de juros por conta de dívidas externas impagáveis, e impede a cicatrização de feridas de desigualdade social, que tendem a piorar.

Novas idéias começam a circular entre os povos e as nações, cobrando responsabilidade dos países que estão na vanguarda do desenvolvimento industrial e tecnológico: as destruições ao meio ambiente e aos bens naturais devem cessar imediatamente e a reversão deve ser buscada; as dívidas externas dos países pobres devem ser perdoadas; a prioridade deve estar focada na

“satisfação das necessidades fundamentais explicitadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no quadro de um desenvolvimento orientado para estimular a iniciativa pessoal e a solidariedade” (id.:65). As forças sociais contestadoras têm condições de mudar o rumo do capitalismo, como sempre fizeram ao interferir nas estruturas do poder político, que é quem determina ou não a distribuição de renda. Mas aqui no Brasil ainda resta resolver problemas de origem, como o projeto patrimonialista do uso da terra, que impediu a difusão dos progressos técnicos e os investimentos no fator humano; e problemas históricos, como a ausência de investimento na população em geral, seja nas áreas de moradia e saúde, seja na área fundamental do ensino.

GLOBALIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

O atual processo de globalização acirra a disputa entre os capitalistas por mercados que consumam seus produtos. Nas últimas décadas ocorreu uma saturação de mercados consumidores nos países ricos, tanto porque ali, demograficamente, a população parou de crescer ou vem crescendo a taxas ínfimas, quanto porque o salto tecnológico aumentou vertiginosamente a produtividade das empresas. Da disputa por mercado na Europa surgiu o Mercado Comum Europeu.

Outra característica da globalização é a revolução tecnológica nas áreas de informática, robótica, biotecnologia, tecnologia dos materiais, revolução na área das mídias (comunicação em tempo real, computação gráfica, digitalização do conhecimento, Internet, etc). Com essa tecnologia há um aumento de produtividade que poderia ampliar o tempo livre das pessoas - que poderiam trabalhar menos recebendo salários melhores - como argumenta De Masi em *A Sociedade do Ócio*. Mas as novas tecnologias, contudo, são utilizadas para

acúmulo e concentração de capital, gerando o desemprego, o crescimento da economia informal e a exclusão social⁸⁰. Além disso, as tecnologias da informação aprimoraram também as possibilidades de intervenção no inconsciente das pessoas, em particular, e das massas, em geral, possibilitando a emergência de regimes globalitários.

Por isso, o capitalismo é um sistema não apenas produtor de mercadorias, mas também de subjetividades. Se a subjetividade não é uma entidade metafísica ou transcendental, se ela é histórica e modelizada culturalmente sob jogos semióticos que ordenam matérias e funções, como analisamos anteriormente, então podemos afirmar que o capitalismo atualmente produz subjetividades, pois ele produz semioses que ordenam as funções de organização da sociedade e portanto da vida dos indivíduos. Ele produz subjetividades, por exemplo, produzindo o produtor flexível, isto é, modelizando a subjetividade daquele que deve produzir operando com tecnologias mais complexas e que é envolvido como colaborador da empresa; para tanto, usam-se técnicas de teatro, de tai-chi-chuan, técnicas de psicologia e psicodrama no desenvolvimento de inteligência emocional e muitas outras, para aumentar a produtividade, para que o indivíduo se sinta

⁸⁰ Com sua invasão no mundo da cultura, o capitalismo instalou a "*Cultura de Massa*", de modo que a cultura hoje desempenha um dos principais papéis na criação dos excluídos. Os antigos excluídos eram, no início do capitalismo, os economicamente postos à margem. Naturalmente daí advinha uma exclusão política. Com a popularização dos computadores a exclusão é eminentemente cultural: a linguagem informacional, por si mesma, já é um alto fator excludente. Exige uma senha de acesso que só letrados, e ainda assim só alguns deles, podem dominar. A passagem para o Novo Mundo, portanto, exige um bilhete gerado por computador pelo próprio usuário. Quem não pode, não consegue, não quer, estará irremediavelmente fora. A sociedade informatizada, gera, além disso, outros tipos de exclusão. Pode-se dizer que o grande "*produto de consumo*" dessa forma social seja o desemprego. Estes tecnodesempregados juntam-se aos antigos excluídos (os pobres clássicos) e os que mesmo possuindo um PC não estão inseridos no mercado de trabalho. A chance de redução dos excluídos da sociedade não é animadora. Enquanto ocorre, por um lado, um forte movimento de inclusão aparente (via consumo, massificação, vulgarização generalizada de tudo), consolida-se uma passagem cada vez mais estreita e apertada de uns poucos para o lado dos "incluídos". Se estes são uma nova casta, uma nova classe, um quisto de poderosos, não se sabe. Só se sabe que para circular neste universo é preciso estar inteiramente imerso no mundo computadorizado das novas tecnologias. E esse é tão excludente quanto qualquer outro; senão vejamos: no ano 2000, um bilhão de pessoas estarão plugados ao mundo eletrônico; só que 95% do planeta não tem acesso à internet; 276 milhões de pessoas apenas detêm um milhão de endereços eletrônicos; 50% desses são americanos do norte, 39% estão na Europa, e 11% são do resto do mundo; Nova York têm mais provedores que toda a África; Finlândia tem mais provedores que a América Latina inteira. Não há o que comemorar!

membro-participante da empresa e não um mero empregado, tendo maior autonomia, podendo até mesmo flexibilizar o seu próprio horário de trabalho, etc. Todas essas técnicas de produção de subjetividade estão incorporadas para o bom funcionamento da empresa e para a consecução de seus objetivos estratégicos na competição com as empresas concorrentes.

Por outro lado, há o processo de produção do consumidor. Uma vez que as grandes empresas têm que competir entre si pelo mercado, quando os produtos objetivamente são muito similares não havendo diferença significativa, como no caso de dois sabonetes, por exemplo, o que faz com o consumidor consuma o produto A ou o produto B é uma peça publicitária que intervém nesta subjetividade, capturando desejos, anseios e imaginários para levar o indivíduo a consumir um produto e não o outro. Há pois uma produção do consumidor, agenciando-lhe utopias. Relógios, cigarros, automóveis, tênis, motocicletas, bebidas, roupas, etc, tudo estará envolvido com prazer, fruição exótica, status, liberdade, poder, sensualidade e outros atributos fascinantes. Se um jovem possui o tênis da moda, terá prestígio em seu grupo. São os signos que as empresas capitalistas criam para a individualização, modelizando a subjetividade dentro de uma sociedade excludente e individualista.

O capitalismo, portanto, pela ação de suas empresas e seus atores, captura as utopias das pessoas sob a sua lógica de dominação e lucro. Ele atua no inconsciente e move o desejo, a angústia e o medo das pessoas; altera a sensibilidade que é modelada sob a lógica do capital e o desejo de alteridade é desviado para o consumo de produtos, para a posse de objetos, ficando as relações coisificadas - o desejo de ter um namorado é desviado para o desodorante, o desejo da família feliz é desviado para a margarina, o desejo de ter um grupo de amigos é desviado para a posse do tênis, entre outros exemplos. Ele também modeliza esteticamente a subjetividade: cria padrões de belo e feio, o que

dá status ou não: que roupa devemos vestir, que objetos temos que portar para sermos reconhecidos como importantes pelo grupo de que participamos, etc.

Também modeliza a dimensão ética: mutila nossa sensibilidade frente ao sofrimento alheio, frente à morte, nos desumaniza, altera as noções de justo e injusto, responsabilizando cada pessoa por sua exclusão, escondendo as causas estruturais dessa exclusão. Assim, se alguém fica desempregado é porque não estudou o suficiente para trabalhar com as tecnologias mais complexas, sendo responsabilizado pela sua própria exclusão; se estuda e consegue emprego, o conseguiu porque estudou; se estuda e não consegue o emprego é porque não estudou o bastante; mas essa ideologia oculta o fato de que mesmo se todos estudassem o bastante, não haveria emprego para todos, pois não é a qualificação do trabalhador o que gera postos de trabalho.

O capitalismo também produz imaginários, gerando certas compreensões ideológicas de mundo, esperanças impossíveis de cumprir-se, *utopias* alienadas, compreensões fragmentadas e virtuais do real, etc... O capitalismo modeliza também as necessidades humanas, transformando-as em possibilidade de alguns acumularem mais capital, gerando novas necessidades sociais

Portanto, o sistema capitalista contém como uma de suas partes um sistema semiótico modelizante. Ele produz e reproduz conjuntos articulados de signos a partir dos quais tudo é significado. Ele transforma qualquer coisa em valor de troca. A afetividade humana, por exemplo, pode ser transcodificada para vender coisas nas peças publicitárias. A desgraça humana também pode ser transcodificada para ampliar o acúmulo de capital, por exemplo, sendo explorada para ampliar o índice de audiência de um certo telejornal, aumentando o lucro da emissora que cobra mais caro pela inserção dos comerciais entre os blocos de notícias. O capitalismo, inclusive, é capaz de capturar com seus signos todas as linhas de fuga ou de subversão, colocando tudo a serviço de sua reprodução. Ele consegue sobrecodificar os signos de protesto e recuperá-los em sua espiral

dominante. A eficiência ou não dessa captura depende da capacidade dos atores que geram os signos que foram modelizados para propagar socialmente um certo conjunto de interpretantes capazes de ressignificar os signos que foram transcodificados. Desse modo as mídias são capazes de transformar Chico Mendes em defensor de árvores e passarinhos, esvaziando o signo político das causas que o levaram a ser dirigente político no Acre, lutando pela aliança dos povos da floresta. Outro exemplo dessas recapturas é a reforma agrária, pois o governo mesmo defende a realização da reforma agrária, mas elimina uma de suas características básicas que é a *expropriação* dos latifúndios improdutivos. Outras recapturas interessantes para análise são as da música e da dança para vender cerveja; do esporte para vender uniformes, cartões de crédito, sites de Internet etc. Isso é possível porque a nossa interação com os signos é simultaneamente estética e cognitiva. É estética do ponto de vista da sensibilidade; os signos geram em nós afetos e perceptos; é cognitiva porque resulta em representações e conceitos, mediados pelos elementos fundamentais da semiose que são os interpretantes. Todo signo gera em nossa subjetividade um conjunto de interpretantes, aquilo que nós aplicamos ao signo para entendê-lo, fruí-lo ou reagir a ele. O capitalismo, pois, gera signos e agencia interpretantes; sabe capturar desejos e revoltas, sabe canalizar intensidades subjetivas; em muitos casos essas semioses levam os indivíduos a tomarem o imaginário como real, o virtual como efetivo.

O capitalismo como sistema político pode assumir várias configurações, cada uma das quais terá um jogo de semioses peculiares. Pode ser liberal, fascista ou social-democrata. Contudo, cada modelo destes engendra seus signos, seus imaginários, seus códigos, todos centrados no acúmulo de capital em detrimento da realização universal da liberdade e da dignidade humana de cada pessoa, pois o valor de troca passa a ser a mediação geral de equivalência entre todos os entes por ele modelizados. O capitalismo neoliberal, de sua parte, possui uma ideologia peculiar que o justifica; ele agencia utopias coletivas alienadas que

jamais se realizarão, como a utopia do livre mercado, por exemplo, ou ainda a satisfação de todos os consumidores em razão da competição entre os produtores e comerciantes. O que se nota, entretanto, é que quanto mais se desregulamenta o mercado, pior fica a situação dos excluídos. A semiose neoliberal mobiliza desejos e anseios das pessoas levando-as a terem comportamentos políticos favoráveis aos interesses dos grupos economicamente dominantes - seja ecoando mensagens, através das mídias, em favor das reformas estruturais conforme os parâmetros do Consenso de Washington, seja apoiando politicamente grupos e partidos com elas comprometidos. Em síntese, essa atual configuração do capitalismo neoliberal engendra regimes globalitários. Produzindo subjetividades, essa forma de capitalismo não apenas se implanta como modelo econômico, mas como semiose hegemônica, que agencia e hegemoniza amplos segmentos sociais em defesa de projetos que excluem a maioria, embora essa maioria possa pensar que esses projetos vão atender a seus interesses.

Este quadro geral das condições sociais, desenhado a pinceladas, acompanhando tanto a reflexão exposta na literatura específica quanto nos meios de comunicação, especialmente a imprensa, mostra-nos que uma cisão essencial vem sendo produzida: a separação entre incluídos e excluídos. Nestes dois grupos constituem-se diferentes subjetividades:

- a) uma concepção de sujeito construída pelos incluídos, e aqui encontramos um sujeito que, por um lado, se apresenta como resultado da exigência dos equipamentos tecnológicos, seja como produtor, seja como consumidor; nesse caso ele se apresenta também discursivamente construído, e sua aparência é de homogeneidade;
- b) uma concepção de sujeito construída pelos excluídos, e aqui nos deparamos com um sujeito que, mesmo sem acesso ao trabalho e ao consumo, sobrevive e tem existência, mesmo que não saibamos como

ele dá conta de viver⁸¹; sabemos dele algumas coisas; podemos vê-lo construído em diversidade, com múltiplas entradas e aparências, num universo absurdamente diferente do universo oficial, multifacetado e poli-representativo.

Como entender que diante da rotina de violência que campeia pelo local de moradia dos excluídos, sua resposta seja o silêncio? Como entender que eles, descrentes da atuação do Estado, seu aparato e suas leis, façam suas próprias leis? Veja o que divulga a FSP (20.08.00):

Morador de favela faz sua própria lei. Descrentes de toda forma de autoridade – confundindo as funções dos políticos municipais e da polícia – moradores das favelas de Ribeirão Preto fazem suas próprias leis. i) “Aqui você pode dormir com as portas abertas que ninguém rouba. Se existe pai que se aproveita de uma menina ele é morto. Não chega até a esquina... Não existe isso aqui na favela. Não pode existir”; ii) “Aqui não tem patifaria. Se tiver a coisa fica feia”; iii) “Outro dia o moço dali roubou o botijão de gás da mãe dele. Os outros moços fizeram ele levar, ajoelhado, de volta para a mãe”; iv) “Ladrão de banco pode até ter, mas ladrão que rouba porcaria dos coitadinhos daqui, ninguém aceita”; v) “Outro fato exigido dentro da favela é o respeito mútuo”; vi) “A favela é uma grande família onde um ajuda o outro”; vii) “Uma lei absoluta e irrevogável na favela é a lei do silêncio com relação ao tráfico de drogas”.

Esta existência subterrânea, de morro e de periferia, encontra eco também na expressão estética. Veja o que canta Lenine⁸² (*O dia em que faremos contato*):

*“A nave quando desceu, desceu no morro
Ficou da meia-noite ao meio-dia
Saiu, deixou uma gente
Tão igual e diferente,*

⁸¹ O Movimento pela Cidadania, criado pelo saudoso Betinho, fala que é de trinta milhões o número de brasileiros que não tem nem o que comer, de forma decente. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) calcula que atualmente 29,3% das pessoas, ou seja, cerca de 46,4 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha da pobreza. Nesse caso a linha passa separando os que ganham renda mensal menor que R\$ 76,00 (dados relativos a São Paulo). Ainda segundo a FGV, desse total, 37% ou 17 milhões são crianças, e apenas 8% são idosos com mais de 60 anos.

⁸² Música constante de seu CD *O dia em que faremos contato*, lançado em 1999. Poderia escolher qualquer uma de milhares de outras músicas que exaltam a importância do morro, da favela, do pobre. Mas escolhi esta por paixão.

Falava e todo mundo entendia.

*Os homens se perguntaram
Por que não desembarcaram
Em São Paulo, em Brasília ou em Natal.
Vieram pedir socorro,
Pois quem mora lá no morro
Vive perto do espaço sideral.*

*Pois em toda Via Láctea,
Não existe um só planeta,
Igual a esse daqui.
A galáxia tá em guerra,
Paz só existe na terra,
A paz começou aqui...*

*Sete artes e dez mandamentos,
Só tem aqui...
Cinco sentidos, terra, mar, firmamento,
Só tem aqui...
Essa coisa de riso e de festa,
Só tem aqui...
Baticum, ziriguidum, dois mil e um,
Só tem aqui...*

*A nave estremeceu, subiu de novo,
Deixou um rastro de luz no meio-dia
Entrou de volta nas trevas,
Foi buscar futuras levas,
Pra conhecer o amor e a alegria.*

*A nave quando desceu, desceu no morro,
Cheia de 'Et' vestido de orixá.
Vieram pedir socorro.
E se derem vez ao morro
Todo o universo vai sambar.*

*Pois em toda a Via Láctea,
Não existe um só planeta...
... Baticum, ziriguidum, dois mil e um,
Só tem aqui..."*

Ainda vemos disseminando pela periferia conjuntos de “rap” “funk” e “hip-hop” que expressam por seus sons a vida discriminada que os excluídos vivem; provavelmente, entre os executores do “rap” estão os filósofos do cotidiano dos excluídos, e eles são ouvidos e dançados em toda a periferia do Centro-Sul [cálculos falam em mais de dois milhões de jovens das periferias de São Paulo e Rio de Janeiro nos bailes funks por final de semana]; e nem dá para pensar que são sons estrangeiros que invadiram a periferia, pois que há constantemente um

movimento antropofágico em relação a eles: são engolidos enquanto alheios pelos artistas e devolvidos incorporados de gingas e batuques bem brasileiros à flor do movimento cultural excluído dos meios de comunicação; esse mesmo processo se deu com o “reggae” no Maranhão. No interior do país, na zona rural, grupos musicais e duplas “caipiras” cantam a vida rural; os grupos tradicionais do interior do Brasil (maracatus, reizados, congadas, carimbós, cirandas, bois de mamão...), expressam em voz alta⁸³ sua vida, ocultos, na maioria das vezes, sob o manto da religiosidade ou da festa carnavalesca; nas feiras e calçadas, vozes dos feirantes e camelôs são pronunciadas em alto som, aliando produtos, preços e situação social; nos grupos de Comunidades Eclesiais de Base (MEB) os excluídos falam em voz alta, relendo a Bíblia à luz dos seus próprios acontecimentos; até nas urnas eletrônicas os excluídos se manifestam [normalmente eles têm medo de mudanças bruscas, mas algumas vezes até gritam a vontade de mudar, como nestas eleições do ano de 2000!]; nas “rodas de causos” de todo o interior do Brasil, os excluídos trocam sua visão de mundo⁸⁴, repartindo sua cultura acumulada e renovada há gerações; grupos de teatro organizados nas profundezas da sociedade encenam suas vivências; cineastas da favela e dos morros põem em filme os dramas que os excluídos vivem no dia-a-dia⁸⁵; estudantes vão aos grotões, periferias e morros entrevistar os excluídos, a mando do IPEA, para saber quem são e como vivem;

⁸³ A MTV vem divulgando, em seu horário nobre, o documentário “*Música do Brasil*”, em que analisa, em 15 programas produzidos pelo Grupo Abril, a música dos mais variados recantos do Brasil. É impressionante como conseguem se manter vivas, entrincheiradas nos mais diversos locais, expressões estéticas populares, em meio ao poder avassalador dos meios de comunicação que homogeneizam a expressão cultural, e tem a TV presente em praticamente todos os lares nacionais.

⁸⁴ Discuti esse tema de forma mais aprofundada em minha Dissertação de Mestrado: “*Um mito amazônico em narrativas de roda: repetição e mudança nos processos enunciativos*”. IEL/Unicamp, 1996.

⁸⁵ Está fazendo muito sucesso em circuitos não-comerciais o filme “*O Rap do Pequeno Príncipe contra as Almas Sebosas*”. A fita narra duas histórias paralelas, de um rapper e de um justiceiro, criados na mesma favela do Recife, e que se julgam a serviço da comunidade: um ao expor na sua música as injustiças sociais, e o outro ao liquidar os criminosos (almas sebosas) que atormentam a vida na favela.

Eles existem... e trabalham a partir de formas diferentes de falar em voz alta para o país, organizando, dessa forma, a ideologia não-oficial do cotidiano... uma fala que entra diretamente em confronto com a fala e os atos oficiais; e que opõe sujeitos.

- Às vezes é uma fala forte, organizada: voto eleitoral no ano 2000; invasões de prédios públicos pelo MST e pelo Movimento Urbano dos Sem-Teto; indígenas e sem-terras se manifestando na celebração dos 500 anos em Porto Seguro; caminhoneiros parando; metalúrgicos e professores nas ruas; e porque sua fala é poderosa, os poderosos tudo fazem para desmoralizar sua voz e suas ações. Veja a pressão do Governo e das mídias sobre os Sem-Terra (MST), pois que um tão grande “*mau-exemplo*” pode gerar convulsões sociais incontroláveis se for seguida por outros [ou por todos os] excluídos;
- E normalmente é uma fala fraca, inaudível, “*cacofônica*”, desafinada do resto da melodia uníssona de nossa identidade nacional, construída mais com material proveniente do esquecimento e do erro, do que com todos os materiais oferecidos pela nossa História, onde excluídos e incluídos sempre estiveram lutando lado a lado, em oposição e contradição.

CAPÍTULO II

A QUESTÃO DA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO

A organização social oferece múltiplas possibilidades de constituição da subjetividade, uma vez que ela mesma é composta de múltiplas facetas cuja articulação organiza todo o tecido social. Nessa fase dita de transição de um processo civilizatório, que já teria esgotado suas possibilidades de uso das forças produtivas, como foi o industrialismo, para um novo processo civilizatório, como vem se constituindo a Sociedade Digital, o sujeito ainda hegemônico é o que se constitui com as características postas pela sociedade industrial tradicional. Um sujeito produtor e consumidor, e ao mesmo tempo um sujeito explorado e alienado do resultado do seu trabalho. A sociedade é dividida em classes sociais distintas e o Estado cada vez mais se afasta de sua tarefa tradicional de mediar os conflitos, justificando a permanência de uma sociedade com características e interesses tão diversificados e contraditórios.

Na sociedade industrial os sujeitos da classe dominada eram a contraface e o suporte para a existência da classe dominante. Enquanto produtores e trabalhadores, sua existência se justificava plenamente no jogo das classes produtivas. Com a implantação de tecnologia sofisticada, os equipamentos e os meios de produção ocuparam cada vez mais os espaços produtivos industriais e agrícolas, e expulsaram os trabalhadores para o desemprego e o sub-emprego, fazendo com que o trabalho não mais justificasse a existência da classe trabalhadora agrária e industrial e os altos índices de produtividade e de lucro dos donos dos meios de produção.

Tanto os donos do capital industrial e agrícola, quanto os egressos do trabalho das fábricas e dos campos, buscaram novos caminhos produtivos, aqueles investindo em maquinários tecnológicos que garantem produção com pouca participação do elemento humano e buscando lucro rápido em investimentos imateriais¹, e estes migrando para o desemprego e o sub-emprego ou buscando qualificação para ocupar novas colocações no mundo do trabalho. Esse se apresenta agora completamente reformatado, pois a maioria das vagas novas de trabalho estão no setor terciário, que exige melhor qualificação e nível de escolarização muito mais elevado.

Estamos nesse ponto de passagem, e os países que fizeram a opção, por si mesmos ou forçados por acordos internacionais, por migrar aceleradamente para esse novo processo têm punido sua população com o desemprego e garantido aos donos do capital a concentração de renda proveniente dos novos investimentos e dos financiamentos externos que drenam rapidamente para suas mãos improdutivas. Dessa forma, é preciso reconstruir a subjetividade,

¹ Investimento imaterial aqui é tomado como designando a aplicação de capital tanto em papéis financeiros, como a Bolsa de Valores, quanto em ganhos com trabalhos intelectuais, como os da esfera comunicacional e informativa. Há uma reestruturação produtiva do capital, o que também poderia ser entendido como uma concepção ampliada no sentido de se compreender novas formas de ser do trabalho no capitalismo contemporâneo. Prefiro entender como um processo que tem fechado vagas no trabalho material sem abri-las em número correspondente no trabalho imaterial.

reconstruindo os sujeitos que vão gerir e viver sob esse novo processo civilizatório.

Por enquanto, o que se nota é que os donos do capital estão programando seus lucros pela elaboração de novas frentes de investimento e de novos objetos de consumo, e também pela constituição de novos sujeitos consumidores, olhando e programando o mundo em direção ao futuro com cinqüenta anos de vantagem; já os donos do trabalho, os excluídos do presente, estão apenas brigando no hoje pela manutenção do seu emprego atual. Isso estabelece uma nova configuração social, que coloca de um lado os incluídos, os que participam ativamente desse jogo social, e coloca de outro lado uma multidão incontável, a imensa maioria da humanidade, que ocupa um lugar de excluído, que nada tem a ver com o que se passa nesse jogo produtivo e lucrativo. Ele não é necessário, e não é parte integrante desse processo (in)civilizatório.

No Brasil estabelece-se um jogo que é uma cópia imperfeita, por sua dependência e subalternização, desse jogo globalizante e mundial. Mas, se fermenta um projeto de desmonte da sociedade brasileira frente à globalização, levado adiante pelas elites nacionais pactuadas com o capital internacional, um outro projeto fermenta de forma silenciosa e lenta, na base excluída da sociedade brasileira, levado adiante pelos que professam a cultura local e pensam e constroem o País de forma diferente e alternativa. Logo, esse projeto diferente é levado adiante e implementado por sujeitos diferentes e inesperados no contexto proposto por essa onda civilizatória. Apesar de estarem envolvidos pela mesma macro-realidade social, indivíduos podem ou são obrigados a fazerem opções e recortes de mundo diferentes, o que os constitui desiguais. Mas estão intimamente ligados pelas relações de alteridade.

A NOÇÃO COMPLEXA DE SUBJETIVIDADE

No senso comum, entende-se por sujeito alguém que seja capaz de pensar, decidir e atuar por conta própria. Partindo-se desta noção de sujeito, conclui-se que a subjetividade engloba tudo o que é próprio à condição de ser sujeito, isto é, capacidades sensoriais, afetivas, imaginativas e racionais envolvidas nos processos de perceber, compreender, decidir e agir.

Se reduzirmos um corpo qualquer a seu elemento mais simples chegamos à sua materialidade organizada sob um jogo de funções. E todas essas funções, organicamente, formatam o corpo. Mas somente isso não constitui uma subjetividade. *“Um corpo físico vale por si próprio: não significa nada e coincide inteiramente com sua própria natureza”*, afirma Bakhtin (1929:31). Assim, para que essas matérias e funções passem a refletir e a refratar uma outra realidade, elas devem ser ordenadas a partir de modos de ver o mundo, de significados ideológicos. Nesse caso, sem deixar de ser parte da realidade material, determinado objeto físico passa a possuir um significado fora de si mesmo, sendo visto, então, como signo, mas sem perder seu status de objeto determinado. Um anel dado de presente continua anel, mas é um sinal visível e material de um determinado momento vivencial, de uma data festiva, de um sentimento.

Isso não significa que determinado valor simbólico seja anexado definitiva e universalmente ao objeto, mas antes que ele adquira tal significado apenas para as pessoas que, organizadas entre si, mantenham relação simbólica com tal objeto. É possível que outras pessoas entrando em contato com o objeto não percebam o valor agregado a ele, mas percebam outro valor qualquer, ou mesmo nenhum, até porque *“todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc)”* (Bakhtin, 1929:32). E tal signo pode ir se revestindo de novos significados, sem perder os anteriores.

Quando um determinado objeto representa alguma outra coisa, além dele mesmo enquanto realidade material, adquire status de signo ideológico, uma vez que possui um sentido que ultrapassa todas as suas características particulares, sendo entronizado no mundo humano das significações complexas. E se em cada campo do agir humano (pensemos o anel visto no campo amoroso, financeiro, científico, jurídico, religioso), determinado objeto adquire uma orientação própria, somente produz uma definição geral quando colocado no campo semiótico.

Já discutimos, no capítulo anterior, ideologia enquanto um conjunto de idéias, princípios e valores que refletem uma determinada visão de mundo, orientando uma forma de ação, mas poderíamos ser tentados a pensar que conjuntos ideológicos nascem diretamente da consciência individual do homem, e isso seria procurar seu nascedouro no lugar errado. A ideologia é social, nasce na *“realidade objetiva dos signos sociais”* e *“as leis dessa realidade são as leis da comunicação semiótica e são diretamente determinadas pelo conjunto das leis sociais e econômicas”*, diz Bakhtin (1929:36). É óbvio que todo ser humano tem uma vivência interior, um psiquismo interior, uma atividade mental, mas esta se dá no encontro fértil entre os processos fisiológicos e o material semiótico circulante na sociedade. E uma vez constituída essa vivência interior, a consciência, é nela que se dá o permanente e renovador encontro dos significados que atravessam os signos ideológicos sociais com os processos internos de compreensão, de assimilação, de emoção, como afirma Bakhtin (1929:57): *“todo signo ideológico exterior, qualquer que seja sua natureza, banha-se nos signos interiores da consciência”*. Isso significa que, uma vez constituído o indivíduo no seu sistema interno de significações, há uma troca fecunda entre ele e o meio onde ele está organizado. Nem o psiquismo humano, a consciência, e nem o meio social são estáticos e estáveis, mas estabelecem permutas no estabelecimento de significações, e essas se dão na interação verbal, por material semiótico. Tal concepção pode nos ajudar a entender de que maneira o indivíduo constrói sua própria individualidade, já que ele a constitui em interação com outros indivíduos

que vivem no seu tempo e no seu espaço social, o que poderia nos levar a concluir que todos os seres humanos, todas as individualidades deveriam se constituir de forma exatamente igual. Se aceitássemos uma possibilidade de determinação exclusiva e causal do meio circundante, fatalmente nossa conclusão seria essa, mas ao estabelecer a fonte social como lugar de constituição da consciência individual, e aceitar, na seqüência, a relação de troca e seleção de significados entre a consciência individual e as outras consciências, entre o signo ideológico interior e os signos ideológicos exteriores, estabelece-se a possibilidade de os seres humanos constituírem sua individualidade, sempre resultado do jogo social, como diferente e única. Eis aqui o lugar da possibilidade de um indivíduo sozinho ou um e mais grupos sociais poderem escapar da pseudo-*"prisão de segurança máxima"* das ideologias dominantes. Como é possível produzir essa seleção de significados é um assunto de que trataremos mais tarde.

Assim, se considerarmos o nível da organização corporal humana, vamos perceber que todos os níveis dessas funções típicas do organismo são, de algum modo, modelizados pelos mais diversos signos circulantes nas mais diversas culturas humanas. Seja o modo de se alimentar, seja o modo de se vestir, seja o modo de se reproduzir, e ainda qualquer das atividades necessárias à existência e convivência humanas, tudo é ideologicamente organizado. Assim, quando se fala em subjetividade neste nível há que se pensar no conjunto de matérias e funções - nesse conjunto das necessidades orgânicas - e por outro lado nas dimensões da cultura e nos diversos códigos socialmente ordenadores - que, de algum modo, modelizam o corpo, modelizando o homem; neste processo estruturam-se as subjetividades.

Deste modo, todas as substâncias ou identidades referem-se ao que as coisas são segundo cada cultura, segundo determinado regime de signos ou, o que dá no mesmo, segundo as diversas semióticas vigentes e hegemônicas em um determinado grupo organizado, que tanto pode ser uma família, um partido

político, um grupo de amigos ou uma nação. Qualquer que seja a questão apresentada a esse grupo organizado, somente é respondida considerando-se o plano construído das leis sociais e econômicas, isto é, o plano da linguagem ou das semioses, e não apenas o plano das matérias e funções. Matérias e funções são o material que vai ser modelado ideologicamente sob as diversas culturas das diversas sociedades.

Se entendermos, assim, que toda cultura é determinada diretamente por um conjunto de leis econômicas que formam sua infra-estrutura econômica, também entenderemos que toda sociedade é formada sobre uma infra-estrutura social e, portanto, comunicativa; isto é, cada grupo humano arranja seu modo de produzir e consumir, assim como arranja seu modo de significar, de informar e de comunicar através de sinais, que são organizados em sistemas de signos, em linguagens, a partir dos quais a sociedade se organiza e se reproduz. Signo, em seu sentido mais lato, pode ser qualquer imagem, som, massa física, palavra, gesto, objeto, cor, movimento do corpo ou qualquer outra coisa que sirva para indicar ou representar outra, ou, como diz Bakhtin (1929:32), *“um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra”*. Assim, poderíamos afirmar que, biologicamente, os seres humanos possuem matérias e funções semelhantes, mas culturalmente as subjetividades são organizadas sob sistemas de signos muito diversos, tanto dos diferentes povos, grupos ou classes sociais, quanto dos diversos momentos históricos e conjunturais nos quais esse material semiótico vem sendo complexamente constituído. Assim, até nossa sensibilidade é modelada - alguns sentimentos se cultivam em uma cultura em um certo momento, mas se negam em outra cultura ou em outro momento do mesmo grupo. Mesmo o modo de perceber esteticamente o mundo também é modelizado pela cultura: aquilo que consideramos bonito ou feio, apetitoso ou não, na moda ou fora de moda, é algo que é dado a partir da cultura. Da mesma forma podemos

pensar na cultura constituindo as cores, a percepção delas, o uso das cores nas vestimentas e pinturas de carros e casas etc².

Com a dimensão ética também se dá o mesmo, pois as noções de justo/ injusto, certo/errado, politicamente correto/politicamente incorreto estão relacionadas com um conjunto de representações construídas pela utilização de uma semiose vigente no seio de um determinado grupo social, em um dado momento histórico vivido sob determinadas condições. O mesmo se passa com os imaginários, a compreensão de mundo, as esperanças e as utopias de determinado conjunto social³. Da mesma forma, no nível das necessidades, encontramos essas relações correspondentes: a cultura define o que deve ser necessidade para determinado grupo e de como deve ser satisfeita essa necessidade; estabelece com isso também os padrões de consumo; tudo isso é formatado pela cultura. É muito diferente, pois, ser um morador do Brasil ou da Rússia, do Japão ou da Inglaterra. E, no Brasil, é diferente ser um morador da zona rural ou da zona urbana; morar na favela ou morar na beira da praia no Rio

² Diz-se que Henry Ford apenas produzia carros pretos, e anunciava que qualquer cidadão poderia solicitar qualquer cor para os seus carros, desde que fosse cor preta. Havia uma limitação tecnológica que obrigava a produção de carros pretos para manter o preço baixo. A tecnologia hoje permite que se possa dispor de objetos de qualquer cor. As lojas que vendem tintas atualmente já fazem a composição da cor da tinta, em equipamento aparentemente simples, mas informatizado, de acordo com a solicitação individual do cliente. Isso permite uma variedade estética e personalizada na concepção do uso de cor nas pinturas de casas e outros objetos.

³ Rubem Alves, escrevendo uma "Carta ao Presidente", publicado na FSP (21.02.2000), na Coluna Tendências/Debates, assim se pronuncia em certo trecho: "O senhor, é certo, não se esqueceu das lições de Durkheim, sociólogo amaldiçoado pelos marxistas. Disse ele: 'Uma sociedade não é feita meramente com a massa de indivíduos que a compõe, o espaço que ocupam, as coisas que usam, os movimentos que fazem: acima de tudo está a idéia que ela forma de si mesma'. Agostinho já tinha dito o mesmo: o que forma um povo é um objeto comum de amor. Os socialistas utópicos e Mannheim deram o nome de utopia a esse objeto social de amor: uma esperança bonita que une as pessoas e faz com que marchem juntas. Temos um povo? Eu penso que a tarefa de um líder político é mais que administrar: é criar um povo. Um povo se faz com idéias que dão sentido à vida em comum. Um povo se alimenta de utopias. 'Não só de pão viverá o homem, mas de palavras...'. Não temos um povo porque a nossa gente parou de sonhar. E, ao parar de sonhar, não tem razões para pensar. Em vez de pensamento, programas do Ratinho, do Silvio Santos, do Gugu e da Hebe, que têm preferência absoluta em relação às declarações dos políticos, inclusive as suas. As pessoas não se interessam por duas razões: por não entender e por não acreditar no pouco que entendem. O senhor já se imaginou como pedagogo-mor, o mestre que dá sonhos e pensamento ao povo? Bachelard dizia - e a psicanálise confirma - que só se convence 'despertando sonhos fundamentais'. Sonhos fundamentais são aqueles que moram na alma das pessoas e que foram enterrados no esquecimento por sua sucessiva frustração".

de Janeiro, viver em Rondônia ou em Santa Catarina. A construção ideológica desses sujeitos atende a imperativos sociais determinados completamente diferenciados.

Para os fins a que nos propomos é muito importante compreender isso, pois, quando analisamos o processo de formação da sociedade atual, discutimos como essas dimensões de subjetividade - sensibilidade, visões de mundo, dimensão estética e ética, necessidades de consumo, imaginários, esperanças e utopias, construção da racionalidade, mundo do trabalho, classes sociais etc - são modelizadas sob a lógica de disputa nacional e internacional entre capitais e da conquista e manutenção de hegemonias políticas.

A relação entre a sociedade e indivíduo, mundo cultural e mundo ideológico é, portanto, muito complexa. No processo de nossa individuação, nós vamos assumindo os jogos de linguagem, os signos e códigos de uma certa cultura, em uma relação dialética de liberdade e determinação. Somos determinados pelo grupo social organizado do qual fazemos parte em todas as dimensões de constituição de nossa subjetividade, mas ao mesmo tempo somos livres no sentido de que podemos interferir sobre esse modo de ser cultural. Assim, família, trabalho, escola, amigos, governo, igrejas e, especialmente, os meios de comunicação de massa determinam a formação da subjetividade, no transcurso do estabelecimento de relações sociais, mas, por outro lado, também há uma intervenção, em retorno, dos sujeitos sobre esses determinantes.

Assim, a sociedade determina os indivíduos, mas estes podem modificar a sociedade. Desse modo, não cabe falar de uma primitiva existência individual de cada um, como se a subjetividade se reduzisse a uma consciência original que põe-se para fora de si. O individual de cada um já é resultado de sua inserção em determinado contexto sócio-cultural, bem como a consciência não é natural e nem divina, e, portanto, o material ideológico não pode ter sua origem nela. Antes devemos pensar a consciência como sendo formada e determinada por tudo que a

modeliza exteriormente. Com efeito, a consciência e, portanto, a subjetividade é originada no contato com os signos, e esses são construídos neste conjunto de semioses que nos atravessa e nos organiza, que nos produz como seres humanos; é dessa maneira que podemos conferir um sentido singular à nossa vida.

De tudo o que vimos até agora é possível afirmar que é a organização da sociedade que fundamenta e ancora a produção de ideologias, e que qualquer conjunto social vive o jogo entre sua manutenção e sua destruição. Os indivíduos organizados em grupos sociais vivem sua relação com o mundo a partir de certos atributos de sua organização e de determinadas qualidades de seu modo de ver o mundo. E a produção desse “*sistema adaptativo*”, que “*compreende o conjunto integrado de modos culturais de ação sobre a natureza, necessários à produção e à reprodução das condições materiais de existência de uma sociedade*” (Ribeiro, 1968:15-16), ao mesmo tempo do “*sistema associativo*”, que “*compreende, fundamentalmente, os modos estandardizados de regulamentação das relações entre as pessoas para o efeito de atuarem conjugadamente no esforço produtivo e na reprodução biológica do grupo*” (id.ib) e do “*sistema ideológico*”, que “*compreende, além das técnicas produtivas e das normas sociais em seu caráter de saber abstrato, todas as formas de comunicação simbólica, como a linguagem, as formulações explícitas de conhecimentos com respeito à natureza e à sociedade, os corpos de crenças e as ordens de valores, bem como as explanações ideológicas, em cujos termos os povos explicam e justificam seu modo de vida e de conduta*” (id.ib.) só é possível porque permeia essa organização social um processo contínuo de comunicação social, uma interação verbal sem fim, uma corrente interminável de enunciados/diálogos que põem os indivíduos e seus mundos diante de outros indivíduos e seus mundos.

Abordando a palavra como signo social é possível “*compreender seu funcionamento como instrumento da consciência*”, afirma Bakhtin (1929:37), que

continua dizendo: *“É devido a esse papel excepcional de instrumento da consciência que a palavra funciona como elemento essencial que acompanha toda criação ideológica, seja ela qual for”*. E a palavra é fundamental tanto na criação (*“a palavra acompanha e comenta todo ato ideológico”*), quanto na compreensão de todos os fenômenos ideológicos (*“todas as manifestações da criação ideológica – todos os signos não-verbais – banham-se no discurso e não podem ser nem totalmente isoladas nem totalmente separadas dele”*).

APROFUNDANDO AS PROPOSTAS DE BAKHTIN

A questão da constituição do sujeito signicamente é o fundamento de toda a teoria de Bakhtin, e por isso me utilizo de seu trabalho no sentido de embasar a discussão que venho produzindo para entender como é apresentado o mundo hoje, que determina a formação da consciência, quando em contato com material sógnico, e como os sujeitos tem sido constituídos na sociedade atual, interagindo entre si e com o meio circundante.

Bakhtin parte do suposto de que a sociedade humana é organizada, mantendo *“relações entre a infra-estrutura e as superestruturas”*; naquela se dão as relações de produção econômica, e nestas se acha a ideologia, e essa organização social é resultado dessa relação, que é complexa e não se dobra às leis da causalidade mecânica. Não necessariamente uma mudança na ordem fundamental da sociedade altera algum aspecto isolado da ideologia. A compreensão desse movimento relacional pode ser dada pela análise do material verbal utilizado na interação entre os indivíduos. *“De fato, a essência deste problema [...] liga-se à questão de saber como a realidade (a infra-estrutura) determina o signo, como o signo reflete e refrata a realidade em transformação”* (Bakhtin, 1929:41).

Assim, na discussão sobre se o indivíduo precede a sociedade ou se esta precede o indivíduo, tão cara aos filósofos dos séculos anteriores, e levada adiante especialmente por Locke, Hobbes e Rousseau⁴, o autor assume uma postura nitidamente marxista, e defende a organização social determinando o homem e este, em contrapartida, constituindo-se enquanto indivíduo consciente na interação com outro indivíduo consciente e organizado em uma unidade social, e, conseqüentemente, determinando as relações sociais de seu grupo organizado. Dessa forma, fica clara a opção metodológica bakhtiniana de fazer predominar o social sobre o individual. Afirma o autor: *“As relações de produção e a estrutura sócio-política que delas diretamente deriva determinam todos os contatos verbais possíveis entre indivíduos, todas as formas e os meios de comunicação verbal: no trabalho, na vida política, na criação ideológica”* (1929:42).

E, para Bakhtin, nem há indivíduo se este não tiver consciência, e não haverá indivíduo consciente se este não interagir com outro indivíduo, em um grupo social organizado, constituindo signos, que garantem o acontecimento ideológico. *“Tudo o que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo o que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia”* (1929:31). Essa interação entre indivíduos, portanto, se desenvolve com base nos signos, no modo de cada ser humano ver o mundo e atribuir a ele significado, e esses têm sua origem fundada no modo de ser do conjunto social.

Temos assim a organização social complexa que a tudo determina, e nela se dá uma comunicação contínua entre seres humanos, e essa é geradora de signos, visto que na comunicação os homens atribuem sentido às coisas. Logo, *“esse aspecto semiótico e esse papel contínuo da comunicação social como fator*

⁴ Esses filósofos, colocados no fundamento do liberalismo, defendem que o homem vivia em estado natural, para uns como um ser bom e para outros como um ser mau, e por força de um Contrato, fundaram a sociedade ou o Estado Social, para viverem em paz e poderem prosperar.

condicionante não aparecem em nenhum lugar de maneira mais clara e completa do que na linguagem" (1929:36). Dessa forma, para Bakhtin, "a *palavra é o fenômeno ideológico por excelência*" (id.ib.). É a palavra que faz a ponte entre dois falantes, entre dois indivíduos organizados em seu mundo complexo. "A *realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social*" (1929:36).

Ao tratar dessa organização social complexa, fundada sobre a infraestrutura econômica, Bakhtin situa o problema, que nos é muito próprio no presente trabalho, de como se dão "as *relações entre a infra-estrutura e as superestruturas*". Segundo o autor, não se deve aceitar que a ideologia muda apenas porque a infra-estrutura mudou, pois isso nos levaria a uma explicação de causalidade meramente mecanicista. Além disso não seria possível explicar a "relação entre a *infra-estrutura e um fenômeno isolado qualquer, destacado de seu contexto ideológico completo e único*" (1929:39), pois toda e qualquer transformação na infra-estrutura acarreta transformações em toda a esfera ideológica. Não adianta, pois, buscar "convergência superficial de dois fenômenos fortuitos e situados em planos diferentes" (1929:39-40), mas a análise do material verbal pode nos ajudar a entender como se dá essa relação, visto que a palavra, enquanto signo ideológico, comporta em si a história dos valores considerados essenciais de determinada sociedade. Afinal, a palavra atravessa toda a estrutura social e se dá em todas as relações sociais, o que Bakhtin chama de "ubiquidade social" (1929:41) do signo lingüístico.

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo

de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais" (Bakhtin, 1929:41).

Desse modo, estarão registrados na palavra todos os seus usos sociais, bem como os valores tidos como importantes e fundamentais naquele determinado momento histórico, e mesmo qualquer mudança social refletir-se-á no uso do material lingüístico. Mais tarde, ao tratar dos *gêneros do discurso*⁵, Bakhtin aprofundará essa concepção, fazendo dos gêneros discursivos um outro ponto de ruptura, e utilizando-se deles para estabelecer uma outra determinação, dessa vez para o uso da de determinados temas e determinadas formas da linguagem⁶ em determinado contexto social, questão a que retornaremos em outra parte desse nosso trabalho.

Ao mesmo tempo em que a palavra é uma espécie de depósito cultural de determinado grupo social, funcionando como sofisticada memória do passado, ao ser usada novamente na interação verbal social dos indivíduos, ela volta a entrar na corrente comunicativa que atravessa a sociedade e explicita um processo lingüístico de evolução ininterrupto, colado ao processo de evolução das formas de produção da sociedade. "*A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais*" (Bakhtin, 1929:66). Não há, portanto, rompimento no uso lingüístico e nem na explicitação das cargas ideológicas, e Bakhtin chama a isso de "*corrente interminável da comunicação*",

⁵ Bakhtin trata dessa questão no texto "*Os gêneros do discurso*", escrito entre 1952-1953, e publicado em *Estética da Criação Verbal*. 1979:277-326). Explicitamente o autor afirma que "*a inter-relação entre os gêneros primários e secundários de um lado, o processo de formação dos gêneros secundários do outro, eis o que esclarece a natureza do enunciado (e, acima de tudo, o difícil problema da correlação entre língua, ideologias e visões do mundo)*" (1979:282). Mais adiante o autor afirma: "*A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua*" (Id.ib.).

⁶ Daniel Faïta, em seu artigo "*A noção de 'gênero discursivo' em Bakhtin: uma mudança de paradigma*", (In: Brait, Beth. *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. 1997) discute essa questão e afirma que, além da opção do autor pela determinação social, a necessidade de interação na teoria bakhtiniana "*faz igualmente surgir, sob um novo ângulo, a hipótese da determinação dos comportamentos verbais, reforçando a idéia segundo a qual todo enunciado se dirige prioritariamente para a atividade do outro em função do que a orientação apreciativa do locutor permite julgar ou prejudicar*" (op.cit.:170). Voltaremos mais adiante a essa questão.

visto que o uso da linguagem se dá de forma contínua, em todos os ambientes sociais, por todas as pessoas inter-agentes, e carregando em si todos os valores sociais tidos como importantes por aquele grupo, que são novamente testados a cada novo uso verbal. A cada novo uso da palavra, ecoa no seu interior uma multiplicidade interminável de vozes e de sentidos, que são ajustados no momento da enunciação atual. É a presença da “*polifonia*”, e do outro se fazendo presente na comunicação, mesmo que o locutor tenha assimilado a “palavra alheia” como “palavra própria”, no dizer de Bakhtin (1952-53:313): “*Pode-se colocar que a palavra existe para o locutor sob três aspectos: como palavra neutra da língua e que não pertence a ninguém; como palavra do outro pertencente aos outros e que preenche o eco dos enunciados alheios; e, finalmente, como palavra minha, pois, na medida em que uso essa palavra numa determinada situação, com uma intenção discursiva, ela já se impregnou da minha expressividade*”.

Na arquitetura que Bakhtin montou para explicar o mundo, o sujeito e a linguagem, “*a palavra está presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação*” (1929:38) desse mesmo mundo, desse sujeito e dessa linguagem. Isso porque os sujeitos se constituem pelo estabelecimento mediatizado de signos, e estes se dão no espaço inter-humano da comunicação, pois “*nenhum signo cultural, quando compreendido e dotado de sentido, permanece isolado: torna-se parte da unidade da consciência verbalmente constituída*” (1929:38). E a palavra é um ato bilateral, e “*comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte [...]. é o território comum do locutor e do interlocutor*”. (1929:113). Nem o locutor e nem o interlocutor são donos da palavra, pois ela pertence às relações sociais, e carrega em si as determinações impostas por essas relações, e são pronunciadas carregadas da presente significação apenas por aqueles sujeitos naquela dada situação interacional. Afirma Bakhtin (1929:114): “*A situação e os participantes mais imediatos determinam a forma e o estilo ocasionais da*

enunciação. Os estratos mais profundos da sua estrutura são determinados pelas pressões sociais mais substanciais e duráveis a que está submetido o locutor".

Ao colocar uma *base material* no seu projeto arquitetônico lingüístico, Bakhtin expulsou qualquer possibilidade de trabalhar com uma concepção de "*existência transcendente*" ou de "*recônditos pré-sociais*" do organismo psicofisiológico, biológico. Para tanto, ele parte da criação ideológica para chegar à afirmação de que sem signos não há ideologia e de que "*cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade*" (1929:33), pois "*um signo é um fenômeno do mundo exterior*" (id.ib.). E nesse ponto ele também se sente bem à vontade para rejeitar as filosofias idealistas e as visões psicologistas da cultura que situam a ideologia como tendo o nascedouro na consciência, pois que o lugar do ideológico é o material social de signos humanos criados pelo homem e no *terreno interindividual*, e não na *consciência individual* ou no *espírito coletivo* ou *espírito do povo*.

Por isso sua afirmação de que também "*não basta colocar face a face dois homo sapiens quaisquer para que os signos se constituam*" (1929:35), ou a afirmação de que "*dois organismos biológicos, postos em presença num meio puramente natural, não produzirão um ato de fala*" (id.:71), mostra que é necessário que esses dois indivíduos estejam *socialmente organizados*, que formem um grupo, uma unidade social, e só assim um sistema de signos pode se constituir. Inverte-se, dessa forma, a compreensão da existência da consciência individual⁷. De verdade, ela garante a existência da individualidade, mas nem

⁷ O que se entende por consciência? Marilena Chauí, em *Convite à Filosofia* (1994:117ss), define consciência a partir de vários pontos de vista: a) Do ponto de vista psicológico, a consciência é o sentimento de nossa própria identidade: é o eu, um fluxo temporal de estados corporais e mentais, que retém o passado na memória, percebe o presente pela atenção e espera o futuro pela imaginação e pelo pensamento. A consciência psicológica é formada por nossas vivências, isto é, pela maneira como sentimos e compreendemos o que se passa em nosso corpo e no mundo que nos rodeia, assim como o que se passa em nosso interior. O eu é uma vivência e uma experiência que se realiza por comportamento; b) Do ponto de vista ético e moral, a consciência é a espontaneidade livre e racional, para escolher, deliberar e agir conforme à liberdade, aos direitos alheios e ao dever. É a pessoa, dotada de vontade livre e de

nasce pronta com o ser humano, nem surge no interior do indivíduo, mas é um “*fato sócio-ideológico*”, e “*adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no decorrer de suas relações sociais*” (1929:35). E uma vez que ela vai se constituindo na interação, também vai constituindo a subjetividade, a individualidade. A teoria da linguagem explicitada por Bakhtin necessita, portanto, de sujeitos inter-agentes, ativos, relacionados em uma realidade organizada. Mas o importante é que há o resgate do sujeito e dos enunciados que este profere, e não uma teoria lingüística centrada nas formas das línguas. Antes pelo contrário, a linguagem em Bakhtin, por ser um complexo jogo que se alterna sucessivamente entre a instabilidade/estabilidade, exige que reflita uma ação inter-ativa humana, desenvolvida por sujeitos relacionados de forma organizada, pois isso permite um campo fértil para o estabelecimento de signos, única possibilidade de o homem poder se constituir enquanto homem, enquanto sujeito.

Em toda a sua obra, Bakhtin trava uma luta séria com concepções psicologistas que se esforçam para fazer emergir a *individualidade do sujeito* a partir de seu *psiquismo subjetivo*, de sua vivência interior. Também nesse embate o autor volta a reafirmar que o psiquismo subjetivo, interior, não é explicável por métodos de introspecção e nem se constitui objeto de análise para as ciências naturais, como se ele fosse uma coisa ou um objeto natural. Antes, a realidade do psiquismo interior e da consciência⁸ é o signo, que é construção social, somente sendo compreendido e interpretado, portanto, por fatores sociais que determinam a vida concreta de um dado indivíduo, nas condições do seu meio social. Assim o

responsabilidade; c) Do ponto de vista político, a consciência é o cidadão, isto é, tanto o indivíduo situado no tecido das relações sociais, como portador de direitos e deveres, relacionando-se com a esfera pública do poder e das leis, quanto o membro de uma classe social, definido por sua situação e posição nessa classe, portador e defensor de interesses específicos de seu grupo ou de sua classe, relacionando-se com a esfera pública do poder e das leis. Tanto a pessoa quanto o cidadão são a consciência como agente (moral e político), como práxis; d) Do ponto de vista da teoria do conhecimento, a consciência é uma atividade sensível e intelectual dotada do poder de análise, síntese e representação. É o sujeito. Reconhece-se como diferente dos objetos, cria e descobre significações, institui sentidos, elabora conceitos, idéias, juízos e teorias.

⁸ “A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social. Se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico, não sobra nada” (Bakhtin, 1929:36).

signo, que somente é signo por ser ideológico, é o território originário comum, tanto do psiquismo quanto da ideologia; e é, portanto, um território concreto, sociológico e significante.

E aqui Bakhtin estabelece um jogo dialético, bem ao seu gosto, entre o que seja *natural* e o que seja *social*, quebrando o jogo vigente de correlação anterior que havia entre *individual* e *social*; para ele o conceito de *individual* é parte integrante do conceito de *social*, uma vez que já se apresenta como uma superestrutura ideológica semiótica. “*Para evitar os mal-entendidos, convém sempre estabelecer uma distinção rígida entre o conceito de indivíduo natural isolado, não associado ao mundo social, tal como o conhece e estuda o biólogo, e o conceito de individualidade, que já se apresenta como uma superestrutura semiótica, que se coloca acima do indivíduo natural e é, por conseqüência, social*” (1929:58). A constituição da individualidade apenas pode vir pela interação social. O que se opõe ao *indivíduo social* é o *indivíduo natural isolado*, não associado ao mundo social, tal como é conhecido e estudado pelas ciências. Já o indivíduo que vive seu tempo, e está mergulhado de forma organizada em um grupo social tem sua individualidade, seu modo de ser, determinado histórica e ideologicamente por fatores sociológicos.

Outro jogo estabelecido por Bakhtin, para clarear o conceito de sujeito, é o que trata da relação entre o *signo interior* e o *signo exterior*⁹, entre o psíquico e o

⁹ Bakhtin (1929:48-66) discute essa questão e analisa o signo exterior em contradição permanente ao signo interior, que é o campo psíquico, o lugar da atividade mental. O signo exterior se refere ao mundo da ideologia, indissolivelmente ligado ao mundo do pensamento de caráter cognitivo. O território comum, tanto do signo interior quanto do signo exterior, é um território concreto, sociológico, significante. E interação continuamente, não havendo entre eles uma diferença de conteúdo, a não ser no grau, já que o signo interior contém o elemento ideológico ainda confuso e não exteriorizado sob a forma de material ideológico. O signo exterior tem uma fronteira bem definida, e, enquanto expressão semiótica, se dirige em direção à ideologia, e o que se requer é uma compreensão ideológica, objetiva e concreta. Mas o caminho do signo exterior é migrar para o signo interior, pois que não há signo interior sem signo exterior. O signo ideológico encontra sua vida na medida em que ele se realiza no psiquismo, e, reciprocamente, a atividade psíquica vive do suporte ideológico. Essa interação dialética é indissolúvel e necessária: se o signo interior não se libertar de seu contexto biológico e biográfico ele morre enquanto signo, visto que ao ser experimentado apenas subjetivamente ele não se torna signo ideológico; por sua vez, o signo exterior deve integrar-se nos signos interiores e ressoar tonalidades subjetivas sob pena de ser engessado e perder sua condição de signo. E essa troca dialética revivificante entre o psíquico e o ideológico se dá em cada enunciação, por

ideológico do indivíduo. O autor reconhece que há um movimento de compreensão¹⁰ que é realizado no próprio organismo de um dado indivíduo, mas mesmo esta compreensão se apóia no sistema ideológico de conhecimento, e é, portanto, perfeitamente compatível com uma concepção ideológico-sociológica do psiquismo. Mas este *conjunto instável* do conhecimento, conjunto circulante entre indivíduos organizados na sociedade, se embate com outro *sistema estável*, único, possuidor de leis específicas, que é o sistema do psiquismo individual, que é determinado não só pelo organismo biológico, mas também pela totalidade das condições vitais e sociais em que esse organismo está posto.

mais insignificante que pareça. Se cada palavra é a arena onde se debatem as forças sociais de orientação contraditória, em todo ato de fala se renova o encontro entre o signo interior, que vai produzir a réplica, e o signo exterior, que incorpora as mudanças provocadas por este ato, renovando a vida exterior. O **signo interior** tem seu nascedouro no sistema ideológico, o signo interior é caracterizado por Bakhtin como a atividade mental que, dirigida ao próprio organismo de um dado indivíduo e se determina no contexto de sua individualidade, de seu psiquismo individual. Este sobrevive, desde a origem, subordinado às leis do sistema ideológico, mas ao mesmo tempo é possuidor de leis específicas que garantem um caráter único e individual ao sistema psíquico, apoiado não somente na unicidade do organismo biológico, mas também pela totalidade das condições vitais e sociais em que esse organismo se encontra. O signo interior é alimentado e vasculhado pela *introspecção*, que produz, para o próprio indivíduo, a compreensão dos signos, durante o processo de auto-observação, pela confrontação de outros signos, o que remete à sua tendência ideológica. A tarefa da introspecção é explicitar ativamente o signo interior, e o faz com material semiótico, que sempre se efetua em estreita ligação com a situação social em que toma forma. Desta forma se compreende que o signo e a situação social estão indissolivelmente ligados, e não podem ser separados, pois uma nova situação social exigirá novos signos. Os signos interiores se organizam em discursos interiores que são, por sua vez, constituídos de monólogos completos, que poderiam ser chamados de impressões globais de enunciações, pois fornecem um impressão do todo, ainda que não possam se esboçar numa representação concreta e diferenciada do objeto. Por último importa lembrar a relação dialética indissolúvel entre o signo interior e o signo exterior, visto que este deve integrar-se nos domínios dos signos interiores subjetivos para permanecer vivo, e aquele deve se destruir para se tornar ideologia, o que garante sua sobrevivência. E essa interação se dá apenas no processo das relações sociais, quando a palavra se converte na arena de valores sociais de orientação contraditória.

¹⁰ Para Bakhtin, o processo de compreensão não pode ser visto apenas como um ato de recepção de uma mensagem emitida por um locutor. Essa compreensão passiva apenas é possível pelos filólogos, ao trabalharem com sistemas de identificação dos sinais ao estudarem línguas mortas. Caso fosse possível uma compreensão passiva, ela apenas duplicaria o pensamento do locutor no espírito do interlocutor e não produziria nada de novo; apenas reproduziria. Qualquer tipo genuíno de compreensão deve ser ativo, e deve conter em si o germe de uma resposta. Toda compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se locutor. Um processo evolutivo como o lingüístico tem que ser apreendido por outro processo ativo. Assim compreender a enunciação é orientar-se em relação a ela, é fazer corresponder a cada palavra uma série de palavras do Outro, é opor à palavra do locutor as contrapalavras do interlocutor. Desse modo se entende que a significação não está na palavra em si, mas está na palavra enquanto traço de união entre interlocutores, e a significação apenas se realiza no processo de compreensão ativa e responsiva. Compreensão implica, pois, duas consciências, dois sujeitos, de modo que a compreensão é sempre uma relação dialógica.

E aqui acontece outro jogo: se o signo estiver mais fortemente determinado pelo componente biológico e biográfico, mais ele se distanciará de uma expressão ideológica bem definida, já que é no psiquismo que acontece a compreensão, e esse se encontrará desalojado de uma vivência social mais organizada; por outro lado, se ele perder o componente sociológico e apenas se alojar no contexto psíquico, ficará paralisado, estável. Entre a ideologia, fato histórico e social, e o psiquismo há uma relação dialética indissolúvel, pois sempre um se destrói em favor do outro, na interação, alternando relações dinâmicas e estáveis. Assim, um indivíduo se fechar à troca de informações com o mundo circundante não impedirá que ele tenha dentro de sua consciência uma ideologia dominante, mas apenas proporcionará que ele engesse sua compreensão de mundo, ao impedir-se da interação vivificadora. A não-ressignificação dos conteúdos sógnicos paralisará os significados, estabilizando-os no ponto em que foram compreendidos. A compreensão paralisada impede que ela seja responsiva e ativa, impede que ela ponha outras palavras na interação, ou revele a outra face das palavras.

E para complexificar ainda mais seu projeto arquitetônico que visa definir uma concepção sociológica da linguagem e do sujeito, Bakhtin afirma que mesmo procurando o objeto de estudo em outras esferas da realidade, como a física, a fisiológica e a psicológica, não deu conta de localizar a linguagem, pois que nestes campos sente-se *“que este complexo é privado de alma”* (1929:70) e os seus diferentes elementos estão alinhados e não unidos por um conjunto de regras internas que lhe atribuiria vida e faria dele um fato lingüístico. Somente ao inserir este conjunto já complexo num complexo mais amplo ainda, e que o engloba, Bakhtin se defronta com a *“esfera única da relação social organizada”* (id.:70), onde se situam os sujeitos falantes. Estes dois indivíduos - o *locutor* e o *interlocutor*, devem pertencer *“à mesma comunidade lingüística, a uma sociedade claramente organizada”*, e também *“é indispensável que estes dois indivíduos estejam integrados na unicidade da situação social imediata, quer dizer, que tenham uma relação de pessoa para pessoa sobre um terreno bem definido”*

(id.ib.). Sem a unicidade da comunidade lingüística e do meio social e a unicidade do contexto social imediato não há fatos de linguagem, pois não há sujeitos que a constituam, mas apenas “*dois organismos biológicos*”, naturalmente colocados um diante do outro. Mas se as condições forem dadas, temos dois sujeitos colocados face a face, e constituindo signos; esse é “*o passe de mágica que constitui o processo lingüístico*” (id.:71).

O outro como constitutivo do sujeito.

Sendo a língua constituída em um processo de evolução ininterrupto que se realiza através da interação verbo-social de locutores, e, portanto, nas relações sociais, e que a consciência é formada de fora para dentro, constituindo, dessa forma, o indivíduo, Bakhtin considera que a existência do *outro*¹¹ é que garante a *constituição do sujeito*, também num processo de *alternância dialética*. Partindo da afirmação de que “*não existe atividade mental sem expressão semiótica*” (1929:112), e que “*o centro organizador e formador [da atividade mental] não se situa no interior, mas no exterior*” (id.ib.), fica clara e evidente a opção do autor em exigir que seja o outro quem constitua o sujeito. Esse outro, também constituído pela expressão semiótica que atravessa a base material da sociedade, é o interlocutor concreto no ato da fala. Esse pode ser um indivíduo real ou um “*representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor*” (id.ib.).

¹¹ Enquanto oposto ao eu e ao nós, o outro constitui um conceito fundamental e primeiro do pensamento: “*Para obter uma verdade qualquer sobre mim, devo passar pelo outro. O outro é indispensável à minha existência, tanto quanto à consciência que tenho de mim*” (Sartre). Nesse sentido, o outro é uma espécie de *alter ego* que, de certa forma, construímos intelectualmente, não sendo compreendido enquanto outro, em sua diferença; segundo a fórmula de Sartre, “*nós encontramos o outro, nós o constituímos*”. Na teoria hegeliana da intersubjetividade, o problema do outro é posto em oposição à filosofia cartesiana do *cogito*. A intersubjetividade é a mediação necessária ao advento da consciência de si. É o que mostra a “*dialética do senhor e do escravo*”: ela descreve a passagem da consciência mergulhada na vida orgânica imediata ao estado de uma consciência que “*se realizou*” como consciência de si, porque seu desejo se tornou desejo de outro desejo. Desejo de um outro desejo, quer dizer, para a consciência, desejo de ser reconhecida como tal por outra consciência. (Japiassu & Marcondes. Dicionário Básico de Filosofia)

Para Bakhtin essa questão da concretude do outro é fundamental, pois senão não poderíamos interagir com ele. Caso ele fosse abstrato não haveria possibilidade de troca de palavras com ele, por falta de palavras comuns e também porque o horizonte social, que modela ideologicamente os significados das palavras de determinado conjunto social de determinado tempo, estaria indefinido. O outro precisa ser um outro concreto, mesmo que seja um *“representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor”*, e, portanto, estar mergulhado no mesmo horizonte social que o sujeito, e esse horizonte não ultrapassa *“as fronteiras de uma classe e de uma época bem definidas”* (id.:113). Um indivíduo mais bem inserido no seu meio social vai conseguir, com mais propriedade, traçar um perfil melhor adequado desse interlocutor médio da criação ideológica.

Não interagimos com seres fantasmagóricos ou imaginários, mas com indivíduos reais, e tal relação estabelece, pela ótica e pela posição do outro, como se deve tratar essa pessoa, o ângulo da relação a se estabelecer com ela e que palavras e que formas lingüísticas selecionar para tal interação. Tratando desse mesmo tema em *“O Autor e o Herói”* (1920-30), um texto produzido na mesma década do *“Marxismo e Filosofia da Linguagem”*, e com preocupações comuns, Bakhtin nos ajuda a entender melhor como se dá essa relação entre o eu e o outro, entre o locutor e o interlocutor. Há nesse texto, entre outros, alguns conceitos que apresentam muita utilidade na discussão que estamos fazendo. O primeiro deles é o conceito de *“acabamento”*, outro é o conceito de *“exotopia”* e ainda outro é o conceito de *“por-vir”*. O acabamento é aplicado à atividade estética do autor na sua relação com seu herói, vez que *“o autor é depositário da tensão exercida pela unidade de um todo acabado, o todo do herói e o todo da obra, um todo transcendente a cada um de seus constituintes considerado isoladamente”* (1920-30:32). Bakhtin afirma que

o autor não só vê e sabe tudo quanto vê e sabe o herói, mas também vê e sabe mais do que eles, vendo e sabendo até o que é por princípio inacessível aos heróis; é precisamente

esse excedente, sempre determinado e constante de que se beneficia a visão e o saber do autor, em comparação com cada um dos heróis, que fornece o princípio de acabamento de um todo – o dos heróis e o do acontecimento da existência deles, isto é, o todo da obra (id.ib.).

Daqui podemos deduzir que apenas o outro, produzido no trabalho estético, no ato de escrever, é que é um outro acabado, do qual sabemos tudo. Nesse ato, o autor não é acabado, não está pronto, senão não pode viver, e muito menos escrever. Esse acabamento do herói é possível porque o autor está situado fora dele, numa relação de exotopia, tanto de espaço, quanto de tempo e de valores

que permite juntar por inteiro um herói que, internamente, está disseminado e disperso no mundo pré-dado da cognição e no acontecimento aberto do ato ético; que permite juntar o próprio herói e sua vida e completá-lo até torná-lo um todo graças ao que lhe é inacessível, a saber, a sua própria imagem externa completa, o fundo ao qual ele dá as costas, sua atitude para com o acontecimento da sua morte e do seu futuro absoluto, etc; que permite, finalmente, proporcionar ao herói a razão de ser e o acabamento, sem levar em conta o sentido, as aquisições e os êxitos de sua própria vida orientada para a frente dele mesmo (1920-30:34).

Da mesma forma, um indivíduo não pode dar acabamento a si mesmo, não pode produzir de si mesmo uma visão de totalidade, e tem uma necessidade absoluta do outro para lhe proporcionar um acabamento externo, e torná-lo um homem exterior. O outro é o único em condições de unificar o indivíduo, ainda que esse acabamento seja absolutamente provisório, pois se defronta imediatamente com o inacabamento produzido em retorno pelo sujeito. Para clarear a necessidade da presença do outro no acabamento constitutivo do sujeito, Bakhtin trabalha com o conceito de *excedente da visão*, afirmando que

quando contemplo um homem situado fora de mim e à minha frente, nossos horizontes concretos, tais como são efetivamente vividos por nós dois, não coincidem. Por mais perto de mim que possa estar esse outro, sempre verei e saberei algo que ele próprio, na posição que ocupa, e que o situa fora de mim e à minha frente, não pode ver: as partes de seu corpo inacessíveis ao seu próprio olhar – a cabeça, o rosto, a expressão do rosto -, o mundo ao qual ele dá as costas, toda uma série de objetos e de relações que, em função

da respectiva relação em que podemos nos situar, são acessíveis a mim e inacessíveis a ele. Quando estamos nos olhando, dois mundos diferentes se refletem na pupila de nossos olhos (1920-30:43).

Revela-se, aqui, do outro lado da excedência, uma carência do indivíduo diante do outro, pois este vê coisas que o indivíduo não pode ver, seja no mundo circundante, seja no próprio indivíduo. Talvez se ache aqui um começo de resposta a uma questão levantada anteriormente a respeito da possibilidade de cada indivíduo ser diferente do outro, já que todos teriam sua consciência formada de material ideológico social, externo. Mas cada um vê o exterior a partir de seu lugar, com a construção própria de acabamento, e por isso "*dois mundos diferentes se refletem na pupila dos nossos olhos*".

Mas esse primeiro recorte, porém, não é suficiente para dar constituição ao sujeito a partir do outro. Assim, Bakhtin estabelece um outro conceito agregado - o da *exotopia*, que exige que o *eu-para-o-outro*, ou o *outro-para-mim*, ocupe um lugar único no mundo, num conjunto de circunstâncias dadas, num preciso momento. Isso proporciona que o excedente de minha visão, com relação ao outro, instaure uma esfera particular de minha atividade, um conjunto de atos internos e externos que só o eu pode pré-formar a respeito desse outro e que o completam justamente onde ele não pode completar-se; logo, o excedente de visão do eu contém em germe a forma acabada do outro. Esse jogo pode ser invertido, e o excedente de visão pode ser analisado a partir do outro em relação a mim. É o outro que me vê como eu não consigo me ver, e, portanto, ele garante uma visão de totalidade, de acabamento em relação a mim, e que me junta em um todo unificado, trazendo à existência minha individualidade, que é construída de fora, no conjunto de relações sociais ou interindividuais.

Daí que a constituição do eu, de seus pensamentos, de sua ideologia, de sua identidade, não provém de uma concessão e de uma busca do próprio eu, mas se impõe como uma necessidade em um mundo que já pertence ao outro.

Ponzo (1998:26) afirma que “según Bajtín, nuestro encuentro com el outro no se realiza sobre la base del respeto o de la tolerancia, que son iniciativas del yo. El outro impone su alteridad irreducible sobre el yo, independientemente de las iniciativas de este último. Ao contrario, es el yo el que se construye e tiene que abrirse camino en un espacio que ya pertenece a otros”. Isso faz o diálogo ser o compromisso que dá lugar ao eu; o eu é, portanto, um compromisso dialógico, em sentido substancial e não formal, nascendo, dessa forma, desde suas origens, como algo híbrido, como um cruzamento, que faz da identidade um enxerto. Larrosa (1998), discorrendo sobre o estrangeiro, enquanto aquele que pode turvar (ou revelar) nossa própria identidade pergunta:

¿No será el extranjero el que nos trae la imagen inquietante de nuestra propia soledad y de nuestro próprio desarraigo? ¿No será el extranjero el que nos hace conscientes de que también nosotros somos la morada de lo ausente? ¿No será el extranjero el que mantiene em nosotros despierto el dolor y el que provoca em nosotros esse deseo que permanece deseo, esa tensión sin objetivo? ¿No será el extranjero el que nos hace extranjeros y, justamente por eso, el que nos permite ser nosotros mismos?

Assim, apenas o outro pode me fazer viver o finito humano e sua materialidade empírica delimitada, pois que o outro se me oferece inteiro à minha visão, e a cada instante posso captar o outro por inteiro, posso estabelecer suas fronteiras, posso garantir sua unicidade enquanto objeto entre outros objetos. Essa atividade Bakhtin (1929:115) também nomeia como “*atividade mental do nós*”, pois se dá na relação do eu com o outro; e esse outro pode se apresentar muito firme e estável na sua orientação ideológica, e isso contribui para que o sujeito constitua seu mundo interior de forma mais distinta e complexa. Já a “*atividade mental do eu*” ou o *eu-para-mim* não pode estabelecer por si mesma as fronteiras temporais e espaciais do indivíduo, o que acarreta a perda da sua modelagem ideológica e “*dando provas de que a consciência foi incapaz de enraizar-se socialmente*”. É assim que o eu apenas emerge de dentro das fronteiras acabadas do outro, e também acontece como o outro para os outros,

rejeitando, dessa forma, o pesado fardo de um eu único, porém inexistente no concreto, no mundo (*eu-para-mim*). Sem esse encontro fecundo com o outro, intermediado pelo mundo concreto e real, delimitado pelo horizonte mais amplo e pelo contexto social mais próximo, não há como dizer não à exclusão produzida pela estabilidade de si mesmo, que acaba por excluir-se, excluindo na mesma medida também os outros.

O que faz com que, assim como não consigo conter inteiramente a palavra do outro em mim, a acentuação que o outro impõe às palavras, os pensamentos do outro, pois que são a alteridade, o outro também não cabe dentro da identidade do eu, pois que ele supera os limites dessa possibilidade de identificação. Da mesma forma um grupo social se reconhece como tal através de um processo complexo de diferenciação em relação a outro grupo que é diferente. Assim, sua identidade não é resultado de uma escolha ou ato decisório consciente, senão que é uma conseqüência advinda do fato de estabelecer relações com outros grupos; é uma conseqüência imposta pelo outro, por seus comportamentos e por seus pensamentos. O outro se constitui, dessa forma, no laboratório social onde se forjam a ideologia e a subjetividade.

Quando hoje vemos a alteridade ideológica sufocada na sua superfície, reconhecida de forma imediata, pela identidade, resultado da pressão e do discurso unívoco da ideologia dominante, que se identifica com a lógica do capitalismo mesmo, e que, aparentemente, não apresenta contradições e nem aceita oposições, é salutar perceber que a análise bakhtiniana nos permite conceber outras possibilidades de construir ideologias, e que, por debaixo do difundido monologismo hegemônico, um diálogo frutuoso pode ser escutado. E esse diálogo nos faz perguntar também pelo sentido do homem, assim como fez Bakhtin ao discorrer sobre a questão da metodologia das ciências humanas, opondo-as às ciências exatas, que *“são uma forma monológica de conhecimento: o intelecto contempla uma coisa e pronuncia-se sobre ela. Há um único sujeito:*

aquele que pratica o ato de cognição (de contemplação) e fala (pronuncia-se). Diante dele, há a coisa muda” (1974:403). Nesses tempos em que se leva em conta apenas o desenvolvimento tecnológico, eis o risco posto de se transformar o homem em coisa, e não permitir que ele seja sujeito. Esse risco existe, e é concreto. Por isso Bakhtin alerta que é possível perceber e conhecer o homem como coisa: *“Qualquer objeto do conhecimento (incluindo o homem) pode ser percebido a título de coisa”*. O homem se coisifica quando se fecha ao outro, ou quando é impedido de se abrir ao outro, que é o único capaz de fecundar a subjetividade. No entanto, ele pontifica: *“Mas o sujeito como tal não pode ser percebido e estudado a título de coisa porque, como sujeito, não pode, permanecendo sujeito, ficar mudo; conseqüentemente, o conhecimento que se tem dele só pode ser dialógico”* (id.ib).

Ao tratar, portanto, da questão do sentido do homem, do sujeito, do eu, é necessário que se a trate a partir da categoria do outro, e não da categoria do eu mesmo. Tratando dessa questão, Ponzio (1998:30) diz: *“Desde el punto de vista de la identidad (de un individuo, de un grupo, de una nación, de una lengua, de un sistema cultural, de una vasta comunidad, como la europea, o de todo el mundo occidental) el sentido del hombre no puede descubrirse, sino sólo mistificarse”*. É que numa perspectiva que leva em conta apenas a identidade, o sentido do homem coincide com interesses particulares e limitados, ainda que se apresentem como universais. Para se opor a uma tal perspectiva, é necessário o ponto de vista da alteridade: esse é que produz um novo sentido, sem alterar necessariamente os componentes existenciais. Bakhtin (1974:408) mesmo afirma: *“O sentido não pode (nem quer) modificar os fenômenos físicos, materiais; o sentido não pode operar como força material. E aliás, nem precisa: ele é mais forte do que qualquer força, modifica o sentido global do acontecimento e da realidade, sem modificar o mais ínfimo de seus componentes reais (existenciais). Tudo continua a ser como era, adquirindo um sentido absolutamente diferente (transfiguração do sentido na existência)”*. E esse outro não deve ser buscado

apenas “no espaço acanhado da pequena temporalidade, ou seja, na contemporaneidade, no passado imediato e no futuro presumido, desejado ou temido” (id.ib.); da mesma forma, a identidade do eu, ou o sentido do homem, deve ser desvelada “na dimensão da grande temporalidade”, onde se processa “o diálogo infinito e inacabável em que nenhum sentido morre”, e onde o eu e o outro se renovam constantemente, e dialogam infinitamente, construindo-se e reconstruindo-se permanentemente, no jogo da instabilidade e da estabilidade. “Em cada um dos pontos do diálogo que se desenrola, existe uma multiplicidade inumerável, ilimitada de sentidos esquecidos, porém, num determinado ponto, no desenrolar do diálogo, ao sabor de sua evolução, eles serão rememorados e renascerão numa forma renovada (num contexto novo). Não há nada morto de forma absoluta” (1974:414).

A linguagem como constitutiva do locutor e do interlocutor.

Do ponto de vista bakhtiniano, não é a atividade mental que organiza a expressão verbal, mas, ao contrário, é a expressão verbo-social que organiza a atividade mental, a consciência, que a modela e determina sua orientação. Conseqüentemente a concretude da relação entre falantes, em todas as suas formas de existência, é que constitui a consciência e, portanto, o indivíduo. E como não existe atividade mental, não existe a consciência, sem antes ter havido expressão semiótica, que modelasse sua visão de mundo, logo é pela mediação da palavra, da linguagem, que se constitui a existência do sujeito.

Quando os sujeitos interagem nos atos de fala, eles se servem da palavra para estabelecerem uma ponte comunicativa entre eles. Nessa relação eles não inventam a toda hora palavras novas, mas se servem de palavras que são extraídas “pelo locutor de um estoque de signos disponíveis”, palavras que já

estão em circulação naquele determinado grupo social, e que encerram em si a história não só lingüística daquela comunidade de falantes, mas principalmente a história ideológica, manifesta na história das relações sociais. Ao interagir nos atos de fala, desde o nascimento, é com essa história que o indivíduo está entrando em contato, e não com palavras desprovidas de historicidade.

E ao se servir novamente de determinada palavra para incluí-la na enunciação, novos sentidos são postos em circulação pelos interlocutores, revestindo a enunciação com o contexto¹². Esse processo não implica em limpar as palavras de seu significado histórico, mas antes em re-vesti-las de novas significações contextuais.

O sentido não se atualiza sozinho, procede de dois sentidos que se encontram e entram em contato. Não há um 'sentido em si'. O sentido existe só para outro sentido, com o qual existe conjuntamente. O sentido não existe sozinho (solitário). Por isso não pode haver um sentido primeiro ou último, pois o sentido se situa sempre entre os sentidos, elo na cadeia do sentido que é a única suscetível, em seu todo, de ser uma realidade, (Bakhtin, 1970-71:386).

E desse modo, a língua vai se constituindo no uso, incorporando a base material em que é enunciada, e acrescentando às palavras, que vão para o estoque comum daquele grupo, para a história social, novas significações. A cada

¹² Bakhtin (1929:128-136) examina essa questão da significação na "enunciação como um todo". Depois de já haver definido que "a palavra é o fenômeno ideológico por excelência" (1929:36), uma vez que a palavra não comporta nada que não esteja ligado à função de signo e nada que não tenha sido gerado por ela, retratando de forma pura e sensível as relações sociais, e de haver atribuído à palavra uma função de "signo neutro", isto é, separável da função ideológica, por se prestar a preencher em si "qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa", o autor define "tema" (com a equivalência de "unidade temática") de uma enunciação como "um sentido definido e único, uma significação unitária, é uma propriedade que pertence a cada enunciação como um todo" (id.:128), e por "significação" ele entende "os elementos da enunciação que são reiteráveis e idênticos cada vez que são repetidos" (id.:129). Tema e significação mantêm uma relação inseparável. O tema manifesta a instabilidade da comunicação e é pertencente a determinada enunciação, em determinada situação histórica concreta, e composta das formas lingüísticas e dos elementos não-verbais da situação, enquanto que significação manifesta a estabilidade da enunciação, ao menos "uma certa estabilidade", e se compõe "das significações de todas as palavras que fazem parte dela, das formas de suas relações morfológicas e sintáticas..." (id.ib.)

vez que determinada palavra é empregada em novo ato enunciativo, desencava e utiliza a história daquele grupo organizado na nova situação interativa.

É nesse contexto que o sujeito acrescenta sentidos a cada nova expressão/compreensão por sua atividade de enunciar contrapalavras, de modo que ele articula e rearticula o que agora apreende com as mediações próprias. O que antes era palavra com pertencimento a outras pessoas, as “*palavras-alheias*”, são, no dizer de Bakhtin, reelaboradas dialogicamente em “*palavras próprias-alheias*”, ou “*palavra do outro*”¹³, com a ajuda de outras palavras ouvidas anteriormente, e logo se tornam “*palavras próprias*” à medida em que as assimilamos, re-elaboramos e renovamos sua acentuação¹⁴; é a palavra do outro, tornada antes anônima, e tornada, na seqüência, familiar. Praticamente nos esquecemos dessa origem das palavras, mas ao levarmos adiante o jogo entre a completude da palavra na sua historicidade e a incompletude produzida na tensão interativa da situação presente, renovamos a linguagem nunca pronta, mas sempre disponível para o uso, segundo as necessidades dos sujeitos, nos diferentes contextos de produção e recepção. Cada réplica e cada contrapalavra posta à palavra do outro revela claramente que o momento único e irrepetível da compreensão e reacentuação das palavras foi construído, apontando a mobilidade do grupo social e da língua.

¹³ “Por palavra do outro (enunciado, produção verbal) entendo qualquer palavra de qualquer outra pessoa, pronunciada ou escrita em minha língua (minha língua materna), ou em qualquer outra língua, ou seja: qualquer outra palavra que não seja a minha. Nesse sentido, todas as palavras (os enunciados, as produções verbais, assim como a literatura), com a exceção de minhas próprias palavras, são palavras do outro. Vivo no universo das palavras do outro. E toda a minha vida consiste em conduzir-me nesse universo, em reagir às palavras do outro (as reações podem variar infinitamente), a começar pela minha assimilação delas (durante o andamento do processo do domínio original da fala), para terminar pela assimilação das riquezas da cultura humana (verbal ou outra)” (Bakhtin, 1970-71:383).

¹⁴ Em seu último escrito, *Epistemologia das ciências humanas*, Bakhtin diz que “as influências extratextuais têm uma importância especial nas primeiras fases da evolução humana. Essas influências se envolvem na palavra (ou noutros signos), e tal palavra é a dos outros, e, acima de tudo, a da mãe. Depois disso, a ‘palavra do outro’ se transforma, dialogicamente, para tornar-se ‘palavra pessoal-alheia’ com a ajuda de outras ‘palavras do outro’, e depois, palavra pessoal (com, poder-se-ia dizer, a perda das aspás)” (1974:405-406).

Por aqui se nota o quanto é imprescindível e importante a presença da palavra do outro na constituição da consciência do indivíduo, apesar de todo o esforço em tornar intra-individual o que é de fato interindividual. É longo o caminho que a palavra do outro percorre, em interações ativas e sucessivas, até se transformar em palavras próprias.

Mas é possível que a palavra do outro se hospede na consciência humana sem se transformar plenamente em palavra própria, sem ser re-significada pelo indivíduo em sua própria realidade e no seu contexto social, guiando, dessa forma, o indivíduo, não por suas próprias concepções, brotadas de suas contrapalavras ativas, mas por concepções alheias. Afinal, na elaboração do discurso próprio, para ser enunciado a outrem, há um projeto de dizer, o que Bakhtin (1952-53:300) chama de “*intuito discursivo*” ou o “*querer-dizer*” do locutor, que resulta dos cálculos de possibilidades que conferem significância ao dizer, neste momento interlocutivo e neste espaço social.

Para o tema que estamos tratando nesse trabalho, essa possibilidade de o interlocutor não re-significar o tema das enunciações ditas, e sobreviver às custas da dominação discursiva de outrem, como “*consumidor*” de discursos, ao invés de ser seu produtor pela “*réplica ativa e responsiva*”, é sumamente importante, e aprofundaremos melhor essa questão mais adiante. Por ora, é importante lembrar, com Bakhtin (1952-53:290), que

o ouvinte que recebe e compreende a significação (lingüística) de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude responsiva ativa: ele concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc., e esta atitude do ouvinte está em elaboração constante durante todo o processo de audição e compreensão desde o início do discurso, às vezes já nas primeiras palavras emitidas pelo locutor.

O autor admite que possa haver “*uma compreensão passiva que, por assim dizer, apenas duplicaria seu pensamento [do locutor] no espírito do outro*”, mas nesse caso não teria havido uma relação comunicativa, com compreensão ativa,

entre locutor e interlocutor; *“toda compreensão é prenhe de resposta, e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se locutor”* (id.:ib.).

CARACTERIZAÇÃO DO SUJEITO BAKHTINIANO

Para melhor entender a concepção bakhtiniana de constituição do sujeito, nesse jogo com a linguagem, vamos estabelecer/sistematizar algumas das características que ele atribui ao sujeito, o que se revelará importante para o seguimento da análise da formação dos sujeitos na sociedade atual:

Sujeito inacabado.

O sujeito bakhtiniano, que se constitui na relação com o outro, apresenta como característica fundamental o fato de ser um sujeito inacabado e que precisa do outro para se constituir, uma vez que é o outro que funda o acabamento do sujeito.

A sua completude apenas se dá a partir do exterior, do excedente de visão que o *outro* tem, pois que o sujeito sempre tem partes do seu corpo inacessíveis ao seu próprio olhar, e todo o mundo ao qual ele dá as costas, além de uma série de objetos e de relações inacessíveis, enquanto que o *outro* o vê nesse ambiente, e tem acesso a recortes de mundo apenas visto de sua posição. É isso que garante o acabamento, completando-o justamente onde ele não pode se completar. Expulsar o outro de dentro de si é condenar-se à doença e à morte.

E, como estamos sempre nos movendo no jogo social, participando de novos acontecimentos, em busca de completude, o outro está continuamente nos

“*acabando*”, o que nos torna inacabados enquanto sujeitos sociais. Como afirma Geraldi (1996:20):

Este é um sujeito constitutivamente heterogêneo, de uma incompletude fundante que mobiliza o desejo de completude, aproximando-o do outro, também incompletude por definição, com esperança de encontrar a fonte restauradora da totalidade nunca alcançada, construindo-se nas relações sociais, entendidas estas como espaços de imposições, confrontos, desejos, paixões, retornos, imaginação e construções.

Sujeito na relação com o Outro.

Na experiência que o sujeito tem de si mesmo, sua visão nunca será nitidamente delimitada a respeito de sua configuração externa. Seus limites não permitem que ele construa um horizonte onde possa figurar por inteiro, pois que o mundo visível estende-se à sua frente, e mesmo que ele vire a cabeça em todas as direções sempre faltará a percepção de um pedaço do mundo e ele jamais se verá a si mesmo nesse lugar. Mesmo que ele se represente dessa forma, como se se tratasse de um outro, ele não terá deixado de vivenciar-se por dentro, permanecerá nessa vivência e terá construído uma representação da mente e não uma percepção. E essa representação revela ao sujeito sua incompletude.

A vivência concreta real do homem não vem, pois, de auto-construções mentais, e sim emana de uma correlação entre as categorias representativas do eu e do outro, uma vez que as formas do eu através das quais sou o único a vivenciar-me se distinguem fundamentalmente das formas do outro através das quais vivencio a todos os outros sem exceção. Vivencio o outro de um modo totalmente diferente daquele que vivencio meu próprio eu. Enquanto minha vivência de mim mesmo engloba qualquer fronteira e corporalidade, desalojando-me do mundo exterior, ampliando-me além de qualquer delimitação, a vivência

que tenho do outro o revela aparentado e entrelaçado ao mundo e concordante e intimamente ligado a ele.

Assim, o homem, enquanto fenômeno natural, é vivenciado de forma intuitivamente convincente apenas no outro. O homem é o que o outro lhe proporciona ser, é a conclusão que se tira ao fazer predominar o corpo exterior, de um ponto de vista objetivo e baseado na vivência do outro; e esta categoria do outro englobará a mim também e me constituirá como homem, como sujeito ativo, relacionado e organizado socialmente.

E do ponto de vista dos acontecimentos que se dão na vida, quando somos dois, o que importa não é o fato de que, além de mim, haja mais outro homem, semelhante a mim (dois homens), e sim que, para mim, ele seja o outro, e que ocupe o lugar exotópico que somente ele pode ocupar fora dos outros, pois que desta forma ele constitui os outros, garantindo-lhes o acabamento.

Sujeito sempre atual, com memória do passado e do por-vir.

O sujeito vive constantemente no presente, mas isto não pode significar auto-realização e nem garantir auto-satisfação, que já recebeu sua razão de ser. Somente percebo este presente, esta atualidade tranqüila e condensada, no outro. *Eu-mesmo*, enquanto sujeito de um ato que pressupõe o *tempo*, estou fora do tempo. E tal se sucede comigo porque utilizo-me da *memória* para buscar um acabamento de mim mesmo, mas o que consigo são apenas elementos de um conteúdo passado, e que ainda me mantém inacabado.

Somente voltada para um outro já morto, ou apenas para o passado, minha memória faz com que a abordagem se opere numa ótica de valores e de acabamento, o que a torna sem esperança, mas em compensação somente ela é

capaz de formular um juízo sobre uma vida inteiramente presente em sua realização e seu acabamento.

Voltada para mim, a memória revela que não sou um acontecimento unificado no todo, pois que *eu-mesmo* vivencio minha vida apenas no espírito, que não existe; ele é sempre *pré-dado*. E do ponto de vista do objeto *pré-dado*, a projeção moral refrata o dado nocivo da vivência, visto que a existência interior não encarna, mas distorce o sentido. Logo, não é no horizonte dos valores de minha própria vida que minha vivência pode adquirir sentido, pois o mundo existente é o mundo do *outro*; tudo o que dá valor ao dado do mundo, tudo o que atribui um valor autônomo à presença no mundo está vinculado ao *outro*. Assim, para fazer com que minha vivência em si se torne meu próprio objeto, devo sair dos limites do contexto de valores no qual se efetuava minha vivência e me situar em outro horizonte de valores, no horizonte do *outro*, tornando-me o *outro* relativamente a mim mesmo.

O que torna minha vivência um dado positivo é quando consigo viver a *tensão do presente* conjugada com esta *memória do passado*, e que busca a *realização futura* junto ao *ainda-não-realizado*, que ainda não é definitivo, e que se situa no *por-vir*, no mundo da *memória do futuro*. Este não é uma continuação orgânica ou um crescimento de meu passado e do meu presente e o coroamento deles, mas, pelo contrário, é a eliminação, o cancelamento deles, o que significa em mim um novo nascimento constante, pela vivência de momento de acabamento, na relação com o *outro*.

Associar a noção de constitutividade à noção de interação é aceitar o fluxo do movimento, cuja energia não está nos extremos, mas no trabalho que se faz cotidianamente movido pelas utopias, pelos sonhos, limitado pelos instrumentos disponíveis, construídos pela herança cultural e reconstruídos, modificados, abandonados, ou recriados pelo presente (Geraldí, 1996:100)

O mundo do futuro não é da mesma natureza que o mundo do meu passado e do meu presente. Cada um dos meus atos, cada uma das minhas

ações internas ou externas, situa-se perante esse futuro, esse *por-vir*, porque ele é puro sentido significativo e porque meu ato que dele procede jamais se realiza nele, sendo sempre pura exigência para meu eu, um eu circunscrito no tempo e na história.

Minha determinação de mim-mesmo não me é dada nas categorias da existência temporal, mas nas categorias do que é ainda in-existência, na categoria das finalidades e do sentido, no futuro do sentido, hostil a qualquer forma de minha atualidade no passado e no presente. Ser, para mim-mesmo, significa estar ainda "*por-vir*". Afinal, é nele que se situa meu acabamento, minha totalidade.

Sujeito limitado por fronteiras temporais e espaciais.

O jogo entre "*memória do passado*" e "*memória do futuro*" que se realiza no presente explicita a *fronteira temporal* da constituição do sujeito. Vamos analisar agora o problema da limitação imposta pela *fronteira espacial*, já que é sobre esta fronteira que Bakhtin situa o conceito de excedente de visão, que permite garantir a noção de *acabamento ao outro*, constituindo-o enquanto outro, diferente de mim e me constituindo enquanto diferente dele. Se eu me fundisse com o outro, ou o outro se fundisse comigo, ele apenas veria o que eu vejo e saberia o que eu sei, reproduzindo em si mesmo o que em minha vida é sem solução, e não me enriqueceria dando sentido ao acontecimento de minha vida.

O primeiro conjunto dos componentes expressivos que constituem a fronteira espacial é o aspecto físico, visto que esse deve englobar, conter e acabar o todo da alma - o todo da postura emotivo-volitiva e ético-cognitiva no mundo, e essa função, o aspecto físico só a assume para o outro. É na categoria do outro que posso vivenciar meu aspecto físico como valor que me engloba e me acaba. Apenas o outro pode, de maneira convincente, fazer-me viver o finito humano, sua

materialidade empírica delimitada, pois que num mundo que me é exterior, somente o outro pode se dar por inteiro à minha visão, enquanto elemento constitutivo deste mundo. Vivo continuamente as fronteiras do outro, e nada pode romper e ultrapassar esta fronteira de sua configuração total, acabada.

Sujeito fora do acontecimento do Outro.

Identificar-se plenamente ao outro, ser um com ele, viver sua vida única e singular, é colocar-se concretamente dentro do acontecimento da vida do outro. É homogeneizar o que é irremediavelmente heterogêneo. Viver o acontecimento é apagar-se enquanto *eu-mesmo* para viver o *outro-eu*. Para ser sujeito, Bakhtin propõe que é preciso ver o *outro*, reconhecê-lo enquanto *outro*, estabelecer seus *limites temporais e espaciais*, proporcionar-lhe *acabamento*, e uma vez feito isso, importa não se fundir com ele, mas voltar a ser *eu-mesmo*, me colocar *fora do acontecimento*, em situação *exotópica* ao *outro*, para então constituí-lo como *outro*, e assim constituir-me como sujeito.

Se o sujeito se encarnar no acontecimento, que é sempre proporcionado pela existência do *outro*, não vai poder completar a existência do *outro*, e com isso não vai estar em outro horizonte e em outro ambiente para estabelecer o *excedente de visão* e torná-lo um todo acabado, graças à sua imagem externa que lhe é inacessível

Sujeito entre a ética e a estética.

Viver a vida como acontecimento é um privilégio que o sujeito proporciona ao outro, ao dar-lhe *acabamento* pelo *excedente de visão*. Ao sentir seus

contornos, poder perceber seus horizontes, e construir o acabamento causado pelas fronteiras espaciais e temporais, o eu-mesmo percebe o outro como um todo, e o constitui como diferente. Tal percepção poderia ocasionar um domínio do sujeito sobre o todo do outro e sobre o acontecimento ético de sua vida. Mas o outro, de forma reversível, também tem uma visão de acabamento do eu-mesmo, que o completa, e com isso, também poderia exercer o domínio.

Mas jamais o eu-mesmo vai dominar o excedente de visão que o outro tem do eu-mesmo. Esse excedente é só dele mesmo, assim como o excedente do eu-mesmo é só seu, visto que apenas ele ocupa este determinado, único e singular lugar. Essa posição única, proporcionada pelo excedente de minha visão com relação ao outro, gera um conjunto de atos que só eu posso pré-formar a respeito do outro e que o completam justamente onde ele não pode completar-se. Tais atos podem ser infinitamente variados devido à infinita diversidade de situações em que a vida pode colocar-nos, a ambos, num dado momento. Se forem atos no sentido externo, eles se constituirão em atos-ações que dizem respeito ao mundo ético; mas se forem atos que não ultrapassam o âmbito do dado representado pelo outro e se limitam a ordenar e unificar esse dado, eles se constituirão em atos-contemplação, que decorrem do excedente de minha visão interna e externa do outro e nesse caso dizem respeito ao mundo estético.

Ao ter diante de mim um homem, meu ato estético consiste em vivenciá-lo e proporcionar-lhe acabamento, e o primeiro momento de minha atividade estética consiste em me identificar com o outro, assumir seu horizonte concreto; feito isso, após esta identificação com o outro, devo voltar a mim-mesmo, recuperar meu próprio lugar fora do outro; finalmente, a atividade estética propriamente dita tem lugar quando utilizamos o material recolhido mediante nossa identificação com o outro para dar forma e acabamento ao outro, para o completar.

Assim a experiência estética, de viver a vida como acontecimento, por se viver a vida do outro enquanto outro-eu, se alterna dialeticamente com a

necessidade da experiência ética, que implica a mim e ao outro no acontecimento singular e único da existência e visa à modificação efetiva do acontecimento e do outro que nele se inscreve enquanto constituinte do acontecimento. No campo estético a noção de acabamento proporcionada pelo excedente de visão é que instaura a categoria do todo, pois o autor *“não só vê e sabe tudo quanto vê e sabe o herói em particular e todos os heróis em conjunto, mas também vê e sabe mais do que eles, vendo e sabendo até o que é por princípio inacessível aos heróis”* (1920-30:32); já no campo ético é a categoria do “por-vir” que instaura a totalidade, pois apenas no futuro está a realização plena dos nossos sonhos do passado e do presente.

PARA INTRODUIZIR NOVAS QUESTÕES

Apenas para fechar esse capítulo, nos interessa confirmar a relação entre a expressão lingüística materializada e a ideologia. Bakhtin trabalha com a ideologia, que se dá alternadamente entre a *“ideologia do cotidiano”* e os *“sistemas ideológicos constituídos”*¹⁵. Aquela *“constitui o domínio da palavra interior e exterior desordenada e não fixada num sistema, que acompanha cada um dos nossos atos ou gestos e cada um dos nossos estados de consciência”* (1929:118), enquanto que os *“sistemas ideológicos constituídos da moral social, da ciência, da arte e da religião cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano, exercem por sua vez sobre esta, em retorno, uma forte influência e dão assim normalmente o tom a essa ideologia”* (id.ib.)

¹⁵ A partir daqui dá para pensar em uma modelização do trabalho com a ideologia: a) ideologia em Marx, enquanto trabalho espiritual da classe dominante atravessando toda a sociedade e criando a sociedade de uma idéia singular: a visão de mundo da classe que manda impingida a toda a sociedade; b) ideologia em Bakhtin, enquanto jogo que se dá entre infra-estrutura e super-estrutura, e que se utiliza das cargas de sentidos postas em circulação pelas palavras e que revelam o embate entre as classes sociais dentro de uma mesma comunidade semiótica. Essa é a concepção com que se trabalha nessa Tese.

Os níveis inferiores desta ideologia do cotidiano revelam alternâncias muito rápidas, pois, como diz Bakhtin, lá estão “*todas as atividades mentais e pensamentos confusos e informes, que se acendem e apagam na nossa alma, assim como as palavras fortuitas ou inúteis*” (1929:120); “*sua orientação social pode ser acidental, pouco durável e pertinente apenas no quadro da reunião fortuita e por tempo limitado de algumas pessoas*” (id.ib.), que se guiam sobretudo por fatores biológicos e biográficos, já que lhes falta um grupo social determinado que sirva de referência, e, conseqüentemente, esse nível ideológico não tem força para se instalar e durar no plano social. Mas ajudam a constituir “*os níveis superiores da ideologia do cotidiano*”, que é onde se organizam e aparecem as novas forças sociais, encontrando aí sua primeira expressão e sua elaboração ideológica, uma vez que revelam suas premissas sócio-econômicas, “*antes que consigam invadir a arena da ideologia oficial constituída*”¹⁶. Esta, uma vez constituída, não perde o contato orgânico vivo com a ideologia do cotidiano¹⁷, e nela se alimenta continuamente.

Bakhtin ainda assinala que encontrar leis sociológicas nesses “*farrapos ideológicos*” presentes nas ideologias do cotidiano é extremamente difícil, e tal tarefa é melhor executada quando se pode analisar o material produzido nos estratos superiores da ideologia do cotidiano, pois aí estão os sujeitos com “*individualidade criadora*” - “*expressão do núcleo central sólido e durável da orientação social do indivíduo*”, aqueles “*que passaram com sucesso pela prova*

¹⁶ Bakhtin afirma que “*os níveis superiores da ideologia do cotidiano que estão em contato direto com os sistemas ideológicos, são substanciais e têm um caráter de responsabilidade e de criatividade. São mais móveis e sensíveis que as ideologias constituídas*”. Continua ele defendendo que é nesse nível que as energias criadoras se acumulam, e tendo em vista que repercutem mais rapidamente as mudanças da infraestrutura sócio-econômica, são estas que vão produzir revisões parciais ou totais dos sistemas ideológicos. É desse nível que as novas correntes da ideologia vão se degladiando com os sistemas ideológicos estabelecidos e nele vão se infiltrando (1929:118-121).

¹⁷ Bakhtin defende que os sistemas ideológicos que não forem ventilados e alimentados na ideologia do cotidiano morrem, da mesma forma como morreria uma obra literária acabada se não estabelecesse relação estreita com a ideologia cambiante do cotidiano. “*Rompido esse vínculo, ela cessa de existir, pois deixa de ser apreendida como ideologicamente significante*” (1929:119). Tamanho é o respeito que se nota em Bakhtin pela pessoa humana, pelo sujeito, que foi nesse sujeito em interação cotidiana com o outro, relação frouxa mas organizada, não sistematizada mas constante, aí localizou o nascedouro da ideologia.

da expressão externa numa escala social mais ou menos ampla e adquiriram, por assim, dizer, um grande polimento e lustro social, pelo efeito das reações e réplicas, pela rejeição ou apoio do auditório social (1929:121).

Logo, ao pretender analisar a vida invadindo o sistema ideológico, não convém procurar tal relação nem no comportamento individual e nem na fala individual fortuita, sob pena de ter que reunir um imenso corpus em busca de alguma regularidade, mas deve-se buscar essa relação nos estratos ideológicos superiores, já estabilizados, aqueles que já passaram pelo teste social, e que circulam por todo o tecido social. Estes estratos superiores (imprensa, arte, literatura, ciência, moral etc) têm seu canal de comunicação com praticamente toda a população, daí porque tanto se banham nas ideologias nascentes, fragilizadas e confusas do cotidiano, como modificam-se, modificando-as.

E é preciso ficar clara a forma de como este jogo entre a atividade mental e a ideologia passa a aparecer na enunciação, revelando como essas mudanças se processam na ideologia, passando a acontecer na linguagem. Bakhtin trata da correlação entre língua, ideologia e visão de mundo ao esclarecer a natureza do enunciado e ao abordar a questão dos “*gêneros do discurso*”, e analisar a inter-relação entre os gêneros primários e secundários de um lado, e o processo histórico de formação dos gêneros secundários de outro¹⁸. Afinal, a língua penetra na vida através de enunciados concretos que a realizam, do mesmo jeito que é através de enunciados concretos que a vida penetra na língua¹⁹. A individualidade

¹⁸ Mantendo a mesma unidade de reflexão, Bakhtin identifica os gêneros primários como aqueles que se estabelecem em comunicação verbal espontânea e os gêneros secundários como aqueles que aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural mais complexa e mais elaborada, principalmente escrita (Comunicação artística, científica, sociopolítica). O jogo estabelecido por Bakhtin é o mesmo já aplicado à relação entre a ideologia do cotidiano e os sistemas ideológicos constituídos. Os gêneros “*de uma forma imediata, sensível e ágil, refletem a menor mudança na vida social*” (1952-53:285). É por isso que Bakhtin afirma que os gêneros do discurso “*são as correias de transmissão que levam a história da sociedade à história da língua*” (id.:ib). A história da sociedade está inscrita na língua; essa é da mesma forma a história da ideologia.

¹⁹ Em seu artigo “*A palavra na vida e a palavra na poesia – para uma poética sociológica*” publicado em 1926, sob o nome de V. N. Volochinov (Revista Zvezda, 6:244-267), Bakhtin já abordava essa questão ao analisar a arte e a poesia por suas determinações sociais, e não aceitando separar a palavra da vida, de sua

de quem fala se reflete no enunciado, e aparece nas formas típicas de organizar os enunciados, que são os gêneros do discurso, e que refletem, “*de uma forma imediata, sensível e ágil, às menores mudanças na vida social*” (1952-53:285). Logo, os gêneros do discurso “*são as correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua*”, fazendo com que se tenha impresso nos textos a realidade dos contextos. Ler um texto é entrar em contato com a época e a realidade em que ele foi produzido²⁰. E também nos gêneros do discurso se alterna o jogo entre os gêneros primários (os do diálogo oral), que mudam mais facilmente, e os gêneros secundários (literários, científicos, ideológicos), que são mais estruturados. E ambos se re-alimentam mútua e continuamente.

Parece que temos mais facilidade de compreender essa ligação da história e dos contextos com objetos produzidos, quando nos defrontamos com carros, roupas, filmes ou utensílios domésticos, do que com a língua ou com textos. Vemos mais facilmente impressa essa marca do seu tempo e do seu ambiente na materialidade dos objetos do que na língua. No entanto, a palavra concreta, palavra na vida, não é a palavra em si, na sua materialidade, mas antes a palavra encaixada na relação entre dois sujeitos falantes, envolvidos em sua concretude social. Esta palavra apenas se mostra por completo na interação, e tem seu significado clareado pelo horizonte extraverbal. Este tem a ver com o horizonte espacial e semântico compartilhado. Um sujeito de Belo Horizonte telefonando para um sujeito de Salvador ao dizer “*que tempinho, hein?*”, pode estar se referindo ao tempo seco que assola a capital mineira, e a concordância do soteropolitano pode se referir à chuva que cai torrencialmente na capital baiana. Seu horizonte semântico é compartilhado, e ambos estão a “*xingar*” o tempo e as

situação extra-verbal, conforme já visto anteriormente. Bakhtin ainda não organizara seu pensamento acerca dos gêneros discursivos, e trata a linguagem pela universalidade do conceito ‘palavra’.

²⁰ O livro “*A cultura popular na Idade Média e no Renascimento – o contexto de François Rabelais*”, de Bakhtin, é um trabalho interessante e profundo, utilizando exatamente essa concepção metodológica de estudo da língua e da sociedade. Nele Bakhtin estuda Rabelais envolvendo seus textos com as formas de vida de seu tempo, e não lendo o autor com as concepções sociais e lingüísticas do século XX.

condições climáticas, pois cada um opera uma compreensão distinta a partir de um horizonte de possibilidades climáticas para sua região. Assim quando algum Jornal televisivo diz que o tempo "*está bom*" em determinada região, é preciso entender o que significa isso e a quem eles estão falando: se para o morador da cidade ou o freqüentador das praias, se para o motorista de caminhão ou ainda para o agricultor. Tempo bom não é o mesmo para todos e nem em todas as épocas. Tempo bom pode ser sol, bem como pode ser chuva. Vai depender da expectativa empregada sobre as condições climáticas, e essa pode variar de pessoa a pessoa, de casa a casa, de cidade a cidade e de região a região, e ainda de época a época. Claro que o repórter que fala do tempo e o nomeia como bom, normalmente pronuncia sua fala contextualizada pela imagem de um mapa e legendas, para significar o que fala, o que cria a obrigação de uma compreensão. O horizonte extraverbal, que monta o cenário do sentido para a palavra, se compõe de: a) um horizonte espacial compartilhado por ambos os falantes; b) um conhecimento e compreensão comum da situação, compartilhada pelos dois; c) uma escala de valores dessa mesma situação conhecida compartilhadamente por ambos.

Nesse sentido, afirmamos que a situação extraverbal faz parte intrínseca do enunciado²¹, o que faz com que este tenha uma parte realizada verbalmente e outra parte não realizada verbalmente. Esta parte não realizada verbalmente faz parte intrínseca do enunciado, sem estar semanticamente realizado nele. E esse 'subentendido' não deve ser procurado dentro da alma do falante ou mesmo do ouvinte, mas procurado em uma escala de valores sociais; deve ser procurado na situação social, nas condições em que estão inseridos os falantes de uma comunidade. Não há subentendidos meus para mim mesmo, no meu discurso

²¹ Bakhtin já afirmara com todas as letras: "*A comunicação verbal não poderá jamais ser compreendida e explicada fora desse vínculo com a situação concreta*" (1929:124).

interior²². Por essa razão, as avaliações pressupostas em determinado contexto não precisam ser pronunciadas. Isso é por demais importante dentro do que estamos tratando, visto que ao trabalharmos com palavras que retratem a realidade social atual, dentro delas há massas de significados subentendidos, não ditos, não realizados na forma verbal, mas encaixados dentro dos interesses do jogo das classes sociais. É preciso desentranhar esses significados, pôr luz sobre eles.

As palavras utilizadas fazem parte do universo dos falantes, e vêm carregadas com as informações que essa situação passa de forma objetiva para o material semântico, e que apenas as conhecem os que vivem nesse contexto. Daí a comunicação atravessada entre o mineiro e o baiano, mesmo que semanticamente um compreendesse muito bem o outro. A carga da palavra era compreendida, mas não a carga completa da enunciação. E aqui se apresentam novos problemas para a análise. Banaliza-se o uso de determinadas palavras, mas não se banalizam suas cargas semânticas, e a cada vez que se as utiliza é possível que se esteja tratando de novos temas, sem que o interlocutor perceba esse salto de significação, principalmente quando eles estão em contextos diversos, seja contextos geográficos, seja, principalmente, contextos sociais e ideológicos. Há uma pasteurização na enunciação, pela não determinação desse contexto entre os interlocutores.

Quem determina a extensão desse contexto extraverbal são apenas os envolvidos naquela situação de fala. Assim, esse contexto tanto pode ser bem localizado geograficamente, como pode ser mais abrangente; pode se referir àquele dia, como pode atingir extensão temporal maior; pode se localizar em uma classe social ou na totalidade da sociedade²³. Se for um número pequeno de

²² Bakhtin (1926:116) diz: "*Lo que yo sólo sé, veo, quiero, amo, no puede ser un sobreentendido. Sólo aquello que nosotros los hablantes sabemos, vemos, amamos y reconocemos, em lo que estamos unidos, pode llegar a ser la parte sobreentendida de una enunciación*".

²³ Aqui é importante lembrar a questão posta por Bakhtin, e que pode ajudar a aclarar a extensão de sentido, quando ele se refere, no artigo de 1970, à "*grande temporalidade*", conceito que ele já trabalhara

peças envolvidas na enunciação, os aspectos subentendidos podem ser bastante variáveis, uma vez que a proximidade social os insere numa corrente bastante facilitada de compreensão, pois a variação é rapidamente compartilhada; mas, se for um grupo social muito amplo, como os leitores de um jornal ou os telespectadores de um canal televisivo, os aspectos subentendidos são mais estáveis, visto a dificuldade de compartilhar um mesmo universo social e de sentidos, mesmo compartilhando o mesmo universo lingüístico, no sentido de pertencer à mesma comunidade semiótica. É que, mesmo partilhando uma só e mesma língua, as classes sociais se confrontam por interesses distintos, e essa luta de classes invade as palavras; *“o signo ideológico se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes”*, diz Bakhtin (1929:46).

Desse modo, podemos entender que a variação na carga dos enunciados no dia a dia de pequenos grupos familiares, de trabalho, de lazer etc, pode ser muito intensa e de troca rápida, enquanto que a variação no topo da comunicação global é reduzida ou quase nula e de troca lenta. Daí a utilização nesse estrato mais amplo de uma terminologia consagrada, que é repetida quase à exaustão, e as palavras centrais dessa comunicação assumem caráter poderoso e classista de explicar praticamente tudo o que se passa em toda a esfera social.

em artigos anteriores. Mas aqui ele diz que os fenômenos de sentido podem perdurar também de forma oculta e latente durante períodos históricos, e manifestar-se até mesmo quando a cultura a que pertencia não mais existir; o sentido pode se revelar em contextos culturais de épocas posteriores, capazes de dar-lhe uma nova compreensão. Tal afirmação não tira o valor do contexto, mas apenas não prende o sentido dentro do contexto contemporâneo em que foi enunciado. Tal análise cabe dentro do conceito de *“exotopia”*, cunhado por Bakhtin. Ele afirma (1970:365) que *“a sobrevivência de uma grande obra nas épocas que lhe sucedem, próximas e distantes, parece, como estava dizendo, um paradoxo. No processo de sua vida póstuma, a obra se enriquece de novos significados, de um novo sentido; a obra parece superar a si mesma, superar o que era na época de sua criação”*. É por isso que o autor afirma que nem Shakespeare e nem seus contemporâneos conheciam o “grande Shakespeare” que conhecemos hoje. *“O que dizer disto? Fazemos acréscimos à obra de um Shakespeare? Introduzimo-lhe algo que não havia, modernizamo-lo, desnaturamo-lo? Modernizar e desnaturar, sempre o fizeram e o farão ainda. Não foi à custa disso que Shakespeare cresceu. Cresceu à custa do que realmente se encontrava e se encontra em sua obra, mas que nem ele nem seus contemporâneos podiam, lucidamente, perceber e avaliar no contexto cultural da época”*. Não significa que haja sentidos escondidos na enunciação, que devemos descobrir, mas que eles se constituem nos encontros com os novos contextos.

Para um grupo socialmente organizado essa escala de valores não precisa ser explicitada, visto que ela emerge da situação econômica deste determinado grupo, e por isso ela pode ser instável o suficiente, já que eles dividem o mesmo contexto de mundo e os fenômenos vêm quase que carimbados com seu valor, fazem como que parte dele. O valor, em um grupo social organizado, é praticamente naturalizado²⁴. Já quando os objetos e acontecimentos precisam ter seu valor explicitado, significa que o valor está descolado dele, e, por conseguinte, perdeu o vínculo com as condições de vida da coletividade. Para um trabalho como esse que nos propomos, há necessidade intrínseca de explicitação dos valores colados a essa escala de valores que acaba passando para a enunciação, visto primeiro ser tarefa do analista de discurso essa explicitação de conteúdos, e segundo porque tal análise vai se produzir de forma abstrata sobre as condições dadas.

Quando essa valoração é intrínseca ao grupo, podemos dizer que ela mesma organiza o enunciado, e busca uma entonação adequada para o conteúdo da palavra, da mesma forma que seleciona a palavra a ser empregada naquele contexto. E essa entonação é que faz a ligação entre a palavra e o contexto, conduzindo a palavra para além do seu círculo verbal, uma vez que o tom empregado começa a fazer parte essencial da palavra. A entonação é que vai passar credibilidade, ironia, medo, esperança, certeza, ordem, pedido... Já quando o grupo é difuso na sua organização social, mais a marca do significado deve estar presente no campo verbal, visto ser extremamente difícil compreender o universo não presente no conteúdo mesmo do enunciado, e normalmente a entonação vai buscar garantir credibilidade como o valor máximo da enunciação.

²⁴ Nesse mesmo artigo Bakhtin (1926:117) afirma que "*todas las valoraciones sociales principales que derivan de los rasgos particulares de la existencia económica de un grupo determinado no suelen enunciarse, puesto que forman parte de la carne y la sangre de todos los representantes de un grupo dado; son las que organizan actos y modos de proceder, parecen haberse fusionado con los objetos y fenómenos correspondientes, y por eso no necesitan fórmulas verbales*". Da mesma forma, quando um valor precisa ser enunciado e demonstrado, é porque ele se separou do objeto, e deixou de organizar a vida, perdendo, por conseguinte, seu vínculo com as condições de vida daquele grupo organizado.

Mas será que a palavra carrega consigo a entonação? Aqui teremos que responder sim e não. Está claro que toda palavra, mesmo a dicionarizada, já foi empregada por outras pessoas, em outros contextos, e todas elas tem uma marca de entonação. Se a palavra voltar a ser empregada em um contexto semelhante, provavelmente soará dentro dela a entonação anterior, de forma fragilizada, pois como a palavra está sendo novamente empregada, ela é re-valorizada, e essa valoração não se encontra no conteúdo da palavra, e nem nela mesma, mas no contexto em que ela está sendo empregada. É a entonação, vinda do horizonte social, que se apodera da palavra, e lhe dá “alma” na enunciação concreta, “alma” que se dilui na significação da palavra para que ela possa receber do horizonte social, em uma próxima enunciação, sua nova entonação.

E essa re-valorização é que traz consigo o dito e o não-dito, o que faz com que toda palavra pronunciada se encontre no limite extremo do verbal e do não-verbal. No extremo de um lado está a palavra pura, mesmo com toda a carga histórica já colocada sobre ela, e disponível para o uso em nova situação, e no outro extremo está a situação social em que ela vai ser pronunciada. Nesse encontro, ao pronunciá-la em uma nova enunciação, a palavra se reveste daquele contexto situacional, e seleciona conseqüentemente seu sentido para aquela interação. Mas assim como a entonação depende desse horizonte em que a enunciação se encaixa, também a estrutura formal do enunciado depende desse contexto, determinando o gênero em que o enunciado será construído. Donde se pode concluir que o enunciado tem sua origem, seu destino e sua compreensão ligada inteiramente ao meio social. E se pode afirmar, com isso, que a vida invade o enunciado, e a palavra pronunciada se encharca de vida, ao mesmo tempo em que a vida entumece plenamente a palavra pronunciada.

Morin (1999:33) diz que *“nada é mais pobre que uma verdade sem o sentimento da verdade”*. Podemos imaginar então em que lugar dessa escala Morin colocaria as mentiras que se esforçam para passar o sentimento de

verdade. E digo isso pensando em uma outra questão que atravessa a produção do discurso dominante, veiculado nos meios de comunicação de massa, que é a questão da criação do acontecimento, transformando-o em notícia, num círculo por demais vicioso²⁵. Não só os acontecimentos criam notícias. Também as notícias criam acontecimentos; notícias não são o retrato fiel de um fato que aconteceu, mas antes são relatos sobre o que aconteceu. São narrativas, versões a respeito de fatos. Parece que o mundo é feito apenas do que é noticiado. O que não se torna notícia não aconteceu! E o que aconteceu cria uma agenda nos Meios de Comunicação que mantém o acontecimento agora no status de gerador de novos acontecimentos.

Os Meios de Comunicação de Massa²⁶ foram colocados na tarefa de serem os mediadores dos diferentes campos sociais, e ser mediador não é o mesmo que ser intermediário, pois aquele produz sentido. Todos os movimentos sociais hoje, sejam os que levam adiante as bandeiras ideológicas reconhecidas socialmente, sejam os que também ideologicamente vivem à margem dos reconhecimentos sociais, entendem e buscam a força do campo midiático, e a própria mídia sabe que seu poder está em garantir visibilidade ao jogo social²⁷, mesmo que

²⁵ Jorge da Cunha Lima, Diretor-Presidente da Fundação Padre Anchieta, mantenedora da TV Cultura, SP, em carta publicada no *Painel do Leitor da FSP* do dia 02 de outubro de 1999, afirmava: "*A formação integral do homem brasileiro, seu gosto, sua afetividade, entre outros atributos, não são mais geridos pela escola pública, em decadência, nem pela família, em dissolução. A televisão se incumba disso, principalmente no Brasil*".

²⁶ Quem leva adiante a ideologia? Qual a força atual dos conjuntos midiáticos para os donos do poder? E para os não-donos do poder (os usuários)? E para quem não os usa; como ele é atingido (via representação que se instala na sociedade?)?

²⁷ Basta ver as táticas do MST para que seu movimento e suas reivindicações tenham espaço na mídia televisiva. Eles sabem que ganham força quando uma ação sua é noticiada. Para tanto eles transformam suas ações em espetáculos, de modo que logrem ganhar espaço na televisão. Bordieu já afirmava que "*... as manifestações bem-sucedidas não são necessariamente as que mobilizam o maior número de pessoas, mas as que atraem maior interesse entre os jornalistas. Exagerando apenas um pouco, poder-se-ia dizer que cinquenta sujeitos inteligentes que conseguem obter cinco minutos na TV para um happening bem sucedido podem produzir um efeito político comparável ao de meio milhão de manifestantes*". (In: Hobsbawm, 1994:314). A confirmação dessa observação pode ser percebida no movimento contra a Reunião do FMI acontecida em Setembro de 2000, na cidade de Praga, quando manifestantes impediram a saída dos congressistas, e conclamaram o mundo todo a realizar concentrações protestando contra a globalização. Os Meios de Comunicação se encarregaram de dar visibilidade mundial a um movimento pequeno numericamente, mas que acabou por ser global.

prioritariamente mostre apenas o lado social onde estão suas opções e interesses sócio-econômicos.

A leitura que os meios midiáticos fazem dos acontecimentos é por signos, seja pela palavra, seja pelas imagens. É possível que em tempos recentes no Brasil, como no período da ditadura militar, se tenha nesses meios pensado que a linguagem fosse um instrumento capaz de retratar fielmente o acontecido²⁸, mas hoje esse caminho foi abandonado, pois a semiologia mostrou que os fatos são vistos pelos relatos discursivos, da mesma forma que a História mostrou que a natureza textual do passado, mesmo real, é acessada por textos e sinais interpretados. Vou discutir mais adiante como se dá na linguagem utilizada pelos meios de comunicação essa construção de significado, pois o discurso midiático é constituído, e ele não descreve o fato representado por ele. Desse lugar será possível ler as questões referentes à imparcialidade e neutralidade²⁹, seja dos textos, seja das fotos, que a maioria dos meios se atribui.

E no nível interior do meio de comunicação deve haver uma luta para incluir/excluir, legitimar/deslegitimar, revelar/ocultar, mostrar a foto, escolher a manchete, selecionar a página, ocupar tal espaço, e essa luta os jornalistas travam internamente, baseados em outras motivações pessoais, além das

²⁸ Os jornais revelavam que o que turvava a “transparência” da linguagem era a censura exercida pelos que estavam a serviço da ditadura. No lugar dos textos censurados alguns jornais publicavam receitas de bolo, textos poéticos ou deixavam o espaço em branco. Ora, talvez isso fosse de mais forte significado, nesse momento, do que a notícia do texto publicado.

²⁹ Como os processos midiáticos constroem sua credibilidade [uma mentira dita cem vezes vira mesmo verdade?], Que sistemas de representação eles utilizam para se fazerem acreditar? Eles mesmos se levam a sério nessa construção da credibilidade? É possível fazer os outros acreditarem em uma notícia sem que o próprio meio acredite nela, mas apenas a utilize a serviço de interesses escusos? Como eles jogam com o discurso (as palavras e as imagens) nesse caso? Pode-se tomar o debate Lula X Collor em 1989, ou a apuração dos votos na eleição que estava para ser fraudada do Brizola no Rio, como casos exemplares. Outros casos extremos utilizados pelos meios de comunicação poderiam ser lembrados, como o uso eleitoral do seqüestro do Abílio Diniz... Nas eleições para Presidente dos EUA nesse ano de 2000, as televisões anunciaram prematuramente um vencedor quando o resultado ainda era incerto. O congressista Willian Tauzin definiu essa ação como o “*pior erro cometido pelas televisões em toda a sua história*”. A vice-presidente da rede de televisão CBS, Linda Mason, afirmou que “*o que aconteceu ataca o cerne de nossa credibilidade. A única coisa garantida que temos é a confiança das pessoas. Se elas vêem que erramos, temos de reconquistar essa confiança*”. Todas as grandes redes televisivas americanas instalaram comitês internos para analisar o acontecido.

profissionais, que incluem suas lutas históricas e concretas e suas relações de trabalho;

E todas estas seleções de significados só se dão porque o leitor/espectador concorda que se dê. Bordieu (1989:14) afirma:

O poder simbólico como o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer crer e fazer ver, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo: poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer ignorado como arbitrário.

Em outro texto, ele diz:

O poder simbólico é um poder de fazer coisas com palavras. E somente na medida em que é verdadeira, isto é, adequada às coisas, que a descrição faz as coisas. Nesse sentido, o poder simbólico é um poder de consagração ou de revelação, um poder de consagrar ou de revelar coisas que já existem. Isso significa que ele não faz nada? De fato, como uma constelação que começa a existir somente quando é selecionada e designada como tal, um grupo - classe, sexo, religião, nação - só começa a existir enquanto tal, para os que fazem parte dele e para os outros, quando é distinguido segundo um princípio qualquer dos outros grupos, isto é, através do conhecimento e do reconhecimento (1990:167).

Se os acontecimentos são a matéria prima dos conjuntos midiáticos, o campo político, onde se joga a luta do poder³⁰, e ela sempre nos parece a luta mais importante³¹, ao menos para a visão que os incluídos querem passar, é a matéria prima privilegiada destes mesmos conjuntos midiáticos.

³⁰ Nesse sentido, Robert Darnton, escrevendo no *Caderno Mais*, da *FSP* de 30 de Julho de 2000, afirma o papel decisivo da mídia na deflagração da Revolução Francesa, afirma que *"as mídias ocupam espaço tão grande em nossa visão de futuro que corremos o risco de não reconhecer a importância que tiveram no passado, de modo que o presente pode ser percebido como uma época de transição, em que os modos de comunicação tomam o lugar dos modos de produção como força motriz da história"*. E continua o historiador afirmando que *"eu gostaria de contestar esse ponto de vista, argumentando que cada era foi, à sua própria maneira, uma era de informação, e que os sistemas de comunicação sempre moldaram os acontecimentos"*. Ele toma alguns escritos pré-revolução francesa, e analisa como eles circulavam clandestinamente na sociedade, e como as canções e as fofocas também ajudaram a criar esse clima de denúncia ao poder decadente e despótico do rei, afirmando também o sofrimento do Terceiro Estado com a fome e a carga de impostos.

³¹ Em momentos importantes da vida nacional essa percepção sempre é colocada em dúvida. Nesse ano de 2000, as eleições municipais foram ofuscadas pelos jogos olímpicos, e mais especificamente pela derrota

E, para fazer jus a seus interesses prioritários, as mídias transformam a matéria prima do jogo político em material de consumo, jogando com regras publicitárias para discutir normalmente não o futuro do País, mas o futuro imediato dos candidatos. É um jogo discursivo em que a eleição vira produto de consumo, e precisa ser embrulhado por palavras que açambarquem em si as esperanças daquele grupo de eleitores/consumidores. Veja nesse sentido o que diz Berger³²:

Como em todos os Campos Sociais, o Campo Político tem seus dominantes e seus dominados, seus conservadores e suas vanguardas, suas lutas subversivas e seus mecanismos de reprodução. Os agentes deste campo concorrem produzindo produtos políticos, tais como: problemas, programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos para sensibilizar seus consumidores que devem estar aptos a votar, escolher e ter opinião. Ou seja, também, o Campo Político, está para um mercado - o mercado da opinião pública e, por isso, a luta dos agentes (individuais ou coletivos) gira em torno do capital simbólico acumulado no transcorrer das lutas e no acúmulo de trabalho e de estratégias investidas e que se consubstanciam no reconhecimento e na consagração".

Não há neutralidade. Opções são desenvolvidas e transmitidas. E os políticos também precisam fazer passar uma imagem de credibilidade nos conjuntos midiáticos; mas lá trabalham jornalistas, já em luta interna, e que travam relações externas variadas e conflituosas. Dessa forma a notícia traz inúmeras vozes em conflito, ao lado das vozes dos políticos (eleitores, cidades, movimentos populares, população em geral etc) e mais as representações que eles fazem do seu trabalho. Esta situação pode ser interpretada através da noção de polifonia proposta por Bakhtin, que enfatiza a coexistência em qualquer situação textual de uma pluralidade de vozes que não se fundem em uma consciência única, mas, ao contrário, em diálogo e em confronto, geram sentidos para além delas próprias. As vozes que compartilham um território textual provêm de sujeitos, socialmente

do time de futebol de campo do Brasil. Discuti-se provavelmente muito mais sobre a permanência/substituição do técnico da seleção de futebol do que sobre as eleições e os candidatos e suas propostas.

³² Berger, Christa. "A Reestruturação da Política em Tempos Midiáticos". Texto disponível in: <http://www.javascript:history.back>

constituídos e inseridos em condições de produção concretas. E este é o sentido plural e gaseificado do discurso jornalístico que se encontra ancorado na especificidade de sua condição de produção.

Assim, vai ocupar espaço nos conjuntos midiáticos o que se transmudar de realidade em espetáculo. Realidade não significa nada nos MCM, mas espetáculo sim. Os conjuntos midiáticos revestem um real (uma construção do real é sempre uma questão estética) com uma construção invertida, e portanto ideológica no sentido marxista, com investimentos na construção/manutenção de valores (questão ética).

Se nas mídias o proferidor dos discursos aparentemente sumiu é porque a Organização ganha entonação e estilo na voz do apresentador e do escritor, e esses recebem credibilidade da Organização; em retorno, repassam de volta à Organização o sucesso de sua entonação/estilo, o que faz aumentar a credibilidade da Organização e, por conseguinte, sua própria credibilidade.

No caso da televisão, há não só a imagem do apresentador (seu corpo, seu ethos, sua postura física, sua vestimenta, seus adornos etc), mas também a imagem de referentes do/no mundo, sobre o qual se produz um discurso. As ancoragens referenciais vistas na imagem transferem sua realidade de coisa para o discurso que sobre essa realidade é proferido pela Organização na voz de seu apresentador. Além do mais, ficou relativamente fácil ler televisivamente uma notícia escrita diretamente na redação, por um grupo de repórteres e redatores, e exibida no “*teleprompter*”. O autor sumiu, assumindo a Organização o seu lugar, e o discurso parece se proferir a si mesmo, com a entonação/estilo necessário³³ do apresentador para garantir credibilidade³⁴.

³³ Na TV a entonação vem colada à figura do apresentador; seu rosto também precisa passar o que parece ser mais importante para o que o telejornal se propõe: passar a credibilidade do que vem sendo dito; no rádio funciona apenas a voz (O episódio do Orson Wells narrando a invasão do planeta terra pelos marcianos mostra as possibilidades da exploração da credibilidade). Assim como a entonação funciona para ligar a palavra com a vida, buscando apoio na carga passada incorporada à palavra, também a fisionomia

Toda Organização tem interesse em se transformar em Instituição, em se perpetuar, em entrar em processo de *'motu continuo'*. Para tanto, as relações sociais têm que ser naturalizadas, e as novas relações precisam ser enquadradas em relações palatáveis e aceitáveis. Se antes os dominantes se utilizavam do discurso religioso para enquadrar as relações no processo de naturalização, escondendo as relações de exploração em vontades divinas, agora, numa sociedade laica, os novos donos do poder exigem novos discursos explicadores das relações e do mundo.

E esses novos discursos, longe de serem explicadores, são discursos justificadores, já que reverberam sobre si mesmo, funcionando como discurso que se funda e funda outro discurso. Não clareiam, pois querer mesmo é esconder. E fazem isso com palavras. Escondem com elas um conjunto do real, e mostram as sombras e penumbras, com um conjunto de representações, que apenas explicam e sustentam de pé o já instituído. Como precisam fazer o sujeito crer no que transmitem, carregam as palavras com entonações convincentes.

Veja-se a utilização que se faz atualmente de palavras como *'globalização'*, *'internet'*, *'neoliberalismo'*, *'corrupção'*, *'democracia'*. Elas são portadoras de uma imensa carga de sentidos, e estão repletas de valores dentro de si mesmas. Funcionam como poderosas palavras, como palavras-eixos, dentro das quais há cargas de ideologia dominante, circulando pela sociedade, em processos de bombardeamento contínuo. São palavras chaves, veiculadas por diferentes meios de comunicação, e que acabam por construir os sujeitos e a visão de sociedade à imagem e semelhança dos donos do poder econômico e político. Funcionam como expressões mágicas e gozando dos poderes da ubiqüidade, terminam por antropomorfizar o real, dando lugar a metáforas sofisticadas e representativas.

do falante pode revelar se ele fala sério ou irônico, se brinca ou debocha, se passa credibilidade ou falsidade. O contexto visual também acompanha a palavra.

³⁴ Quando alguém se reporta a uma notícia qualquer veiculada pela televisão ou pelo jornal não a credita ao apresentador ou jornalista (mais a esse que àquele) mas à Empresa dona do meio de comunicação.

Tais palavras funcionam como um balizamento social e econômico, e pretendem ser chaves universais de leitura do real, quando, ao contrário, funcionam como conceitos explicativos difusos já reconhecidos pela retórica clássica.

São palavras explicadoras do mundo, que circulam como se fossem autônomas, uma vez que os sujeitos proferidores, normalmente já replicantes de “*palavras alheias tornadas próprias*”, se escondem por detrás dos meios de divulgação e informação. No entanto, se elas aparentemente não são pronunciadas por uma boca nominada, mesmo assim elas oferecem uma visão de mundo, uma explicação necessária e condizente, conforme intenções, para o momento atual, ao mesmo tempo em que constituem o sujeito e seu modo de ver e de se inserir nesse mesmo mundo. Sua carga é uma carga de valor. Seu conteúdo reflete as questões éticas da organização social, e essas questões éticas, essa escala de valor invade o conteúdo das palavras, espalhando a ideologia que interessa ao conjunto social para a manutenção da estrutura social vigente.

CAPÍTULO III

O “*MUNDO NOVO*” INVADE A LINGUAGEM DO COTIDIANO

É admissível, pela teoria bakhtiniana com que venho trabalhando, que cada tempo, cada processo civilizatório, também é refletido e refratado na sua linguagem, no modo de utilizar a língua, nos gêneros específicos, na carga de sentido atribuída a determinados termos em uma enunciação. As condições sociais existentes em cada época (horizonte mais distante) e em cada contexto (horizonte mais próximo) determinam e invadem a linguagem. A análise da linguagem pode revelar o lugar social da criatividade estética da construção e do uso da linguagem. Na análise de textos de diferentes épocas, estas inscrevem-se nas diferenças lingüísticas e discursivas, como mostrou Bakhtin no seu estudo sobre a obra de Rabelais. Será possível analisar a linguagem em uso, e daí perceber como se dá o jogo social em nosso tempo?

Os dados deste trabalho são, basicamente, coletados em jornais. A tentativa de entender a organização da produção material do conjunto social se baseou tanto em minha leitura do mundo, quanto em recortes de matérias jornalísticas atuais. A coleta de dados e sua análise contaram com procedimentos e ajuda do método indiciário. Ele é utilizado na abordagem de problemas mais complexos, visto que detalhes aparentemente sem sentido aos olhos de quem nada procura ganham importância e significação enorme aos olhos de quem busca soluções; simples suspeitas podem se constituir em pistas¹, depois confirmadas, negadas ou reformuladas à medida em que novos dados são discutidos.

Tal método tem bases estabelecidas por Ginzburg (1989, 1991), que parte de pressupostos trabalhados por Morelli em seu trabalho de autenticação de pinturas, por Freud e sua busca do consciente, subconsciente e inconsciente e por Conan Doyle, cujo personagem Sherlock Holmes o utilizava na solução dos casos mais difíceis. O método utiliza observação e interpretação das insignificâncias, das pistas mínimas, dos achados singulares presentes e também ausentes das cenas dos crimes, no caso de Sherlock. Assim é que Holmes, ao descrever a Watson como conseguiu um perfil da personalidade do criminoso, justifica-se: *“Você conhece meu método. Está baseado na observação de insignificâncias.”* (Sebeok e Umiker-Sebeok, 1991:30).

Assim, a cada vez que não se consegue trabalhar com fenômenos reiteráveis, como a construção de conhecimento social, envolvendo a utilização da linguagem enquanto portadora de discursos ideológicos, e não se pretendendo utilizar o método indutivo e nem o dedutivo, uma alternativa é

¹ Já tendo discutido a questão dos sentidos, parece mais apropriado se falar em pistas, e não em marcas. As palavras não estão marcadas com seus sentidos. Estes são construídos na interação e nos projetos de dizer dos interlocutores.

trabalhar com os processos e seus efeitos, e daí abduzir as causas². No dizer de Ginzburg (1991:99):

...o traço característico deste tipo de conhecimento é o de permitir saltar de fatos aparentemente insignificantes, que podem ser observados, para uma realidade complexa, a qual, pelo menos diretamente, não é dada à observação. E esses fatos podem ser ordenados pelo observador de modo a proporcionar uma seqüência narrativa.

Ott (2001), ao trabalhar na construção de uma macro leitura na busca de captar os efeitos de projetos de desenvolvimento nos acontecimentos concretos de um Estado brasileiro, afirma:

Mais do que uma narrativa, entretanto, o que se espera obter é uma melhor compreensão da sociedade, mormente desta sociedade complexa em que se vive. Dado que é impossível conhecer diretamente a totalidade das conexões existentes entre as infinitas variáveis envolvidas nos fenômenos sociais, espera-se, ao menos, a partir de pistas, rastros, sintomas ou signos, na aparência irrelevantes, superficiais ou insignificantes, decifrar o seu significado mais profundo. A realidade é opaca, assim como são a linguagem e o discurso. O trabalho do médico, do detetive e, por que não, do cientista e do pesquisador é torná-las translúcidas.

Trabalhar com o paradigma indiciário na área das ciências humanas, porém, acarreta um problema inesperado para o pesquisador, visto que, com a captura do indício, abre-se um horizonte de possíveis conclusões, enquanto que na atribuição de autorias de crime ou pintura, trata-se de especificação e caracterização de um único autor. Em Ciências Humanas, e especificamente nas ciências da linguagem, obtém-se indícios que abrem compreensões discursivas, com novos sentidos, e não fecham para uma única compreensão; afinal não se está trabalhando com um objeto fechado, pronto, mas com alternativas de leitura;

² A abdução, da mesma forma que a indução e a dedução, é um inferência a que se chega a partir de premissas apropriadas. Ela foi introduzida no debate científico a partir dos trabalhos de Charles Sanders Peirce (detalhes acerca da vida e da obra deste pensador americano do início do século podem ser encontrados em seu site oficial <http://www.peirce.org/>). Ela é diferente, entretanto, porque, ao contrário da indução que parte do caso e do resultado para derivar a regra e da dedução que parte da regra e do caso para derivar o resultado, parte da regra e do resultado para derivar o caso. Conseqüentemente, a abdução tem nos dados o seu ponto de partida.

nunca há uma resposta só, mas um feixe de respostas e outras respostas possíveis para as mesmas perguntas, de modo que um mesmo conjunto de indícios/pistas favorece mais do que uma hipótese. A escolha de uma delas deriva, portanto, também da coerência interna com concepções e princípios da solução adotada em outros conjuntos de indícios³.

Certamente, em ciências humanas não trabalhamos com uma cena enquanto dada, mas a construímos discursivamente enquanto horizonte próximo e distante, da mesma forma que não há um crime a desvendar e um assassino a identificar, mas há um quadro complexo de relações, constituído discursivamente, onde o próprio discurso muda o quadro; esse quadro não é desvendado, como se dentro ou por detrás dele houvesse algo contido que precisa ser descoberto e revelado; antes, é um quadro construído a partir dos elementos postos em circulação. Cada nova leitura desse texto social é uma nova leitura que produz novas narrativas sobre o quadro e novos sentidos. A cada vez que se busca ler esse quadro complexo, é preciso produzir essa leitura em processo, com a visão dada pela memória do passado, servindo-se das experiências re-novadas do viver, e auscultando os projetos de por-vir.

Assim, as ciências humanas não podem ter a mesma cientificidade que as ciências exatas, pois que precisam compreender o real pelo que ele é e pelo que significa no seu aspecto simbólico. As tarefas de garantir significação e sentido incluem compreensões ativas que contam com a ajuda da memória e da presunção do possível, que não dispensam a análise científica habitual e a interpretação filosófico-artística, pela entrada dos outros sentidos. É que explicar estruturas simbólicas exige que se entranhe na infinidade dos sentidos simbólicos, produzindo olhares transversos; e a simbologia não é uma forma não-científica do conhecimento, mas uma forma diferente do conhecimento, que tem

³ Tal problema, com esse enfoque, foi discutido por João Wanderley Geraldi em uma Banca de defesa de doutorado na UFSCar, em São Carlos.

leis próprias e critérios de exatidão. As ciências humanas tomam como objeto o homem que produz textos, uma vez que esta é sua especificidade. É esse campo da fala, do texto, do diálogo histórico-social que o paradigma indiciário pode ajudar a entender o homem e seu horizonte.

Neste trabalho tento sustentar que um discurso uniforme está sendo construído no meio social brasileiro, e esse discurso é apresentado como fundador e, portanto, explicativo, no sentido de justificar o funcionamento dos grupos que participam e lucram financeiramente com o sistema de globalização; e parto da compreensão de que o sujeito e a linguagem são constituídos discursivamente; por isso, depois de constituir um horizonte histórico e social mais amplo, no primeiro capítulo, e de discorrer sobre a relação da subjetividade e da linguagem, no segundo capítulo, pretendo trabalhar na busca de indícios lingüísticos/sociais que apareçam nos dados aqui manuseados, e que ajudem a traçar um quadro de relação entre a linguagem e o sujeito se constituindo nesta realidade. É a busca de marcas da presença do sujeito e do mundo no material lingüístico. E perceber tal relação pelo lado inverso, isto é, indiciando qual mundo e qual sujeito, enquanto realidade social de base material e construtor dessa base e dessa linguagem, mas já constituído por ela, aparece nos discursos veiculados em jornais ou produzidos em resposta a questões propostas aos sujeitos desta pesquisa.

Vou tomar dois conjuntos de discursos que circularam em jornais e outras mídias, na tentativa de analisar posturas ideológicas ao redor das quais gira, ao meu ver, a sociedade brasileira.

- O primeiro conjunto diz respeito à relação do Brasil com as outras nações. Os meios midiáticos de grande porte e alcance trabalham com ideologias estabilizadas, mas a construção das notícias é permanente e diária e, portanto, joga constantemente com as ideologias ainda em sua base de formação instável. Tomo, aqui, as notícias de manifestações

realizadas no mundo inteiro contra a globalização, para perceber que esse é o novo nome do capitalismo e a representação concreta do “*Mundo Novo*”, e em seu nome todas as relações entre os modos de ser local e os modos de ser global estão sendo re-organizadas, praticamente sem resistência interna dos países, ao menos no Brasil. Tal movimento se nota, principalmente, quando os governos estão emparelhados com essa ideologia neoliberal. Realçam, então, algo de interesse popular, como a estabilidade financeira, no caso brasileiro, e escondem questões centrais do sistema que garante a existência da nação. A discussão sobre a dívida externa e interna do País, por exemplo, que amplia a dívida social, criando novos campos de exclusão, passa por um apagamento quase absoluto na imprensa. É como se ela não existisse de fato. Com razão afirma Santos⁴:

Tirania do dinheiro e tirania da informação são os pilares da produção da história atual do capitalismo globalizado. Sem o controle dos espíritos seria impossível a regulação das finanças. Daí o papel avassalador do sistema financeiro e a permissividade do comportamento dos atores hegemônicos, que agem sem contrapartida, levando ao aprofundamento da situação, isto é, da crise. A associação entre a tirania do dinheiro e a tirania da informação conduz, desse modo, à aceleração dos processos hegemônicos, legitimados pelo “pensamento único”, enquanto os demais processos acabam por ser deglutidos ou se adaptam passiva ou ativamente, tornando-se hegemônicos. [...] O mesmo sistema ideológico que justifica o processo de globalização, ajudando a considerá-lo como o único caminho histórico, acaba, também, por impor uma certa visão da crise e a aceitação dos remédios sugeridos. Em virtude disso, todos os países, lugares e pessoas passam a se comportar, isto é, a organizar sua ação, como se a tal “crise” fosse a mesma para todos e como se a receita para afastá-la devesse ser geralmente a mesma.

⁴ Santos, Milton. *A tirania do dinheiro e da informação está na base do atual desarranjo do capitalismo global – A normalidade da crise*. In: FSP, Caderno Mais, 26.09.99.

- Já o segundo conjunto discursivo circula ao redor das relações entre um movimento social organizado – o MST - com a sociedade e o governo. Uma das questões dessa relação, a ser analisada, é a campanha de desmoralização do Movimento dos Sem-Terra (MST) levada a efeito, nesse ano de 2000, sob o comando direto da Presidência da República, segundo acusação generalizada. Vamos perceber como as forças conservadoras, utilizando-se de todo o seu poderio ideológico e de instrumentos os mais variados, pretendem fazer desacreditar um movimento popular que pode colocar em risco a hegemonia de poder construída, uma vez que põe em questão todo o sistema econômico e social implantado, desde os primórdios, em nosso País. Nesse ponto se dá um encontro entre o jogo ideológico das forças internas. E esse jogo põe em questão também as relações do País com o sistema capitalista global.

Além disso, vamos procurar perceber se algumas dessas palavras do “*Mundo Novo*”, palavras do Sujeito Novo, já estão em circulação ampla no meio social. Considerando-se uma riqueza quase infinita de possibilidades de construção discursiva de subjetividade e de linguagem, buscaremos encontrar em algumas palavras-chaves, usadas em profusão e em vários ambientes, as categorias para ler a realidade atual em funcionamento. Fazer uma pesquisa entre os falantes, principalmente entre os que utilizam a linguagem em ambientes instabilizados de quase nada adiantaria, porque seria necessário levantar uma quantidade imensa de dados, como diz Bakhtin (1929:120), para poder se descobrir as grandes linhas ideológicas de um ordem sócio-econômica, visto que nesse nível de interação social os sentidos e as orientações ideológicas não se estabilizam em sistemas oficiais e hegemônicos, uma vez que os falantes pronunciam suas palavras em contextos muito fechados, e em relações muito passageiras:

Estamos diante de abortos da orientação social, incapazes de viver, comparáveis a romances sem heróis ou a representações sem espectadores. São privados de toda lógica ou unicidade. É extremamente difícil perceber nesses farrapos ideológicos leis sociológicas. No nível inferior da ideologia do cotidiano, só se apreendem regras estatísticas: é apenas a partir de uma grande massa de produtos dessa ordem que se podem descobrir as grandes linhas de uma ordem sócio-econômica.

Fiz um levantamento, utilizando a comunicação por e-mail, entre sujeitos que têm a língua como sua ferramenta primordial de trabalho (professores, extensionistas rurais, doutorandos em estudos da linguagem), e já confrontados pelo teste social. O uso que fazem da língua tem uma direção ideológica mais clara e organizada, e, portanto, oferece uma possibilidade mais evidente de encontrar o contexto já mais estabilizado das palavras. Utilizei o seguinte texto-base para a coleta desses dados: *“Colega, a razão desta é solicitar uma ajuda: preciso que vocês dêem uma olhada pra o mundo atual e me ajudem, indicando dez palavras que pudessem retratar o que está se passando. Seriam como dez fotografias do mundo atual, através de dez palavras. Se possível, me descrevam um pouco o que vai dentro de cada uma destas palavras. Podem olhar só pra o Brasil. Estou chamando isso de **“AS NOVAS PALAVRAS DA POLÍTICA”**, já que elas provavelmente carregam toda a nova ideologia que vem se implantando no mundo atual”*.

Na sistematização das *“novas palavras”* optei por trabalhar com categorias em duplas (agrupadas por decisão minha, na maioria dos casos), em função de remeterem à contradição presente na organização social; pois entendo, como Bakhtin (1929:46), que dentro de cada palavra ainda se trava uma luta de classes e de sentidos (*“Consequentemente, em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios”*), o que mantêm uma riqueza de vozes em seu interior; isso garante uma visada do funcionamento da orientação social da sociedade e da linguagem. Dessa forma torna-se possível captar a luta interna de

cada palavra e a luta travada com uma palavra antagônica, também em luta no seu interior.

Tendo recebido 16 respostas, também por e-mails, aos pedidos de levantamento de palavras que pudessem retratar o que está se passando no mundo atual, eis a lista de palavras reiteradas que apareceram nas respostas (a listagem completa está em Anexos 1, no final deste trabalho):

- ⇒ Globalização X Valores Locais
- ⇒ Inclusão X Exclusão
- ⇒ Igualdade X Desigualdade
- ⇒ Consumismo X Miséria
- ⇒ Fome X Carência permanente
- ⇒ Ruptura X Continuidade
- ⇒ Emprego X Desemprego
- ⇒ Corrupção X Ética
- ⇒ Segurança X Violência
- ⇒ Democracia X Totalitarismo democrático
- ⇒ Privatização X Neoliberalismo
- ⇒ Conhecimento X Velocidade
- ⇒ Dinheiro X Precariedade
- ⇒ Ecologia X Poluição
- ⇒ Colonialismo X Desterritorialização

Se era para ser um retrato do país, saiu, com certeza, um retrato em “*preto e branco*”, que revela a percepção que os informantes demonstram do momento atual das relações do País e das relações entre os grupos sociais. Assumo, como ponto de partida para compor um quadro de leitura das relações existentes na sociedade brasileira, o conjunto discursivo montado pelos informantes. Não é sobre esse conjunto de palavras que vou me deter na análise, mas antes o tomo

como uma chave de leitura, ou, usando a mesma imagem de produção, como “*fotografias do mundo atual*”, que buscam espelhar o real. Começo por uma tentativa primária de sistematizar alguns dos dados, na busca de alguma compreensão mais geral dos “*fotogramas*” oferecidos à análise.

RETRATOS APRESENTADOS PELOS INFORMANTES

RETRATOS COM HORIZONTES AMPLOS	ÍNDICE DOS VALORES GERAIS	RETRATOS COM HORIZONTES RESTRITOS
Globalização X Valores Locais	Inclusão X Exclusão	Segurança X Violência
Dinheiro X Precariedade	Ruptura X Continuidade	Colonialismo X Desterritorialização
Ecologia X Poluição	Corrupção X Ética	Educação X Alienação
Neoliberalismo X Privatização	Conhecimento X Velocidade	Emprego X Desemprego
Fome X Carência permanente	Consumismo X Miséria	Ensino X Ignorância
Técnica X Poder	Igualdade X Desigualdade	
	Massificação X Espaço da individualidade	
	Democracia X Totalitarismo democrático	
	Tecnocracia X Direitos Humanos	

Olhando os retratos mais de perto, é possível perceber que há um eixo temático, ao redor do qual os ângulos foram escolhidos: o fenômeno da globalização. Os informantes utilizaram 16 vezes essa palavra ou alguma variante semântica. Realmente, “*o mundo ficou menor*”, o que “*nos faz sentir cada vez mais pertencente a uma mesma sociedade (global)*”. Esse horizonte amplo aparece no fundo, como espaço onde se dá o relacionamento entre países e pessoas. A contraface dessa fotografia é a realidade local, seja de um país

determinado, de uma região, ou mesmo de um grupo social. Dessa forma, é possível reorganizar os fotogramas, pois essa forma nova de relacionamento financeiro transforma as nações em inter-dependentes, e pode produzir tanto o “*Mundo Novo*”, com todas as maravilhas acenadas, quanto crises sociais em qualquer lugar do planeta. O equilíbrio mundial da produção econômica é precário e as crises nacionais parecem ‘crônicas de crises anunciadas’.

A relação que se dá entre aspectos globais e realidade local é que estabelece os pontos de contato e de equilíbrio/desequilíbrio entre as leituras discursivas desse “*Mundo Novo*”. Entre os dois extremos dessa escala de relações vamos interpor os índices de valor, apresentados no levantamento. “*Não pode entrar no domínio da ideologia, tomar forma e aí deitar raízes senão aquilo que adquiriu um valor social*”, afirmou Bakhtin (1929:45). Desta forma, o valor atribuído a determinado objeto, condição para sua transformação em signo, alicerce da ideologia, é dado tanto pela organização social dos indivíduos quanto pelas condições em que essa relação acontece. Os valores são construídos no funcionamento do grupo social. E a passagem de valores sociais a valores individuais tem um trajeto o mais curto possível: o caminho do esquecimento ou da não-percepção.

Essa trama de valores, montada como uma rede de fios sociais, atravessa histórica e discursivamente a organização social, do âmbito mais geral para o campo mais particular, constituindo a individualidade a partir de um quadro de referências amplo, montado em vista de interesses globais e que atravessam toda a história real do mundo e dos indivíduos. Como cada tempo cria, instala e alimenta seu quadro de valores, pela interação dos grupos organizados, os informantes, ao fotografarem o momento atual, indicaram que o mundo atual gira ao redor desses índices valorativos:

GLOBAL	Inclusão X Exclusão	LOCAL
	Ruptura X Continuidade	
	Corrupção X Ética	
	Conhecimento X Velocidade	
	Consumismo X Miséria	
	Igualdade X Desigualdade	
	Massificação X Espaço da individualidade	
	Democracia X Totalitarismo democrático	
	Tecnocracia X Direitos Humanos	

Voltando a olhar os quadros com horizontes mais amplos, apresentados pelos informantes, eles também poderiam ser assim apresentados:

GLOBALIZAÇÃO	Dinheiro	Poluição
	Precariedade	Poder
	Fome	Desigualdade
	Privatização	Consumismo
	Desemprego	Técnica
	Corrupção	Aceleração
	Massificação	Exclusão

Também poder-se-ia construir uma espécie de álbum expositor, revelando alguma organização interna, e o modelo poderia ser assim expresso:

GLOBALIZAÇÃO			
ANTECEDENTES		CONSEQÜENTES	
Dinheiro	Técnica	Precariedade	Consumismo
Aceleração	Poder	Fome	Desigualdade
Privatização	Corrupção	Desemprego	Poluição
Massificação		Exclusão	

Mesmo que não aceitássemos analisar as relações complexas expressas na palavra “*globalização*” entre antecedentes e conseqüentes, ou como causas e efeitos, pode ser ao menos didático expressar as relações simplificadas dessa forma, pois revela um modelo de análise desse “*Mundo Novo*”, sem necessariamente estabelecer conexão direta entre um antecedente qualquer e outro conseqüente, visto nem ser essa a intenção.

As realidades locais apresentadas pelos informantes, e que revelam um horizonte mais restrito, também se inserem na relação mais complexa com o quadro global; é que as relações mais amplas também se dão no espaço local enquanto realizações concretas de um modelo onipresente do “*Mundo Novo*”. Lembremos que Toffler já afirmara que ao mudar e se firmar o novo processo civilizatório em algum lugar do mundo, todas as sociedades passam por uma mudança total, tanto na sua estrutura interna quanto nas suas relações externas, como reflexo daquela pedra atirada no lago calmo da organização civilizatória, e que produz ondas que vão até as beiradas, mesmo que as tocando em tempos diferentes. Este autor defende o determinismo absoluto e universal para todos os grupos sociais a partir do modelo que vai se implantando enquanto hegemônico.

Para os informantes, estas realidades locais, caudatárias da realidade global, podem ser assim apresentas:

LOCALISMO	Violência	Poluição
	Colonialismo	Disparidade
	Desterritorialização	Precariedade
	Alienação	Fome
	Desemprego	Stress
	Ignorância	Consumismo
	Guerrilha	Manipulação
	Vergonha	Descobrimento
	Carnaval	Futebol

Estas expressões, retiradas das respostas dos informantes à provocação inicial de produzirem uma leitura de mundo, permite revelar os retratos por eles apresentados e montar uma visão de mundo que pode ser mobilizada como uma contrapalavra às palavras/expressões que mais são empregadas nos discursos oficiais, e que pretendem passar uma visão única e hegemônica de leitura do real.

Além disso, empregando-as como chave de leitura, elas me permitirão construir retratos dos conteúdos ideológicos que atravessam o conjunto social nos discursos que estão em circulação. Ao mesmo tempo em que me proporcionam uma chave de compreensão, evitam que minhas contrapalavras sejam tidas como produção e leitura própria, mas antes sejam compartilhadas com os informantes primários deste trabalho, que também apresentam um conjunto de palavras como próprias, quando, na verdade, elas são próprias-alheias, numa corrente interminável de discursos a respeito do mundo. Na aparente subjetividade da minha compreensão devem ser levadas em conta que as palavras-próprias possam ter sido ejetadas de dentro das palavras-alheias,

numa leitura polifônica do mundo que se apresenta e é construído a várias mãos. Tendo, pois, à disposição, esse instrumental, e me incluindo no mesmo grupo dos que forneceram informações, passemos a analisar como se dá a possibilidade de construir uma compreensão de leitura das hegemonias discursivas, a partir dos retratos oferecidos.

RETRATOS COM HORIZONTES AMPLOS

Cada vez mais a construção do humano do homem, da sua subjetividade, está enlaçada por fatores os mais amplos possíveis. Cada indivíduo está ligado discursivamente ao mundo⁵ e é dessa forma constituído. Desde que ouvimos dizer que o “*mundo é uma aldeia*”, realmente essa é a sensação que deve passar no ser humano ao se defrontar com um volume imenso de comunicações e informações, que o ligam a todo e qualquer acontecimento, principalmente se ele for espetacular⁶ e se prestar ao produto ansiado, produzido e reproduzido pelas mídias. Diz-se que, nos dias atuais, crianças de dois a três anos já tiveram contato com volume maior de informações que seus pais ou avós durante toda a sua vida. E todas as informações são também formadoras do sujeito, pois o colocam em contato com as coisas, ou com o discurso sobre as coisas. E esses acontecimentos se defrontam com os valores produzidos e tidos como

⁵ Como afirmou o Informante 1: “*Como dez palavras podem carregar o mundo, se o mundo é feito de linguagem (em última instância, de palavras). Qualquer palavra do mundo carrega o mundo*”.

⁶ Guy Debord, em *A Sociedade do espetáculo*, analisa não só ações espetaculares em si, mas toda a sociedade pela ótica do espetáculo, da representação. O material está disponível na Internet. O autor assim inicia sua reflexão: “*Toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era diretamente vivido se afastou numa representação.[...] O espetáculo apresenta-se ao mesmo tempo como a própria sociedade, como uma parte da sociedade, e como instrumento de unificação. Enquanto parte da sociedade, ele é expressamente o setor que concentra todo o olhar e toda a consciência. Pelo próprio fato de este setor ser separado, ele é o lugar do olhar iludido e da falsa consciência; e a unificação que realiza não é outra coisa senão uma linguagem oficial da separação generalizada. O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens*”.

importantes por determinados indivíduos e grupos em determinado espaço e tempo.

Dessa maneira, há um “*horizonte amplo*”, no dizer de Bakhtin, que forma a moldura de contorno mais externa à constituição discursiva do sujeito. Vamos procurar delinear essa moldura social determinante, que mostra/esconde a carga ideológica posta em circulação, e é formadora de subjetividade, a partir de um posto de observação oferecido pelas informações disponíveis no *corpus* da pesquisa e em alguns recortes variados da imprensa.

(a) Globalização – Os protestos contra OMC

Vamos analisar como se dá a construção da subjetividade a partir de um fato discursivo amplo, qual sejam as decisões tomadas em nome do liberalismo a nível mundial, construtor do “*Mundo Novo*” tecnológico e real, proporcionado nos eventos caracterizados como “*Rodada do Milênio*”. Essas reuniões são patrocinadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), com sede em Genebra. Os países membros, num total de 135, estão participando de uma série de reuniões, preparando as normas que devem reger o comércio mundial a partir de 2003. A primeira dessas reuniões se deu em Seattle, nos Estados Unidos, mas os protestos das Organizações Não-Governamentais (ONGs) às reuniões da OMC já vinham de data anterior, e a razão de tais oposições é a luta “*contra a globalização da economia e o desemprego*”⁷. Essa pauta aberta de luta das ONGs – “*contra a*

**ECO
NO
MIA**

E

**DE
SEM
PRE
GO**

⁷ O Informante 6, ao citar como uma de suas palavras o “*desemprego*”, assim a recheia: “*Desemprego - no Brasil, no mundo, na Europa, até mesmo no Japão, quem diria! E os sociólogos falando em sociedade do lazer, em desemprego estrutural, em condenação de milhões de homens e mulheres a serem sustentados por bolsas sociais, condenados a nada serem e nada realizarem ao longo de toda a existência*”. É a derrocada da auto-estima, acima de tudo.

globalização da economia” e “*contra o desemprego*”, proporcionou a ampliação das bandeiras de enfrentamento, com a inclusão de movimentos os mais variados.

Acompanhemos a descrição de ações desenvolvidas pelo mundo inteiro e também em Genebra, contra a realização da Segunda Conferência da Organização Mundial de Comércio, narradas pelo jornal *Avante*, nº 1277, de 21 de Maio de 1998⁸. O título da matéria já denota que a luta se deu a nível mundial: “*Organização Mundial do Comércio sob fortes protestos em todo o mundo*”. E o subtítulo fala que, ao mesmo tempo em que se realizava a Conferência, “*se realizavam centenas de protestos em todo o mundo*”. E, logo no primeiro parágrafo, completa esta informação afirmando: “*Segundo dados da Ação Global dos Povos (AGP), milhões de pessoas de todos os setores sociais – onde se incluem camponeses, índios, trabalhadores, grupos étnicos e desempregados – expressaram a sua condenação contra a OMC, o sistema multilateral de comércio e o neoliberalismo...*”. Ações levadas a efeito no dia 1º de maio, em todo o mundo, foram computadas como sendo de protestos contra a OMC. Daí a possibilidade de afirmar que os protestos foram “*fortes*”, foram “*centenas*”, foram “*em todo o mundo*” e com a participação de “*milhões de pessoas de todos os setores sociais*”. As lutas históricas dos trabalhadores contra os efeitos perversos do industrialismo, celebradas em todo o mundo no dia 1º de maio, estão adquirindo novo sentido ao se voltarem contra a globalização. Mesmo assim o esforço do confronto por parte dos que se manifestam contra a globalização tem sido concentrado nas reuniões e Conferências da OMC. O inimigo se concretiza nas Conferências.

Em Genebra, por exemplo, estiveram concentradas as atenções dos protestos por ocasião da Segunda Conferência da OMC, em Maio de 1998, e a

⁸ Disponível em: <http://www.attac.org.html> A matéria completa se encontra em Anexos 2. 5. ao final deste trabalho.

nota, divulgada pelo ATTAC⁹, ONG que coordena as manifestações, afirma que lá aconteceu “*repressão contra os protestos*”:

Os protestos levados a cabo em Genebra tiveram como resposta uma repressão considerada «grotesca» pela Ação Global dos Povos. “Arbitrariamente a polícia controla, detém e mantém presas durante horas as pessoas de toda a cidade sem nenhuma base legal. Estrangeiros que não trazem dinheiro ‘suficiente’ consigo passam a ter ficha na polícia, são deportados e proibidos de regressar ao país”, lê-se no comunicado. Muitas pessoas foram gravemente feridas pelas autoridades, e pelo menos um indivíduo encontra-se em cuidados intensivos devido a uma hemorragia interna. Mas as ações policiais não ficaram por aqui. Os participantes da caravana “Dinheiro ou Vida” proveniente da Alemanha, bem como 40 italianos que chegaram a Genebra de comboio foram detidos e expulsos do país. Durante o regresso do equipamento e dos veículos da caravana, 10 pessoas foram detidas, incluindo um jornalista suíço e uma jornalista alemã. “Estas pessoas tiveram de permanecer várias horas com um intenso frio num bunker onde estiveram retidos. Posteriormente, foram pressionados a assinar um documento escrito em francês, que os declarava culpados de ter participado em todas as ações e manifestações”, explica a CGP.

A impressão que a descrição das ações de repressão passa é realmente grotesca, como diz o texto, visto que os manifestantes apenas queriam protestar, e de forma alegre, participando do que o texto chama de “*feira global*”, ou mesmo estavam lá a trabalho, para fotografar e filmar os acontecimentos, como os jornalistas citados. Claro está que os protestos assumiram caráter violento em alguns lugares, como em Genebra mesmo, onde “*várias agências bancárias, lojas e uma lanchonete McDonald’s são depredadas e os automóveis, incendiados*”, segundo outra nota. Símbolos da globalização, os bancos, as lojas, o McDonald’s e os automóveis se transformam em “*moinhos de vento*” a serem destruídos.

⁹ “Organização Mundial de Comércio sob fortes protestos em todo o mundo”. Nota da ATTAC. In: <http://www.avante.com.html>. Disponível em Anexos 2. 5.

A violência¹⁰ foi o resultado do confronto entre policiais e manifestantes. O risco do confronto entre os opositores reais deve ser sempre minimizado, ou ao menos disfarçado, numa sociedade que busca homogeneizar o que é desigual. Essa é a tarefa da ideologia dominante, pois a explicitação do confronto volta a alimentar o que deve ser relegado ao apagamento. O confronto que deveria se dar entre manifestantes e participantes da Conferência, foi desviado para um confronto entre policiais e manifestantes. Estes vieram de várias partes do mundo, especialmente de países da Europa, e se dirigiram para o local do protesto. Alguns participantes alemães vieram em uma caravana que tinha um lema até certo ponto humorístico: *“Dinheiro ou vida”*; esse podia muito bem lembrar o célebre: *“A bolsa ou a vida”*, já denotando que os que participavam da Conferência de Genebra eram vistos por eles como *“ladrões globais”*. A contraposição de *“dinheiro”* à *“vida”* também revela os termos da oposição e um dos motivos do confronto¹¹. Interessante a observação de que *“Estrangeiros que não trazem dinheiro ‘suficiente’ consigo passam a ter ficha na polícia, são deportados e proibidos de regressar ao país”*. Para poder protestar contra o dinheiro, a polícia exigia que os manifestantes tivessem dinheiro no bolso. Ainda bem que tal Conferência estava sendo realizada em um País e em uma região ricos. Se fosse realizada em um País pobre, e prendessem quem não tivesse dinheiro, teriam que prender a maioria dos manifestantes. Estabelece-se uma oposição interessante, quando se junta esta ação da polícia

DI
NHEI
RO

OU

VI
DA

¹⁰ O Informante 6, ao se referir à *“violência”*, indicando-a como uma das palavras pelas quais ele lia o mundo, assim afirmou: *“Violência - para onde quer que se olhe, ou é guerra, ou é fome, ou é a violência urbana ou a violência rural, na Europa, no Brasil, na África, nos EUA, em diferentes formas, requintes e configurações, mas sempre ela. A violência aumentou, ou aumentou o nosso acesso imediato a ela?”* A violência é global, tanto porque se dá em qualquer parte do planeta, quanto porque está presente em todas as relações.

¹¹ Ao tratarmos de nossa dívida externa e interna, no Capítulo I, falamos do Plebiscito sobre a dívida, organizado pela Igreja e por diversas entidades, em setembro de 2000. O lema das ações então desenvolvidas lembrava em muito o que a caravana alemã anunciava: *“Queremos a vida acima da dívida”*. O jogo estabelecido pelos opositores opõe o que considera um índice de valor menor (*“Dinheiro”*) a um índice de valor absoluto (*“Vida”*).

com a ação da quebradeira dos que protestam: enquanto eles atacam bancos e McDonald's, a polícia prende quando não tem dinheiro no bolso. E dinheiro suficiente! No texto, as aspas em 'suficiente' mostram o distanciamento do autor à definição do que seja suficiente: um valor que se fixa segundo o interesse das forças policiais. E assim como a polícia [serviçais dos conferencistas] não aceita o protesto, que é uma das vozes desafinadas, também não aceita que tais protestos sejam filmados e divulgados. Para tanto prendem também jornalistas, inclusive fazendo-os assinar documento em que se declaram "*culpados de ter participado em todas as ações e manifestações*".

Em setembro de 1999 já corria mundo a convocação para que organizações se preparassem para protestar contra o discurso único do liberalismo, na Conferência da Organização Mundial do Comércio, em Seattle. O título da convocação¹² já aponta para a direção da discussão que estamos travando: quem dá as cartas e arruma de maneira uniforme o mundo hoje é o liberalismo, defendido pela "*direita*", onde se acham os que defendem o capital; a "*esquerda*" precisa anunciar que "*um outro mundo é possível*", se opondo à globalização¹³, e construindo uma sociedade diversa, em favor dos trabalhadores e excluídos. A palavra de ordem mundial é: "*Não à Rodada do Milênio*".

**UM
OUTRO
MUNDO
É
POSSÍ
VEL**

O documento defende que o foco do discurso a ser enunciado pelos partidos de esquerda deve estar centrado em uma campanha contra a privatização dos serviços de saúde, contra o desmantelamento da educação

¹² Judith Biglione. *Ações contra a Globalização. Um outro mundo é possível. Não à Rodada do Milênio*. In: <http://attac.org/index.html> O texto integral está em Anexos 2. 3.

¹³ O Informante 13, assim se refere à "globalização": "*Globalização - O novo colonialismo tem este nome. O mundo rico no passado explorava a periferia. Hoje o mundo rico se globaliza e o mundo pobre se exclui. Cada vez mais as elites mundiais ditam as normas econômicas, sociais e o pior as culturais. E a grande massa sem um espírito crítico, sorridente adota*".

nacional e dos serviços públicos. Logo, ao se opor à globalização, o que fica claro é que ela é que é responsável pela quebra mundial dos serviços públicos, pois endivida os países, forçando-os a privatizar bens públicos. E mesmo a privatização não tem melhorado a ação dos Estados Nacionais, mas apenas repassado empresas públicas para o setor privado. E o dinheiro que está sobrando nas economias ricas precisa ser aplicado de alguma forma, e pode ser utilizado para comprar o patrimônio das nações pobres. Estas, por sua vez, ao repetir em seu interior o mesmo discurso dos países ricos, optando por defender um estado mínimo, facilitam o desmonte das conquistas sociais e econômicas da população como um todo.

O documento também diz o que defende, ao definir que a OMC, organismo que congrega mais de 130 Estados membros, além da Rússia e da China, “*tem como único objetivo suprimir todos os entraves ao comércio mundial. Seu postulado é que quanto mais comércio houver, mais crescimento e riqueza haverá para todos. De fato, a história econômica demonstra exatamente o contrário: o livre intercâmbio favorece essencialmente os mais fortes e arruina os fracos, como atesta a situação de numerosos países da África e da América Latina, que ou bem acreditaram nesta quimera ideológica, ou a mesma lhes foi imposta*”. Defende o documento que os cidadãos não permitam que a OMC, e especificamente os EUA e a Comissão Européia, transformem tudo em mercadoria, e obriguem os países pobres e abrir suas fronteiras ao consumo de produtos externos, que apenas amplia dívidas e descaracteriza o modo cultural próprio, conforme já discutido anteriormente no primeiro capítulo, ao discutirmos as propostas de Furtado quanto à relação entre o consumo e a cultura.

Reportando-se aos impasses que seriam levados à Conferência, o economista Joelmir Betting¹⁴ assim trata desse evento, na véspera de sua

¹⁴ Betting, Joelmir. *Torre de Babel*. Jornal do Comércio, Recife – Editorial. Disponível na Internet. In: http://www2.uol.com.br/JC/_1999/2811/job2811.htm – top.

realização, em coluna que publica no OESP, com o título “*Torre de Babel*”. Na torre de Babel original, a incompreensão adveio pelo fato de os homens começarem a falar várias línguas, incompreensíveis entre si e impeditivas da continuação do trabalho de elevar aquele monumento do orgulho humano. Aqui diz o autor: “*O discurso do globalismo econômico não consegue desfazer o recurso do nacionalismo comercial*”. Assim, mesmo impondo um discurso único, segundo Betting, o que está saindo torta é a torre, por conta dos projetos nacionalistas. Para construir uma torre no prumo, bastaria que cada país abrisse mão de seu projeto nacional, e permitisse que o projeto das grandes corporações financeiras e das multinacionais se tornasse único. Ainda acho que o pior é que se está construindo uma “*Torre*”, e não só discursivamente.

TORRE DE BABEL

As “*trombadas*” discursivas e causadoras de impasse entre “*países ricos*” e “*países emergentes*”, ou entre o “*globalismo econômico*” e o “*nacionalismo comercial*” são várias, segundo o articulista: a) protecionismo dos países grandes e manutenção dos subsídios agrícolas¹⁵; b) pirataria dos países pobres e não-aceitação da pauta dos países ricos postas em negociação:

1. *um tratado global também para serviços em geral;*
2. *inclusão de salvaguardas trabalhistas e ambientais no comércio mundial de mercadorias;*
3. *livre mercado para bens e serviços de informática e multimídia;*
4. *estatutos rígidos para coibir a pirataria tecnológica e o desrespeito a patentes, licenças e direitos de propriedade intelectual;*
5. *combate à corrupção e ao suborno incrustados no propinóquio por onde desfilam, em quase todo o mundo, os negócios do setor privado com o setor público.*

Como afirma Betting: “*Um cardápio de avestruz para a Torre de Babel que estará erguida, esta semana, em Seattle*”. O autor ainda traz alguns dados que

¹⁵ Não faltam vozes para afirmar que os países ricos querem livre comércio, desde que seja com a abertura das fronteiras dos países pobres. Quando se trata de abrir suas próprias fronteiras, e amainar a concessão de subsídios aos seus produtos, a realidade única é, de fato, o protecionismo.

são muito interessantes: a) o comércio global deve atingir 6,2 trilhões de dólares no ano 2000; b) o intercâmbio mundial de serviços deve alcançar 3,2 trilhões de dólares no ano; c) o intercâmbio dos serviços financeiros mundiais vai bater na casa dos 13 trilhões de dólares neste ano; d) o turismo contribui com 620 bilhões de dólares em 2000. Por esses números astronômicos, percebe-se que os países ricos estão brigando com unhas e dentes por razões absolutamente pertinentes para a manutenção de seu *status*.

Em seguida à realização da Conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle, o “*Jornal da FUBESP*”, do sindicato dos funcionários do Banespa¹⁶, assim define os resultados desse encontro, logo no título: “*Fracassa a Rodada do Milênio*”. O emprego do verbo “*fracassar*” é marcante, ainda mais aliado ao verbo “*naufragar*”, usado na seqüência. Os meios de comunicação utilizam constantemente o termo “*fracasso*” para referir e descaracterizar as ações dos movimentos populares e sindicais. É o troco: os movimentos populares também afirmam o fracasso dos movimentos globalizantes. No subtítulo está escrito: “*Revolta dos países ‘pobres’ e protestos de entidades ambientais e sindicais faz naufragar a conferência da OMC, em Seattle*”. O destaque dado a países pobres, pelo aspeamento, não combina com a primeira impressão de leitura, pois que os manifestantes, em sua extrema maioria, eram provenientes dos países ricos. Esse recurso sugere que possa estar havendo alteração parcial de sentido¹⁷, e dois caminhos aqui se apresentam: ou eles se colocavam na posição de defensores dos países pobres, ou estavam defendendo os “*países pobres*” que existem dentro dos países ricos. A matéria define, além disso, o neoliberalismo, dizendo que “*o fechamento*

RODADA DO MILÊNIO

¹⁶ Jornal da FUBESP, *Fracassa a Rodada do Milênio*. Disponível in: <http://www.fubesp.org.br> A matéria completa está em Anexos 2. 1.

¹⁷ Geraldí (1991:47-51), afirma a construção de novos sentidos com o uso de aspas, e apresenta uma tipologia do uso de aspas: a) por alteração parcial do sentido; b) por polarização negativa; c) por acúmulo de sentidos.

econômico foi a opção adotada pelos países que desejavam desenvolver-se industrialmente nas décadas de 60 e 70. Já nos anos 80/90, rezando pela cartilha neoliberal, a maioria dessas economias se abriu por inteiro, por pressão dos próprios países ricos, privatizando estatais e abolindo barreiras alfandegárias". Terminam dizendo que "resta esperar que até a Rodada do Milênio seus parceiros ricos mudem de posição e revertam essa regra sórdida que não combina com o jogo liberal".

**JOGO
LIBE
RAL**

O discurso uniforme da "globalização", essa palavra quase "onisignificante" nos dias atuais (Bakhtin, 1929:130)¹⁸, tem provocado um discurso uniforme até mesmo na oposição. Prova disso são estas manifestações "antiglobalização econômica" que tomaram as ruas de uma maneira teatral, fortemente simbólica, e que se deram em Genebra, depois em Seattle (Estados Unidos), em 1999, durante a reunião da OMC (Organização Mundial do Comércio), durante a reunião de primavera do FMI, em Washington, também em 1999, em Praga e em várias partes do mundo, durante o encontro oficial FMI/Bird, em final de setembro de 2000 e também em Nice durante Encontro de Cúpula da União Européia, em dezembro de 2000.

Se em Seattle os manifestantes impediram a maioria dos participantes da reunião de chegar ao local dos trabalhos, e obtiveram enorme sucesso nessa tarefa, foram parcialmente derrotados na reunião de Washington, pois os participantes ingressaram no prédio de madrugada e poucos ficaram retidos do lado de fora; agora, em Praga, os manifestantes, convocados no mundo todo, pretendiam deixar os participantes entrar no local de trabalho, mas queriam impedir sua saída a qualquer custo, formando um cordão humano ao redor do Centro de Convenções de Praga, e disputando com a polícia o fechamento do

¹⁸ Note-se que, dos 15 Informantes, 06 citaram essa palavra, mas ela aparece 13 vezes nos textos e mais 03 vezes como alguma variante.

local. As cenas correram mundo nas mídias. Ao mesmo tempo várias manifestações se deram em todo o mundo, convocadas pelas ONGs que comandam as ações a nível mundial. Assim, parece óbvio que o mundo está globalizado, porque até os protestos contra a globalização são globalizados. E os manifestantes trabalham supra-nacionalmente, não mais evocando os poderes do Estado-Nação contra a globalização, mas produzindo ações diversificadas na defesa da ampla distribuição da abundância já construída, opondo-se ao mundo da empresa única como resultado da fusão corporativa, lutando pela cultura não-consumível e descartável, defendendo o ócio possível contra a produtividade absurda, exigindo emprego ao invés do desemprego gerado pela tecnologia.

Esses movimentos todos convergem para uma crítica que visa recolocar o homem no centro do processo histórico¹⁹. Eles pretendem, se mais não conseguirem, ao menos discutir o processo de globalização que vem produzindo uma concentração absurda de riqueza em alguns pontos isolados do planeta e gerando, em contrapartida, desemprego altíssimo e enorme expansão da desigualdade social, da exploração e do esgotamento ambiental. Os manifestantes estão se fazendo presentes em todas as reuniões importantes que tratem do tema. No dia 06 de Dezembro de 2000, na reunião de Cúpula da Comunidade Européia, que aconteceu em Nice, na França, lá também estavam eles.

**CONCEN
TRAÇÃO
ABSURDA
DE
RIQUEZAS**

¹⁹ O homem, liberado pela redução do tempo de trabalho socialmente necessário, pela intensificação da concorrência, pode acumular tempo livre, no caso dos que têm capital, ou ser jogado no desemprego, no caso dos que apenas têm força de trabalho como capital. Essa invasão do cotidiano das pessoas pelas tropas da racionalização e pela lógica do dinheiro é que vem causando um mal-estar mundo afora. Belluzzo, L. G. (In: "Império"; FSP, 17.12.00) alerta que os manifestantes contra a globalização não protestam porque têm fome, mas porque o individualismo agressivo e a comemoração do sucesso do indivíduo "não deixa ao perdedor, ao inferiorizado, senão a alternativa de massacrar a própria auto-estima. 'A individualização' do fracasso não permite ao derrotado compartilhar com os outros um destino comum provocado pela desordem do sistema social". Daí que ele conclui afirmando: "A perda da auto-estima se transfigura em ressentimento e daí as explosões de racismo, de xenofobias, de recusa do outro, seja ele quem for. Seria, no entanto, fácil dizer que o fenômeno se esgota na recusa da alteridade. Parece que a negação do outro também é a força que reúne esses coágulos sociais dispersos e desorientados e os transforma numa massa enfurecida e raivosa".

A FSP (07.11.00) anunciava a reunião em manchete: *“Líderes tentam definir expansão da UE”*, e falava, em ampla notícia de quase meia página, da reunião que visava definir mecanismos para tornar menos traumática a entrada

PROTESTOS

MUNDIAIS

de outros 12 países na União Européia. E, no final da notícia, em cinco linhas, informava, sob o título *“protestos”*: *“Ontem houve protestos em Nice, mas espera-se que eles sejam intensificados nos próximos dias, pois dezenas de milhares de ativistas antiglobalização, de grupos que fizeram protestos em Seattle, na reunião da Organização Mundial do Comércio, ano passado, estavam a caminho de Nice”*. Desorganizados, esses manifestantes, segundo a FSP, pois iam chegar atrasados na reunião! Mas, na FSP de 06 de dezembro, logo na primeira página, ao lado de uma foto de um manifestante jogando algum objeto em direção a policiais, a legenda dizia: *“Manifestante atira objeto em direção a policiais na abertura da cúpula da União Européia em Nice (França). Milhares de opositores da globalização quase conseguiram impedir a reunião ao fazer um ‘cerco pacífico’ à sede do encontro. Para dispersá-los, a polícia usou gás lacrimogêneo. Os manifestantes jogaram pedras e pedaços de concreto”*. Portanto, já estavam lá *“milhares de opositores da globalização”*. A FSP é que esperava que eles chegassem a *“dezenas de milhares”*. Falar em *“cerco pacífico”*, quando a polícia usa gás lacrimogêneo e os manifestantes atiram pedras e pedaços de concreto, parece querer passar a impressão de que a manifestação deveria ser de estudantes da pré-escola, que se transformaram em baderneiros e irresponsáveis.

Talvez o *“totalitarismo liberal”*, ou o *“totalitarismo democrático”*²⁰, expresso pelo termo *“globalização”*, tenha encontrado no movimento *“antiglobalização”* um

²⁰ Assim se expressa o informante 11: *“Nesse ‘Totalitarismo Democrático’ onde as diferenças coexistem em ‘harmonia’, esta parece fundar-se numa desigualdade (desigual-idade, idade-desigual). Ou seja, o ‘Totalitarismo Democrático’ na sociedade de massas não criou um espaço para a convivência e o respeito às diferenças, mas um espaço para a convivência das desigualdades. Um espaço hierarquicamente dividido pela pré suposição de idades desiguais. Isso justificaria então a apropriação por uns do direito a livre escolha dos outros”*.

“coveiro” à altura, no dizer de Marx. Ou, ao menos, um contraponto para suas reuniões. Mas quem seriam esses “*opositores da globalização*”? Em artigo na FSP (08.12.00, Caderno Mundo), Moraes²¹ divide-os em dois grupos: no primeiro estão os “*baderneiros*”, “*os radicais, que são contra a globalização, a economia de mercado e o caráter liberal das instituições européias*”, mas nada tem a propor. “*Esses grupos sempre existiram. São [...] trotskistas ou anarquistas, mas, principalmente, anticapitalistas, que, em geral, se encontravam marginalizados dentro da esquerda em razão de seu radicalismo exacerbado*”; no outro grupo está “*o sindicalismo reformista*”. E o analista se refere ao sindicalismo dos países ricos, evidentemente. Este quer uma manifestação pacífica, e tem como proposta “*defender empregos ante a mão-de-obra barata de países pobres*”. Já não se ouve mais a célebre convocação: “*Trabalhadores de todo o mundo: uni-vos*”. O individualismo, pregado como valor, invade e domina todas as relações. Agora o lema parece ser “*Cada um por si e o Diabo para todos*”. É bom, também, anotar que, em momento algum, o articulista se refere a algum país fazendo oposição à globalização. Os governos nacionais são tidos como promotores e aliados naturais desse processo civilizatório, e eram sempre os atores principais e internos das reuniões e Conferências, alvos dos protestos externos. Não cabe a eles promoverem oposição à globalização. Esta é própria da sociedade civil organizada.

**QUE
BRA
DE
DIREI
TOS**

É bom analisar, nesse sentido, a voz do presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), então representante de sindicatos de país pobre, abordando tema tão importante nas atuais discussões, no artigo “*Globalização*”²². Note-se que o autor do texto usa cinco vezes a palavra “*globalização*”, a começar pelo título de seu artigo. Depois ele se refere à União Européia, dizendo que “*Até*

²¹ Moraes, Márcio Senne de. “*Baderneiros recebem atenção exagerada*”. In: FSP, 08.12.00, Caderno Mundo, p. A10.

²² Silva, Vicente. *Globalização*. Disponível no site <http://www.cut.org.br>. Também disponível em Anexos 2. 6.

hoje a União Européia é o único exemplo de construção de uma autoridade supranacional que cria maiores possibilidades de governabilidade, diante do processo de globalização". Também entre países, a construção da globalização se faz em movimentos de defesa do processo avassalador ("construção de uma autoridade supranacional"), e de ataque (a própria União Européia participa do processo de globalização enquanto seu agente). Assim mesmo, o problema sobra para os trabalhadores, tanto os da Europa, quanto os trabalhadores de qualquer outra parte do mundo, pois a pressão para que abram mão de seus direitos é enorme, ao mesmo tempo em que aumenta o desemprego e o poder e renda se concentram, segundo o autor. O problema do desemprego ou da perda dos direitos não é apenas problema do trabalhador das nações ricas, mas antes um problema do trabalhador em geral, na sua luta contra o capital. Por isso ele reconhece: *"Trabalhadores de todo o mundo são pressionados a abrir mão de seus direitos e legítimas reivindicações em nome da competitividade internacional"*.

**TRABA
LHADO
RES

DO

MUNDO

TODO:

DESUNI-
VOS**

Em seguida, o sindicalista diz que também os trabalhadores do Brasil estão construindo *"mecanismos de regulamentação e intervenção em nível supranacional. Não para dar mais poder aos poderosos, as empresas transnacionais e o capital financeiro, jogando trabalhadores um contra outro. Mas para garantir que o avanço tecnológico e a globalização encontrem uma contrapartida no desenvolvimento social e da solidariedade humana"*. A contraposição ao avanço tecnológico e à globalização, que aparecem no artigo aceitos como realidade indubitável, é o desenvolvimento social e a solidariedade humana, tanto a nível transnacional, quanto a nível local e pessoal. É firme o alerta aos trabalhadores para que não aceitem fazer o jogo dos patrões e dos países ricos, e se atirem uns contra os outros. Se o avanço tecnológico e a globalização são fatos irreversíveis, que ao menos eles tragam desenvolvimento

**DERROTA
DO
BEM
ESTAR
SOCIAL**

social. No artigo, fica aceito que não há razão para se opor à tecnologia, até porque os países ricos também são ricos tecnologicamente. Mas que ela não funcione como um Jano mau, com duas faces deformadas, em oposição: produzindo riqueza para um lado, e pobreza, filha do desemprego e da quebra das conquistas sociais, para o outro lado.

Na quarta vez que o líder sindical usa a palavra “globalização” (“*O estado do bem estar construído com suor e sangue dos trabalhadores está ameaçado pelas imposições da globalização*”), ele aponta diretamente para um de seus efeitos na Europa: a derrocada do “*estado do bem estar social*” construído pelos trabalhadores. Se este é o efeito do avanço tecnológico também nos países ricos, alguma coisa deve estar errada, pois que a concentração também do bem estar social amplia consideravelmente a exclusão, agora dos trabalhadores. Ainda mais que nos países pobres não se chegou a esse “*estado do bem estar social*” nem para os trabalhadores, mesmo tendo estes sido também sugados em seu suor e sangue. Quando o texto trata dos desempregados, é sempre pela ótica do emprego, ou daqueles que foram jogados para fora do mercado de trabalho. Não há, ainda, a preocupação com aqueles que jamais entrarão nesse mercado, nem para serem dele expulsos.

Por fim, Silva mostra qual globalização nós, brasileiros, gostaríamos de ver implantada a partir de nossa realidade: “*Aqui, em nossa América, também procuramos a globalização: da cultura, da solidariedade, da alegria, dos direitos sociais, da igualdade*”. Veja que o autor usa a expressão “*também procuramos a globalização*”. É a garantia da construção do sentido da inclusão, o sentido do acesso universalizado, e, mais

**TRABALHADORES
DO
MUNDO
TODO:
UNI-VOS**

especificamente, universalizado a todos os trabalhadores e a partir dos trabalhadores. É uma convocação: os trabalhadores têm riqueza própria e específica a repartir. Sua cultura, a cultura popular, seus gestos de solidariedade, sua alegria, seus direitos sociais conquistados, sua igualdade vivida no trabalho devem ser globalizados. E com essa convocação, ele retoma o espírito da epígrafe que emoldura sua reflexão: *“Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos”*.

A luta contra a globalização não pára. À medida que a ordem mundial aceleradamente se unifica, os enfrentamentos de rua por ocasião dos grandes encontros dos governos têm se convertido no caminho único e barulhento das críticas à cartilha imposta. Mas um novo caminho está sendo apresentado ao mundo pelos opositores da globalização. Veja o convite que a CUT disponibilizou em sua página na Internet (<http://cut.org.br>), tratando do *“1º Fórum Social Mundial”*, a ser realizado em Porto Alegre, de 25 a 30 de Janeiro de 2001. No novo mês do III Milênio, quando os patrões estiverem reunidos na Suíça, tratando de ampliar o poder das forças econômicas sobre as forças políticas e sociais do planeta, os participantes do 1º Fórum Social Mundial estarão reunidos no Brasil, constituídos em instância representativa da humanidade excluída pelo poder do capital. A convocação desse Fórum visa dar continuidade *“às mobilizações contra a globalização neoliberal”*, fazer coincidir com *“a da realização do Fórum Econômico Mundial de Davos, Suíça, financiado pelas grandes multinacionais”*, e *“ser um ponto de apoio para o fortalecimento das iniciativas em nível internacional dos setores sindicais, populares e democráticos anti-neoliberais, buscando articular as mobilizações para além das fronteiras nacionais e constituir um espaço político plural internacional para a formulação de alternativas ao neoliberalismo”*. Pretende o Fórum ser uma contrapalavra ao discurso uníssono da globalização, pregado pelos profetas das políticas liberais e *“financiado pelas grandes multinacionais”*. E não mais uma réplica apenas elaborada no calor das disputas de rua. Por isso, também, aparece com mais

**FÓ
RUM**

**SO
CIAL**

**MUN
DIAL**

vigor a crítica aos grandes grupos econômicos, que nem se fazem presentes nestas grandes conferências mundiais, mas que estão dominando, com sua presença econômica, os governos nacionais.

Transcrevo o convite, espalhado pelo mundo, por seus promotores nacionais, até como uma forma de adesão virtual ao evento:

Nos dias 25 a 30 de janeiro de 2001 acontecerá em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, o **Iº Fórum Social Mundial**. A CUT é uma das entidades organizadoras dessa iniciativa. Compõem também o Comitê Brasileiro de Organização: Abong (Associação Brasileira de ONGs); Attac-Brasil; Cives; Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB; Ibase; Justiça global e MST.

O **Fórum** foi convocado na esteira das mobilizações contra a globalização neoliberal que têm crescido por todo o mundo desde as massivas manifestações em Seattle, EUA, em novembro de 1999. Sua convocação foi referendada por dezenas de movimentos sociais, ONGs e organizações sindicais de diversos continentes que reuniram-se em junho passado em Genebra, Suíça, para protestar durante a reunião da ONU que avaliou os resultados obtidos após cinco anos da Conferência dessa instituição sobre Desenvolvimento Social. A data escolhida coincide com a da realização do Fórum Econômico Mundial de Davos, Suíça, financiado pelas grandes multinacionais como centro internacional de elaboração e difusão das políticas neoliberais. Buscamos assim frisar a contraposição entre ambas iniciativas.

A convocatória do **Fórum** parte também da avaliação de que há um enfraquecimento da hegemonia neoliberal no mundo e um ascenso das lutas contra o neoliberalismo em todos os continentes. Nessa conjuntura, o **Fórum** pretende ser um ponto de apoio para o fortalecimento das iniciativas em nível internacional dos setores sindicais, populares e democráticos anti-neoliberais, buscando articular as mobilizações para além das fronteiras nacionais e constituir um espaço político plural internacional para a formulação de alternativas ao neoliberalismo. Daí que esta primeira edição do Fórum traga como denominação "*Um outro mundo é possível*".

É possível perceber que o convite não centra seus argumentos na palavra "*globalização*", mas sim na palavra "*neoliberal*", sendo que, na primeira vez que a usa, emprega as duas palavras juntas ("*globalização neoliberal*"), adjetivando e atribuindo ao processo de globalização todo o conteúdo histórico do liberalismo e do neoliberalismo. Depois fala em "*políticas neoliberais*" e "*hegemonia neoliberal*". Finaliza utilizando duas vezes a palavra "*neoliberalismo*" como substantivo e uma vez a palavra "*anti-neoliberais*", adjetivando "*setores sindicais, populares e democráticos*". O neoliberalismo unifica as questões substantivas e adjetivas no "*Mundo Novo*". Importa destacar o uso de quantificações universais, ou formas que remetem à universalização, presentes no texto, como "*todo o mundo*", "*diversos continentes*", "*reunião da ONU*", "*grandes multinacionais*",

“centro internacional”, “mundo”, “todos os continentes”, “nível internacional”, “para além das fronteiras nacionais” e “espaço político plural internacional”.

O convite também enfatiza que “há um enfraquecimento da hegemonia neoliberal no mundo e um ascenso das lutas contra o neoliberalismo em todos os continentes”. Este “enfraquecimento” e o “ascenso das lutas” pode ser o resultado das lutas travadas nas ruas, que tem sido o lugar onde se anuncia que “Um outro mundo é possível”²³. Mas pregar o “enfraquecimento da hegemonia neoliberal” por conta das lutas de rua demanda otimismo exagerado²⁴. Parece, ao contrário, que também vivemos, no mundo do trabalho, um período de descenso de lutas. Bastaria, para ilustrar, se referir às lutas sindicais praticamente inexistentes na maioria dos países subdesenvolvidos, e também aqui no Brasil. O medo do desemprego e a perda paulatina das conquistas sociais, por conta das políticas neoliberais, fizeram o sindicalismo nacional e internacional aceitar a cooptação e encolher suas lutas a estágios anteriores à década de 80, quando os países começaram a abrir mais fortemente suas fronteiras ao comércio internacional.

NEOLIBERALISMO

A luta para que um outro mundo seja possível, e este também deverá ser um “Mundo Novo”, produtor de justiça, deverá passar pelo fortalecimento do poder político e do poder social, com participação e controle popular; a soberania dos povos, e aqui não se trata da soberania dos Estados e muito menos dos grandes grupos econômicos, e o respeito aos direitos humanos devem estar presentes nessa pauta de re-construção das relações globais. A convocação do Fórum já é um grito forte: “Povos dominados do mundo inteiro, uni-vos”.

²³ Só para recordar, essa denominação já constava do artigo de Judith Biglione, publicado em 25.09.99, e à disposição em Anexos 2. 3. e ao qual já me reportei anteriormente.

²⁴ Touraine, em “Começo do novo século devolve a capacidade e a vontade de agir” (FSP, 31.12.00), também defende que “a absurda ideologia da globalização começa a se desvanecer”. E então afirma a continuidade do intercâmbio econômico globalizado, que gerou a “nova economia”, mas agora não mais livre de qualquer controle social e político, como nos últimos 20 anos do século XX. O autor conclui que, se nesse período se dizia: “não podemos fazer mais nada”, agora, na entrada desse novo século, já dizemos: “Podemos fazer sempre alguma coisa”.

(b) Globalização – Objeto de explicação e convencimento.

Tendo em vista que globalização tem sido uma palavra-chave fundamental na compreensão e na divulgação do ideário ideológico desse “*Mundo Novo*”, consideremos, a título de exemplo, as ocorrências da palavra “*globalização*”, no jornal FSP, do dia 07 de dezembro de 2000. Curiosamente, apenas foi utilizada a palavra no primeiro caderno, e somente duas vezes, e uma delas como oposição.

- (1) *Menos retórica e mais sugestões práticas. Essa é a receita para que se vá além das lamentações e do discurso quando se debatem as opções de que os governos nacionais ainda dispõem diante dos efeitos da **globalização*** (In: “*Agenda Industrial*” – FSP, Editoriais);
- (2) *Ontem houve protestos em Nice, mas espera-se que eles sejam intensificados nos próximos dias, pois dezenas de milhares de ativistas **antiglobalização**, de grupos que fizeram protestos em Seattle, na reunião da Organização Mundial do Comércio, ano passado, estavam a caminho de Nice* (In: “*Líderes tentam definir expansão da EU*” - FSP, Mundo).

Na primeira ocorrência, em Editorial, o contexto remete à discussão a necessidade de o Brasil estabelecer uma agenda industrial. os governos nacionais podem apresentar opções [o texto se refere a opções, quanto à industrialização, possíveis aqui no Brasil] diante dos efeitos da globalização – O discurso repetido à exaustão de que a globalização é uma onda avassaladora não se depreende diretamente do texto, que aponta, como saída, a necessidade de “*menos retórica e mais sugestões práticas*” por parte dos governos nacionais. Claro que opções se oferecem “*ainda*”. Dentro em breve, e a isso conduz o texto, é possível que não haja mais opção alguma. O texto também dá a entender que globalização virou sinônimo de ‘muro de lamentações’ e estimulador de discurso retórico dos

**DECI
SÕES**

**NA
CIO
NAIS**

**ATRO
PELA
DAS**

governos nacionais; o texto afirma que isso é pouco diante do que se deve fazer. O que pode antecipar a compreensão de que as lamentações e os discursos retóricos são, na realidade, disfarces utilizados pelos governos nacionais. Internamente eles produzem lamentações; externamente seu comportamento é de adesão ao ideário.

Claro que o Editorial da FSP não aponta, como solução, pois nem é sua intenção, nenhuma das alternativas que os manifestantes antiglobalização estão a defender e nem defende suas propostas. Afinal, editorial retrata a posição oficial do jornal, e a FSP não é porta-voz dos manifestantes da antiglobalização, antes pelo contrário. Assim, o editorial está solicitando a “*criação de um Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial*”, subordinado ao Presidente da República e secretariado pelo Ministro do Desenvolvimento, e contando “*com a participação de ministros, empresários e secretários estaduais responsáveis pelo desenvolvimento industrial*”. A criação de um fórum amplo, enfim, e com assento garantido aos donos do poder e do capital, excluindo-se a participação dos trabalhadores ou seus representantes. Estes nada devem ter a dizer nesse processo de desenvolvimento industrial. E o editorial insiste na necessidade da Reforma Tributária, um tema que está na pauta do governo e do Congresso já há seis anos. Finaliza dizendo que “*a economia brasileira não pode correr o risco de mais uma década perdida*”, referindo-se, com certeza, à década de 80, quando os indicadores de crescimento do país forem irrelevantes. Eis aí onde está o receituário do FMI, patrono da globalização, transcrito com todas as letras no editorial. A Reforma Tributária é importante não para desenvolver o país em todos os seus indicadores, mas para desonerar o capital. Se o editorialista afirma que é preciso “*menos retórica e mais sugestões práticas*”, e no entanto apenas sugere a criação de mais um Conselho Nacional, chama a atenção o fato de ser reduzida à retórica não-produtiva toda a possível crítica endereçada ao modelo proposto. O editorial já “*envenena a água do poço*”: se criticar, é retórica. Segue, nesse sentido, afirmações governamentais: quem é contra o projeto de governo é

“jurássico”, “de mentalidade colonialista”, “atrasado”, ou que só fica no “nhenhém”.

E, vendo a manchete principal do dia seguinte do jornal, ficava mais interessante a compreensão das afirmações do editorialista: “*Tápias prevê abertura maior em 2002*”. Este Ministro do Desenvolvimento [tido como Desenvolvimentista no nível interno e protecionista no nível externo] vem se degladiando com o Ministro da Fazenda [tido como Monetarista no nível interno e liberal no nível externo] há tempos. E agora eles colocam a eleição de 2002 como pano de fundo: se abrir o mercado às importações, os produtores internos saem perdendo; e não vão querer apoiar um candidato que defenda isso. Ao falar da abertura da economia, Tápias joga essa possibilidade para o futuro, e diz que só em janeiro de 2002 “*o processo de abertura da economia chegará ao seu ápice*”. Até lá “*terão caído os juros (custo do dinheiro), terá sido feita a reforma tributária (desonerando a produção da carga fiscal) e terá sido flexibilizada a legislação trabalhista, pressupondo que os custos salariais atrapalham a competitividade das empresas*”. Isso é que é um discurso pronto e repetitivo! Fala a língua que o empresariado nacional e internacional entende muito bem: a) queda de juros; b) reforma tributária; c) flexibilização da legislação trabalhista. O discurso “*moderno*” é unísono, e a FSP se encarrega de amplificar e garantir espaço. Para finalizar, o Ministro afirma a respeito da emperrada reforma tributária: “*o governo sabe que ela terá que ser aprovada, porque é uma exigência do sistema produtivo internacional*”. Parece haver um hiper-texto, ou um texto inteiro pronto, e troca apenas o enunciador do texto, mas a entonação e a carga de valor são as mesmas. Um exercício de estabelecimento de interdiscurso, ou de repetição do mesmo discurso, é tarefa fácil quando se trata desse tema, enunciado por seus defensores, ou, quase diria, ventríloquos. Realmente nenhuma enunciação é primeira ou última: está na corrente ininterrupta das enunciações, como diz Bakhtin.

Na segunda ocorrência, o contexto imediato é de matéria jornalística, noticiando o Encontro de governantes e líderes da União Européia. Uma notícia de quase meia página aborda as principais questões a serem discutidas nesta reunião dos líderes europeus, principalmente a questão do peso do voto de cada país nas decisões futuras a serem tomadas, e a questão da possibilidade de veto por uma única nação quanto a propostas defendidas por outras. No final da notícia, em apenas cinco linhas, o texto fala dos protestos antiglobalização, alertando para o fato de que “*dezenas de milhares de ativistas antiglobalização*” ainda deveriam chegar a Nice. Poderíamos entender que os protestos se apresentam como sendo uma das opções, ao menos de discussão, à globalização. Mas a notícia ignora por completo as palavras de ordem dos protestos e o conteúdo dos seus discursos. Em outros momentos até trazem o cerne de seu protesto: contra a globalização, contra o desemprego, contra o liberalismo, contra um mundo único. É o protesto do contra, sem estar a favor de nada. Veja que a manchete da notícia que trata, de passagem apenas, das manifestações antiglobalização utiliza a palavra “*líderes*”, referindo-se aos governantes da EU; logo, os manifestantes poderiam ser os liderados; se não seguem as orientações dos líderes, são rebeldes. Os líderes são afirmados como pessoas sérias, que tem preocupações com o futuro da EU, enquanto que os liderados, os manifestantes, são bagunceiros, ou “*baderneiros*”, como os tratou a manchete do dia seguinte.

**MANI
FESTAN
TES**

**BADER
NEIROS**

Os textos vão constituindo os manifestantes: de liderados a rebeldes, pois são apenas do contra; de rebeldes a baderneiros, pois promovem quebras de lojas e bancos. Os baderneiros, pois, não apresentam propostas concretas, mas apenas se apresentam como sendo do contra (é apenas “*retórica*”). São contra o Comércio Mundial e suas conseqüências: desemprego [com a sutil afirmação de que lutam pela manutenção do emprego em seus países ricos em detrimento do emprego nos países pobres], privatização, perda das conquistas sociais. O leitor

da FSP pode oscilar entre estar com os líderes ou com os baderneiros; seu lugar é estar entre os que constróem o futuro, ou os que o negam, agarrando-se ao passado não-globalizado.

Para um jornal do porte da FSP, com mais de uma dezena de artigos assinados e farto material de noticiário, abrangendo várias áreas, tendo até um Caderno especializado em Dinheiro, duas ocorrências pareceu uma ausência forte de uma palavra muito em voga. No entanto, a remessa à relação globalização/localismo reaparece em outras notícias, sem que a expressão nominalizada esteja presente, conforme a seguir:

- a) *Ao registrar um empate técnico com o Omo, a Coca-Cola atribui sua volta à liderança do ranking à mudança de sua estratégia de marketing, que deixou de ser **global** para ser brasileira* (In: "Omo e Coca-Cola dividem o Grand Prix deste ano" – FSP, Top of Mind);
- b) *Dentro de nossa estratégia de pensar e agir **localmente**, as campanhas desenvolvidas especialmente para o Brasil explicam nosso desempenho na lembrança dos consumidores* (In: "Coca-Cola investe na cultura popular brasileira"- FSP, Top of Mind);
- c) *E seu [da IBM] marketing tem sido **global**. Um comercial no Brasil é o mesmo visto na Itália, com pequenas modificações. 'Queremos manter uma imagem **mundial** única'* (In: Com apenas 3%, IBM ainda é a mais lembrada" – FSP, Top of Mind);
- d) *Apesar da desvalorização recente de uns 10% no câmbio, a perspectiva para a balança em 2001 é medíocre – agravada pela desaceleração da economia **mundial** e pela crise argentina. [...] E 2001? A tendência **global** já tem sido de queda* (In: "A cautela otimista do BC" – FSP, Brasil);
- e) *Perspectivas de crescimento **mundial** menor podem frustrar previsão de crescimento da economia brasileira para 2001"* (In: "Os efeitos dos juros" - FSP, Dinheiro);
- f) *'Independente de 'O Dia' querer ou não, os suecos já decidiram entrar no Brasil (...). É uma estratégia **mundial** deles, que não conseguiremos impedir', diz ("Grupo sueco lança jornal diário gratuito para o Rio"- In: FSP, Dinheiro);*

- g) *Os estoques **mundiais**, que estão em 8,77 milhões de toneladas... (O vaivém das commodities” – In: FSP, Dinheiro);*
- h) *... mostram que quatro dos seis principais produtores **mundiais** vão ter redução na produção (id.ib).*

Retornei à FSP do dia seguinte (08.12.00) para nova coleta do emprego da palavra “*globalização*” e localizei as seguintes ocorrências:

- a) *Milhares de opositores da **globalização** quase conseguiram impedir a reunião ao fazer um ‘cerco pacífico’ à sede do encontro (“Cúpula da EU enfrenta protestos na França” – In: FSP, Capa);*
- b) *E se há uma área em que não resta dúvida de que absorveu todas as regras da **globalização** da economia, esta é a do crime organizado (“Crime organizado” – FSP, Marcelo Beraba, Opinião);*
- c) *“Enquanto isso e até o momento só assimilamos da **globalização** o receituário prescrito pelos países ricos” (“Estado de Urgência” – FSP, Abram Szajman, Tendências/Debates);*
- d) *“Milhares de manifestantes invadem Nice para criticar a **globalização** e atraem mais atenção que os dirigentes europeus” (Manchete – FSP, Caderno Mundo);*
- e) *“Graças à ação de um policial os problemas não foram maiores, porque ele conseguiu dar um sinal de alerta às 7h50 (horário local), quando viu cerca de 500 ativistas **antiglobalização** a menos de 50 metros da Acrópolis, local do encontro” (“Protestos ofuscam início da cúpula da UE” – FSP, Caderno Mundo);*
- f) *“Há os radicais que são contra a **globalização**, a economia de mercado e o caráter liberal das instituições européias” (“Baderneiros recebem atenção exagerada” – FSP, Caderno Mundo);*
- g) *“No caso americano, nenhum dos peso pesados pode arriscar apostas sobre o que irá acontecer, devido às novas características das economias **globalizadas**” (“As apostas sobre os Estados Unidos” – FSP, Luís Nassif, Dinheiro);*

Ainda localizei algumas palavras que estão no campo semântico e ideológico da palavra “*globalização*”, conforme segue:

- a) *"Não é à toa que a ONU promove, a partir da próxima semana, uma convenção contra o crime **transnacional** organizado. [...] É impossível enfrentar as máfias **transnacionais** sem cooperação e instrumentos **transnacionais**"* ("Crime organizado"- FSP, Marcelo Beraba, Opiniões);
- b) *"Os piratas, operando em redes **globais**, são capazes de produzir centenas de milhares de cópias de CDs de música ou filmes em VHS poucos dias após seu lançamento comercial"* ("Uma noite de cinema, idéias e talento" – FSP, Anthony S Harrington, Tendências/Debates);
- c) *"Em relação às mudanças ocorridas na América Latina, o relatório, que faz um balanço **mundial** da situação dos direitos humanos..."* ("Situação dos direitos humanos piora na Colômbia, aponta ONG dos EUA" – FSP, Caderno Mundo);
- d) *"O governo sabe que ela terá de ser aprovada, porque é uma exigência do sistema produtivo internacional e pré-condição para a inserção de nossos produtos no mercado **global**"* ("Brasil abrirá mais a economia em 2001" – FSP, Dinheiro);
- e) *"... mas também pela dinâmica financeira de nossa relação com os mercados **internacionais** de capitais. [...]... teremos de enfrentar a desaceleração da atividade em âmbito **mundial**. [...] Nesse novo cenário, o comércio **mundial** vai ser menor... [...]... afetado pelas dificuldades nos mercados **internacionais**... [...]... Com o mercado **internacional** extremamente nervoso devido ao elevado endividamento das empresas **internacionais** neste fim de ciclo... [...]... decidiram ficar fora do leilão com medo que os mercados de crédito **internacional**..."* ("O que esperar da economia em 2001" – FSP, Luiz Carlos Mendonça de Barros, Dinheiro);
- f) *"O segundo fator é a relação entre as diversas economias **internacionais**"* – "As apostas sobre os Estados Unidos" – FSP, Luís Nassif, Dinheiro);
- g) *"Estimar esse jogo de forças e contraforças é tarefa que ainda não foi desvendada por nenhum dos grandes teóricos da macroeconomia **global**"* ("As apostas sobre os Estados Unidos" – FSP, Luís Nassif, Dinheiro);
- h) *"O resultado **universal** para elas foi uma recessão"* ("EUA correm risco de aterrissagem dura" – FSP, Dinheiro);

Os recortes mostram que, mesmo com a insistência da enunciação de um discurso hegemônico, exaltando e conservando a ideologia desse "Mundo Novo",

tal ação não tem dobrado a realidade, pois que ela não corresponde às promessas e construções da cartilha liberal. A globalização até serve para facilitar a ação dos piratas de produção de CDs, servir de modelo para o crime organizado, gerar protestos de rua contra ela, estimular recessão, obrigar os governos nacionais a seguirem suas ordens... Há um receituário expresso nos recortes, mas parece que o próprio receituário é que não é eficaz. O que atrapalha o funcionamento da ideologia neoliberal é a realidade local dos países e seus acontecimentos políticos e sociais. Se tomarmos a globalização como o novo paradigma de todas as relações no planeta, aproveitando o conceito trabalhado por Kuhn, as anormalidades aparecem por toda parte, o que pode caracterizar como um momento revolucionário de troca de paradigma, ou esse paradigma já está sendo superado, e, por isso, ele é que está em crise. É tarefa do paradigma impor normalidade, e determinar uma única imagem do mundo e um único modo de ver a realidade. É possível que a regularidade imposta no funcionamento da sociedade por um sistema único esteja sendo refutada pela própria realidade social. Afinal, os recortes mostram que, se a economia se aquece, isso é um problema; se ela entra em recessão, desaquecendo, isso também é problema. O provável é que a receita imposta pela globalização seja o verdadeiro problema para a totalidade da sociedade.

(c) Globalização – Problemas e metáforas.

(c1) – Globalização: Turbulências à vista

Vamos tomar um exemplo de metáfora, publicado como manchete de jornal (FSP.: Caderno Dinheiro, 11.08.2000): “*Turbulência nos EUA ainda deve durar um ano antes de ‘pouso suave’*”, para analisar o jogo ideológico desse momento ‘instável’ na linguagem. O discurso que reveste essa manchete está,

com certeza, sendo dirigido aos incluídos, prioritariamente. Darnton (1990:83) já defendia esta tendência à simpatia e à simbiose no trabalho jornalístico, e afirmava que “o noticiário corre em circuitos fechados: é escrito sobre e para as mesmas pessoas, e às vezes em código privado [...] Costumava-se dizer que o correspondente da Defesa do Manchester Guardian escrevia num código que só era entendido pelo ministro da Defesa e seu círculo, enquanto a mensagem aparente dos artigos se destinava ao público em geral”. Utilizando uma linguagem típica, de acordo com os conhecimentos anteriores já indexadas usualmente às palavras, de um vôo tumultuado de alguma aeronave, a manchete assenta-se na metáfora remetendo a economia para o campo da aeronáutica. Pela distribuição da matéria no Caderno Dinheiro, da FSP, podemos inferir²⁵ que essa ‘turbulência’, embora se dando na economia dos EUA, interessa a todas as outras áreas. A economia americana vêm experimentando ascensões sem queda há quase uma década, e nunca o povo americano viveu tanta prosperidade²⁶.

²⁵ “As inferências constituem estratégias cognitivas extremamente poderosas, que permitem estabelecer a ponte entre o material lingüístico presente na superfície textual e os conhecimentos prévios e/ou partilhados dos parceiros da comunicação. Isto é, é em grande parte através das inferências que se pode (re)construir os sentidos que o texto implica”. Koch, 1997:23-24.

²⁶ “O Produto Interno Bruto americano - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - é de US\$ 10,40 trilhões correntes, em termos anuais. Isto é mais do que dez vezes todo o PIB brasileiro. O consumo pessoal americano é de US\$ 6,81 trilhões - US\$ 341,6 bilhões em automóveis, US\$ 331,1 bilhões em roupas e sapatos, US\$ 960 bilhões só em comida. O investimento é gigantesco: o investimento privado foi de US\$ 1,39 trilhão - US\$ 236 bilhões na construção de prédios não-residenciais, US\$ 550 bilhões em computadores, periféricos e software, por exemplo. No PIB americano divulgado agora, US\$ 1,75 trilhão é consumo e investimento da União, Estados e condados (o equivalente a nossos Municípios). A defesa nacional, a mais poderosa do mundo, consumiu US\$ 375 bilhões, investiu US\$ 55,4 bilhões (para comparação, os investimentos totais do governo brasileiro nos orçamentos do governo Fernando Henrique não têm passado de R\$ 5 bilhões). Um trilhão e 150 bilhões de dólares são gastos de Estados e condados americanos; desses gastos, US\$ 229 bilhões são investimentos. A economia americana é um motor da economia global. Através de seu comércio exterior puxa as outras economias: comprou US\$ 1,52 trilhão em bens e serviços de fora do país, dizem os números do Departamento de Comércio americano. E comprou principalmente máquinas e equipamentos industriais: US\$ 367,7 bilhões, excluídos automóveis e bens de consumo duráveis (as compras de alimentos foram de US\$ 50,1 bilhões - para comparação, US\$ 50 bilhões é mais ou menos tudo que o Brasil exporta por ano). E, finalmente, a economia americana é um exemplo para o desenvolvimento capitalista do mundo: ela se move pelo lucro; suas empresas dão grandes lucros e distribuem enormes dividendos. Quase US\$ 1 trilhão -- US\$ 971,2 bilhões de lucros -- no balanço divulgado agora (US\$ 206,8 bilhões vindos do exterior, contra US\$ 72,5 bilhões de lucros pagos ao exterior); US\$ 400,1 bilhões de dólares de lucros distribuídos entre os que têm ações. A economia americana, além de enorme, está crescendo bastante há um bom tempo. Como toda economia capitalista, ela evolui por ciclos, com altos e baixos -- períodos de expansão e períodos de contração, em que a produção diminui em relação ao ano anterior - as recessões. De 1920 para cá houve 15 recessões. Cada recessão variou de meio ano a 14 meses, salvo a maior de todas, que foi de 28

Esta prosperidade da economia, por excessiva, não corresponde à cartilha das receitas neoliberais, e o retorno à ‘normalidade’ pré-definida é desejável mas ao mesmo tempo é temida: um vôo ascendente, sem limites, sem estabilizar-se na “*altura e velocidade*” de cruzeiro, é um vôo sem piloto/sem ‘receita’; a turbulência, indesejável em qualquer vôo, pode por isso aqui significar tanto continuidade de ascensão quanto o começo do vôo em retorno a níveis menos altos, ou ainda a ocorrência de ambos, ora um ora outro movimento. Face ao pressuposto introduzido pelo verbo “*durar*”, afirma-se que esta turbulência já vinha ocorrendo, sem especificar o tempo de duração no passado e ao mesmo tempo, modelizado pelo verbo “*dever*” afirma-se sobre o tempo futuro desta turbulência: um ano. Depois disso, um “pouso suave”. É como se a tripulação estivesse acalmando os passageiros: os jornalistas acalmando, mas ao mesmo tempo alertando aqueles que desejam o ganho rápido, este mito do “Novo Mundo”: o mercado. Também o operador argumentativo ‘ainda’ é significativo: análises semânticas deste operador têm mostrado que, para além de seu sentido ‘temporal’ ele essencialmente introduz uma expectativa do locutor relativamente a fatos que enuncia (Zamboni, 1978). Note-se a diferença de sentido entre os dois enunciados possíveis: (a) Turbulência nos EUA ainda deve durar um ano...; (b) Turbulência nos EUA deve durar um ano...

Por que o autor teria colocado “*pouso suave*” entre aspas, se já empregou outro termo desse mesmo “*frame*”? De fato, esse é o termo que o mercado financeiro vêm utilizando, principalmente em sua forma inglesa (“*soft landing*”, presente no texto, em oposição a “*hard landing*” que caracterizaria uma

meses -- começou em agosto de 1929 e foi até abril de 1933, inaugurando a Grande Depressão, uma época dramática, período das maiores perturbações no mundo capitalista, que vai do início de 1930 até junho de 1939, três meses antes do início da Segunda Guerra Mundial. Nesses últimos 80 anos, as fases de expansão duraram de 1 ano e meio a 9 anos. A última grande expansão foi no pós-guerra e durou quase 9 anos: começou em fevereiro de 1961 e foi até dezembro de 1969. Quase como a de agora, em que a expansão, que já vem de 1992, têm atualmente mais de 9 anos.” (Pereira, Raimundo Rodrigues. *Os sinais da desaceleração do milagre americano e das possíveis mudanças na atual ordem global*. Recebida por e-mail, em dezembro de 2000).

desaceleração abrupta da economia ou um “*pouso forçado*”), e, por traduzir, o mancheteiro aspeou. Mas também aspeou porque estava importando, junto com os termos, os sentidos. Vivemos um período de dominação não só econômica, mas também lingüística, pois se a economia, a base material de um país, é subalternizada por outro país, nada mais fácil de compreender do que considerar “*natural*” que também a cultura, nesse caso específico a língua, também seja subalternizada e colonizada.

De fato, os sentidos se espalham, e diria que, mesmo não sendo possível preencher o espaço com qualquer sentido, ao menos o jogo permite a ancoragem em novos sentidos, de forma rizotômica, permitindo que se dê saltos na compreensão dos fenômenos tratados. E no jogo social passa a idéia de que a economia é pilotada por alguém, que executa bem sua tarefa. O desarranjo é provocado por causas externas, como a turbulência em um vôo, mas que haverá um pouso suave, uma recuperação, mesmo que demore mais do que o esperado, já que as causas são externas (outros países que vão mal e não pagam suas contas externas, ampliação de pedidos de empréstimo aos EUA deixando-os com menos dinheiro, queda do valor de ações na Bolsa Americana, o Euro se desvalorizando, crises na economia dos tigres asiáticos etc), e leva mais tempo para se consertar do que se os problemas fossem apenas internos.

Ao metaforizar também a economia como uma viagem de avião, a linguagem revela que estamos no século XX: avião é invenção moderna remetendo à tecnologia e rapidez²⁷. E ainda poderíamos pensar no piloto (supostamente “*o presidente da maior economia do mundo*”, seja esse Presidente quem for, a função seja a de Presidente da República ou do FED) e nos passageiros desse avião que enfrenta turbulência (investidores, nome sob o qual se escondem os “*donos do capital*”).

²⁷ O informante 8 correlaciona à palavra “*técnica*” duas outras palavras-chave com que compreender o mundo: “*conhecimento*” e “*velocidade*”.

Crises nesse mesmo período de final de ano apareceram no Peru (Fujimori abandonou o governo durante viagem ao Japão e foi ejetado do cargo), Argentina (o pedido de empréstimo alcança 39 bilhões, e tudo para fugir da moratória), Turquia e Rússia novamente (ambas sofrendo com ataques especulativos, forçando os governos a pedir altos empréstimos ao FMI, e prometendo vender estatais). Isso mostra que outros sentidos ainda poderiam ser extraídos compreensivelmente da manchete:

- a) economia interessa a quem lê jornal, e jornal do porte da FSP; e lendo tal jornal o interessado estará em contato com as informações mais recentes a nível mundial;
- b) o jornal, e mesmo os que trabalham com finanças, não poderiam escolher campo melhor do que a aeronáutica: sua atualidade, rapidez, conforto e segurança/insegurança, já que um acidente é sempre fatal, retrata o que pensam da economia;
- c) o jornal parece passar um recado a quem trabalha no mercado financeiro, pois praticamente determina que a extensão da turbulência “*deve durar*” um x tempo; modalizar com o verbo ‘poder’ diminuiria por demais a força da afirmação;
- d) por mais que a economia norte-americana passe por dificuldades nesse momento, os norte-americanos, e os ricos do mundo inteiro (a manchete e a notícia foram veiculadas no Brasil, logo interessa também e diretamente aos capitalistas daqui, já que capitalista não tem País, mas está em um país qualquer onde pode ficar mais rico) não precisam temer, pois os EUA continuarão a ser a economia mais forte do mundo (o que, certamente, pode ser ruim para o resto do mundo, principalmente para os pobres e excluídos, pois os capitalistas terão que buscar recursos onde eles estiverem para equilibrar novamente

(colocar na rota segura do lucro em ascensão, subindo como um avião) essa 'pesada aeronave financeira').

- e) a aeronave vai pousar suavemente! Essa é a boa notícia, aquela desejada pelo discurso neoliberal, quer na boca dos dirigentes, quer na boca dos doutrinadores (especialmente os economistas), quer na boca dos jornalistas a serviço da imprensa e a serviço da construção do discurso único e homogêneo; notícia ruim para os pobres: os capitalistas continuarão ricos sem precisar fazer muito barulho.

Assim a FSP vê, com garantias, uma luz firme, para os capitalistas, no "fim do túnel" turbulento. E analisando um outro Editorial da FSP (27.11.00), cuja manchete é "*Decolagem suave*", o editorialista afirma que "o cenário mais provável ainda é o denominado 'pouso suave', ou seja, lento e gradual a ponto de dar tempo às economias do Japão e da União Européia ganharem fôlego, substituindo os EUA como pólos mais dinâmicos do crescimento global". Parece falar de uma corrida em equipe, e equipe absolutamente fraterna, onde os EUA desaqueceriam sua economia, em expansão contínua já por nove anos seguidos, para que outros países ocupem seu lugar. E continua: "*O maior problema, no entanto, está precisamente no fato de que a 'decolagem' dessas economias industrializadas continua lenta demais*". Há um único caminho, e, como em uma migração longa de pássaros, está decretado que outro pássaro deve ocupar o lugar central do vértice, enfrentando a força dos ventos desconhecidos do futuro.

De fato o que ronda a economia americana é a recessão, que vem chegando pela combinação da queda do crescimento do PIB, redução nos rendimentos e ampliação de pedidos de crédito. Agora (FSP, 03.12.00) as manchetes já indicam outra direção de análise, ao afirmar: "*A águia pousou*". Essa expressão ficou marcada na memória do mundo todo quando foi euforicamente pronunciada pelo astronauta Neil Armstrong, ao pousar pela primeira vez na Lua. Também é bom lembrar que a águia é o símbolo americano.

Mas agora ela vem sendo usada para dizer que está sendo feito *“um pouso forçado na economia norte-americana”*. E isso preocupa o mundo inteiro. Também as manchetes usam *“desaceleração na economia americana”*, e afirmam que isso contribui para *“engrossar os temores sobre o futuro da economia global”*. Wesbury, um crítico da economia conduzida pelo Banco Central americano (FED), afirmou (FSP, 03.12.00) que os EUA caminham para a recessão *“porque desaquecer suavemente uma economia crescendo no maior período de expansão da história é como pousar um avião Cessna no meio de um furacão. De vez em quando alguém consegue, mas, na maioria das vezes, o resultado é um desastre”*. Ainda em 03.12.00, a FSP transcreveu artigo do *Financial Times*, com título: *“Aterrissagem aos solavancos”*, que terminava dizendo: *“A menos que os mercados financeiros recuperem sua pose rapidamente, o Fed poderá ter de estar preparado para oferecer almofadas extras para o que pode se mostrar uma aterrissagem bastante acidentada”*. Para complementar, no dia 05.12.00 a FSP avisa: *“Economia dos EUA pousa de barriga”*.

É possível afirmar que a ‘metáfora aeronáutica’ não é apenas uma caracterização de economia: é um modo de vê-la como um risco no conforto da velocidade, porque remete ao mesmo tempo aos percalços do percurso: tempo (veloz) e espaço (porque global, é desterritorializado). Ascensão e decadência mostram as possibilidades finais e conjuntas a que chegaram os países interdependentes, na sua relação atual com os EUA, carro-chefe do liberalismo. E mais claro ainda parece ser o fato de que, para alimentar a *“fome de leão”* do povo norte-americano, o restante dos países precisa enfrentar crises cíclicas. Se eles perdem dinheiro por lá, por alguma razão qualquer, buscam-no em outros países, praticando ataques especulativos, e depois emprestando mais dinheiro ainda, que nem chega aos países decadentes (em oposição ao termo *“emergente”*, já algumas vezes aplicado também ao Brasil), que usam os recursos apenas para continuar pagando suas dívidas e quebras forçadas.

A produção ampla de metáforas visa construir a explicação e o convencimento. Além do campo da aeronáutica, outros campos são postos a trabalhar fornecendo as possibilidades de construção discursiva. Trata-se, sempre, do apelar para campos diferentes para dizer o mesmo para o leitor ou o ouvinte que a globalização tem solução para todos os problemas. Esse discurso, porém, não dá conta de apagar por completo a desordem econômica existente, por mais que a OMC, o FMI e todos os organismos de controle financeiro mundial se empenhem para colocar a economia em ordem. Crises são reconhecidas e remédios são aplicados imediatamente; as crises, no entanto, se replicam em outros lugares e com outras intensidades e modos, e novos remédios são aplicados. Paradoxalmente, trata-se de construir um receituário de controle do que, por definição básica do pensamento neoliberal, é não controlável e não deve ser controlado, pois é sua liberdade absoluta o que sustenta toda sua arquitetura: a liberdade de mercado. Estatuído este fundamento, qualquer receita é a negação de si mesma, porque em última instância é a receita da manutenção do princípio de que não deve haver interferência no mercado. Neste sentido, as receitas são bem sucedidas, ainda que criem, do ponto de vista de sua defesa discursiva, contradições e lacunas. Como todo discurso fundador, são precisamente as contradições e as lacunas que permitem a sua permanência quando os fatos podem desautorizá-los: sempre é possível preencher, no aqui e agora da enunciação, uma lacuna deixada aberta precisamente para “receber” o novo que mantém o discurso.

Vamos tomar uma metáfora veiculada em manchete de jornal (FSP): “*O Mercado entrou em ebulição*”. Utilizando o “*baú de conhecimentos*” teríamos como reconhecer a palavra ‘Mercado’ tanto como um lugar onde normalmente se agrupam vendedores e compradores, na cultura atual em geral o comércio de frutas, legumes, carnes e outros gêneros, bem como um conceito financeiro muito em voga da metade do século XX em diante; se a manchete fosse “*o mercado pegou fogo*”, a compreensão ofereceria múltiplas interpretações, e a

mais comum, dependendo em qual página do jornal estivesse a manchete, seria se pensar em um incêndio em algum mercado qualquer. A palavra 'Mercado', posta em manchete no "*Caderno Dinheiro*" do jornal e grifada em letra maiúscula na inicial, denota que se antropomorfizou o conceito, dando-lhe status humano, reafirmada pela função sintática de sujeito do verbo 'entrar' e pela determinação conferida pelo artigo definido; como "*O Mercado entrou em ebulição*" é capa do Caderno Dinheiro, da FSP, significa "*Mercado financeiro*". A palavra 'entrou' pode ser entendida como ação de 'entrada' em algum ambiente diferente de onde se estava; e 'ebulição', um fenômeno físico-químico próprio dos líquidos, não remete a um lugar, mas a um estado, um modo de ser; como "*seres humanos*" não entram em ebulição, a interpretação antropomorfizada de "*mercado*", face a sua posição sintática de sujeito de um verbo de ação, ao mesmo tempo permanece na 'compreensão responsiva' para apagar-se em favor de um "*ser mitológico*" que, em sendo agente, é "*reagente*": reage de forma violenta (mudança de estado/qualidade) a qualquer provocação; como todo mito é capaz de agraciar ou desgraçar, e as razões de suas "ações" não são completamente discerníveis. Como o Mercado é um real incontrolável no discurso neoliberal, é melhor que nenhuma ação dos homens provoque "*suas iras*".

Assim, o Mercado estava estático, e repentinamente se processou um movimento de alta no preço das ações, provocando nervosismo resultado de forte movimentação financeira, denotado pelo termo 'ebulição' como imagem de temperatura em ascensão.

Note-se que a antropomorfização não é fenômeno recente. As divindades, no discurso mítico, e deuses e anjos, no discurso religioso, sempre foram antropomorfizados, assim como o Estado, até no discurso ainda atual ("*Quem se opõe ao nosso projeto político é inimigo do Brasil*" - FHC). Associando-se essa prática antiga à prática atual, pelo uso da memória discursiva, também se obtém, pela antropomorfização, o efeito da divinização e publicização (no sentido de

ubiquidade) do Mercado. É a construção de novos deuses para ocupar seus lugares nos mitos modernos, e a mistificação de realidades. Reforça-se, dessa forma, a representação de força irresistível do Mercado, de ação ditatorial do dinheiro, contra o qual parece não haver nada a fazer, pois ele é poderoso, indomado, irascível, nervoso, e exige subalternização e atenção de quem lida com ele²⁸.

As manchetes sempre são instigantes para compreensão e análise. Na FSP (01.10.00) podemos encontrar, entre outras, estas: "*Mercado já prevê balança no vermelho*" (no *Caderno Dinheiro*, se referindo à balança comercial, com o governo prevendo ainda saldo de 2,8 bilhões de dólares, quando anunciava expectativa de 5 bilhões no início do ano, e com o mercado esperando 1,1 a menos 0,5 bilhão, quando esperava 4 bilhões no início do ano); "*França expõe o que Brasil vai esconder*" (no *Caderno Sua Vez*, falando da exposição de automóveis reestilizados no Salão de Paris e que não serão mostrados no Salão de São Paulo, já que aqui ainda se vende o modelo antigo do automóvel); "*Mercado 'enquadra' legião estrangeira*" (na *FSP Dinheiro*, de 09.07.2000, se referindo ao fato de bancos estrangeiros não darem conta de sobreviver no Brasil); "*Petróleo empurra dólar e azeda mercado*" (na *FSP dinheiro*, de 19.09.2000). Palavras usuais, que freqüentavam já o dia a dia das pessoas e têm

²⁸ Celso Pinto, no artigo "*A tentação de 'operar' o mercado*", publicado na FSP (23.11.00), no *Caderno Dinheiro*, discute exatamente essa questão, mostrando como até mesmo um País com o tamanho financeiro do Brasil, com bilhões de dólares de reserva, não dá conta de "*ser mais esperto do que o mercado, especialmente quando as coisas não vão bem*". Ele afirma que "*uma das características dos governos que operam um câmbio administrado é sua profunda convicção de que, sempre que o mercado aposta contra ele é porque não entendeu direito os fundamentos, ou está metido numa especulação desenfreada. Se é assim, é legítimo o BC [Banco Central] 'operar' o mercado até que o bom senso volte a prevalecer*". E passa, então, o articulista a relatar as operações que o Banco Central executou em 1997, ao longo da crise asiática, vendendo mais de 20 bilhões de dólares, e ganhando; durante a crise da Rússia, em julho de 1998, vendendo mais de 22 bilhões de dólares, e perdendo. Nesse período, nossas reservas teriam ficado em torno de 12,5 bilhões, e com saídas de até 1,8 bilhões de dólares diários. Pinto não trata da relação com as eleições, mas o certo é que, passadas as eleições, e tendo se reeleito, FHC autorizou forte endividamento externo, e a desvalorização do Real, conforme o PT já previra anteriormente. Conclui o autor dizendo: "*A verdade é que expedientes do BC, por mais engenhosos que sejam, podem ganhar tempo, mas não defender o que é visto como indefensável*". É o reconhecimento do poder inatacável do mercado. Os governos nacionais podem ter entrado no século XX no controle da economia e do mercado, mas saem do século sendo dominados por eles.

uma carga histórica de sentidos, se re-novam no uso: aqui no exemplo da economia americana, o encontro de ‘turbulência’ com ‘economia’, ou de ‘Mercado’ com ‘balança’ e ‘vermelho’ renovou a ambas.

Logo, o que há são palavras re-novadas, pronunciadas por sujeitos também re-novados. Podemos pensar, por exemplo, em palavras relacionadas em duplas, como ‘igualdade/desigualdade’; ‘pobres/classe média’; ‘expor/esconder’, ‘França/Brasil’. Re-novados aqui têm o sentido de estar revestido de sentidos novos, no sentido de estar com vestes sobrepostas (não se pode tirar a veste anterior da palavra, visto que esse sentido dado faz parte da língua e da palavra e entra na corrente da história e da comunicação para servir de nova ponte em nova interação, renovando-se no sentido atual, por conta dos contextos e dos inter-agentes novos), e a internalização destes novos sentidos vai fazendo dos sujeitos outros sujeitos (sempre inacabado, em busca de acabamento, de completude ao interagir com o outro constituindo-se diferente, re-novado).

(c2) – Globalização: A luta com o localismo.

Um dos jogos que poderíamos retomar é o que se dá em torno da relação ‘Globalização’ X ‘Cultura Local’. Para a maioria das pessoas a globalização chegou para ficar, e se apresenta como um processo irreversível e inevitável que fez o mundo ficar diferente. Isso denota que a globalização, enquanto dominação dos países produtores ricos sobre o mundo todo, modelizou e dominou também nosso modo de pensar, de modo que hoje pensamos “*globalocentricamente*”, por aceitarmos, a priori, sem o menor questionamento, a existência de uma estrutura poderosa que faz com que o global domine necessariamente o local, e “*globalitariamente*”, por aceitarmos os fluxos e os processos transnacionais determinam totalmente a iniciativa local.

Mas esses discursos sobre a globalização são tortos, pois de um lado o discurso da globalização identifica o capital, o Mercado, a força de mudança, a história, e na outra ponta esse mesmo discurso contrapõe capital com lugar e tradição; Mercado com movimentos sociais; história com povos indígenas, negros, mulheres, desempregados; força de mudança com agricultores.

Discurso poderoso que afirma “*não ser possível resistir à globalização*”. E ao mesmo tempo mostra as resistências (ainda que algumas vozes deste coro costumem desqualificar estas resistências). Será que o ‘*localismo*’ precisa mesmo estar subordinado ao ‘*globalismo*’?²⁹ Será mesmo que os povos e a cultura local não podem se constituir em instrumentos valiosos e eficazes de mudança?³⁰ Parece que temos receio de afirmar valores locais, com medo de ficarmos isolados do resto do mundo. Ouvimos constantemente nosso presidente falar que uma “*mentalidade colonialista*” ainda toma conta da nação, mas de fato é a subordinação ao externo que domina as ações governamentais. Além dos compromissos com o capitalismo dos países ricos, parece que falta aos governantes uma segurança interna, e crença nas possibilidades do trabalho da

²⁹ Estou aqui tendo como pano de fundo o processo de privatização do BANESPA, cujo controle acionário foi adquirido pelo Banco espanhol Santander, por R\$ 7,05 bilhões, o que levou a FSP a colocar como manchete no dia 21.11.00, um dia após o leilão: “*Santander surpreende e leva o Banespa na privatização mais cara da história*”. Instalar Bancos estaduais já foi um projeto nacional, mas agora todos os bancos estaduais quebraram por mau uso do dinheiro público, tanto por parte dos governadores quanto dos empresários locais. No mesmo Caderno Dinheiro (FSP, 21.11.00), na página B7, está a seguinte manchete: “*Espanhóis levam ‘jóia da coroa’, diz Fraga*”. No dia 24.11.00, na *Coluna Opinião* da FSP, José Sarney escreveu o artigo “*É isso aí!*”, comentando essa declaração do Presidente do Banco Central, e afirmando que, “*se o Banespa era essa ‘jóia’, não podia ser vendida nem perdida; se é uma pedra falsa, não fica bem ao presidente do Banco Central dourar a pílula para os espanhóis, mascarando que compraram gato por lebre, estanho por ouro, vidro por diamante*”. E, como o dinheiro será usado para pagar nossas dívidas, “*epicentro dos nossos problemas*”, já que não damos conta de pagar apenas com exportação, estamos vendendo até as “*jóias*”. E afirma o autor: “*A verdade é que a dívida é uma obrigação considerada irredutível que consome uma substancial parcela. Então vamos reduzir o que pode ser reduzido, que não tem a força de pressão dos credores internacionais: investimentos em infraestrutura, educação, saúde, créditos a empresas, defesa nacional, salário e programas sociais. E daí surge o coro a maldizer o Brasil, país injusto etc. Injusto é esse ‘tempo de viver’, como dizia o poeta Tribuzzi, em que a especulação financeira internacional, a fluidez dos capitais viajantes, a colonização econômica e a impossibilidade de reagir condenam à recessão e ao desemprego*”.

³⁰ Como afirma o Informante 9: “*Os valores locais no processo de gerenciamento é cada vez mais atual. Graças a esse enfoque o desenvolvimento do Agroturismo, atividades econômicas associativas e outras atividades locais diversas já é realidade*”.

nação. Lembraria alguns exemplos já utilizados no primeiro capítulo desse trabalho, como o movimento organizado em cidades italianas – o *Cittáslow* e o *slow food*, de enfrentamento a essa onda avassaladora de consumo globalizado³¹.

E o consumo pode ser globalizado, estendido de forma igual para todas as partes do planeta, porque ele foi unificado e massificado³². Aqui no Brasil, a FSP (01.10.00) trouxe uma reportagem [*“Quarup sofre influência de cultura branca”*] mostrando que indígenas comemoram a festa do Quarup já vestidos com roupas convencionais da sociedade branca [até joelheiras de jogador de futebol eles usavam no lugar das pinturas], pinturas absolutamente descaracterizadas [um índio kuikuru pintou a camisa do Vasco da Gama no corpo], músicas sertanejas durante a preparação da festa, presença de políticos e visitantes brancos [que chegaram de avião], visitas mútuas entre as tribos para o convite da festa feitas

³¹ O relatório da ONU sobre desenvolvimento humano, publicado em 1998, intitulado *“Consumo para o Desenvolvimento Humano”*, afirma que as desigualdades no consumo são imensas: enquanto os 20% mais ricos da população mundial são responsáveis por 86% do total de gastos em consumo privado, os 20% mais pobres respondem apenas por 1,3%. *“Bem mais de um bilhão de pessoas estão privadas de satisfazer suas necessidades básicas de consumo. De 4,4 bilhões de pessoas nos países em desenvolvimento, aproximadamente três quintos carecem de saneamento básico. Quase um terço não tem acesso a água potável. Um quarto não tem moradia adequada. Um quinto não tem acesso a serviços modernos de saúde. (...) Mundialmente, 2 bilhões de pessoas estão anêmicas, incluindo 55 milhões em países industrializados.”* Tem se instalado no Brasil, desde muitos anos, uma *“febre de luxo”*, contraída pela maioria das pessoas que possui renda elevada. As lojas de grife estrangeira, como Cartier, Louis Vuitton, Christian Dior, Emporio Armani, aqui instaladas, vendem tanto quanto as lojas das marcas em Paris e Tóquio (Veja, edição 1679, de 13.12.00). Vestidos, bolsas de couro, jóias, perfumes, sapatos, canetas, relógios, tudo vendido a preço elevado, alimentam o fetiche dos ricos pelas marcas famosas e seus símbolos de poder. Não só se distinguem da massificação do restante dos não-consumidores da sociedade local, mas, ao mesmo tempo, criam laços de identificação com os consumidores globais destes produtos. Esses consumidores praticam o consumo da exibição: o que adquirem exibe o status que possuem. Um tipo de consumo decorrente desse é o consumo alienante: ataca massivamente a sociedade, e é praticado com a aquisição de produtos que incorporam simbologias de satisfação de desejos, de poder, de prazer. Outro tipo de consumo é o consumo obrigatório: praticado por desempregados, sub-empregados, moradores das ruas, excluídos em geral, esse consumo é restrito ao necessário para sobreviver, com produtos absolutamente necessários, adquiridos com o salário esticado, pedidos ou catados na rua.

³² O Informante 11 indica a palavra *“massificação”* como uma de suas fotografias do mundo: *“Massificação = Moda nos EUA nos anos 20, essa palavra define bem a sociedade contemporânea. Uma sociedade onde ‘graças a tecnologia’ foi possível criar-se coisas para atender os mais diversos gostos dentro de um comportamento também ‘padronizado’ e previsível. Marcuse, quando nos EUA, postulou o Totalitarismo Democrático desenvolvendo o conceito de Adorno de Colapso da Cultura. Acho que a palavra massificação entendida como o ‘reino’ de um Totalitarismo Democrático define bem o que ocorre nos dias de hoje”*.

de bicicleta, troncos usados na corrida, enfeitados com bexigas de borracha, e Maluá, um indígena kuikuru explicando: “*Todo mundo fala nas inovações do novo milênio. O índio quer usufruir disso também*”.

O lugar, e a base material como um todo, não é dado, mas construído pela atividade humana, e assim a maneira como concebemos e construímos lugares é uma questão histórica. O lugar não deve ser visto como um legado geográfico ou histórico simplesmente³³, mas como um projeto onde se possa construir novos contextos para o pensar e agir políticos e a produção de novos conhecimentos. Mesmo que o termo global possa parecer que abranja o todo (tanto geográfico, quanto cultural, econômico, político e social), a verdade é que ele representa qualquer coisa diferente do local, mas não necessariamente chega a ser universal. Ele significa, sim, um espaço de dominação política, econômica e cultural. E as compreensões que produz materializa-se tanto nos objetos em uso [por índios na festa do Quarup, por ricos nas grifes das roupas] quanto nos modos de expressão.

Basta ouvir os discursos das autoridades para concluir que seus compromissos consistem em derrotar as manifestações locais em detrimento dos interesses econômicos das nações e instituições ricas, de quem somos devedores. Por outro lado, isolar-se e defender intransigentemente o localismo também não é o caminho: seria preciso produzir uma relação dinâmica entre o global e o local.

Podemos também pensar no jogo que se dá entre o igual e o diferente, analisando as palavras “*Ruptura*” X “*Continuidade*”, em busca de algum

³³ O Informante 11, estabelece uma análise desse conceito a partir de outro correlato: “*Desterritorialização = intimamente ligada a globalização, uso essa palavra para definir o fenômeno a nível pessoal. Se antigamente era importante criar raízes e se desenvolver num território onde a antiguidade da família no território dava a mesma poder (Theodore Zeldin), hoje as pessoas começam a se tornar novamente uma espécie de “pioneiras”. Nômades, os novos homens de hoje tendem a migrar, como antigamente, para lugares que prometem uma melhor condição de vida. Todavia, hoje não há mais a procura de um território. O próprio mercado mundial faz com que essa nova espécie de homem tenha que considerar o mundo como seu território, e a teia relacional em que se insere, seu ambiente*”.

significado nessa análise que estamos fazendo. A unidade do jogo social não se dá mais, não porque foram apagadas as marcas divisórias das classes sociais, e sim porque o discurso oficial é uno. Os Instrumentos de produção estão sendo divinizados e eles representam a ruptura. Esquecemos, no entanto, que à ruptura técnica não correspondeu uma ruptura com o modo de produção: este continua o mesmo. A 'obsoletização' dos objetos em uso é consequência muito mais do modo de produção do que de reais alterações tecnológicas: para dar continuidade ao modo de produção, inova-se sobre o mesmo artefato tecnológico. Paradoxalmente, apresenta-se o novo como exigindo a continuidade das relações sociais capitalistas.

Se abandonássemos os conceitos de classes sociais, e trabalhássemos com os conceitos de excluídos/incluídos, concluiríamos que agora os excluídos não têm mais meios de se reproduzirem, não precisam mais serem contabilizados como "*exército de reserva*", e nem são mais peças de reprodução ou de reposição. Houve uma 'ruptura'. Hoje busca-se o funcionário, e, de preferência, o funcionário criativo, que vai desenvolver um trabalho intelectual, criativo, para o mercado.

Se o mundo ainda age como se tivesse seus alicerces repousado sobre a Organização Industrial, é urgente que seja viabilizada uma Nova Organização Social, visto que não só as indústrias se encheram de tecnologia, mas essas invadiram os espaços mais cotidianos. E esta invasão alterou relações, transferiu tarefas e obrigou a todos a manusear as máquinas a partir das quais se organizam os trabalhos. Apenas a título de exemplo, consideremos as inúmeras tarefas transferidas para os clientes pelas empresas bancárias: você mesmo controla sua conta, faz os lançamentos de débito e crédito, programa e controla prazos e vencimentos, aciona a impressora de cheques etc. Todas estas tarefas, antes executadas pelo bancário, foram transferidas para o cliente sob o nome de "*auto-atendimento*" eletrônico. Na verdade, são trabalhos que executamos sem

qualquer remuneração e, porque nós os executamos, os banqueiros reduziram seus empregados. Explora-se agora a “mais-valia” do cliente, sem que este seja entendido como empregado.

Aparentemente não há mais necessidades no horizonte humano que nos obrigue ao trabalho. Cada novo produto nasce filho de uma nova máquina, que, tecnologizada, o produz. Aparentemente também nada mais falta para que a vida seja conservada e mesmo esticada em anos vividos. A biotecnologia, a genética, e agora o Projeto Genoma, vasculham a vida humana em busca de soluções para a melhoria dos padrões de qualidade de vida. Não há porque defendermos, como fez Aristóteles em seu tempo, que a tecnologia estava esgotada e que nada mais havia para ser inventado (daí o salto cultural produzido naquela região e naquele tempo, por concentração de esforços na área cultural, e o empacamento tecnológico); mas é claro que é hora de provocarmos um novo humanismo, colocando novamente no centro o sujeito.

(d) Globalização: Placebo e panacéia.

Para ilustrar mais profundamente as contradições presentes nos discursos unificantes repletos de promessas não-cumpridas de construção de “*Mundo Novo*”, vamos encerrar essa análise, tomando artigo publicado no Jornal OESP, de 06 de novembro de 2000, no *Caderno Informática*, p. 2, ocupando 4/6 da meia página à esquerda, tendo uma foto de Bill Gates, e a seguinte manchete: “*Computador não é solução para pobreza, diz Gates*”³⁴.

O artigo, escrito por Sam Howe Verhovek, para o Jornal *The New York Times*, se refere à Conferência “*Gerando dividendos digitais*”, realizada em Seattle, e cujos materiais de divulgação falavam que “*propulsores de mercado*”

³⁴ O artigo completo está disponível em Anexos 2.7.

poderiam ser utilizados para *“levar os benefícios da conectividade e da participação na economia digital aos 6 bilhões de pessoas do mundo”*. Só que, afirma o articulista, *“o último orador [Bill Gates] chegou e começou a fazer perguntas céticas”*. Seria possível ter um micro em cada casa do planeta? O texto traz as seguintes *“perguntas céticas”*: a) *“Será que as pessoas têm noção clara do que significa viver com US\$ 1 ao dia?”*. E conclui que nem eletricidade há nessas casas. Alertado para a possibilidade de utilizar energia solar, Gates afirma: *“Não, não se consegue ter um sistema de energia solar por menos de US\$ 1 por dia; você apenas compra comida, tenta sobreviver”*; b) *“As mães vão se aproximar desse micro e dizer: Meus filhos estão morrendo, o que posso fazer?”*. E *“o homem mais rico do mundo”* acrescenta: *“Elas não vão sentar lá e navegar no eBay ou coisa parecida. Tudo o que querem é que seus filhos vivam”*.

É evidente o projeto desenvolvido pelo *“capitalismo global”* de transformar cada indivíduo em um mercado de seus produtos. Também era esse o projeto que movia Gates, *“o maior evangelista do mundo em favor da alta tecnologia”*, crente *“nas soluções digitais para os piores males do planeta”*. Diz a notícia que hoje ele *“repudia abertamente a idéia de que os povos mais pobres do mundo, aqueles que ganham uns poucos dólares por dia ou menos ainda, constituem um mercado significativo para produtos de alta tecnologia em um futuro próximo”*. Dessa forma, ele se transformou *“no maior filantropo do mundo”*, dirigindo uma Fundação com US\$ 21 bilhões de dólares que não mais distribui computadores e programas computacionais, mas que cuida da saúde, desenvolvendo e distribuindo vacinas. Por isso ele se pergunta e responde: c) *“Sempre que a indústria da computação promove uma conferência sobre a partilha digital e eu participo dela, penso: tudo bem, vocês querem enviar computadores para a África, mas que tal alimentos e eletricidade? Esses computadores não vão ser de grande valia”*. Gates continua: *“Eles querem chegar na conferência e falar sobre como os computadores resolverão os problemas do mundo. Estão admirados com que conseguem fazer, mas precisam colocá-los dentro da perspectiva dos*

valores humanos. E, como pai de dois filhos, quando penso nos medicamentos que eu conto como certos e que não estão disponíveis em outros lugares, isso sobe ao topo da lista de prioridades”.

Os opositores de Bill Gates nessa linha de pensamento ficam contrariados com seus comentários, e afirmam que existem vários tipos de produtos que ajudarão a melhorar a vida das pessoas, “incluindo as mais pobres do planeta”, e um deles até afirma: “Depois de três dias de análises sérias e trabalho, chega Gates de forma bastante petulante dizendo: temos que ter água limpa e comida”. E continua dizendo que a queda do preço dos celulares pode ajudar essa tecnologia a ser útil até para as pessoas mais pobres, “pois poderão usar os aparelhos para compartilhar informações sobre cuidados de saúde e condições de alimentação”. Mas Gates prefere dar a última palavra dizendo: “Qualquer um que diz: ‘Oh, sim, **venderemos** para as pessoas que sobrevivem com US\$ 1 ao dia’, simplesmente não entendeu nada”. O verbo “venderemos” estava em negrito no texto.

Penso que a direção apontada por este artigo corrobora o ponto de vista de que “globalização” é o novo nome do capitalismo, e a velha palavra “mercado” (“vender”, “comprar”, “consumir”) é realmente ainda a palavra escondida dentro do “fundo falso” deste novo conceito, e dá o tom uníssono e uniforme a este discurso³⁵. O mundo, como um todo, vai se organizando em vista desse mesmo discurso. O que tem ampliado a exclusão. Afinal, a sociedade é muito mais ampla que o mercado. Dentro da

**NOVO
NOME**

DO

**CAPIT
TALIS
MO**

³⁵ O Informante 12, ao escolher a palavra “neoliberalismo” como uma de suas palavras definidoras, assim afirma: “NEOLIBERALISMO - Orientação predominante da economia política brasileira atual em que se valorizam mais as relações comerciais/econômicas, em detrimento do poder do Estado. O novo “chefe” é o mercado - especialmente por causa da globalização da economia - e, por causa disso, o povo mais uma vez é deixado para 2º plano”. O Informante 2 insiste na palavra “capital” para se referir a esse deus onipresente: “Capital - como sinônimo da práxis social que referenda, instaura e justifica a ocidentalidade. Quase hegemônico, está presente em cada um e em todos, a exemplo da inscrição na casa de Jung, ‘chamado ou não, Ele se fará presente’. Na verdade todas as outras 9 palavras não existiriam sem ele, são meras decorrências”.

sociedade estão os que podem estar conectados na economia digital e os que ganham menos de US\$ 1 por dia; os que dirigem uma Fundação de 21 bilhões de dólares e os que não têm remédio e alimento nem para o dia de hoje; o “*homem mais rico do mundo*” e o homem mais pobre do mundo; o “*maior evangelista do mundo em favor da alta tecnologia*” e o analfabeto digital; o “*maior filantropo do mundo*” e o indivíduo mais necessitado da filantropia. Já o mundo do mercado é o mundo dos que produzem e dos que consomem, e, portanto, um mundo excludente. E é assim que o “*Mundo Novo*” está sendo organizado.

As cidades se organizam em vista do mercado imobiliário³⁶; os campos e a agricultura se organizam em vista do mercado internacional³⁷; a política se estrutura e organiza suas ações em vista do mercado da opinião pública; as famílias até decidem o número de filhos em virtude dos gastos que farão; os que podem comprar se interessam por produtos que são divulgados na mídia, resultado de necessidades criadas pelos que necessitam vender seus produtos; as notícias viram produtos nas mãos dos instrumentos midiáticos; os jogadores e esportistas são os objetos preferidos do mercado do esporte; a fé é dominada pelos conceitos do mercado; e cada pessoa é levada em conta se participa do mercado ou não.

³⁶ Daí nossas cidades se dividirem em “*duas cidades*”: centro e periferia. No centro valem as leis do Plano Urbanístico e Lei do Zoneamento. Já na outra cidade tudo é irregular. Somente em São Paulo, 52% dos moradores residem em loteamentos irregulares da periferia, cortiços do centro e favelas espalhadas por todas as regiões da cidade. Não se aplica a lei nessas regiões porque não interessa do ponto de vista do ‘mercado’. É a exclusão visível no mundo da moradia. De fato não são apenas as construções que estão totalmente fora dos padrões e dos quesitos exigidos por lei; são as condições mínimas de moradia que estão faltando. E junto com a falta de infra-estrutura, vem o desemprego, que pertence, por ausência continuada de perspectiva, ao mesmo grupo da criminalidade.

³⁷ O MST (“*Nota do MST ao povo brasileiro*”, In: <http://www.mst.org.br>, de 09.11.00, e em Anexos 2. 20. desse trabalho) denuncia com propriedade esse modelo para o campo: “*O governo Fernando Henrique Cardoso, através de sua política econômica, busca implantar um novo modelo agrícola no meio rural brasileiro. Um modelo que, essencialmente, é centrado no pressuposto neoliberal de que deve ocorrer uma seletividade dos produtores rurais, permanecendo no mercado apenas os que são capazes de enfrentar a concorrência internacional. Em termos gerais, essa política significa a completa mercantilização e desnacionalização da nossa agricultura, entregando o controle do mercado às multinacionais e a inviabilização da agricultura familiar. Neste cenário, não há espaço para produção autônoma dos camponeses e, conseqüentemente, para a Reforma Agrária. Em termos práticos, essa política, friamente elaborada e executada, afeta milhões de brasileiros. Ela é responsável pelo aumento da pobreza, exclusão social e concentração de propriedades*”.

O que precisa ficar claro é que o fato de transformar tudo em mercado, ou mercadoria, não resolve os problemas fundamentais das pessoas, e tão somente tem aprofundado a divisão das sociedades e das pessoas, em vista da participação ou não nesse mercado global.

RETRATOS COM HORIZONTES RESTRITOS

(a) Luta discursiva a partir das organizações sociais.

O fenômeno da globalização deve desordenar e reordenar todas as relações. Para dar início à análise do discurso que circula em retratos com horizonte restrito, e ainda circula no “*outro lado*” da sociedade, de maneira relativamente estável, no reverso da fotografia da globalização, agora em uma paisagem local, vou acompanhar algumas notícias, divulgadas na mídia no ano de 2000, que tratam do Movimento dos Sem-Terras. Além de situar o conjunto de luta com o auxílio de documentos emanados do próprio movimento, tomo um fato desencadeador de uma disputa político-ideológica, que foi uma série de artigos publicados na FSP, de responsabilidade do jornalista Josias de Souza, acusando o MST de cobrar uma taxa de seus associados sobre o total de recursos obtidos para financiamento. Aqui vai ser possível perceber os efeitos da globalização se dando espacialmente delimitados em uma nação, pois a luta pela reforma agrária se dá no interior de um País que articula suas ações ao redor do ideário dessa “*nova economia*”.

Analisar o discurso produzido a respeito dos sem-terras não tem sido novidade no Brasil, visto que muitos já empreenderam essa tarefa. Gostaria, porém, de destacar o trabalho de Ingo Voese, que produziu “*um exercício de análise do discurso*”, tratando a respeito do “*Movimento dos Sem-Terras na*

*Imprensa*³⁸. A proposta de seu trabalho de relacionar língua, discurso e história, apesar da complexidade da tarefa, também embasou a análise que estou procedendo.

Princípio por dar a palavra ao outro lado da sociedade, o dos trabalhadores, no esforço de entender as determinações ideológicas daí emanadas. Como material, tomemos a análise da “*gravidade da situação da agricultura*”, feita, “*para a sociedade brasileira*”, pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, e divulgada no site do MST, no mês de Maio de 2000³⁹.

Vamos tirar alguns excertos desta análise, no sentido de entender a explicitação que nela se produz do jogo ideológico nos movimentos sociais do campo:

O FÓRUM ACUSA O GOVERNO:

- **De implementar um modelo agrícola excludente:** “*O governo Fernando Henrique Cardoso implementou um modelo agrícola, desde seu primeiro mandato, que representou a marginalização da agricultura nacional e o empobrecimento violento dos trabalhadores que vivem no meio rural*”.
- **De preferir propaganda e acusações:** “*O governo preferiu o caminho fácil da propaganda ilusória ou acusações de oposicionismo*”.
- **De fugir do problema do campo, criando saídas milagrosas:** “*O Ministro prefere ir à imprensa criando novas saídas milagrosas como entregar aos governadores estaduais a responsabilidade repassando a eles o Pronaf, o ITR, o Banco da Terra, os ônus de fazer os assentamentos e sofrer as pressões sociais*”.

³⁸ Voese, Ingo. *O Movimento dos Sem-Terras na Imprensa: um exercício de análise do discurso*. Ijuí/RS, Editora UNIJUÍ, 1998.

³⁹ Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. “*A gravidade da situação da agricultura*”. Disponível no site do MST. In: <http://www.mst.org.br>. A Nota está disponível em Anexos 2.19. desse trabalho.

- **De criar o ilusório Banco da Terra:** *“O Banco da Terra, não passa de uma ilusão. TODAS as entidades que atuam no meio rural são contra, menos o Ministro, o Banco Mundial e os fazendeiros”.*
- **De criminalizar os agricultores:** *“O Governo prefere novamente criminalizar os trabalhadores e suas organizações”.*
- **De conviver com quadrilhas:** *“As verdadeiras quadrilhas, reveladas pela CPI, estão muito próximas do governo”.*
- **De garantir a impunidade aos aliados:** *“De outro lado, a impunidade continua”.*
- **De não dar respostas aos pleitos dos agricultores:** *“E a resposta sempre é evasiva”.*

São muitas as acusações em um documento só. O Fórum e os que militam nos movimentos pela Reforma Agrária têm bem claro quem é seu inimigo⁴⁰. Ele constitui seu Outro, com muita clareza. E atribui a esse inimigo mazelas que o filiam às políticas excludentes: marginaliza a agricultura nacional e empobrece os trabalhadores rurais. Joga com um leque amplo de atingidos. Em um primeiro momento, o documento coloca dentro da política de marginalização toda a agricultura nacional, sem produzir nenhum recorte. Poderia tirar os latifúndios, ou as grandes empresas que atuam no campo, mas incluiu a todos na política que põe à margem do modelo os que trabalham no campo. O modelo pune igualmente a todos, com demora na liberação de financiamentos, com redução dos recursos creditícios, com concentração de terras. Dentre todos os penalizados, quem mais é penalizado é o trabalhador rural, o *“agricultor familiar”*.

⁴⁰ Voese (op.cit.:20-25), ao desconstruir a idéia da neutralidade, seja dos discursos, seja da relação do discurso com a ideologia, pergunta: *“como se sabe quando e como um discurso se coloca contra qual poder?”* E destaca as palavras *“quando”, “como” e “contra qual”*. Uma das tarefas da ideologia é a de mascarar relações, indicando neutralidade, mas o texto do Fórum prefere quebrar essa possibilidade e explicitar sua posição e seu lugar na luta social e no jogo do poder, um jogo em que imperam as determinações sociais, incluídas aí as determinações ideológicas.

Se a política governamental é excludente e amplia o problema no campo, é preciso o governo se livrar dele. E não faz isso por ser um governo mau, mas por ser um compromisso de governo com as instituições internacionais. Um jeito de se livrar do problema seria resolvê-lo. Mas o jeito do governo é repassar o problema aos governadores, e instalar o desmantelamento do movimento organizado e a violência policial. O que era problema social passa a ser problema policial, o que também é um problema social. Por isso o documento afirma: *“Sempre dissemos que PM não resolve problemas sociais, só cria mais um, o da violência social”*. Essa violência se manifesta nas desocupações das áreas ocupadas, sempre violentas, e no número elevado de mortes em conflitos agrários. E mortes sempre impunes: *“O levantamento realizado sistemática e rigorosamente pela Comissão Pastoral da Terra revela, que nos quinze anos de redemocratização de nosso país, foram assassinados no campo, 1.169 pessoas, entre lideranças de trabalhadores, sindicalistas, religiosos, advogados, e até dois deputados estaduais. Destes casos, apenas 58 foram julgados em Tribunais. Houve só 11 condenações. Oito dos condenados estão foragidos e apenas três cumprem pena”*.

Além disso, visto que o governo *“estimula os governos estaduais a utilizar a violência para conter os justos reclames”*, e *“orientou para que as lideranças sejam incriminadas por formação de bando e quadrilha”*, o documento revida afirmando que *“as verdadeiras quadrilhas, reveladas pela CPI, estão muito próximas do governo”*. O documento aproveita-se dos resultados da CPI do Narcotráfico, que incriminou mais de 800 pessoas em seu relatório final, entre eles alguns deputados, prefeitos, vereadores e pessoas tidas como respeitáveis, para acusar o governo. Devem acompanhar essa acusação fatos como o envolvimento do Ministro Eduardo Jorge, do Senador Luiz Estevão e do Juiz Nicolau dos Santos. Paira no sentimento de muitos brasileiros a dúvida sobre o envolvimento do alto escalão do governo nessas falcaturas.

O FÓRUM MOSTRA ALGUNS DADOS:

- **Para os pequenos agricultores tudo fica pior:** *“Nos últimos anos, 900 mil pequenas propriedades, com menos de cem hectares foram à falência. Das 700 mil propriedades do setor PATRONAL, apenas 88 mil estão se viabilizando. Dos 4 milhões de agricultores familiares, apenas 700 mil terão viabilidade. Há um empobrecimento generalizado e na média, nenhuma propriedade até 50 hectares consegue ter uma renda mensal superior a um salário mínimo. Dois milhões de assalariados rurais perderam seu trabalho. O crédito rural que atingia na década de 80, aproximadamente 18 bilhões de dólares anuais, agora se limita a 8 bilhões de reais. E continua cada vez mais escasso e longe dos agricultores familiares. A produção de grãos está estagnada, há dez anos, na faixa de 80 milhões de toneladas”.*
- **Os números do governo são mentirosos:** *“Na reforma agrária, o governo preferiu a propaganda virtual do que a realidade dura e crua. Não é verdade que assentou 80 mil famílias, em 1999. Os dados oficiais do INCRA revelam que foram assentadas apenas 25 mil, através da desapropriação”.*
- **Há muitos sem-terras em busca de terra**⁴¹: *“Há nesse momento mais de 500 acampamentos envolvendo mais de 150 mil famílias, vinculadas ao movimento sindical, ao MST, à CPT, ao MLST e a outros movimentos”.*
- **O número de assassinatos no campo é absurdo:** *“...foram assassinados no campo, 1.169 pessoas, entre lideranças de trabalhadores, sindicalistas, religiosos, advogados, e até dois deputados estaduais”.*

⁴¹ Dados do IBGE, disponíveis no Atlas Nacional do Brasil, lançado em dezembro de 2000, afirmam que há atualmente 58.200 famílias acampadas no Brasil, contra 8.234 famílias em 1990. Olhando os mapas de acampamentos de 1990 e o atual, percebe-se que a maioria dos acampamentos está localizado no Centro sul do País e nas regiões litorâneas de todos os Estados nordestinos. Na região amazônica, os acampamentos estão apenas em Rondônia e no Pará. Neste último Estado se concentraram os conflitos de terra com mortes, que já somam 279 desde 1990, segundo o IBGE..

O documento fala de falências das pequenas propriedades e inviabilidade produtiva tanto nas propriedades patronais quanto nas propriedades familiares. Mais de 85% das propriedades do setor patronal e mais de 80% das propriedades agrícolas familiares não têm como serem viáveis. A razão é simples: falta crédito agrícola, que foi reduzido em mais de 60% em duas décadas. A consequência foi a estagnação da produção e a falência do trabalho no campo. Dois milhões de vagas de trabalho foram fechadas.

Por outro lado, se o “*modelo agrícola*” expulsa e leva à falência, o governo insiste em dizer que assentou mais do que realmente o fez; os dados são do INCRA, e o governo não deve desconhecer esses dados. E a reforma agrária que o governo faz é através da desapropriação: compra de alguém (latifundiário) para assentar outros (sem-terras). Mas a realidade revela que o governo não dá conta: põe mais agricultores e assalariados rurais para fora da terra do que consegue assentar. O resultado também é previsível: violência e mortes na luta pela terra.

A lista dos mortos, utilizada constantemente pelos que lutam pela reforma agrária no Brasil, busca ampliar a inserção do movimento, e garantir que não só os sem-terras ou lideranças de trabalhadores e sindicalistas lutam pela reforma agrária, mas também religiosos, advogados e até deputados estaduais. E mortes acompanhadas de impunidade. A violência, no Brasil, em qualquer nível e em qualquer de suas manifestações, traz junto esse sentimento de que ninguém será punido. O sentimento de não-punição parece presente tanto entre os que se animam a cometer qualquer delito quanto entre as vítimas de qualquer crime. O sistema legal e prisional do Brasil apenas dá conta de julgar e punir umas poucas pessoas, e a totalidade quase absoluta dentre essas é pobre⁴².

⁴² O Censo Penitenciário Nacional realizado pelo Ministério de Justiça, em 1994, mostrou que 95% dos presos são pobres; 87% não tem o 1º grau completo; 55% vive sem qualquer atividade na prisão. Esses dados assombram, pois alimentam o imaginário de que somente as classes populares produzem bandidos. Acontece é que historicamente todo o sistema penal tem sido direcionado para reprimir lesões microcriminais, ou seja, o aparato jurídico-conceitual tem por modelo o crime isolado, episódico, de preferência os contra o patrimônio, e não as lesões macrocriminais, como os crimes ambientais, os de sonegação fiscal, os que atentam contra o sistema financeiro, o tráfico de entorpecentes, os quais muitas

O Fórum não atribui o estatuto de País democrático⁴³ ao Brasil, mas o caracteriza, em 1999, ainda em processo de “redemocratização”. Como se, nas questões de terra ou de violência, em algum tempo já tivéssemos vivido sob o regime da plenitude democrática. Precisamos buscar a “redemocratização”, porque, afinal, os que querem terra para trabalhar não têm acesso a ela, e morre um número muito elevado de pessoas na luta pela Reforma Agrária. Luta recente é a que leva o nome de “Luta pela Reforma Agrária”, pois a luta por terra tem a idade da construção do País.

O FÓRUM SE PROPÕE:

- **Organizar e lutar:** *“Diante da gravidade da situação, os trabalhadores tem o direito e até o dever de se organizar e lutar por sua sobrevivência”.*
- **Dialogar com o Governo:** *“Temos procurado acima de tudo o diálogo. Somente nesse ano foram inúmeras as audiências da CONTAG, do MPA, do Movimento de mulheres rurais e do MST, com diversos ministros, e inclusive com a Presidência da República”.*
- **Alertar a sociedade:** *“Alertamos a sociedade brasileira para a tensão social que se agrava no meio rural, como consequência do modelo agrícola imposto. As populações do campo não estão se organizando por*

vezes se caracterizam pelo seu aspecto organizacional. A este processo de seleção dos indivíduos, a moderna Criminologia tem denominado de fenômeno do etiquetamento e assim são punidos os mais carentes e sem condições de se defenderem. O próprio Censo Penitenciário é revelador dessa seletividade quando constatou também que 85% deles não têm condições de contratar um advogado. Segundo matéria publicada pela Revista Veja, sobre esse censo, de cada dez presos, três haviam praticado delitos banais, como o furto de tijolos ou de uma lata de leite, infringindo, inclusive, o princípio que determina a não punição do furto famélico. Esta seletividade praticamente exclui dos cárceres os que desfalcam bilhões dos cofres públicos - como os crimes contra o sistema financeiro ou contra a economia popular. Em matéria publicada pela Revista Isto É, ainda sobre o citado censo, dos 129.169 presos existentes oficialmente em nosso país, apenas 0,002% cumprem pena por corrupção ativa e 0,04% por corrupção passiva. E existem 400.000 mandados de prisão para serem cumpridos. Nem há lugar para todos nas prisões. E nem a prisão é o melhor caminho para re-inserção do punido à sociedade.

⁴³ Consultando as palavras-chaves apresentadas pelos informantes, percebe-se que “Democracia” é uma das palavras ausentes. Apenas os informantes 5 e 11 a citam. O informante 5 para dizer que “*todos precisam de liberdade de expressão, de pensamento, de ideais, mas acima de tudo é preciso que saibamos respeitar limites*”, e o informante 11 a ela se refere ao tratar da privatização (“*A privatização priva-nos da própria democracia*”) e ao adjetivar, por cinco vezes seguidas, a palavra ‘totalitarismo’ (“*Totalitarismo Democrático*”).

ideologia ou manipulação política, mas por terem seus direitos aviltados e suas possibilidades de vida digna negadas".

Estamos acostumados a tratar a luta política e a organização dos trabalhadores como um direito do cidadão, mas o Fórum, além disso, as trata como um dever. No alerta à população, o Fórum se defende de possíveis acusações [várias vozes ecoam no enunciado afirmando que as populações do campo se organizam "*por ideologia ou manipulação política*"], e afirma que sua organização visa defender direitos e garantir vida digna.

Ao inserir a palavra "*ideologia*", certamente o Fórum está se defendendo de possíveis acusações que vinculam a ação de suas Entidades às idéias defendidas pelo socialismo, como se elas seguissem estritamente a ideologia marxista, ou como se fosse proibido por lei tal seguimento; também grassa no imaginário das pessoas que o MST, um dos movimentos integrantes do Fórum, seja um movimento que defenda a violência ou a luta armada, seguindo a ideologia de movimentos guerrilheiros⁴⁴; até o fato de se apresentarem sempre com instrumentos de trabalho nas mãos [foice, facão, enxada, fueiros], transformados em signos, funciona como alimentador dessas concepções. E sua ligação estreita com a Igreja progressista e com o PT facilitam essa leitura de vinculação ideológica ou manipulação política. Tal defesa revela a entonação carregada que a palavra ideologia tem, como se fosse uma marca negativa alguém se filiar a uma ideologia que traduz positivamente o anseio de libertação de uma estrutura opressora. De fato, o MST propõe, em suas ações e em seu ideário, o conflito político, pois que trabalhadores, de um lado, e governo e donos de terra, do outro, estão em campos opostos e irreconciliáveis. Nesse ponto impera a radicalidade. Além desse conflito, o MST cria o conflito institucional,

⁴⁴ O Informante 2 dá um tom interessante ao discutir a necessidade de redescobrirmos os movimentos de guerrilha: "*Guerrilha - fundamental recobrar o itinerário crítico da guerrilha (e não sua prática bélica concreta) que se insurge contra uma ordem, contra as ordens, contra o poder, contra os poderes, que canaliza e provoca o estranhamento, que recobra a vontade de se revoltar contra a práxis social, de negá-la a ponto de colocar em risco a própria existência*".

quando se dirige aos órgãos públicos com suas reivindicações, e instaura a negociação, visando ganhos parciais. E um último conflito instalado pelo MST é o “*espetáculo*” do conflito armado, ao se apresentar armado com seus instrumentos de trabalho, numa atitude defensiva e provocativa⁴⁵.

Em carta ao Presidente da República⁴⁶, o MST reforça sua intenção de dialogar, e volta a afirmar: “*O Modelo agrícola adotado por seu governo, as medidas decorrentes dele, a falta de eficácia da política de distribuição de terras e o desmantelamento que o INCRA vem sofrendo, é o que tem gerado cada vez mais pobreza no campo, o que leva os trabalhadores a se organizar e lutar por seus direitos*”. E ao falar da organização dos trabalhadores, o MST reconhece: “*E são trabalhadores que se organizam não apenas no MST, mas muitas vezes de forma espontânea ou apoiados por seu Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pela CPT, e por outros movimentos sociais, inclusive ao MAST de São Paulo, que é vinculado ao seu partido, o PSDB*”.

O MST, então, solicita uma audiência com o presidente, e propõe que os ministros da área econômica estejam presentes, pois que qualquer negociação com o Ministro do Desenvolvimento Agrário esbarra nas questões financeiras. E avisam que gostariam de ter outras entidades presentes no encontro.

Nesse meio tempo surgiram, na imprensa e na TV, as denúncias de que o MST cobrava taxa dos agricultores sobre os créditos liberados pelo governo, e esse foi o mote utilizado para uma ampla campanha de desmoralização do MST. O nível de enfrentamento se avolumou, e várias Entidades se ofereceram para intermediar as negociações entre governo e MST. Em princípios de junho concluiu-se um acordo, intermediado pela CNBB (Conferência Nacional dos

⁴⁵ Berger (op.cit.) analisa com maior profundidade estes campos de atuação do Movimento, ao analisar ações desenvolvidas em manifestação de agricultores em Porto Alegre, e noticiadas pelo *Jornal Zero Hora*.

⁴⁶ MST. *Carta ao Sr. Presidente*. Assinada por Gilmar Mauro e Gilberto Pontes, representando a Coordenação Nacional do MST. Em anexo 2

Bispos do Brasil), com cinco itens principais, assim descrito no documento “*Sobre o processo de negociação Governo/MST*”⁴⁷:

O processo de negociação Governo/MST, iniciado em princípios de junho passado, com a mediação da CNBB, concluiu-se em 20 de julho com um acordo preliminar sobre vários critérios de encaminhamento da política nacional de reforma agrária. Houve compromisso do Governo em executar as providências acordadas, conforme documento assinado pelo mediador e enviado às partes no dia 22 de julho de 2000, relativamente a cinco dos itens principais da pauta apresentada pelos movimentos sociais, a saber, as metas de desapropriação por interesse social, a renegociação das dívidas dos pequenos produtores, a concessão de crédito para investimento, a reativação do programa de assistência técnica Lumiar e o crédito extraordinário à produção no valor de R\$ 2.000,00 por família assentada, nos moldes da Linha A do PRONAF.

Como as acusações contra o MST se concentravam na cobrança da taxa e continuavam fortes, nova nota do Movimento⁴⁸, datada de 08 de agosto de 2000, se concentrava em explicar as contribuições recebidas, e defendia, textualmente:

- a) *“Primeiramente, entendemos que qualquer pessoa deve ser livre para contribuir com organizações sociais e, mais uma vez, reiteramos que as contribuições ao MST são voluntárias. Assim como outras entidades — inclusive organizações patronais rurais — os membros do MST devem ser livres para contribuir com sua organização”.*
- b) *“Essas contribuições garantem a autonomia do movimento e impedem o controle e a tutela governamental ao MST. Acreditamos que essa seja a principal razão do desconforto do governo e de sua tentativa de criminalizar o MST”.*

E, usando sua histórica tática de se defender atacando, o MST arremata:

- a) Quem tenta desmoralizar as cooperativas dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é o governo;
- b) *as cooperativas cumprem um papel social extremamente importante no meio rural, substituindo a ausência de serviços sociais essenciais por*

⁴⁷ *Sobre o processo de negociação Governo/MST*. Nota conjunta CNBB/CONIC/OAB, datada de 19.10.00. Disponível in: <http://www.cut.org.br>. Também disponível em Anexos 2.17. desse trabalho.

⁴⁸ *“Quem não deve não teme”*, assinada pela Direção Nacional do MST. Disponível em Anexo 2.

parte do governo, na área da saúde, educação e produção de alimentos, enfim contribuem para o desenvolvimento sócio-econômico das comunidades.

- c) O Governo quer abafar a corrupção registrada na construção do TRT/SP, para evitar uma CPI.

Agora já vemos investidas do MST em duas novas áreas de conflito: acusa o governo de manobrar o Legislativo para impedir a convocação de uma CPI que deveria levantar e confirmar suspeitas de corrupção na construção do fórum do Tribunal Regional do Trabalho, em São Paulo, pois que o inquérito poderia atingir diretamente o governo, e afirma que este não presta assistência às comunidades rurais naquelas áreas que são de sua obrigação. É a negação do já conhecido *“rouba, mas faz”*. O governo rouba e nem faz! E afirma mais: a assistência, que o governo não dá às famílias do meio rural, tem sido dadas pelas cooperativas. Destas, de acordo com a acusação principal, é que se poderia dizer: *“rouba, mas faz”*. E o MST não rouba, pois, *“que as contribuições ao MST são voluntárias. Assim como outras entidades — inclusive organizações patronais rurais — os membros do MST devem ser livres para contribuir com sua organização”*.

Com a ampliação dos conflitos, as denúncias se avolumando de ambos os lados, com as invasões dos prédios públicos realizada pelo MST em setembro de 2000 e as ameaças de ocupação *“da fazenda do presidente”*, as relações governo/MST azedaram de vez. Em 15 de setembro, a Comissão de Negociação Nacional do Movimento de Pequenos agricultores - MPA, e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST divulgou a Nota *“Para a Sociedade Brasileira”*⁴⁹. Assumindo que a situação dos trabalhadores do campo é de marginalização, e que *“desde o mês de abril passado que um conjunto de*

⁴⁹ *Para a Sociedade Brasileira*. Carta aberta do MST. Divulgada em 19.09.00 e assinada pela Comissão De Negociação Nacional do Movimento de Pequenos agricultores - MPA, e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Disponível da site da Entidade, in: <http://www.mst.org.br>

organizações de trabalhadores, dos movimentos sindical e sociais, temos nos mobilizado para pressionar o governo e denunciar para a sociedade”, o movimento afirma que com isso conseguiu um compromisso do governo que solucionasse problemas de crédito e assistência técnica. No entanto, “passados dois meses do acordo, o Governo só mentiu, e fez muito pouco ou quase nada. O Governo preferiu o caminho da enganação e tentou enrolar a opinião pública com falsos números”. Mas, segundo a nota, a verdade veio à tona por outros caminhos: “Enquanto isso, os técnicos de segundo escalão do próprio Governo nos explicam a verdade: da falta de recursos, do contingenciamento do FMI, da interferência do Ministério da Fazenda e do sucateamento do INCRA, que desanima aos próprios servidores públicos”.

Diante da necessidade premente de garantir a negociação, para garantir os recursos para a safra, o MST recuou de todas as ocupações de prédios públicos e até afastou-se “da frente da fazenda do Presidente da República”. Eram sinais enviados a Brasília em busca de negociação: “Toda sinalização política que tínhamos de fazer para restabelecer o diálogo foi realizada”. Ocupar prédios públicos tem sido prática constante do MST. Ameaçar ocupar a fazenda do presidente é prática recente. Ambas as ações garantem ampla visibilidade do movimento na mídia. O MST sabe, com alguma certeza, que a luta pela Reforma Agrária não é notícia em si aqui no Brasil, e por isso precisa reinventar a cada dia a sua luta, reinventando os modos de reivindicá-la. O inusitado vira “espetáculo”, manancial da notícia. Para concluir a Nota, o MST afirma:

Nós temos repetido: queremos apenas que o Governo Federal cumpra o comprometido nas negociações de julho perante a CNBB. Que os bispos digam para a sociedade brasileira, qual foi o compromisso do governo. Para o governo é muito fácil dizer: voltem para casa e esperem. Acontece que os agricultores mobilizados não tem o que fazer em casa sem os recursos para plantar. E o ciclo agrícola não pode esperar a “boa vontade” do governo.

Brigava o MST, conjunturalmente nesse momento, por recursos para garantir o plantio e a safra; o governo, por seu turno, pugnava por não liberar recursos, desmantelar e desmoralizar o movimento. A acusação do MST foi mais longe: o governo não libera recursos porque esta é a ordem do FMI. É a realidade local de um movimento agrário em conflito com a ordem e o “modelo” global, adotado pelo governo brasileiro.

Enquanto isso, a Comissão de mediação do conflito, agora ampliada com a presença do CONIC (Conselho Nacional das Igrejas Cristãs) e da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), novamente se reunia em 20 de setembro para cobrar⁵⁰ do governo “os compromissos assumidos, particularmente com relação aos dois últimos pontos - assistência técnica e crédito extraordinário à produção”, mas não materializados. Por conta do impasse, a Comissão mediadora solicitou audiência com o presidente, o que se deu em 01 de outubro de 2000. Com a continuação do impasse, a Comissão decidiu, em 18 de outubro de 2000:

Diante dessas circunstâncias, os mediadores sentem que seu papel nesse ciclo de negociação encontra-se esgotado. Nesta oportunidade, os mediadores expressam sua particular preocupação com o clima de criminalização prejudgada do MST, que vem sendo amplamente difundido desde a conclusão das negociações. Não desejam que essa situação induza a formação, junto à opinião pública, de um ambiente propício à violência e à repressão, que transforme a questão da reforma agrária e das reivindicações dos movimentos sociais em questão policial.

A Revista *Caros Amigos* de outubro de 2000 foi toda dedicada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Em Editorial dizia:

Revolução desarmada Há muito tempo estávamos devendo a nós mesmos uma edição especial sobre o MST. Sabendo que nenhum esforço editorial traduzirá em toda a sua dimensão o significado histórico desse movimento que está alterando, na essência, o quadro social brasileiro. Na essência, porque atinge substantivamente um instituição até hoje intocável: o latifúndio. Ao promover uma reforma agrária autêntica, porque elaborada não em gabinetes do poder mas em barracas de plástico e sustentada pela letra da Constituição, o MST concretiza uma revolução sem

⁵⁰ Conforme “*Sobre o processo de negociação Governo/MST*”. Nota conjunta CNBB/CONIC/OAB, datada de 19.10.00. Disponível in: <http://www.cut.org.br>. Também disponível no Anexos 2. 17.

precedentes na história do Brasil, ainda mais quando embasada na força da argumentação e não das armas, na vontade das maiorias e não de um partido político ou um punhado de generais. É uma revolução que não se limita a impor a reforma agrária somente no tocante à propriedade da terra, mas ao uso da terra na sua função social, econômica e ecológica.

Um fenômeno que está repercutindo no exterior e que, de tão forte, vem superando obstáculos até aqui considerados intransponíveis, como o poder dos fazendeiros, dos meios de comunicação e do próprio governo. Decerto, por uma razão até simples em se tratando do Brasil atual, que pode estar resumida na frase da sem-terra, mãe de família, personagem de uma das reportagens desta edição: “A esperança tarde é melhor do que o desengano cedo”.

O Editorial é contundente desde o seu início. “*Revolução desarmada*” são suas palavras iniciais. E passa a descrever essa “*Revolução desarmada*”, que é a produzida pelo trabalho do MST, mexendo nas instituições e nos tabus sociais mais sagrados desse país, com as seguintes características:

- a) “*atinge substantivamente uma instituição até hoje intocável: o latifúndio*”;
- b) Promove uma reforma agrária autêntica;
- c) Tem sua força na argumentação e não nas armas; baseia-se “*na vontade das maiorias e não na de um partido político*” ou de “*um punhado de generais*”;
- d) Não faz a reforma agrária apenas para ter a propriedade da terra, mas luta pelo “*uso da terra na sua função social, econômica e ecológica*”;
- e) Vêm superando “*obstáculos até aqui considerados intransponíveis, como o poder dos fazendeiros, dos meios de comunicação e do próprio governo*”.

Em 25.10.00, personalidades ligadas às lutas democráticas, com reconhecimento internacional para seus trabalhos [basta ver que cada um deles usou seus títulos mais reconhecidos: Fábio Konder Comparato - *Doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra, Doutor em Direito da Universidade de Paris e Professor Titular da USP*; Milton Santos - *Doutor, Geógrafo e Professor Emérito da USP*; Plínio de Arruda Sampaio - *Professor, ex-Deputado Federal Constituinte*

e Consultor da FAO; Dom Tomás Balduino - Bispo e Presidente Nacional da CPT (Comissão Pastoral da Terra)], publicaram um manifesto⁵¹, posicionando-se diante dos acontecimentos envolvendo a tumultuada relação Governo/MST e o fim das negociações, que inicia afirmando que “ao desencadear coordenadamente uma ação repressiva e desmoralizadora contra o MST, o Governo Federal decidiu enfim abandonar o simulacro de reforma agrária, com o qual vinha se exibindo perante as autoridades políticas e religiosas no plano internacional”. Esse abandono do “simulacro de reforma agrária” é caracterizado pelo número de mortos do movimento, pelos processos criminais abertos contra seus líderes, pela prisão “inusitada” de militantes, pela condenação à miséria de mais de um milhão de pessoas do campo, pela não liberação a tempo de crédito para plantio, pela burocracia impeditiva exigida para a liberação dos recursos e pela campanha de desmoralização do MST. Interessante esse desmascaramento da “exibição” do governo perante “autoridades políticas e religiosas no plano internacional”. Uma imagem é para ser mostrada (“Fazemos a Reforma Agrária”) e a outra é para ser escondida (“Não fazemos a Reforma Agrária”) Com base nisso, os signatários afirmam o que parece ser o sentimento nacional: “Podemos afirmar que em nenhum outro momento de nossa História viu-se um Governo acuar 250.000 famílias à súbita miséria, por razões puramente políticas”. E, por isso, conclamam: “O momento não comporta mais tergiversações. Os signatários estão seguros de que todos os partidos políticos decentes, todas as organizações religiosas e entidades de defesa dos direitos humanos irão mobilizar-se para repudiar o comportamento indigno do Governo Federal no episódio, e defender o direito à sobrevivência das famílias trabalhadoras de todo o Brasil”. Tomando-se a realidade mostrada, o que pedem os signatários (“direito à sobrevivência das famílias trabalhadoras de todo o Brasil”) não é pouco. É opor um projeto de vida a outro projeto de dinheiro; é optar por um projeto de dignidade contra outro projeto

⁵¹ Disponível no site <http://www.mst.org.br> e em Anexos 2. 21. desse trabalho.

de exibição; e exigir um projeto de garantias sociais de equidade em oposição a outro projeto de governo de produção de exclusão.

O jornalista Sebastião Nery publicou no *OESP* (06.11.00), na página *Política*, o artigo *“Escalada contra o MST”*, em que aborda ações levadas a efeito pela polícia contra lavradores assentados no Rio Grande do Sul, *“para arrancar deles ‘a confissão’ de que contribuem com 3% da renda para o MST”*. Afirma o jornalista que viu na televisão *“em pleno ano 2000, no travestido governo do sociólogo Fernando Henrique, um punhado de policiais, com suas armas à vista e seus negros blusões, seguidos por uma corte de cinegrafistas e fotógrafos”*, invadindo *“as casas toscas de pobres lavradores assentados...”*. E continua: *“O mesmo governo e sua polícia, que há um ano não conseguem descobrir onde anda o juiz Lalau...”*. Ao se referir à contribuição dos assentados para o MST, Nery diz que *“todas as entidades e partidos políticos recebem contribuições de seus membros (no PT, até 30% dos parlamentares), muitos deles, se funcionários públicos, descontando em folhas de pagamento”*. Refere-se, ainda a um filme sobre as Ligas Camponesas e a luta pela reforma agrária no início dos anos 60 que seria projetado na exposição *“Celso Furtado, Vocação Brasil”*, na Academia Brasileira de Letras, e que não passou no Brasil por proibição do *“governo udenista-tucano de Jânio Quadros, um Fernando Henrique com álcool”*. E continua: *“Quarenta anos depois, como se nada tivesse acontecido no País e no mundo em quatro décadas, o governo mobiliza sua imprensa chapa-branca e uma polícia especial e desencadeia uma brutal e criminosa repressão, tentando amedrontar e aniquilar a luta pela reforma agrária, comandada pelo MST e pela CONTAG (Confederação dos Trabalhadores Agrícolas)”*. Para encerrar o artigo, depois de se referir à *“escalada fascista do governo FHC”* e de dizer que só nesse ano a *“mão assassina do latifúndio”* matou dez líderes do MST, prendeu seis e 180 estão sendo processados, o articulista conclui: *“Nem a ditadura cometeu tamanha iniquidade”*.

A ação do governo é pintada com as piores cores da história do País. E essa é a verdadeira luta pelos Direitos Humanos: defender a sociedade civil e o cidadão da ação desbragada dos governos. Quando este atenta contra a vida e a segurança dos cidadãos, ele precisa ser confrontado; essa verdade já vem desde os tempos do Iluminismo. O Estado não pode ser o Leviatã truculento.

No dia 07.11.00, a FSP publica na página A8 de seu Caderno Brasil, notícia com a seguinte manchete: *“MST busca apoio externo contra denúncia”*. Além de insistir que *“o movimento está sendo investigado pela Polícia Federal, que tem suspeitas de que esteja forçando pequenos agricultores a pagar uma taxa de 3% sobre os financiamentos que recebe do governo federal para projetos”*, a FSP publica na íntegra documentos de solidariedade ao MST de Avran Noam Chomsky, lingüista norte-americano, e Rigoberta Menchú, ativista guatemalteca e Prêmio Nobel da Paz. Os documentos vêm acompanhados de fotos dos autores. Apenas Chomsky se refere explicitamente à cobrança da taxa, dizendo: *“Venho expressar preocupação com as notícias de que o governo estaria oprimindo o MST por receber contribuições voluntárias de seus membros, prática comum adotada internacionalmente por sindicatos e muitas outras organizações”*. Repete o autor do documento a mesma afirmação que já foi utilizada à exaustão em vários meios de comunicação e por diversas pessoas: as entidades todas, no mundo todo, cobram taxas de seus associados. Não sendo sustentada por seus associados, a entidade precisará, ou da caridade alheia, ou da subalternidade ao governo. Em defesa do MST ainda afirma: *“O MST tem realizado um trabalho extraordinário de mobilização popular e defesa dos interesses da população mais pobre e sofredora, para resolver o grave problema de grande concentração de riquezas que convive com uma imensa pobreza”*. O que para Chomsky se constitui em elogio à atuação do MST, para o governo e para os dominantes se constitui em causa de combate. Já Rigoberta e *“a Fundação que preside denunciam com indignação à comunidade internacional os atos antidemocráticos em que o governo brasileiro tem incorrido com o objetivo*

de acabar com as organizações que têm como bandeira a justa luta campesina pelo acesso à terra, condenando à miséria milhares de famílias de camponeses ao negar-lhes virtualmente acesso a crédito". A notícia fecha dizendo que o Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário afirmou que "o MST está municando as organizações internacionais com 'informações desvirtuadas' para tentar se defender das acusações de desvio de verba pública destinada à reforma agrária". "Informações desvirtuadas" deve se referir à defesa da cobrança de taxa pelo MST, e à divulgação de que o governo brasileiro não está liberando a tempo o crédito agrícola aos pequenos lavradores, de modo que eles não podem financiar o plantio e a colheita.

Nesse mesmo dia, OESP, em seu Caderno Geral, à p. A14, logo abaixo no título "Questão Agrária", coloca uma grande manchete: "MST panfleta para buscar apoio da população". A notícia começa com um subtítulo: "Movimento vai distribuir 1 milhão de panfletos, mas ameaça com invasão". No centro da notícia, em destaque em um quadro, está: "Pesquisa mostra que 79% rejeitam invasões". Ler a notícia, com essa composição, parece absolutamente desnecessário. Entende-se, logo, que o MST vai mal, é rejeitado pela população, que não aceita mais invasões, e os líderes do MST ainda ameaçam com invasões, que não são mais aceitas, e com panfletagem, de que provavelmente também ninguém gosta, já que enche as ruas de sujeira, e todos associam imediatamente com as panfletagens das campanhas políticas. Se alguém se animou a ler a notícia, ela diz que o MST vai "distribuir nos próximos dias 1 milhão de panfletos em todo o País informando sobre sua atuação. O objetivo é reverter o desempenho negativo dos últimos meses...". Fica parecendo que o MST faz mesmo uma auto-avaliação negativa de sua atuação. Mas continua a notícia: "O objetivo é reverter o desempenho negativo dos últimos meses, conforme mostrou uma pesquisa encomendada pelo governo, na qual 79% da população desaprova as invasões de terra". Assim fica mais claro: foi o governo quem encomendou a pesquisa! E não só encomendou, como a divulgou! Governo algum divulga dados que não lhe

interessem. Um pouco mais abaixo a notícia completa a informação: *“Há cerca de dois anos, o MST chegou a ter 80% de apoio da sociedade brasileira para suas ações. A pesquisa mostrou que, para 67% dos brasileiros, o MST pensa mais em fazer política do que em defender a reforma agrária”*. O apoio da sociedade brasileira às ações do MST caiu, segundo a informação, 147%, em apenas dois anos. E veja como é possível, formalmente ao menos, separar *“fazer política”* e *“defender a reforma agrária”*. Fazer política, no Brasil, é uma atividade reservada aos políticos profissionais. Defender a reforma agrária é uma atividade reservada do MST. Também está lá que *“o MST mobilizou em todo o mundo vários pensadores de esquerda e entidades ligadas à sociedade civil para reverter sua imagem de ‘radical’”,* e passa a falar da *“carta”* de Noam Chomsky. O artigo é fechado com o tema *“invasões de terra”*, e se refere à *“fazenda das filhas do presidente Fernando Henrique Cardoso”*, que o MST planejava ocupar. Veja só como se dá o jogo discursivo: até a fazenda do Presidente passou a ser a *“fazenda das filhas do presidente”* (até a Globo falava em *“fazenda dos filhos do Presidente”*). Atacar e *“invadir”* uma fazenda de mulheres parece ser covardia pura! Quanto ao revestimento dado à palavra *“radical”*, já tratamos anteriormente, e aqui a notícia atribui ao MST uma auto-avaliação de radical, e afirma que o movimento busca formas para reverter essa auto e hetero-imagem.

Já no dia 09.11.00, o MST, ainda na tentativa de se defender das acusações da cobrança de taxas, divulgou⁵² Nota, contra-atacando o autor da reportagem que denunciou tal possível prática, denunciando-o por ter usado verbas públicas para elaborar as matérias publicadas. Dessa nota apenas gostaria de destacar três trechos que são muito interessantes para a análise, visto revelar o nível de enfrentamento às ações do governo, desenvolvido pelo MST:

⁵² CPT & MST. *INCRA patrocina desmoralização do MST*. Disponível no site da Entidade. In: <http://www.mst.org.br> desde 09.11.00. Disponível também em Anexos 2. 22.

- a) *“A denúncia diz respeito ao desvio de verbas públicas para o financiamento de uma série de reportagens publicadas no Jornal ‘Folha de São Paulo’, de autoria do jornalista Josias de Souza, parte de uma estratégia armada pelo governo federal para desmoralizar e criminalizar a luta dos trabalhadores/as rurais no Brasil”*. O MST insiste que o governo federal armou uma estratégia.
- b) *“Autorizados e assinados pelo superintendente regional do INCRA, sr. José Carlos de Araújo Vieira, os documentos caracterizam claramente a intenção do governo em usar a mídia como veículo de combate às legítimas causas do povo do campo”*.
- c) *“Uma comissão de personalidades entregou hoje ao diretor da Folha de S. Paulo, um dossiê com os documentos e uma nota oficial do MST protestando contra a atitude do jornalista, cúmplice da repressão e das inverdades usadas como arma para combater o MST”*. O documento não cita quem forma essa comissão, mas destaca o jornalista apenas como *“cúmplice da repressão e das inverdades”*, atacando novamente o governo como o autor dos ataques ao MST.

Nesse mesmo dia 09.11.00, na página da Internet do MST (<http://www.mst.org.br>) foi publicada a *“Nota do MST ao povo brasileiro”*, assinada pela Direção Nacional do MST. Tratando o governo federal como o grande inimigo do MST, a nota repete a acusação de *“cúmplice”* ao jornalista Josias de Souza, usando no título o nome de um filme conhecido: *“Ligações perigosas”*. Que ligações perigosas seriam essas, apontadas pela Nota? Vamos por etapas:

- a) A Nota ataca o modelo agrícola implantado pelo governo FHC. Não há nenhuma novidade já não dita, ao afirmar que *“o governo Fernando Henrique Cardoso, através de sua política econômica, busca implantar um novo modelo agrícola no meio rural brasileiro”*. Além disso, insiste

em descrever o modelo: *“Um modelo que, essencialmente, é centrado no pressuposto neoliberal de que deve ocorrer uma seletividade dos produtores rurais, permanecendo no mercado apenas os que são capazes de enfrentar a concorrência internacional. Em termos gerais, essa política significa a completa mercantilização e desnacionalização da nossa agricultura, entregando o controle do mercado às multinacionais e a inviabilização da agricultura familiar”*⁵³. Mas, de fato, aí está a primeira ligação perigosa: entre o governo FHC e os pressupostos neoliberais. Essa ligação impede a Reforma Agrária, concentra terras, empobrece o trabalhador do campo, exclui socialmente; ligações perigosas, portanto;

- b) A Nota também alia *“o governo e as classes dominantes”*, afirmando que para ambos *“o ideal seria implantar esse modelo agrícola num contexto social sem sobressalto, com a cooptação das representações políticas e sindicais dos agricultores. Ou seja, sem oposição e resistência a essa política”*. Aliar governo, classes dominantes e representações políticas e sindicais parece ser conversa velha e superada, mas o MST ainda insiste em produzir essa ligação, em dividir a sociedade, e mostra dados: em seis anos (de 1992 a 1998) *“os latifundiários ampliaram suas propriedades em 80,6 milhões de hectares”*, e apenas 1.030 latifundiários são donos de 62,3 milhões de hectares [só para lembrar: a área plantada no Brasil é de aproximadamente 45 milhões de hectares]. Ligações extremamente perigosas;
- c) Ao se referir à estratégia empregada pelo governo para *“derrotar, física e moralmente, o MST”*, a Nota afirma que *“o governo FHC não hesitou*

⁵³ Ao tratar dos pressupostos da Terceira Onda, no Capítulo I, já colocávamos em nota a possibilidade de construção desse modelo, tendo em vista a propagação do discurso da irreversibilidade e do determinismo das exigências globais impostas por esse processo civilizatório, o que tornaria inviável no Brasil a Reforma Agrária.

em promover o arbítrio político e a manipulação político-ideológica dos meios de comunicação de massa, de forma totalitária, para atingir seu objetivo". Agora, sim, apareceu a ligação mais perigosa: o governo aliado e manipulando "os meios de comunicação de massa"⁵⁴. Os dados usados para matérias contra o MST nos jornais tinham respaldo em "relatórios feitos por alguns funcionários do governo ou por depoimentos isolados de pessoas residentes em assentamentos com centenas de famílias, que não foram ouvidas". Essas matérias identificaram o MST "com um esquema de desvio de dinheiro público igual aos tantos outros que têm aparecido em nosso país", e serviram tanto para outros setores de comunicação usarem a matéria quanto para propiciar ao governo "a ofensiva de isolar o MST da sociedade". Estava instalada a espiral da corrupção: Eduardo Jorge é corrupto, Luiz Estevão é corrupto, Nicolau é corrupto, o INCRA é corrupto, o MST é corrupto. Mas o problema é que as matérias publicadas foram produzidas às custas do dinheiro público, e por isso o MST repete as palavras do jornalista: "Nada mais perigoso do que a causa justa sustentada por métodos podres" (FSP - 15.10.00). E o acusa de ser um jornalista comprado; e produz um jogo de palavras muito interessante: "É uma pena. No caso do Josias, é uma pena, de aluguel". Assim fecha-se a roda da corrupção: Josias também é corrupto, em um país em que todos, ricos e pobres, governo e oposição, devem ser corruptos. Realmente, a Nota detecta ligações perigosas, muito perigosas, na visão do MST.

Também a Federação Nacional dos Jornalistas lançou, no dia 17.11.00,

⁵⁴ O Informante 12 flagra esse tipo de relação, ao afirmar: "MANIPULAÇÃO - É a palavra que me vem quando penso na imprensa jornalística brasileira. Há sempre um interesse por trás do noticiário apresentado, seja ele de ordem política - e aí percebemos as ideologias dos partidos políticos dominantes aparecendo nos jornais -, seja ele econômico (não que o 1º não seja também econômico) - quando percebemos atitudes sensacionalistas diante dos fatos com a intenção de vender mais".

uma nota⁵⁵, protestando “*contra a campanha orquestrada pelo governo federal, de satanização do MST*”. Sobre o MST diz a nota: “*sem dúvida o mais organizado, coerente e forte movimento social existente no Brasil, hoje*”. E diz mais: “*Não basta distribuir terra. É preciso uma política clara e eficiente de incentivos que beneficie o pequeno agricultor e a agroindústria familiar, levando educação, saúde e justiça social aos excluídos do campo. O MST já compreendeu isso. Para lutar por uma vida digna no campo é preciso lutar contra todo um sistema econômico e político. Para lutar pela terra é preciso lutar pela democracia, a cidadania e por uma sociedade mais justa e solidária*”. É a descrição de um programa de reforma agrária, e, segundo a nota, é o que o governo não está fazendo, pois apenas distribui terras. Já a luta do MST é vista ampliada, imiscuindo-se no sistema econômico e político.

Contra as ações do governo, a nota afirma:

O objetivo da ofensiva do governo federal - esse sim ainda devendo ao povo esclarecimentos sobre várias denúncias de corrupção - é impedir que o drama dos trabalhadores rurais sem terra continue ganhando força e adeptos aqui e no exterior. A questão agrária no Brasil é dramática. Segundo o IBGE, cerca de 4,2 milhões de brasileiros abandonaram o campo, entre 1995 e 1999; 1030 latifundiários são donos de 15% da área total de imóveis neste país. O governo FHC não cumpriu nenhum dos compromissos assumidos com o Movimento, durante recentes negociações mediadas pela CNBB e OAB.

A Nota ainda ataca a FSP e o jornalista Josias de Souza dizendo: “*O último lance dessa campanha é a denúncia feita pelo MST de utilização de verba pública pelo Jornal Folha de S. Paulo, na pessoa do colunista Josias de Souza, chefe da Sucursal de Brasília. O referido jornalista, para fazer matéria de denúncia contra o MST, utilizou carro e motorista do INCRA/PR, e percorreu*

⁵⁵ FENAJ protesta contra satanização do MST pela mídia. Divulgado no site do MST, em 17.11.00. In: <http://www.mst.org.br>

vários assentamentos no interior do Paraná”; e diz mais ainda: “É lamentável que a direção de jornalismo da FSP e o jornalista Josias de Souza descumpram o próprio código de conduta da empresa, que sempre pregou sua ‘independência’, e que proíbe seus jornalistas de, sequer, receber livros para fazer resenhas literárias. Conivente com a tentativa de desmoralizar o MST - sem dúvida o mais organizado, coerente e forte movimento social existente no Brasil, hoje - a FSP compromete a ética da imprensa e de toda uma categoria que luta para exercer, com dignidade, a profissão”. Quem está cobrando o cumprimento do código de ética e o exercício da independência da FSP e do jornalista Josias de Souza é a Federação Nacional dos Jornalistas, que se sente arranhada diante dessa ação conivente de um órgão da imprensa e um jornalista seu.

No dia 21.11.00 acontece “o que todos temiam”: é assassinado no Paraná o agricultor sem-terra Sebastião de Maia. O confronto ideológico e as ações decorrentes dessa luta pela Reforma Agrária produziram uma morte. Vamos analisar os posicionamentos de ambos os lados, e como jogam com as palavras nesse caso. Nesse mesmo dia, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Paraná, se posiciona primeiro com relação ao acontecido e publica a nota “Despejos, prisões e morte no Paraná”⁵⁶.

Vamos separar da Nota apenas o que pode nos ajudar a compreender quem teria assassinado o sem-terra Sebastião de Maia, uma vez que essa possível leitura nos dará como resultado entender como se dá o jogo, de vida e de morte, entre os que detêm os bens e o poder, de um lado, e os que são excluídos na partilha:

- a) a mando do governador Jaime Lerner, por ter perdido as eleições no Paraná (“Passadas as eleições municipais, quando o governador Jaime Lerner foi o grande derrotado nas principais cidades do Paraná, a

⁵⁶ Comissão Pastoral da Terra/PR. *Despejos, prisões e morte no Paraná*. Disponível no site do MST. In: <http://www.mst.org.br>. Também disponível em Anexos 2. 12.

estratégia de violência contra os sem terra tem continuidade). A violência é decorrente da derrota política do governador. Aparece claramente, com todas as letras, que o responsável pela morte de Sebastião é o governador do Paraná, que tem usado de violência contra os sem-terra de forma continuada em todos os anos de seu governo. Nesse dia mesmo do assassinato, a polícia despejou assentados em três fazendas [na cidade de Londrina foram 180 famílias; na fazenda Água Doce foram despejadas 100 pessoas e na fazenda Decolores foram 600 pessoas]; e essas pessoas foram *“despejadas na madrugada de hoje”* [a lei impede despejos à noite]; logo, havia um clima de violência produzido pela ação da polícia;

- b) vítima de uma emboscada armada por pistoleiros da região (*“Houve tiroteio e o lavrador foi morto com vários tiros, sendo atingido na cabeça. Os dados disponíveis até o momento dão conta de que a emboscada foi armada por pistoleiros da região, um dos focos principais da violência no campo do Brasil”*). Os tiros saíram diretamente das armas dos pistoleiros da região. É bom notar que mais adiante a nota assim afirma: *“pistoleiros e jagunços, policiais e latifundiários, continuam atuando livremente, como atores estratégicos no teatro armado a céu aberto”*. Há, pois, uma ligação entre esses ‘atores’. Os pistoleiros estão agindo a mando de alguém (latifundiários) e se identificam com os policiais. Provavelmente em muitos casos, policiais e jagunços ou pistoleiros são as mesmas pessoas (nos conflitos de áreas urbanas, temos esse mesmo fenômeno, quando policiais são mortos prestando serviço particular de *“leão de chácara”* em bares, boates, residências e empresas privadas, pois ganham mais nesses serviços, que deveriam ser *“bicos”*, que no seu emprego⁵⁷) e

⁵⁷ Não dispondo de dados sobre essa questão no que se refere ao Paraná, utilizo dados divulgados pela polícia de São Paulo. Enquanto no período de 1991 a 1999 aconteceram 128 mortes de PMs em serviço,

devem ganhar bem mais quando a mando dos latifundiários. E nessa junção entre o serviço público e o “bico” particular interesses comuns estão em jogo. Veja que a nota se refere à morte “*com vários tiros, sendo atingido na cabeça*”; normalmente essa expressão é usada para significar execução, ou disparo de curta distância depois que o alvejado é dominado ou cai no chão;

- c) vítima da Polícia Militar, a mando de Lerner (“*No dia 7 de maio de 99, TIÃOZINHO e sua família foram despejados da Fazenda Rio Novo, também no município de Querência do Norte, ocasião em que sua mulher ADELINA VENTURA foi torturada pela Polícia Militar, conforme depoimento prestado em audiência com o Secretário Nacional de Direitos Humanos, hoje Ministro da Justiça, José Gregori, em Curitiba. ADELINA relatou: “Nós tava dormindo neste horário, quando eles chegaram gritando muito alto: ‘Polícia, polícia. Sai todo mundo com as mãos para cima!... E cadê teu marido? Cadê teu marido?... Quem é a mulher do Tiãozinho, aqui?... O teu marido é um dos líder do movimento, nois qué ele”, e adiante questiona: “O meu marido não deve nada e tão à procura dele, ele não roubou, ele não matou, então por que, então por que não vão à procura de quem mata, né?” A entrevista de Adelina, publicada na premiada reportagem da Revista Caros Amigos, nº 27, de junho de 1999, expressou o sentimento de horror vivido nas mãos da Polícia Militar do Paraná, a mando do governador Jaime Lerner*”). A esposa de Sebastião questiona o papel da polícia, não pela ação em si, mas pelo caráter de violência e de perseguição explícita a uma pessoa, aliado a uma ação legal de

nesse mesmo período 484 policiais foram mortos fora do serviço. Apenas de janeiro a outubro do ano 2000, 146 policiais já foram mortos fora do serviço e apenas 27 em serviço. Impressiona também o número de suicídios de policiais, já que de 1991 a 1999 215 policiais se suicidaram, e nesse ano já 27 policiais se suicidaram.

despejo. E ela relatou tais fatos ao próprio Ministro da Justiça. Um ano depois seu marido é morto.

- d) vítima do truculento governador Jaime Lerner (*“Tiãozinho, como era conhecido, é a 16ª vítima deste regime de terror e violência implantado no Paraná sob o comando do truculento governador Jaime Lerner, desde 1995”*). Sebastião não é o primeiro caso de morte nesse confronto. Tem até um número: *“16ª vítima”*. E esse confronto já estava profetizado na nota em que a Comissão de Mediação comunica o fim de sua ação: *“Curioso notar que esta situação já foi prefaciada pela CNBB, CONIC e OAB, quando se retiraram das negociações com o governo federal, atentando para o fato de que a intransigência do governo poderia ‘induzir a formação, junto à opinião pública, de um ambiente propício à violência e à repressão’. Trágico notar que isso vem se cumprindo”*;
- e) vítima da campanha do governo brasileiro contra o MST (*“O assassinato de Tiãozinho é a confirmação de que a estratégia de criminalização do MST, impetrada pelo governo e pela mídia brasileira, começa a dar seus funestos resultados. Ao desmoralizar e criminalizar o MST, o governo legitima a ação impune de pistoleiros e latifundiários e instaura a perseguição e a violência como medida política para deter a organização dos pobres e impedir que eles tenham acesso à terra, símbolo da concentração e da morte nestes 500 anos de colonização”*);
- f) até a Polícia Federal é culpada (*“Enquanto a Polícia Federal instaura inquéritos fajutos para postar o selo jurídico à estratégia política e os delegados do DOPs (Departamento de Ordem Pública) rural se reúnem em Brasília para discutir a continuidade da ‘caçada às lideranças’, os milhares de processos de crimes contra os trabalhadores e suas lideranças continuam mofando na burocracia do Poder Judiciário e,*

- pior, pistoleiros e jagunços, policiais e latifundiários, continuam atuando livremente, como atores estratégicos no teatro armado a céu aberto”);*
- g) Quem protela a Reforma Agrária é culpado (*“O assassinato de Tiãozinho é o resultado do protelamento da Reforma Agrária e da suspensão dos poucos e ralos mecanismos existentes que facilitavam a resolução dos conflitos pontuais. Ao optar por uma pseudo-reforma agrária de mercado, baseada em muito alarido propagandístico e nenhuma intenção política eficaz, o governo federal tenta empurrar quase 5 milhões de famílias para a exclusão social e a marginalidade”*). É o governo que, ao implantar *“pseudo-reforma agrária de mercado”*, produz a marginalização dos trabalhadores rurais; é o dinheiro contra a vida, ou a dívida contra a vida;
- h) A fome e a necessidade de lutar pela Reforma Agrária são culpadas (*“À margem da sociedade e estigmatizados como ‘marginais’ e bandidos, os sem terra lutam para sobreviver. Condenados a morrer de fome muitos deles preferem a dignidade da luta pela terra mesmo que isto implique o risco de vida: melhor morrer lutando do que definhar de fome sob um viaduto qualquer”*). Maldito o país em que trabalhador recebe o estigma de ‘marginal’ ou ‘bandido’, apenas por ser colocado *“à margem da sociedade”*. De marginalizado a marginal: esse é o caminho percorrido por quem luta para sobreviver. A descrição do caminho de exclusão relatada pelo documento coincide com a produção de exclusão em massa nesse país;
- i) Quem matou o sem-terra é quem está matando o Brasil (*“Quem matou Tiãozinho de Maia é quem está matando o Brasil. Quem matou Tiãozinho de Maia é uma estrutura macabra montada sobre a miséria de muitos para o privilégio da minoria”*). Eis a exclusão revelada com todas as letras: exclusão é morte... e pode ser morte física.

Por fim a nota passa um recado ao governo brasileiro, em forma de ultimato: *“O assassinato de Tiãozinho é mais um sinal vermelho para o governo federal. Ou a nação brasileira realiza a Reforma Agrária, ampla e integralmente, ou não haverá mais nação, vendida e depredada, caminhando rota para a barbárie. É contra isso que lutou Tiãozinho. É contra isso que lutam os sem terra e nós todos”*). Realmente, o governo tem se encarregado de embaralhar os conceitos para confundir a nação. Coloca no mesmo status *“reforma agrária”, “assentamento”, “colonização”, “desapropriação” e “venda de lotes rurais”,* centrando o foco apenas na questão do solo. Já o MST luta por um único objetivo: realizar a Reforma Agrária, de forma ampla e integral. E a razão da ineficácia do governo é que ele está vendendo e depredando a nação; esses são seus compromissos.

No dia 27.11.00, Frei Betto publicou na FSP, Coluna Tendências, p.A3, o artigo *“Terra semeada de sangue”,* responsabilizando o governador Jaime Lerner, do Paraná, pela morte do sem-terra Sebastião de Maia, assassinado durante *“re-ocupação”* da fazenda Água da Prata, em Querência do Norte, PR, na madrugada de 20 para 21.11.00. *“Tiãozinho é a 16ª vítima do regime de terror implantado na zona rural do Paraná, desde 1995, sob o governo Jaime Lerner”*. Tenta mostrar, também, o articulista, que os sem-terra resistem no campo porque são agricultores na sua maioria; para tanto utiliza dados da Agência Brasileira de Inteligência (Abin)⁵⁸, que divulgou os seguintes dados sobre os sem-terra: 50% deles têm entre 25 e 44 anos; 90% não concluíram o 1º grau; 76% são agricultores; 86% são filhos de agricultores; 60% nunca trabalharam na cidade.

Nesse mesmo dia 27.11.00, *“jornalistas solidarizam-se com o MST”*⁵⁹ em artigo disponível no site da Entidade (<http://www.mst.org.br>), manifestando

⁵⁸ O resultado da pesquisa foi publicado no jornal OESP, em 14.05.00.

⁵⁹ *“Jornalistas solidarizam-se com MST”*. Nota assinada por Antonio Castigliola, Artur José Poerner, Estela Lachter, Helio Fernandes, Helio Fernandes Filho, Ivan Alves Filho, José Pinheiro Junior, Mário Augusto Jakobskind, Oséas de Carvalho, Renato Gianuca, Victor Cavagnari, (adesões continuam abertas). Divulgada no site da Entidade, in: <http://www.mst.org.br> em 27.11.00.

“*protesto pela impunidade reinante*” no Estado do Paraná, e pelas ações de violência desencadeadas pelos proprietários e pela Polícia Militar, da qual o Governador “*é o comandante*”, conforme o documento. Ainda atribuem os seguintes títulos ao governador:

- garante da impunidade no Estado (“*queremos manifestar nosso protesto pela impunidade reinante no seu Estado*”);
- conhece um dos fazendeiros matadores e nem sequer o admoesta (“*Bráulio Lopes, um expoente da UDR, seguirá sem ser sequer admoestado*”);
- ampara violências múltiplas (“*É o que tem acontecido no Estado do Paraná, onde nos últimos anos a violência tem se feito presente, seja através das tropas de choque dos grandes proprietários de terras improdutivas, seja mesmo por ação da Polícia Militar, que o senhor, governador Jaime Lerner, é o comandante*”);
- joga duro com o MST, prejudicando a democracia (“*Jogar duro e usar forças do Estado contra o MST, como tem acontecido ao longo de suas gestões, senhor governador do Paraná, não ajuda a democracia, muito pelo contrário*”);
- planta notícias desabonadoras e inverídicas contra o MST (“*A melhor forma de acabar com o MST, senhor governador, não é a violência ou plantar notícias desabonadoras e inverídicas contra o Movimento, como fazem periodicamente o seu governo e o federal, mas sim realizar, de fato, a REFORMA AGRÁRIA*”);
- opta por estar ao lado da UDR (“*O senhor, governador Jaime Lerner, por suas origens, não poderia fazer a opção que fez, ao lado da UDR, como tem demonstrado na prática*”);

- suas ações se comparam às ações nazistas do III Reich: (*“No século que se encerra, o mundo assistiu a uma série de barbaridades resultantes do uso de força para manter privilégios, como aconteceu na II Guerra Mundial. Na aventura nazista do III Reich, senhor governador, grupos econômicos poderosos que se sentiam ameaçados se agruparam e embarcaram em uma aventura que custou milhões e milhões de vidas”*)⁶⁰;
- fica ao lado dos que querem manter privilégios: (*“Ficar ao lado dos que querem a todo custo manter privilégios não engrandece a nenhum homem público”*);
- equipara-se aos inimigos da Revolução Francesa: (*“obstacularizar algo que no Brasil já deveria ter sido feito há séculos, como a REFORMA AGRÁRIA, equipara as atuais autoridades historicamente aos personagens que ficaram do outro lado da trincheira da Revolução Francesa de 1789”*). Na França as terras pertenciam ao clero e aos nobres. A luta pelo acesso à terra foi uma das causas imediatas da Revolução Francesa, com a derrocada destes privilegiados.

No dia seguinte (28.11.00), na mesma coluna *Tendências/Debates* da FSP, o governador assina um artigo bem mais longo que o do Frei Betto, mas em nítido diálogo com ele, sob o título *“Mais que sangue, esperança”*, claramente uma réplica. Enquanto este dizia em seu título que a terra estava semeada de sangue, o governador afirma que a terra está semeada de sangue e de esperança. Não há uma negação do governador a respeito da semeadura de sangue, no jogo de palavras que ele estabelece. O que ele afirma com certeza é

⁶⁰ O Informante 2, ao aliar Capital e violência assim se expressa: *“Hitler - Na verdade poderia ser substituída por homem. Criação mais morticida do Capital. A ocidentalidade não deveria ser a mesma depois da consciência produzida pelo que ele idealizou, realizou, e realizaria. Impossível aceitar que uma dada práxis social forje o ser social (que na verdade não é apenas um, mas a condição presente em todos) com todos os adjetivos e comportamentos imputados a ele, Hitler”*.

que joga mais esperança que sangue nas terras do Paraná, mas que também joga sangue. Teria sido traído o governador pelo jogo de palavras que estabeleceu, se assumindo um matador de sem-terras? O título de seu artigo garante que ele aceita que semeia sangue, tanto que admite duas mortes de sem-terras no ano 2000, e “*mais que sangue*”; ele também semeia “*esperança*”.

Para os padrões normais do exercício do poder nesse País, é digno de nota o próprio governador entrar nessa luta, assinando um artigo em jornal de grande circulação nacional, como a FSP. Não é normal que políticos e a classe dominante saiam para o confronto. Quem tem mediado esse grande diálogo social tem sido a imprensa, mas raramente com artigos assinados por parte dos detentores do poder. Tendo em vista que a luta é entre o MST e os donos do poder e das terras, ambos se esforçam para fazer valer suas intenções: o MST que fazer valer que sua luta é justa e suas reivindicações devem ser atendidas; os donos do poder e das terras querem passar a idéia de que as terras são produtivas, que a Reforma Agrária já está acontecendo, e que o MST defende apenas interesses políticos de oposição. Esse grande diálogo raramente se dá de forma presencial, e normalmente é travado, justificando o papel mediador da imprensa, entre o MST e a imprensa, o governo e a imprensa e os fazendeiros e a imprensa. Funciona, dessa forma, a polifonia bakhtiniana, pois sujeitos de campos opostos se tornam interlocutores, tendo a linguagem como um instrumento mediador da luta, e confirmando-a como um ato social que produz sentidos e constitui poderes. Certamente julgou o governador que sua palavra investida de poder calaria os adversários, pois certamente entende que a palavra é poderosa no jogo social quando um poderoso na escala social a pronuncia. Mas em uma situação de conflito, quando as partes contam com nova organização na fileira dos aliados, a versão dos fatos é importante quando se aproxima dos fatos reais.

Além de se defender, é óbvio, o governador acusa o religioso Frei Betto de faltar com a verdade e o MST de não respeitar a lei, e apresenta os números “*dos programas de assentamento*” levados a cabo no Estado desde 1995, ano em que assumiu o governo. E diz, fechando o artigo: “*No Paraná, a verdade é que os programas de assentamento já garantiram, no meu governo, 24.200 novos proprietários rurais*”. É bastante interessante a descrição feita pelo governador da estrutura fundiária do Paraná: “*A estrutura fundiária do Paraná não é baseada no latifúndio. Ao contrário, das 369 mil áreas rurais cadastradas no Estado, 92% são pequenas propriedades, com até 100 hectares de extensão. Outras 7% possuem entre cem e mil hectares. Só 17 propriedades, todas produtivas, possuem mais de 10.000 hectares*”.

Além disso traz outros dados fundiários e sociais a respeito do Paraná: a) em 1999 aconteceram 64 invasões de terra; b) até a presente data do ano de 2000 foram apenas 10 invasões de terras; c) no ano de 2000 já foram executadas 38 ordens de reintegração de posse; d) o governo federal e o Incra assentaram, desde 1995, 11.570 famílias no Paraná; e) o governador já construiu 301 vilas rurais, assentando 11.322 famílias de “*bóias-frias*”; f) desde 1995, foram assentadas no Paraná 11.570 famílias, pelo Incra e governo federal; g) Frei Betto acusa a morte de 16 sem-terras, desde 1995, mas o governador usa dados da FSP para afirmar que apenas 2 vítimas foram feitas no Paraná no ano de 2000; h) em 1999, o Incra assentou 3.046 famílias no Paraná, e no ano 2000 já assentou 1.200 famílias.

Além dessas informações, o governador se refere à morte de “*uma família de dissidentes do MST, em Rio Bonito do Iguaçu*”, e diz que “*militantes do MST foram detidos e são apontados como os principais suspeitos do crime*”; é o governador devolvendo a acusação: matadores são os militantes do MST. E novamente o governador acusa o MST, afirmando que quer apurar a morte de Sebastião, mas as testemunhas indicadas pelo MST não estão colaborando, pois

o *“MST prefere acobertar o assassino para lançar a culpa nos governos estadual e federal”*.

Um leitor da FSP (Rogério Sottili), escreveu carta ao Painel do leitor (29.11.00), defendendo Frei Betto e os sem-terras, e perguntando ao governador: *“Obrigação com a verdade e respeito à lei é torturar e matar sem-terras? É permitir que sua polícia seja contratada como jagunços de fazendeiros? É realizar despejos às 4 horas da manhã, espancando mulheres e crianças? É não cumprir acordos firmados entre as partes?”*. O leitor usa termos como *“torturar”* e *“matar”*, atribuindo-os à ação do governador; além disso relaciona *“polícia”* a *“jagunço”*, colocando as mesmas pessoas nos dois lados da ação; a *“despejo”* ele adiciona *“espancando”*, e busca amparo na lei para dizer que os despejos são ilegais, pois feitos às quatro horas da manhã; e quando fala de *“acordos”*, acusa o governador de *“não cumprir”*. Não saiu ainda a defesa do governador contra essas acusações. E provavelmente ele não escreverá mais sobre esse assunto na FSP. Ele já falou, e a fala do poder é uma só: *“Roma locuta, causa finita”*.

O coordenador estadual do MST do Paraná, Rogério Mauro, em carta ao *“Painel do Leitor”* (FSP, 30.11.00), desmente os números usados pelo governador, dizendo: *“Em relação aos números, mais uma vez o governador falta com a verdade. Segundo dados oficiais do INCRA, de 1995 até hoje foram assentadas 9.007 famílias (2.563 menos que os números do governador). Em 1999, foram assentadas 1.285 famílias, e não 3.046. Neste ano, apenas 704 famílias foram assentadas, e não 1.200 como diz Lerner. Nesse ritmo, serão necessários 200 anos para assentar 304 mil famílias sem-terra do Paraná. E nosso governador acha isso um grande feito”*. Quanto à morte da família, em Rio Bonito do Iguaçu, o dirigente afirma: *“ou o governador é mal assessorado ou mal-intencionado. Lerner faz acusações infundadas contra o MST, especialmente sobre a chacina de Rio Bonito do Iguaçu, já esclarecido pelo Ministério Público. O caso, além de não ter relação com o MST, está ligado ao narcotráfico”*.

Quanto ao assassinato da Família em Rio Bonito do Iguaçu, a FSP (08.12.00, Caderno Brasil) voltou a noticiar sob a manchete: *“Três acusados por chacina vão a júri popular no Paraná em 2001”*. E o crime é visto como *“vingança”*, pois que dois dos acusados haviam sido denunciados, por um dos assassinados, por crime de extorsão. Esses contrataram um executor, que matou e degolou o casal e mais dois filhos menores, que moravam no Acampamento da Associação dos Produtores para a Reforma Agrária (APRA). A notícia ainda afirma: *“O Ministério Público do Paraná informou que nenhum dos acusados, ou a vítima, mantinham qualquer relação com o MST”*. Ainda a notícia se refere à acusação do governador Lerner no citado artigo, ao dizer que *“militantes do MST foram detidos e são apontados como os principais suspeitos”*. E passa a utilizar os depoimentos da promotora pública de Laranjeiras do Sul (que *“disse ‘estranhar’ o artigo do governador”*, pois o MST nunca foi relacionado pelo Ministério Público ao crime), e do delegado que presidiu o inquérito (que *“também negou qualquer envolvimento do MST”*). Consultando Lerner, seus assessores informaram à FSP que o governador tomou como base para citar militantes do MST o inquérito policial e uma reportagem do jornal *“Gazeta do Povo”*, com cópias encaminhadas à FSP. Mas a FSP informa que *“tanto na reportagem do jornal como no inquérito não existe menção ao MST”*. A assessoria do governador volta a afirmar que *“o que foi enviado foi apenas um extrato e que no inquérito há a relação”*.

O professor Fábio Konder Comparato publicou o artigo *“Trabalho com capita”*, na FSP (01.11.00), coluna *Tendências/Debates*, iniciando-o dessa forma: *“Desta vez, não há dúvida: o governo decidiu acabar com o MST, que há anos vem denunciando a triste farsa da reforma agrária”*. Depois de se referir aos mortos e processados do MST, à não liberação do crédito para plantio por parte do governo, à retirada das entidades da mesa de negociação com o governo, ao

não-empenho de mais da metade das verbas aprovadas no Orçamento (R\$ 1,3 bilhão) para a reforma agrária (não esqueceu de dizer que “*o mesmo governo decidiu, em menos de 24 horas, despejar a fundo perdido, no Banco Marka, o equivalente a R\$ 1,6 bilhão*”), o articulista chega ao assunto do “*desvio de dinheiro pelo MST*”, discutindo-o dentro de um contexto mais amplo, como o já colocado, e dizendo: “*Enquanto esse indecente jogo de cena ocorria veladamente em Brasília, lançava-se mão na opinião pública, com alguns jornalistas do primeiro escalão, a cavilosa denúncia de que os dirigentes do MST haviam desviado, em proveito próprio, recursos do crédito agrícola. Rapidamente acionada, a Polícia Federal apressou-se em abrir dezenas de inquéritos em todo o país para investigar os fatos. Os meios de comunicação de massa logo estamparam a notícia com o devido alarde*”. Ao destacar a ação do governo, que antes era acusado de condescendente com o MST, Comparato diz: “*Como ninguém mais pode fingir ignorar que os atuais governantes, com raríssimas exceções, são simples mandatários (para não usar outra palavra mais apropriada) das forças dominantes, internas e internacionais, dúvida de que essa súbita mudança de orientação política indica terem os mandantes comunicado ao governo o seu veredicto condenatório do MST*”.

As perguntas que o articulista levanta em seguida são: a) por que o governo se coloca do lado mais fraco e atrasado das classes dominantes? b) expropriar os latifúndios afetaria os setores hegemônicos? c) o FMI pensa que uma reforma agrária efetiva prejudicaria o equilíbrio das contas e o serviço da dívida externa? Mas ele mesmo reconhece que a pergunta verdadeira é outra: “*trata-se de saber em que medida o atual sistema político-econômico pode tolerar movimentos de organização de trabalhadores para a defesa de seus direitos fundamentais*”. Lembra o autor que os sindicatos foram permitidos no século passado desde que não questionassem a propriedade do capital e o controle da empresa. Mas com o MST isso não é possível, pois que seus associados são trabalhadores não-assalariados, e precisam, para poderem trabalhar, deter a

propriedade ou algum direito real de fruição sobre a terra. Daí sua incompatibilidade com o sistema capitalista de produção, pois *“o que está em jogo é a destruição, pelo menos no mundo rural, do mito ideológico, espalhado aos quatro ventos nos últimos 30 anos, no qual o capitalismo é o único sistema econômico viável”*.

Penso que Comparato atinge o cerne da questão, tanto ao levantar as perguntas que ele descarta, quanto ao se decidir por estabelecer uma resposta central, nevrálgica, que atinge o cerne da questão: o sem-terra, enquanto movimento social organizado, está produzindo uma outra voz dentro do jogo social, e se constituindo em um espaço de conquistas que vai quebrando a hegemonia do sistema e do modo de produção instaurado, e com isso se constitui num exemplo a ser derrotado pelas forças dominantes. E, nesse caso, o sistema repressivo age com a força policial, e o sistema legal vêm em socorro dos dominantes, agindo do seu lado, nessa guerra ideológica.

(b) Localismo: O imaginário do espaço comum.

As ligações entre palavras podem se dar em ordens diversas, dependendo da intenção do analista. Mas como, na pesquisa entre formadores de opinião, as palavras vieram acompanhadas de alguma descrição do seu conteúdo, segundo a ótica do informante, será mais abrangente seguir estas pistas por elas colocadas. Assim, poderia tomar as palavras ‘globalização’ X ‘valores locais’⁶¹, para pensar sobre a presença de atletas brasileiras em Sydney, *“a cidade que*

⁶¹ O Informante 9 apresenta “valores locais” como uma de suas fotografias do mundo, em oposição a globalização: *“Valores Locais - Contrapondo ao processo de globalização, embora este termo seja amplamente utilizado, o enfoque de geração de processos e não de difusão, passa pela descentralização de “poder”. Os valores locais no processo de gerenciamento é cada vez mais atual. Graças a esse enfoque o desenvolvimento do Agroturismo, atividades econômicas associativas e outras atividades locais diversas já é realidade”*.

acolhe o mundo”, no dizer de um jornalista da ESPN. Deve ser melhor entender/ler o Brasil quando se vêem, por exemplo, as relações eivadas de contradições presentes entre os atletas que estavam no desfile dos Países nas Olimpíadas 2000, em Sydney.

Atletas do nosso País, que nada têm em comum entre eles, a não ser o fato de serem esportistas e brasileiros, e estarem desfilando lado a lado, na Cerimônia de Abertura dos Jogos Olímpicos, e representando, naquela solenidade, o País; se lá estava o Guga (Gustavo Kuerten, que já acumulou mais de 9 milhões de dólares só em prêmios na sua curta carreira (04 anos) de tenista; também estava lá o Claudinei Quirino, um ex-menor abandonado e hoje um velocista de sucesso; se lá estava André Johannpeter, nascido já em berço de ouro, filho de um megaempresário, dono de grandes siderúrgicas aqui e no exterior; também estava lá a ginasta Daniela Hipólito, filha de uma lavadeira e pai desempregado; também lá estava Antônia, 43 anos, levantadora de peso, e costureira por profissão, ao lado de Torben Grael, herdeiro rico de uma família rica de velejadores.

O que parece emergir dessa contradição é a cara do Brasil. Corre solta nessa junção, nesse encontro inesperado, mas óbvio em uma sociedade como a nossa, que ‘todos somos iguais’ (perante Deus; perante o Estado jurídico; perante a esperança); há uma representação que afirma que basta vencer na competição, e isso depende de um esforço absolutamente pessoal, e as desigualdades vão sumir (na maioria dos casos nem se fala mais em desigualdades, mas em diferenças).

Afinal, a igualdade é salvadora para os excluídos. A sensação de igualdade parece conferir a impressão de inclusão aos excluídos, por um lado, e a possibilidade de os incluídos se apresentarem como redentores, por outro lado. Vivemos muito no Brasil essa busca da igualdade salvadora. Tanto a encontramos na prática dos esportes, quanto na possibilidade de escolarização e

de emprego; tanto ela pode ser vivenciada na igreja, quanto na política. Aliás, os políticos brasileiros aprenderam a encarnar com extrema competência essa tarefa salvacionista, apresentando-se como messias salvadores. E os excluídos parecem estar sempre à procura da possibilidade de serem salvos por algum iluminado.

No imaginário nacional, o “*espaço comum*” é o Centro. Discursivamente construído, para metaforizar um lugar social, esse Centro, que rejeita a esquerda e a direita, criou uma “*comunidade imaginária*”, que está aquém e além das classes sociais, e que tem força suficiente para diluir e, principalmente, apagar as desigualdades brutais de uma sociedade brutalmente iníqua, com um jeitinho maroto e alegre de se viver, o que parece partilhado por todos. Nesse Centro as desigualdades se transformam em diferenças, e estas se convertem em identidade; nesse “*espaço comum*” cabem o futebol, o pagode, o samba, a política, a escola, a igreja, a TV.

Apela-se a esse “*espaço comum*”, livre de politização, sempre que se precisa manter as relações existentes, quer sejam elas político-partidárias (FHC foi ao centro e chamou a direita para compor sua base de governabilidade), quer político-sociais (a política social do governo é executada pela “*Comunidade Solidária*”), quer político-jurídicos (casos como a cassação do senador Luiz Estevão, a ação do corruptor PC e Juiz Nicolau, a compra de votos para garantir a reeleição, o desvio volumoso de dinheiro, como o que se dá no Banco Central, na SUDAM e no DNER, são rapidamente digeridos e escondidos). Afinal, precisamos viver em paz neste lugar da festa, neste espaço comum⁶².

**PRO
DUTO
RA**

DE

**IGUAL
DADE**

⁶² A metáfora espacial se temporaliza agora na televisão, que vem ocupando cada vez mais o espaço nobre das casas, reiterando o discurso hegemônico, quer pelos noticiários, quer pelos programas ficcionais; e também deixa de ser construção discursiva para ser realidade nos espaços públicos-privados, lugar dos iguais, que são as praças dos shoppings, onde podem circular sujeitos diferentes, mas jamais sujeitos desiguais, conforme afirma o Informante 11: “*Outro exemplo são os Shopping Centers que, substituindo as praças como local de convívio público, numa espécie de pseudo espaço público, priva as pessoas do convívio com o outro...*”.

Os iguais ficam cada vez mais iguais. E passa a impressão de que as pessoas não querem se encontrar com o outro: querem se encontrar é com o mesmo. E nesses momentos todos de encontro, encontrar-se com o mesmo, com o igual se apresenta como festa, como confraternização, e se dá como um “acontecimento carnalizado”⁶³. É possível se ver mesmo um único País construindo discursivamente a diferença para produzir o disfarçamento e o apagamento das desigualdades⁶⁴. É o disfarce ideológico dando conta de explicar uma relação complexa, pela simplificação reducionista.

LU
GAR

DO

ESPA
ÇO

CO
MUM

Um objetivo comum apaga e disfarça todas as outras desigualdades verdadeiras. Só porque são esportistas parecem uma turma de colegiais; carregando a bandeira do País, vestindo as roupas oficiais dos patrocinadores do esporte do País, falando em defender o País, oferecendo as vitórias ao povo sofrido do País, apagando-se enquanto sujeitos etc. (disse Claudinei Quirino depois da conquista da medalha de prata no revezamento 4x100: “*Queria falar para o povo brasileiro, sofredor, que trabalha, humilde, que esta medalha não é nossa, é de vocês. Esta medalha é um patrimônio do Brasil. Corremos com coração. Somos Brasil, não temos nome*”). Os atletas diferentes na sua origem social se equiparam enquanto representantes do mesmo País, e falam o mesmo discurso homogêneo ufanista. E todos os atletas conseguem essa postura por conta de ‘virtudes’ históricas do brasileiro de qualquer classe social, mas mais especificamente dos excluídos: a manha (se defende sem atacar) e a astúcia (se defende, atacando disfarçadamente). Somos manhosos e astuciosos. Algo vai

⁶³ Conceito muito rico no trabalho de Bakhtin, mas aqui nesse contexto apenas citado de forma ligeira e superficial. Gostaria aqui de passar a idéia de que carnaval, nessas circunstâncias, é quando convivo com outros que se parecem comigo, que fazem o meu papel; ao mesmo tempo eu faço o papel dos outros, me pareço com eles, represento-os. É a sociedade da cópia, do clone, do igual.

⁶⁴ A palavra “*desigualdade*” foi citada 8 vezes pelos Informantes, e “*igualdade*” foi citada apenas 3 vezes e pelo mesmo Informante

mal na linha do Equador. E os atletas brasileiros, assim como de outros países, se vestem com a bandeira nacional. Que força simbólica tem esse objeto de produção de igualdade pela nacionalidade! E os jogos olímpicos ampliam essa ideologia da igualdade mundial. O esporte nos faz a todos iguais.

Estamos dando conta de construir a igualdade de caráter formal, jurídico⁶⁵. Os iguais realmente são iguais. Também a globalização produz esta igualdade⁶⁶. Não pertencemos todos, de fato, a um mesmo grupo social, principalmente nessa sociedade de base capitalista, criada pela globalização. Mas dá a impressão que pertencemos, pois manuseamos equipamentos altamente tecnologizados, possuímos cartões magnéticos para movimentar contas bancárias e outros serviços (até os aposentados movimentam seus rendimentos com cartões magnéticos), os telefones celulares se disseminaram rapidamente, permitindo seu uso em larga escala... Parece mesmo que todos participamos dessa grande comunidade global, pois de alguma forma somos enredados pela tecnologia e pelos discursos que lhe dão sentidos sociais.

Tem-se discutido muito nos últimos tempos, especialmente no canal ESPN, o porquê de sucessivas derrotas dos times brasileiros em horas de decisão; em alguns casos se concluiu pela desigualdade e inexperiência técnica, mas na maioria dos casos a acusação tem recaído sobre a capacidade de decisão, sobre fraqueza mental, falta de orgulho, falta de malícia, perda de identidade cultural (queremos jogar como os europeus e nos esquecemos como jogava o brasileiro), atletas com baixa capacidade intelectual, atuação com destaque para a individualidade nos jogos coletivos [falta espírito coletivo], falta de infra-estrutura esportiva, etc. Também insistem que os esportes brasileiros

⁶⁵ Nesse sentido, é bom ouvir o que afirma o informante 3: "*Nunca se excluiu tantos em nome da igualdade, nunca fomos tão diferentes depois da busca da igualdade, porque sempre procuramos dar voz e vida somente aos iguais*".

⁶⁶ Diz o informante 9: "*A facilidade de intercâmbio econômico, de deslocamento e de informações, em nível planetário nos faz sentir cada vez mais pertencente a uma mesma sociedade (global)*". Veja bem o que ele afirma: "... nos faz sentir...".

não poderiam ser diferentes do País Brasil [*“se o País vai mal, os esportes também terão que ir mal”*, coisa que o Galvão Bueno e a Globo jamais diriam, pois individualizam a culpa no atleta]. O próprio técnico da equipe de Camarões, que nos derrotou, afirmou que o Brasil joga mal o futebol porque quer jogar como os europeus, e deixou de lado o jeito brasileiro de jogar.

Os discursos explicadores desse *“elogio da Igualdade”* são discursos justificadores e, portanto, reverberadores da situação vivida por cada um, pois o mundo é assim não porque seja natural que tem que ser assim, ou porque alguma força sobrenatural exige que seja dessa forma. As diferenças/ desigualdades são produzidas sobre bases materiais, que estabelecem as diferenças na cultura. Mas tudo isso deve ser ocultado, pasteurizado. E em momentos de crise social acabam aparecendo⁶⁷.

É o discurso do Caminho Único, o discurso da Grande Irmandade. Discurso de origem católica, que disseminou sentimentos de fraternidade, sem que tais sentimentos resultassem em ações que pudessem realmente criar no país *“uma só família de irmãos e irmãs”*. Mas, se todos somos brasileiros, logo todos somos iguais; se todos somos esportistas brasileiros, todos somos esportistas iguais; e atletas e torcida se irmanam na luta contra todos os outros países, que então são os diferentes, mas são irmãos. Nas festas nos confraternizamos; no carnaval todos nos nivelamos; em estádios de futebol todos somos uma grande família; utiliza-se expressões como *“xará”*, *“companheiro”*, *“mano”*, *“bem”* (no sentido de *“meu bem”* = talvez resquícios da escravidão quando o outro diferente, o negro ou o indígena, juridicamente, era mesmo um bem, no sentido de propriedade/patrimônio).

O sujeito que está sendo construído por esse cruzamento das forças produtivas, tanto entre a velha e a nova economia, quanto entre os processos de

⁶⁷ O informante 11 já alertava para isso: *Por outro lado, a desigualdade acaba por redundar na aceitação de diferenças sociais (aquisitivas) absurdas em nome de uma pré suposta 'idade social' diferente.*

economia real e economia abstrata é um sujeito que se sente a reboque, levado ao sabor dos humores do Mercado, o Grande Deus, o Grande Irmão⁶⁸, o Déspota Absoluto, o produtor do discurso uníssono, ao mesmo tempo que seu produto. Cabe ao sujeito sobreviver nesse discurso e no mundo real: ou incluído, enquanto participante do mercado, ou excluído, enquanto não-consumidor. E sobreviver individualmente, pois que os projetos coletivos tiveram decretada a sua falência, e são apresentados como jurássicos.

Os termos mais usuais para disfarçar essa falência total dos projetos coletivos são “*globalização*”, “*transnacional*”, “*multinacional*”, “*mundial*”, na tentativa de convencer esse mesmo sujeito excluído de que, mesmo que ele não esteja incluído dentro de um sistema social e político local, ele faz parte de um projeto global, total. Excluído na particularidade para ser incluído na generalidade.

⁶⁸ O Informante 2 se refere ao Grande Irmão para se referir às formas de controle social: “*Grande Irmão - formas de controles sociais que reduzem cada vez mais o espaço da individualidade: câmeras de circuito interno, patrulhas ideológicas, detetores de metal, padronização da produção acadêmica, políticas do Estado para redução do fumo, álcool, repressão à prática da prostituição e consumo de drogas em adultos*”.

PROGRAMA DE ESTUDOS

A noção de pistas, para analisar discursos, sempre traz consigo, como já alertou Voese (1998:174), “*uma idéia de precariedade*”, pois que nunca são elementos transparentes e seguros para se tirar uma conclusão definitiva.

Por estar discutindo uma relação sempre presente no meio social, qual seja a relação que se dá entre a ideologia, língua e sociedade, não há conclusões definitivas, mas apontamentos de caminhos, de modo a constituir um programa de estudos.

1. Antes havia necessidade de um exército de reserva para garantir a exploração da mais-valia; agora trabalhamos com o excluído. Este não é mais necessário no sistema organizado da sociedade globalizada. Ele é dispensável em todos os sentidos. Ele não é mais necessário para constituir o Outro, incluído. A relação de classes se dá apenas entre incluídos? Quais as diferenças nestas relações, comparando-as com o sistema anterior? Como os discursos organizam estas novas relações?

2. Na comemoração dos quinhentos anos do Descobrimento, os índios espalhados por vários territórios e tribos, por todo o Brasil, foram às ruas, marcharam até Porto Seguro, onde estava se dando a festa-farsa, e apareceram aos olhos da nação e do mundo, falando de seus dramas, seus sofrimentos e propondo alternativas. Eles apontam um outro projeto de Nação?
3. Constantemente os sem-terra ocupam a mídia nacional, invadindo um prédio público ou uma fazenda, e falam de sua vida, seus sofrimentos e seus sonhos. Estes discursos gestam um projeto alternativo de organização social?
4. Os pobres urbanos encontram sempre força para se fazerem aparecer; ora é em grupo, (visita ao shopping e ao Supermercado no Rio de Janeiro, em ação carnavalesca), ora em atividade individual (assaltante morto na linha 606, no Rio, em ação violenta e sangrenta). E falam... Um outro projeto de convivência está em construção?
5. Os excluídos sempre sobreviveram à expulsão social e econômica, e, de vez em quando, aparecem, e todos vemos que eles estão vivos. Eles mesmos produzem e consomem as condições de sua sobrevivência. São os “*prossumidores*”, de que Toffler nos dá notícia – os que são produtores e consumidores. Se deixarmos de acobertar estes processos de produção sob o manto da noção de “*economia informal*” que relações novas aí se constituem?
6. E eles também falam. Eles produzem um discurso imbricado com o discurso da globalização, com um sentido diverso. O que significa que a harmonia hegemônica do discurso globalizado, aquela harmonia uníssona e uniforme que elogia a diferença, desde que a diferença se dê no interior da sociedade globalizada, fica quebrada pelo discurso diverso dos excluídos. Mesmo que não saibamos o que todos eles, em suas

organizações, estão dizendo, ou que nem ouçamos o que eles dizem, temos vozes outras falando na sociedade, no mundo globalizado. Há outros discursos. Mesmo que não estejamos entendendo o que eles estão falando, é urgente que nos debruçemos sobre esse discurso, e que possamos entendê-lo. Eles estão dizendo outras coisas que podem ser importantes para os caminhos que o mundo pode tomar. Afinal, eles são sobreviventes em um mundo que não quer aceitar sobreviventes... E estão se constituindo no Outro dos incluídos. Se a relação econômica entre incluídos e excluídos é inexistente e dispensável, como a relação de alteridade constitui uns e outros?

7. O receituário de medidas produzido pela globalização tem sido imposto com um discurso uníssono e hegemônico e de poucas palavras: superar todas as barreiras ao livre comércio. A imposição desse caminho único tem exigido a utilização de todos os meios de convencimento voltados aos incluídos, e ações sangrentas e anestésicas voltadas aos excluídos. Aqui no Brasil a situação e o comportamento político-econômico do governo é de seguidor desta cartilha, às custas de dívidas impagáveis e privatização, sangue e vida, pobreza e desigualdade insuportáveis, e mudanças na organização da vida nacional. Aos poucos, os discursos de oposição a esse modelo vão encontrando seus eixos ideológicos. A defesa da vida e do cidadão tem garantido a construção dessa entonação discursiva dos ainda incluídos, dirigindo-se a seus pares, falando sobre os excluídos. Os processos de construção de hegemonia não passam ilesos por processos de contra-hegemonia. *“Um outro mundo é possível”*. Com que palavras este discurso vem sendo forjado?

PERGUNTAS DE UM TRABALHADOR QUE LÊ

Quem construiu Tebas de sete portas?
Constam nos livros os nomes dos reis;
terão os reis arrastado os blocos de pedra?
E Babilônia, tantas vezes arrasada
- quem, tantas vezes, a reconstruiu?
Em que edifícios da dourada Lima os construtores moravam?
Para onde iam, à noite, os pedreiros, depois de pronta a Muralha da China?
A grande Roma é cheia de arcos de triunfo. Quem os ergueu? Sobre quem
triunfavam os césares? Teria a tão decantada Bizâncio
só palácios para os seus habitantes? Até na lendária Atlântida,
na noite em que pelo mar foi tragada,
os afogados devem Ter gritado por seus escravos.
O jovem Alexandre conquistou a Índia
sozinho? César, vencendo os gauleses,
não levaria consigo ao menos um cozinheiro?
Chorou Felipe de Espanha quando a sua esquadra foi
a pique; e ninguém mais terá chorado?
A cada página, um grande feito.
Quem cozinhava o banquete?
De dez em dez anos, um grande homem.
Quem pagava as despesas?
Tantas histórias,
quantas perguntas.

(Bertold Brecht. In: *Poemas e canções*.
Tradução de Geir Campos)

RESUME

A partir du présupposé qu'il y a un discours en circulation dans la société qui indique que nous vivons dans un "*Nouveau Monde*", ce travail a comme axe l'analyse de ce discours, qui se présente et se représente comme homogène et rectiligne. En faisant usage d'auteurs qui traitent exhaustivement de ce thème, comme Alvin Toffler, Domenico De Masi et Darcy Ribeiro, on signale les conditions de production et la charge idéologique présentes dans cette construction discursive installatrice d'hégémonie qui se présente homogène et unique. La présence d'un discours nouveau exige la constitution d'un sujet aussi nouveau, processus ici étudié à partir des concepts élaborés par Bakhtine, surtout sa proposition d'un sujet fondé dans l'altérité et constitué par le langage en usage. Ayant en vue que tant le langage comme le sujet se fondent dans le jeu qu'il y a entre la base matérielle de l'organisation sociale, fruit du travail humain, et sa systématisation idéologique, résultat de l'interaction sociale, on analyse le contenu des discours qui reflètent l'idéologie stabilisatrice et officielle -- ceux qui traitent de la globalisation et du néolibéralisme -- et le contenu des discours qui reflètent l'idéologie instable et non-officielle -- ceux d'un mouvement social organisé, MST -- qui vit dans l'affrontement direct aux postulés et à la pratique néolibérale, dans un contexte local, et ceux qui émergent dans les manifestations de protestation pendant des réunions des dirigeants mondiaux, et qui à cause de cela se répercutent dans les moyens de communication sociale, universalisant la circulation de ses propos concrètement locaux, puisque proférés dans les lieux où se passent ces réunions. Dans ce complexe jeu social on cherche, en dernier ressort, analyser comment se présente la relation entre langage, idéologie et société, et comment les discours antagoniques s'entreprennent et sont constitutifs l'un de l'autre.

MOTS-CLEFS:

1. Discours. 2. Conflits sociaux - Brésil. 3. Subjectivité - aspects sociaux.

BIBLIOGRAFIA

AUGÉ, Marc (1995). **Hacia una antropología de los mundos contemporáneos**.
Barcelona: Gedisa.

BAKHTIN, Mikhail M. (1920-24). *Hacia una filosofía del acto ético*. In: _____. **Hacia una filosofía del acto ético. De los borradores y otros escritos**. Editorial de la Universidad de Puerto Rico/Anthropos, 1997.

_____. (1920-30). *O autor e o herói*. In: **Estética da criação verbal**. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

_____. (1926). *La palabra en la vida y la palabra en la poesía. Hacia una poética sociológica*. In: _____. **Hacia una filosofía del acto ético. De los borradores y otros escritos**. Editorial de la Universidad de Puerto Rico/Anthropos, 1997.

_____. (1927). **Freudianism. A critical Sketch**. New York: Academic Press.

_____. (1929) **Marxismo e filosofia da linguagem**. 3.ed., São Paulo, Hucitec, 1986.

_____. (1929). **Problemas da poética de Dostoiévski**. 2.ed.rev., Rio de Janeiro, 1997.

- _____. (1940-60). *De los borradores*. In: _____. **Hacia una filosofía del acto ético. De los borradores y otros escritos**. Editorial de la Universidad de Puerto Rico/Anthropos, 1997.
- _____. (1952-53). *Os gêneros do discurso*. In: _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- _____. (1959-61). *O problema do texto*. In: _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- _____. (1970-71). *Apontamentos 1970-1971*. In: **Estética da criação verbal**. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- _____. (1974). *Observações sobre a epistemologia das ciências humanas*. In: **Estética da criação verbal**. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- _____. (1975). **Questões de literatura e de estética - A teoria do romance**. 4.ed., São Paulo, UNESP/Hucitec, 1998.
- _____. (1977). **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. 3.ed., São Paulo/Brasília, Hucitec/Editora da Universidade de Brasília, 1996.
- _____. (1979). **Estética da criação verbal**. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- BARROS, Diana Pessoa de & FIORIN, José Luiz. **Dialogismo, polifonia e intertextualidade: em torno de Mikhail Bakhtin**. São Paulo, USP, 1994.
- BECK, Ulrich (1998). **¿Qué es la globalización? Falacias del globalismo, respuestas a la globalización**. Barcelona: Paidós.
- BELL, Daniel. **The coming of the Post-Industrial Society**. Texas University Press, 1973.
- BEZERRA, Paulo Azevedo. *Bakhtin contextualizado*. In: **Folha de São Paulo**, Jornal de Resenhas, 1998.
- BIROLI, Flávia Millena. *Memória: tempos, sujeitos, projetos*. In: **Análise do Discurso - Cadernos da F.F.C. v.6, n.2, 1997. p. 13-19.**

- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa, Difel, 1989.
- _____. **Coisas ditas**. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- BRAIT, Beth. **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas, UNICAMP, 1997.
- _____. *Sujeito e linguagem: a constitutiva alteridade*. In: **Cadernos de Estudos Lingüísticos 35:77-93**, Campinas. UNICAMP, Jul./Dez. 1998.
- CASTRO, Gilberto de. **Em busca de uma lingüística sociológica: contribuições para uma leitura de Bakhtin**. Curitiba, UFPr, 1996. Dissertação de Mestrado.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- _____. **Convite à Filosofia**. São Paulo, Ática, 1994.
- DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette. Mídia, Cultura, Revolução**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- DE MASI, Domenico. **O futuro do Trabalho – fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Editora da UnB, 1999.
- _____. **Desenvolvimento sem trabalho**. São Paulo: Esfera, 1999.
- _____. **O Ócio Criativo**. (Entrevista a Maria Serena Palieri). Rio de Janeiro, Sextante, 2000.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.
- FAÏTA, Daniel. *A noção de “gênero discursivo” em Bakhtin: uma mudança de paradigma*. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin, dialogismo e construção de sentido**. Campinas, UNICAMP, 1997.
- FARACO, Carlos Alberto e outros. **Uma introdução a Bakhtin**. Curitiba, Hatier, 1980.

- FARACO, C. A. & TEZZA, C. & CASTRO, G. de. **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba, Editora da UFPR, 1996.
- FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. **A estratégia dos signos**. São Paulo, Perspectiva, 1981.
- FREITAS, Maria Tereza de Assunção. **O pensamento de Vygotsky e Bakhtin no Brasil**. 2.ed., Campinas, Papirus, 1994.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 19.ED., José Olympio, 1978.
- FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. 3.ed., São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- _____. **Formação econômica do Brasil**. 27.ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional; Publifolha, 2000.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 33.ed., São Paulo, Paz e Terra, 1991.
- GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. São Paulo, Martins Fontes, 1991.
- _____. **Linguagem e ensino – Exercícios de militância e divulgação**. Campinas, ALB/Mercado de Letras, 1996. P. 95-109.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- GONÇALVES, Reinaldo. *Distribuição de riqueza e renda: alternativa para a crise brasileira*. In: LESBAUPIN, Ivo. **O desmonte da Nação**. 2.ed., Petrópolis, Vozes, 1999.
- GONZÁLES, Horácio. **O que é subdesenvolvimento**. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo, Brasiliense; Publifolha, 2000.

- IBGE.** Atlas Nacional do Brasil. Dezembro de 2000.
- JAPIASSU, Hilton & MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia.** 2.ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.
- JOBIM E SOUZA, Solange. **Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin.** Campinas, Papirus, 1994.
- KOCH, Ingedore Villaça. **O texto e a construção dos sentidos.** São Paulo, Contexto, 1997.
- LARA, Núria Perez de. **La capacidad de ser sujeto - Más allá de las técnicas en educación especial.** Barcelona, Editorial Laertes, 1998.
- LARROSA, Jorge. *Para qué sirven los extranjeros?* In: SANTAMARÍA, E. & PLACER, F. G. **Contra el fundamentalismo escolar – reflexiones sobre educación, escolarización y diversidad cultural.** Barcelona, Editorial Virus, 1998.
- LEÃO XIII. **Rerum Novarum.** Roma, 1893.
- LEMOS, Maria T. T. Brittes & BAHIA, Luiz H. Nunes (org.). **Percursos da Memória: Construções do Imaginário Nacional.** Rio de Janeiro, UERJ, NUSEG, 2000.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feuerbach).** 6.ed., São Paulo, Hucitec, 1987.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Censo 2000.**
- MORIN, Edgar. **Amor, Poesia, Sabedoria.** Lisboa, Instituto Piaget, 1999.
- MOURA, Maria Isabel de. **Os Cursos de Letras da UNIR: embate entre representações sociais prévias e representações construídas em projetos de mudança.** UNIR/UNICAMP. 1997. Dissertação de Mestrado. Inédita.

- ONU. **Consumo para o Desenvolvimento Humano**. Relatório. 1998.
- OTT, Ari. **O conflito da natureza: Programa PLANAFLORO em Rondônia**. Tese de Doutorado. Florianópolis. 2000. Inédita.
- PEREIRA, . **O que é contracultura**. São Paulo, Brasiliense.
- PONZIO, Augusto. **La revolución bajtiniana. El pensamiento de Bajtín y la ideología contemporánea**. Madrid, Frónesis/Cátedra/Universitat de València, 1998.
- _____. **Para una filosofía de la acción responsable**. In: Bakhtin, M. **Hacia una filosofía del acto ético. De los borradores y otros escritos**. Editorial de la Universidad de Puerto Rico/Anthropos, 1997.
- POSSENTI, Sírio. *Notas sobre condições de possibilidade da subjetividade, especialmente na linguagem*. In: **Cadernos de Estudos Lingüísticos** 35:95-107, Campinas, UNICAMP, Jul./Dez. 1998.
- RIBEIRO, Darci. **O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil**. 2.ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- _____. **O processo Civilizatório: Etapas da evolução sociocultural**. São Paulo, Companhia das Letras; Publifolha, 2000.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo, Hucitec, 1996.
- SOUZA, Geraldo Tadeu. **Introdução à teoria do enunciado concreto do Círculo Bakhtin /Volochinov /Medvedev**. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 1999.
- STAM, Robert. **Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa**. SP., Ática, 1992.
- TOFFLER, Alvin. **A Terceira Onda**. 20.ed., Rio de Janeiro: Record, 1995.
- VIRILIO, Paul (1997). **El ciber mundo, la política de lo peor**. Madrid: Cátedra.
- VOESE, Ingo. **O movimento dos sem-terras na imprensa: um exercício de análise do discurso**. Ijuí, Editora UNIJUÍ, 1998.

- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo, Martins Fontes, 1984.
- ZAMBONI, Lilian, M. Simões. **Análise semântica da palavra ainda**. IEL/UNICAMP. Dissertação de Mestrado. 1978.
- ZAVALLA, Iris M. *Bajtín y el acto ético: una lectura al reverso*. In: Bakhtin, M. **Hacia una filosofía del acto ético. De los borradores y otros escritos**. Editorial de la Universidad de Puerto Rico/Anthropos, 1997.

ARTIGOS EM JORNAIS E REVISTAS:

ALVES, Rubem. *Carta ao Presidente*. In: **FSP**, Seção Tendências/Debates, 21.02.2000.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *Império*. In: **FSP**, Caderno Dinheiro, 17.12.00

CALLIGARIS, Contardo. *Por que Orfeu fica no morro*. In: **FSP**, Caderno Ilustrada; 31.08.2000.

CARVALHO, José Murilo de. *A memória nacional em luta contra a história*. In: **FSP**, Caderno Mais, 12.11.00.

COMPARATO, Fábio. *Trabalho com capital*. In: **FSP**, Tendências/Debate, 01.11.00.

DARNTON, Robert. *Rede de intrigas*. In: **FSP**, Caderno Mais!, 30.07.2000.

FREI BETTO. *Terra semeada de sangue*. In: **FSP**, Tendências/Debate, 27.11.00.

FSP. Editorial. *Admirável Mundo Novo*. 16.07.2000.

_____. *Contra estresse, Itália lança Cittaslow*. In: **FSP**, Caderno Mundo, 13.08.2000.

_____. Edições diversas. 2000.

JOVANOVIC, Aleksander. *Bakhtin, um pioneiro das humanidades*. In: **Livro Aberto**, Ano 4, nº 17, Junho/Julho/2000. Pp. 10-15.

LERNER, Jaime. *Mais que sangue, esperança*. In: **FSP**, Tendências/Debates, 28.11.00.

LIMA, Jorge da Cunha. *Carta no Painel do Leitor*. In: **FSP**, 02.10.1999.

MAURO, Rogério. *Carta no Painel do Leitor*. In: **FSP**, 30.11.00.

MORAES, Márcio Senne de. *"Baderneiros recebem atenção exagerada"*. In: **FSP**, 08.12.00, Caderno Mundo, p. A10.

- NERY, Sebastião. *Escalada contra o MST*. In: **OESP**, Caderno Política, 06.11.00.
- PINTO, Celso. *A tentação de operar o Mercado*. In: **FSP**, 23.11.00.
- PIRES, Marcelo. *Primo do Homem das Cavernas*. **FSP**, Caderno Dinheiro, 2000.
- ROUNET, Sérgio. *As duas vias da mundialização*. In: Caderno Mais!, **FSP**, 30.07.2000.
- SAMPAIO, Plínio de Arruda. *Dependência e Barbárie*. In: **FSP**, Seção Tendências/Debates, 30.04.2000.
- SANTOS, Milton. *Nação ativa, nação passiva – os verdadeiros agentes do futuro encontram-se entre os que estão sendo excluídos da contabilidade da globalização*. In: **FSP**, Caderno Mais!, 21.11.1999.
- SARNEY, José. *É isso aí*. In: **FSP**, Coluna Opinião, 24.11.00.
- SOTTILI, Rogério. *Carta no Painel do Leitor*. In: **FSP**, 29.11.00.
- STEINBRUCH, Benjamin. *Seqüela e lição*. In: **FSP**, Caderno Dinheiro, 29.08.2000.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Por que é preciso um plebiscito sobre a dívida externa*. In: **FSP**, Caderno Dinheiro, 02.07.2000.
- TOURAINÉ, Alain. *La globalización como ideología*. In: **El País**, 29.09.96, 17-18.
_____. *Começo do novo século devolve a capacidade e a vontade de agir*. In: **FSP**, Caderno Mundo, 31.12.00.
- VARELLA, Flávia. *A febre do luxo*. In: **Revista VEJA**, edição 1679, 13.12.00. pp. 138-141.
- VERHOVEK, Sam Howe. *Computador não é solução para pobreza, diz Gates*. The New York Times. In: **OESP**, 06.11.2000. Caderno Informática.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *A ruína do Capitalismo - Entrevista*. Caderno Mais!, In: **FSP**, 17.10.1999.

NETGRAFIA - ARTIGOS NA INTERNET

BAZERMAN, C. **Discourse, social action, culture, and consciousness: Vygotsky, Bakhtin, and Bourdieu.** In: bazerman@humanitas.ucsb.edu

BERGER, Christa. **A Reestruturação da Política em Tempos Midiáticos.** Texto disponível in: <http://www.javascript:history.back>

BETTING, Joelmir. **Torre de Babel.** Jornal do Comércio, Recife – Editorial. Disponível na Internet. In: http://www2.uol.com.br/JC/_1999/2811/job2811.htm – top.

BEZERRA, Paulo Azevedo. **Bakhtin: a revolução da teoria.** In: Revista Brasil de Literatura - <http://members.tripod.com/~lfilipe>, 1998. Prefácio do Livro Problemas da poética de Dostoiévski, por ele traduzido, e aqui na Revista virtual com modificações).

CASTIGLIOLA, Antonio e outros. **Jornalistas solidarizam-se com MST.** In: <http://www.mst.org.br>

BIGLIONE, Judith. **Ações contra a Globalização. Um outro mundo é possível. Não à Rodada do Milênio.** In: <http://attac.org/index.html>

CÁCCAMO, Celso Alvarez. **Construindo a língua no discurso público: práticas e ideologias lingüísticas.** Disponível na Internet. In: lxalvarz@udc.es. E in: www.udc.es/dep/lx/cac/lingpubl.html

CNBB/CONIC/OAB, **Sobre o processo de negociação Governo/MST** datada de 19.10.00. Disponível in: <http://www.cut.org.br>

COMPARATO et al. **O governo federal e o MST.** Nota de apoio às ações do MST. In: <http://www.mst.org.br>

- CPT. **Despejos, prisões e morte no Paraná.** Disponível na Internet. In: <http://www.mst.org.br>
- DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo.** Livro disponível na Internet. In: <http://www.consciencia.org.br>
- FENAJ. **FENAJ protesta contra satanização do MST pela mídia.** Disponível na Internet. In: <http://www.mst.org.br>
- FORGAS BERDET, Esther. **Lengua, sociedad y diccionario: la ideologia.** Universidad Rovira i Virgili, Tarragona. In: <http://www.pizarro.fll.urv.es/efb.htm>
- FÓRUM Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. **A gravidade da situação da agricultura.** Disponível no site do MST. In: <http://www.mst.org.br>
- JORNAL DA FUBESP. **Fracassa a Rodada do Milênio.** Disponível in: <http://www.fubesp.org.br>
- HARVIE, J. & KNOWLES, R. P. **Dialogic monologue: a dialogue.** (Publicado inicialmente In: Theatre the research in Canada, vol.15, n.2, pp.136-63. In: www.shef.ac.uk/uni/academic/A-C/bakh/online.html
- HONEYCUTT, Lee. **What hath Bakhtin wrought? Toward a unified theory of literature and composition.** 1994. Tese disponível. In: www.shef.ac.uk/uni/academic/A-C/bakh/online.html
- JIMÉNEZ, Rafael Vidal. **Nacionalismo y Globalización: Localización-Deslocalización Simbólica del Espacio Social.** Texto disponível na Internet. In: www.ucm.es/info/especulo/numero11/nacional.html Espéculo – Revista de Estudos Literários, 1999.
- LEONTIEVA, Alexandra N. **Bakhtin's definition of the adventure chronotope and the phenomenon of the x-files fan fiction.** In:

Alexandra.Leontieva@eng.uib.no; e In: www.shef.ac.uk/uni/academic/A-C/bakh/online.html

LINETSKI, Vadim. **Bakhtin words there is no alibi for being (why Freud was not a creative writer)**. In: zupko@mcs.com; e In: www.shef.ac.uk/uni/academic/A-C/bakh/online.html

LYE, John. **Mikhail Mikhailovich Bakhtin na língua**. Texto disponível na Internet. In: <http://www.brocku.ca/english/courses/4F70/bakhtin.html>

MACHADO, Arlindo. **Por que se desorganizam a linguagem e o sentido**. In: machado@inter-net.com.br

MOREIRA, Eliana M. & ARAÚJO, Maria de Fátima S. de & VIEIRA, Maria do Socorro de S. **Perdas e desenraizamentos num universo de exclusão social: o cotidiano dos sujeitos em situações de risco**. In: Política e Trabalho 13 - Setembro / 1997 - pp. 101-116. In: www.geocities.com/CollegePark/Library/84...buonfiglio.html

MST. **Nota do MST ao povo brasileiro**. In: <http://www.mst.org.br>, de 09.11.00

_____. **Carta ao Sr. Presidente**. Assinada por Gilmar Mauro e Gilberto Pontes, representando a Coordenação Nacional do MST. In: <http://www.mst.org.br>

_____. **Quem não deve não teme**. Nota assinada pela Direção Nacional do MST. In: <http://www.mst.org.br>

_____. **Nota do MST ao povo brasileiro**. Nota assinada pela Direção Nacional do MST. In: <http://www.mst.org.br>

_____. **Para a Sociedade Brasileira**. Carta aberta do MST. Divulgada em 19.09.00 e assinada pela Comissão De Negociação Nacional do Movimento de Pequenos agricultores - MPA, e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Disponível da site da Entidade, in: <http://www.mst.org.br>

- _____. **Ligações perigosas – O jornalista Josias de Souza está associado ao governo federal na investida contra o MST**". Nota da Direção Nacional do MST. 2000. Disponível ne Internet. In: <http://www.mst.org.br>
- _____. & CPT. **INCRA patrocina desmoralização do MST**. In: <http://www.mst.org.br>
- RIBEIRO, Luís Felipe. **Literatura, discurso, sociedade**. In: Revista Brasil de Literatura. In: <http://members.tripod.com/~lfilipe>
- ROBINSON, Douglas. **Three dialogues contents** (Buber: congealing the whirl of doom; Bakhtin: assmiming the academy; Wittgenstein: on being guided), 1987. In: www.shef.ac.uk/uni/academic/A-C/bakh/online.html
- SHOTTER, John. **Vico, Wittgenstein and Bakhtin: 'practical trust' in dialogical communities**. Conferência ministrada na Universidade de Georgetown, 1996. In: www.shef.ac.uk/uni/academic/A-C/bakh/online.html
- SILVA, Vicente Paula da. **Terra, trabalho e Cidadania**. In: <http://www.cut.org.br>
- _____. **Globalização**. In: <http://cut.org.br>
- _____. O desemprego real. In: <http://www.cut.org.br>
- STALIN, Josefh. **O marxismo e os problemas de lingüística**. Pravda, 20 de Junho de 1950. Tradução de Marcello de Oliveira Pereira. In: <http://www.grosa.net/>
- ZAPPEN, James P. **Bakhtin and cultural rhetoric**. In: <http://www.rpi.edu/~zappenj>

ANEXOS 1

DADOS DA CONTRIBUIÇÃO DOS COMPANHEIROS:

Enviei a alguns companheiros e companheiras, na busca de material para desenvolver a análise sobre subjetividade e linguagem, o seguinte e-mail:

Assunto: Um pedido de ajuda...

Companheiros e companheiras,

1. Espero que tudo esteja bem com vocês.
2. A razão desta é solicitar uma ajuda: preciso que vocês dêem uma olhada pra o mundo atual e me ajudem, indicando dez palavras que pudessem retratar o que está se passando. Seriam como dez fotografias do mundo atual, através de dez palavras. Se possível, me descrevam um pouco o que vai dentro de cada uma destas palavras. Podem olhar só pra o Brasil. Estou chamando isso de "**AS NOVAS PALAVRAS DA POLÍTICA**", já que elas provavelmente carregam toda a nova ideologia que vem se implantando no mundo atual.
3. Agradeço antecipadamente pela ajuda.
4. Não demorem. Abraços - Miotello

Como respostas ao pedido de ajuda, recebi as seguintes contribuições:

1. De ALC...

M., Como dez palavras podem carregar o mundo, se o mundo é feito de linguagem (em última instância, de palavras). Qualquer palavra do mundo carrega o mundo. Veja em suas próprias palavras as dez palavras que você deseja:

- 1- **Companheiros** (companheiras): palavras políticas com uma história como suporte e conseqüências: homens e mulheres participando do mesmo ideal, da mesma luta;
- 2- **Espero**: o desejo como princípio: no fim o nome: sempre o nome do pai;
- 3- **Bem**: o eixo da ética cristã do nosso mundo, eixo também da esperança;
- 4- **Vocês**: a crença no outro, na existência do outro e na possibilidade de diálogo entre diferentes e diferenças;
- 5- **Razão**: o poder que se instaura como realidade e conhecimento;
- 6- **Olhada**: o olho do outro vendo o mesmo: outro eixo da ocidentalidade;
- 7- **Mundo** (atual); a crença que há um mundo, uma realidade, uma humanidade; que há o tempo presente e o tempo passado: comungando com a mentalidade instaurada nesses dois últimos séculos na ocidentalidade;
- 8- **Palavra**: o inescapável para nossa idéia de linguagem: um esqueleto ainda com carne: não conseguimos ainda devorar esse cadáver;
- 9- **Fotografias**: a ilusão da razão: a ilusão do olho e do desejo: a ilusão da história e do corpo;
- 10- **Brasil**: mais uma criação que se apresenta como realidade e que não é desmontada em sua ossatura perigosa e indigesta.

Essas não são **as minhas palavras** ou **as palavras do Brasil**: são **as suas palavras** (até onde elas podem ser suas ou de alguém: podem as palavras representarem alguma coisa?) e devem servir para uma boa Análise do Discurso.

Você, no fundo da sua espera analítica, com certeza, está esperando palavras como: **Miséria, Salário, Educação, Governo, Memória, Vergonha, Descaso, Violência, Esperança, Carnaval, Futebol**: estas palavras, ou similares, já estão na sua espera, na sua teoria, no seu método, na "boca do povo": tome cuidado: analisar o esperado é perigoso. É como eleger a "mulher mais bonita do Brasil": trabalha-se com o determinado: aqueles a quem você pediu estas palavras não dirão o Brasil ou "AS NOVAS PALAVRAS DA POLÍTICA": dirão o fluxo de discursos de determinado momento de uma formação discursiva: determinado momento das mídias: as palavras que você reunir não poderão dizer o mundo ou o BRASIL: e dizer até mesmo esse frágil momento exigiria uma loucura analítica sem igual: no entanto, tenho esperança no seu trabalho.

Do sempre amigo, ALC.

2. De CAG

DESEXPECTATIVA - estou inventando palavras e resolvi mandar esta para você. É assim que vejo o Brasil através das minhas lentes atualmente.

Um abraço caro amigo - Do amigo CG

3. De NS

M. - Aí vai o que me pediu, se puder, fale mais sobre este trabalho

1. Capital - como sinônimo da práxis social que referenda, instaura e justifica a ocidentalidade. Quase hegemônico, está presente em cada um e em todos, a exemplo da inscrição na casa de Jung, "chamado ou não, Ele se fará presente". Na verdade todas as outras 9 palavras não existiriam sem ele, são meras decorrências

2. Virtual - a realidade de cada civilização, de cada práxis social.

3. Grande Irmão - formas de controles sociais que reduzem cada vez mais o espaço da individualidade: câmeras de circuito interno, patrulhas ideológicas, detetores de metal, padronização da produção acadêmica, políticas do Estado para redução do fumo, álcool, repressão à prática da prostituição e consumo de drogas em adultos

4. Exclusão - cada vez mais se buscam critérios políticos, éticos, econômicos, burocráticos, históricos, étnicos, estéticos, científicos, filosóficos e pragmáticos para manter viva a exclusão.

5. Morte - nunca se matou tanto como nos últimos 85 anos, nunca uma cultura se empenhou tanto pela destruição

6. Guerrilha - fundamental recobrar o itinerário crítico da guerrilha (e não sua prática bélica concreta) que se insurge contra uma ordem, contra as ordens, contra o poder, contra os poderes, que canaliza e provoca o estranhamento, que recobra a vontade de se revoltar contra a práxis social, de negá-la a ponto de colocar em risco a própria existência.

7. Igualdade - nunca se excluiu tantos em nome da igualdade, nunca fomos tão diferentes depois da busca da igualdade, porque sempre procuramos dar voz e vida somente aos iguais.

8. Poder - origem das certezas, é o poder que autoriza, que justica, que exime da responsabilidade, ou que a outorga. É ele que ordena e hierarquiza, que produz a sensação tempo como movimento crescente da história.

9. Hitler - Na verdade poderia ser substituída por homem. Criação mais morticida do Capital. A ocidentalidade não deveria ser a mesma depois da consciência produzida pelo que ele idealizou, realizou, e realizaria. Impossível aceitar que uma dada práxis social forje o ser social (que na verdade não é apenas um, mas a condição presente em todos) com todos os adjetivos e comportamentos imputados a ele, Hitler.

10. Espetáculo - Negado em debates acadêmicos, mas referendado pela prática de quase todos, até mesmo do meio acadêmico, a sensação do fim da história, tem produzido cada vez mais espetáculos, que multiplicam o show da vida (vida da mercadoria), distribuindo a morfina da ilusão do Capital.

4. De ODC:

Olá M., eis as minhas dez palavras:

1. **Desemprego**
2. **Fome**
3. **Violência**
4. **Insegurança**
5. **Injustiça**
6. **Ensino**
7. **Ecologia**
8. **Desenvolvimento**
9. **Internet**
10. **Genoma**

Ficam de fora coisas básicas como vida, morte, paz, amor. Digo coisas básicas porque como disse Moacyr Scliar em seu decálogo: "Continuarás honrando teu pai e tua mãe, ainda que tenhas de recorrer à engenharia genética para melhorar a tua performance". Isso tem o tudo do amor... Mas penso também no que dizem que São Francisco disse (o que não acredito muito) e é lembrado por J. Costa Freire: amarás o universo, a natureza e a vida sobre todas as coisas. Tudo depende disso. Ame a natureza e estarás amando não só teus filhos e os filhos dos teus netos, mas também os filhos que não teve com aquele amor saudoso da adolescência. Amar a natureza... Essa é a forma integral de amar.

Ficam de fora também coisas como Capital, Mercado, Direitos humanos, País (união européia, mercosul, globalização, etc), Comunicação, Informação, Família...

Paro por aqui. Meu retrato do mundo está ficando desfocado...

Grande abraço – O.

5. Recebi de SC.

Amigo Miotello, há dias não olho minha cx. postal, por isso não lhe retornei antes. Espero que ainda haja tempo, então vamos lá:

1. **Democracia:** todos precisam de liberdade de expressão, de pensamento, de ideais, mas acima de tudo é preciso que saibamos respeitar limites;
2. **Ética:** os fins não justificam os meios; ela cabe em qualquer lugar: trabalho, família, sociedade, etc
3. **Competitividade:** é preciso estar preparado para o próximo minuto, não dá pra parar na estrada;
4. **Fraternidade:** as pessoas precisam disso; há um enorme buraco entre as classes sociais; precisamos estender as mãos a quem precisa;
5. **Velocidade:** é impiedosa;
6. **Mudança:** é necessária; os paradigmas precisam ser quebrados; uma nova ordem precisa erigir;
7. **Mentira:** precisa ser punida com alto rigor; os políticos que se cuidem;
8. **Globalização:** o mundo ficou menor; nossa ineficiência pode ser percebida em fração de segundos graças as revolucionárias tecnologias de informação;
9. **Descobrimto:** nós, o País e tudo mais é um constante descobrimento de fatos, coisas e surpresas; o passado não enterra nada, é só uma questão de tempo, nem os índios se esqueceram...
10. **Pobreza:** é cruel, é desumana, é meio de vida para muitos que estão mais acima.

Espero ter contribuído. Abraço – S.

6. Recebi do AO.

Compadre, para quem pediu certa urgência no envio das palavras que retratam o mundo atual, estamos muito atrasados. mas, antes tarde do que nunca.

Violência - para onde quer que se olhe, ou é guerra, ou é fome, ou é a violência urbana ou a violência rural, na Europa, no Brasil, na África, nos EUA, em diferentes formas, requintes e configurações, mas sempre ela. A violência aumentou, ou aumentou o nosso acesso imediato a ela?

Resignação - o que ainda se pode fazer? resignar-se, ficar sentado no trono de um apartamento com a boca escancarada cheia de dentes. mas o trono agora é o sofá da sala, ou uma poltrona e em frente a ela a televisão que nos informa, 24 horas por dia o desencantamento do mundo;

Miséria - tanto a física, dos famintos, dos abandonados a própria sorte, quando a miséria das soluções e a miséria dos líderes mundiais;

Poluição - dos mares, das lagoas, dos rios, das águas, do ar, dos alimentos, do solo, e especialmente a poluição espiritual, a mesmice do discurso, da globalização, do neo-liberalismo;

Corrupção - impostos pagos, governos vorazes, taxas de todo tipo, e o nosso rico dinheirinho servindo a uma mesma minoria, nos Países ricos e pobres, industrializados e agrícolas, os milhares de sapatos de Imelda Marcos e as milhares de denúncias de Nicéia;

Desemprego - no Brasil, no mundo, na Europa, até mesmo no Japão, quem diria! E os sociólogos falando em sociedade do lazer, em desemprego estrutural, em condenação de milhões de homens e mulheres a serem sustentados por bolsas sociais, condenados a nada serem e nada realizarem ao longo de toda a existência;

Indiferença - e quem se importa? ou como dizem os ingleses: who cares? quem cuida? desde que eu tenha as comodidades da minha vida pequeno-burguesa, posso até fazer um discurso rápido sobre as desigualdades do mundo, mas meu afã revolucionário foi de há muito abandonado;

Saudade - dos tempos pretéritos, de um passado idealizado, quando as coisas pareciam mais tranquilas, doces e sossegadas, quando se podia andar nas ruas, tomar sorvete de casquinha, de uma infância protegida, das praias limpas e com cheiro de salitre, ah! quantas saudades, inumeráveis;

Paciência - para esperar o mundo melhorar, para esperar as pessoas melhorarem, para esperar a poluição acabar, a miséria acabar, a fome acabar, a violência acabar, só não me chame.

Exclusão - me exclua do esforço para melhorar o mundo, ainda que a minha exclusão possa significar a continuidade da exclusão de dois terços da humanidade.

Abraços dos Compadres.

7. Recebi do JRMF:

M., Vão lá as palavras:

Modernidade

Desigualdade

Miséria

Disparidade

Competição

Precriedade

Rapidez

Poder

Dinheiro

Ignorância

Servem? Abraços – J.

8. Recebi de JLdeC:

Caro V.:

Pensei muito sobre a sua proposta e me decidi, basicamente, por três, que funcionariam como matrizes das demais: '**ética**', '**técnica**' e '**poder**'. A partir delas, ou melhor, de seu interior, sobreviriam, como num processo de arborescência, as outras sete. De '**ética**' aconteceriam '**crise**', '**mal**' e '**morte**'; de '**poder**', '**desejo**' e '**alienação**'; e de '**técnica**', '**conhecimento**' e '**velocidade**'. As três matrizes são, simultaneamente, inseparáveis e intercambiáveis, cabendo, contudo, a '**ética**' (ou à '**questão ética**') atuar como um foco de resistência às atuais simbioses entre '**técnica**' e '**poder**'. Daí, decerto, o caráter inevitavelmente grave das três outras associadas a '**ética**', o indeciso das duas associadas a '**poder**' e o imperativo das duas associadas a '**técnica**'.

Um abraço amigo do JL.

9. Recebi de RBF

Amigo M,

Com muita satisfação apontaremos as dez palavras que, entendemos estar em voga ou que, se fazem importantes nas discussões e nos desdobramentos sociais, econômicos, culturais, valores locais...:

1 - Interdisciplinaridade

Cada vez se torna mais reconhecida a necessidade de se apoiar e respeitar a diversidade de conhecimentos e valores nos processos de desenvolvimento. Neste sentido, analisamos as ações participativas como sendo inerentes ao termo interdisciplinaridade.

2 - Transparência

Acreditamos que apesar das inúmeras faltas de transparência em quase todos os processos, acreditamos que esta palavra está ganhando força e popularidade, sendo que a sociedade começa a dar mais valor a este conceito.

3 - Exclusão

Exclusão social. O princípio da não exclusão, assim como a viabilização dos excluídos é um termo relacionado à sustentabilidade dos processos.

4 - Internet

Tão presente no dia a dia e tão veloz na agregação de novos adeptos que, inclusive, pequenos agricultores familiares que, há bem pouco tempo, nem sequer tinham um telefone normal agora estão recebendo cursos de computação da EPAGRI (EMATER/SC) para uso da informática na agricultura.

5 - Corrupção

Esta é uma preocupação do momento e possui um repúdio crescente da sociedade, graças a maior "liberdade de imprensa".

6 - Agroecologia

A preocupação ambiental, embora caminhe a passos de tartaruga, hoje é mais presente. Os consumidores começam a exigir menos degradação ambiental nos processos de desenvolvimento e produção de "alimentos limpos" ou seja: sem agrotóxicos. É forte no meio técnico/científico ambiental a necessidade de desenvolvimento de processos mais ecológicos, embora "ainda" não se tenha a estrutura adequada ou necessária para que este novo processo seja desencadeado. Por outro lado, evidencia-se que o "novo" sistema (pretendido) irá conviver com o "velho" por um bom tempo. Evidências retrógradas: A liberação de verbas(governamental) para construção de fábrica de agrotóxicos na Bahia, o Caso do desmatamento da Amazônia, etc.

7 - Valores Locais

Contrapondo ao processo de **globalização**, embora este termo seja amplamente utilizado, o enfoque de geração de processos e não de difusão, passa pela descentralização de "poder". Os valores locais no processo de gerenciamento é cada vez mais atual. Graças a esse enfoque o desenvolvimento do Agroturismo, atividades econômicas associativas e outras atividades locais diversas já é realidade.

8 - Educação

É evidente a preocupação dos brasileiros em fornecer um mínimo de escolaridade aos seus filhos, como forma de "*sobrevivência*" à guerra imposta pela "*modernidade*" ou "*competitividade*".

9 - Saúde: Stress e Câncer

Em termos de preocupação com a saúde, duas doenças mais evidentes em nosso meio: **Stress e Câncer**. Poderia considerar estas, duas palavras atuais a serem citadas.

10 - Globalização

A facilidade de intercâmbio econômico, de deslocamento e de informações, em nível planetário nos faz sentir cada vez mais pertencente a uma mesma sociedade (global).

10. Recebi do SM

1. **COMODIDADE** - Todos nós, estamos achando normal, vemos todos os dias os noticiários, falando sobre a violência, corrupção, fome e outros.
2. **INCOMPREENSÃO** - Todos nós (principalmente os governantes), deveriam olhar para as pessoas com outros olhos e não olhar recriminando.
3. **FOME** - Acaba com qualquer sociedade. Onde há fome a conseqüentemente uma série de coisas ruins.
4. **VIOLÊNCIA** - Temos que ter mais amor em nossos corações, evitar sempre o confronto, somente na medida certa, deixar o próximo vencer.
5. **CORRUPÇÃO** - Acaba com qualquer sociedade organizada, seja pública ou privada.
6. **LADRÃO** - Hoje existe de todas as formas, o comum, que rouba para viver ou sobreviver, o de colarinho branco, que rouba para manter o status.
7. **AMOR** - Mola mestre de tudo de bom que ocorre, quando há amor, há felicidade, paz, compreensão, bem estar.
8. **CARRO** - Hoje em dia, símbolo de *status* para gente de posse e gente sem condições. Não importa o tipo de carro, o importante é ter um, pois parece que isto mostra poder.
9. **DINHEIRO** - Todo mundo corre atrás, uns lutam dignamente, com muito suor para conseguir, outros conseguem sem esforço, e sem pensar que aquilo que estão pegando iria ajudar muita gente a sobreviver.

10. **FATURA** - É a coisa mais pesada que estamos carregando, a fatura do empréstimo do FMI, o governo fez a compra (empréstimos) e passou a fatura para nós pagarmos, e mesmos assim, ainda nos retira as condições de podermos trabalhar para tentarmos pagar isto.

Abraços – S.

11. Recebi do RDC.

- **Privatização** = Mais do que a venda das estatais ou a redução do estado, a privatização (privar-te-da-ação, ação-de-privar-te) implica numa privação do total do outro. A privatização pressupõe o direito do Estado de privar-se de responsabilidades e funções que até então eram suas, o que acaba por privar muitos de algo que, ao menos em tese, eles teriam o direito assegurado pelo Estado. - A privatização priva-nos da própria democracia. - O direito de ir e vir, por exemplo (suponho fundamental para a democracia), ao se privatizar as rodovias, se não privar muitos desse direito, ao menos restringirá ainda mais o que, na prática, já é restrito a uma certa disponibilidade econômica. Outro exemplo são os Shopping Centers que, substituindo as praças como local de convívio público, numa espécie de pseudo espaço público, priva as pessoas do convívio com o outro...
- **Massificação** = Moda nos EUA nos anos 20, essa palavra define bem a sociedade contemporânea. Uma sociedade onde “*graças a tecnologia*” foi possível criar-se coisas para atender os mais diversos gostos dentro de um comportamento também “*padronizado*” e previsível. Marcuse, quando nos EUA, postulou o **Totalitarismo Democrático** desenvolvendo o conceito de Adorno de Colapso da Cultura. Acho que a palavra massificação entendida como o “*reino*” de um Totalitarismo Democrático define bem o que ocorre nos dias de hoje.
- **Desigualdade** = Nesse “*Totalitarismo Democrático*” onde as diferenças coexistem em “*harmonia*”, esta parece fundar-se numa desigualdade (desigual-idade, idade-desigual). Ou seja, o “*Totalitarismo Democrático*” na sociedade de massas não criou um espaço para a convivência e o respeito às diferenças, mas um espaço para a convivência das desigualdades. Um espaço hierarquicamente dividido pela pré

suposição de idades desiguais. Isso justificaria então a apropriação por uns do direito a livre escolha dos outros. Por exemplo, deve ou não ser proibido fumar? E por aí vai... isso acaba por fazer com que a sociedade, e as pessoas, acabem por se auto vigiar. Isso para não ficar no que seria uma “idade” abaixo. Por outro lado, a desigualdade acaba por redundar na aceitação de diferenças sociais (aquisitivas) absurdas em nome de uma pré suposta “idade social” diferente. Isso graças a uma sociedade massificada em valores “corretos”. A escravidão era justificada de forma parecida...

- **Intolerância** = É estranho que com tudo isso alguns pensadores realmente acreditem que vivemos em um tempo de tolerância. A própria existência da desigualdade (erroneamente tomada como sinônimo de diferença) gera, um ódio, uma espécie de intolerância, em relação aqueles que não aceitam a hierarquia imposta pela “idade desigual”. Temos, no Brasil, exemplos claros e recentes disso...
- **Consumismo (ou Shopping)** = Hoje, o ato de consumir, ou melhor, de fazer compras, já se tornou uma forma de lazer, um “estilo de vida”. O shopping se tornou centro de recreação de toda uma geração de classe média que, privada do conhecimento, e do contato com o outro, o teme procurando refúgio num local aparentemente neutro, mas que o isola de realidades “desagradáveis aos olhos”. Por aqui (no meu meio), já nos costumamos a brincar, quando estamos meio “pra baixo”, dizendo ironicamente: “Que tédio! Acho que vou no shopping comprar umas roupas...”. O ato de consumir, essencial para o capitalismo tal como o conhecemos, tornou-se um estilo de vida. Um ópio que desvia temporariamente nossa atenção de nossas crises cotidianas, de nós mesmos, e dos problemas, nos dando a ilusão de que, a vida, é só isso; Privando o outro dos meios para uma existência digna, e nos privando do “desagradável contato” com o outro, nos desumanizamos e nos acreditamos “filantropos” e quase “santos” quando, por exemplo, nos tornamos vegetarianos em prol da vida do gado **castrado**. (creio que talvez por uma identificação com o semelhante) ou ainda quando, “cuspindo” na cara do indigente que nos pede comida, ou um trocado para o lanche, contribuímos para a campanha da Unicef... sei lá... pela Somália? É absurdo! E depois ainda vamos ao shopping “fazer compras”, de consciência limpa. Creio que o consumismo, via Shopping Center,

defini bem o estilo de vida da população média mundial de hoje. Um estilo de vida baseado no "adquirir, consumir", pra não ver.

- Aqui faltou a palavra adequada relacionada a **Informação?, Multimídia? Internet? =** Somos também a geração multimídia. Com os sistemas de "informação(?)" via satélite e todo o desenvolvimento tecnológico que encontramos nos dias de hoje, os jornalistas costumam dizer que vivemos na era da informação. Temos acesso a uma gama ilimitada de dados que acabam por nos "desinformar", e confundir, mais do que realmente informar. Isso não é a toa. A partir do momento que, na prática, nos privamos do contato com o outro, o conhecendo apenas através de abstrações, acabamos a nos iludir com sofismas. As informações se multiplicam. E, que legal! Embalados por medo e preconceitos, ou melhor, em conceitos calcados em nossa "grande vivência" + doses cavalares de mídia, ficamos perdidos e, de certa forma, incapacitados para uma escolha verdadeiramente consciente, de informações críticas. Vivemos na sociedade da informação... Internet que o diga! Comemoramos! Na verdade, nada contra a tecnologia! nada contra a sociedade "multimídia"... mas a combinação dela com as outras, com os outros fatores esboçados pelas palavras anteriores, acaba por se tornar perversa. Sem se considerar os riscos do relativismo absoluto pelo qual podemos nos seduzir ante a gigantesca multiplicidade de valores e crenças as quais estamos expostos sem preparo. O relativismo absoluto acaba por nos neutralizar e impede que tomemos qualquer atitude em prol de nossos próprios valores e crenças visto que eles podem "não estar tão corretos assim".

Fica cada vez mais difícil encontrar as palavras... antes eu havia pensado **Paternalismo, Pragmatismo, Totalitarismo Democrático, Tecnocracia**, e muitas outras, só que todas essas se deduzem ou são usadas na explicação das palavras anteriores...

- Outra vez falta a palavra adequada **Globalização? Mundialização? Globalitarismo?**
= Com os atuais meios de comunicação, as fronteiras na terra se tornaram cada vez mais tênues e uma empresa capitalista, tendo assumido amplo domínio no mercado nacional de seu País, e não pretendendo entrar em decadência, é "forçada" a expandir o seu campo de abrangência. Talvez a Coca Cola seja o exemplo mais popular de uma multinacional. Os Países não correm o risco com isso de perderem sua

identidade, estudos nesse sentido provam o oposto. Todavia, acredito que essa identidade seja redirecionada. Bem, nem sei mais por que divaguei nesse sentido. O que quero dizer com globalização é que o mercado de uma grande empresa, faz muito, deixou de ser o seu País de origem para se tornar o mundo, e continua assim. Nada de negativo, não fosse alguns Países estarem “bem melhor situados” financeiramente, geograficamente, etc. do que os outros, o que os dá imensa vantagem nas negociações de tarifas alfandegárias, por exemplo. Ou seja, a desigualdade é perpetuada indefinidamente... A globalização começa pelos meios de comunicação, ora, é precisamente este que, em prol do lucro (como toda empresa capitalista), acaba por geralmente não nos fornecer uma informação de qualidade, visto procurar abranger o maior número possível de pessoas. Isso facilita o avanço do próprio sistema, mas facilita também um perigoso mergulho em seus mais arriscados vícios como os expostos nas palavras anteriores.

- **Caridade** = Talvez esta palavra não pareça muito coerente com a visão de mundo explicitada na explicação das palavras anteriores. Todavia é forçoso admitir que vivemos numa sociedade cada vez mais sensibilizada com a miséria. As pessoas tentam ignorá-la, nas confrontados com ela, se mostram cada vez mais sensíveis as causas alheias, e dispostos até a colaborar. Em tese vivemos num mundo onde, se as pessoas fossem tão humanitárias quanto *acreditam ser*, não existiria mais miséria. Um exemplo disso é que campanhas de solidariedade, apoiadas pelos meios de comunicação, facilmente arrecadam milhões. Talvez a explicação seja simples. Vivendo um ambiente cada vez mais pasteurizado, o confronto com a crueldade se torna mais impactante, por isso ela precisa ser “varrida para debaixo do tapete”. Mas, uma vez que tal confronto é temporariamente “oficializado” pela mídia, ou de qualquer forma, e existe um apelo, também oficial, as pessoas se deixam levar por seu emocional, e na medida em que isso não as afeta diretamente, elas colaboram e acreditam estar praticando uma boa ação. Faz bem pro ego. Ora, a maioria dessas pessoas são extremamente cruéis no seu dia a dia e sequer o percebem. Como dizia velho Nietzsche, “É desumano abençoar quando alguém é amaldiçoado.” Outro exemplo é a caridade planetária de ecologistas radicais. Alguns nem comem carne em solidariedade aos bovinos, seus iguais... (inclusive intelectualmente.)

- **Desterritorialização** = Intimamente ligada a globalização, uso essa palavra para definir o fenômeno a nível pessoal. Se antigamente era importante criar raízes e se desenvolver num território onde a antiguidade da família no território dava a mesma poder (Theodore Zeldin), hoje as pessoas começam a se tornar novamente uma espécie de “pioneiras”. Nômades, os novos homens de hoje tendem a migrar, como antigamente, para lugares que prometem uma melhor condição de vida. Todavia, hoje não há mais a procura de um território. O próprio mercado mundial faz com que essa nova espécie de homem tenha que considerar o mundo como seu território, e a teia relacional em que se insere, seu ambiente.
- **Exclusão** = Essa palavra está diretamente relacionada a palavra Privatização. Mas a exclusão é importante ressaltar que ela acaba por afetar a vida de todas as pessoas, excluídas ou não, em todos os seus aspectos
- **Carência Permanente** = Não sei se é a Agnes Heller na Filosofia Radical, ou a Marilena Chauí, que desenvolve esse conceito, mostrando como o capitalismo, no sentido que caminha, está criando nas pessoas uma carência permanente. Tal carência é criada através de um estímulo a que as pessoas desejem, anseiem, por algo que suas condições não o permitem. O tétrico futuro visualizado é que uma pequena parcela da população vai trabalhar muito e ter muito, o que não vai poder usufruir, porque trabalha demais. E outra parcela não vai trabalhar por que não vai haver trabalho para ela. Não vai poder satisfazer sua carência por que simplesmente não tem dinheiro. Em ambos os casos a carência leva a depressão...

M., Cara! me desculpa se houver um tom amargo nessas colocações... E pelo sarcasmo das mesmas... Nem mesmo sei se elas lhe serão úteis. Bem, a verdade é que não estou num momento muito legal, e meu raciocínio se encontra deslocado para o projeto. Não sei se conseguiria fazer algo melhor agora, mas não quero ficar te enrolando. Talvez eu não esteja mesmo a altura de dez palavras, são muitas... caso tenhas algum comentário sobre as mesmas, ficarei grato. Caso queiras mais palavras, me avisa, farei o possível. Quando terminares a pesquisa gostaria de saber quais foram as dez palavras que selecionaste e seu respectivo entendimento delas... MUITÍSSIMO Obrigado! Ah!, a respeito da dívida externa, à título de ironia, ela não criaria também nos Países devedores

uma espécie de “carência permanente” que pode levá-los a depressão (econômica)? Mas isso é uma associação inconseqüente de idéias... todavia é engraçado fazê-la.

Um abraço, Até Mais... R. 11/09/2000.

12. Da CD.

Oi, M., Que bom receber notícias suas... Estou com saudades. E a B., como vai? Me desculpe a demora para responder. Espero que ainda seja útil. Se entendi bem, devo dizer 10 palavras sobre a situação atual e contextualizá-las um pouco, né? Então, vamos lá:

1. NEOLIBERALISMO

Orientação predominante da economia política brasileira atual em que se valorizam mais as relações comerciais/econômicas, em detrimento do poder do Estado. O novo "chefe" é o mercado - especialmente por causa da globalização da economia - e, por causa disso, o povo mais uma vez é deixado para 2o plano.

2. PRIVATIZAÇÕES

O contexto é o mesmo da "palavra" anterior. As grandes estatais estão sendo privatizadas para obedecerem às novas leis do mercado.

3. DESEMPREGO

A cada dia cresce o desemprego ou, pelo menos, o medo de perder o emprego. São muitas as pessoas que não têm nem mesmo oportunidade de trabalho. Quantos amigos estão se formando e não conseguem emprego... sendo esses, com nível universitário.

4. VENDEDORES AMBULANTES

Por conta do desemprego, muitas pessoas se tornaram vendedores ambulantes nos semáforos das grandes cidades. Vendem canetas, balas, guarda-chuvas... Há muitas crianças nessa situação.

5. "FLANELINHAS"

Também por conta do desemprego, não há lugar onde não haja um "flanelinha" tomando conta do seu carro. Eles delimitam uma "área" - uma quadra, às vezes duas - e pedem para cuidar de seu carro.

6. INFLAÇÃO

Com a alta nos preços da gasolina e de vários produtos e alimentos que compramos no supermercado, não há como negar a volta da inflação.

7. ONGs

Tenho apreciado o surgimento das ONGs e outras organizações comunitárias, muitas das quais contando com trabalho voluntário. Acho que é um bom sinal de esperança e de caminho de mudança. A sociedade está se "manifestando", está saindo da posição, muitas vezes cômoda, de quem somente critica e está "pondo a mão na massa".

8. MANIPULAÇÃO

É a palavra que me vem quando penso na imprensa jornalística brasileira. Há sempre um interesse por trás do noticiário apresentado, seja ele de ordem política - e aí percebemos as ideologias dos partidos políticos dominantes aparecendo nos jornais -, seja ele econômico (não que o 1o não seja também econômico) - quando percebemos atitudes sensacionalistas diante dos fatos com a intenção de vender mais.

9. BANALIZAÇÃO

Outra palavra que diz respeito à imprensa, porque reflete o que acontece num âmbito maior, mas não só. Sinto, na sociedade em geral, uma banalização de tudo: da vida (pela situação miserável em que se encontram tantos seres humanos, cujo direito à cidadania lhes é negado; pelos desenhos animados e video-games violentos; pela velocidade em que os carros se deslocam nas rodovias); do sexo (pela abuso na exploração publicitária do corpo; pela falta de compromisso, entre os jovens, em seus relacionamentos; pela "escravidão" a um padrão de beleza); da música (por conta das letras, nada edificantes e nada poéticas, das músicas mais "populares" - no sentido de difundidas: axé, pagode); da espiritualidade (qualquer coisa é espiritual: gnomos, anjos, energias, filosofias de vida, e

as grandes religiões, milenares em suas tradições - Budismo, Hinduísmo, Cristianismo entre outras - são "aproximadas" dessas outras práticas).

10. STRESS

Acho que essa é a doença do final do século. Todo mundo vive estressado. É por causa da correira, de muito trabalho, de tensões nos relacionamentos.

Obs: M., mostrei para o meu namorado seu e-mail e minhas 10 palavras e ele achou que eu acabei me influenciando por sua "proposta", especialmente quando você, no final de sua pergunta, fala em "As novas palavras da política"... Talvez eu escrevesse outras palavras se não pensasse em "política" - palavra, segundo ele, muito marcada nos dias de hoje...

Bom, é isso, um grande abraço e bom trabalho! C.

13. RECEBI DO PA

M., desculpe a demora . Espero ainda prestar alguma colaboração.

As palavras que pensei são:

- **GLOBALIZAÇÃO**
- **COLONIALISMO**
- **CONSUMISMO**
- **MASSIFICAÇÃO**
- **DESIDEOLOGIZAÇÃO**
- **CORRUPÇÃO**
- **OBJETIFICAÇÃO**
- **COMPETIÇÃO**
- **ACELERAÇÃO**
- **TECNOLOGIZAÇÃO**

Acho que não precisa explicar. Desculpe se o quadro é muito pessimista. Abraço, P.

14. Recebi do SM.

V.: Com relação ao seu pedido de ajuda, espero que as palavras solicitadas cheguem a tempo para o salvamento. As dez palavras foram as mais citadas numa enquete que realizamos com 15 funcionários da Epagri.

1- Sexo

Presente 24 horas em tudo. Do desenho animado á bolacha maria. Da batatinha frita á aspirina. Morenas e loiras dividem milimetricamente 50% do espaço.

2-Globalização

O novo colonialismo tem este nome. O mundo rico no passado explorava a periferia. Hoje o mundo rico se globaliza e o mundo pobre se exclui. Cada vez mais as elites mundiais ditam as normas econômicas, sociais e o pior as culturais. E a grande massa sem um espírito crítico, sorridente adota.

3 - Desemprego

O mais apto e o mais preparado vencerá. As teorias do Charles mais presentes no cotidiano. Porém o empreendedorismo não está presente no código genético de todos. Nem todos tem o espírito Sebrae. Daí o fenômeno.

4- Corrupção

Havia o roubo velado, camuflado. Hoje a corrupção se alastra em todos os níveis de forma mais explícita que o sexo explícito. Mais assustador ainda é a impunidade. Pena que o símbolo atual hoje, o Nicolau, lembra o Papai Noel.

5- Ética

Nunca se falou tanto em ética e nunca se faltou tanto com ela. É mais importante parecer ser do que ser.

6- Consumismo

O consumismo desenfreado que a mídia nos impõe. A poluição causada e o lixo acumulado. Em nome deste consumismo, quantas vezes carregamos cruces inúteis ou fazemos nosso semelhante carregar.

7- Meio ambiente

É uma prática ambientalmente correta. Um conceito cada vez mais incorporado nas ações humanas. Até os mineradores aqui do sul em suas propagandas usam o: Compromisso com o meio ambiente. Programas da Rádio Eldorado confirmam.

8- Violência

A da televisão e a dos filmes de Hollywood perdem largamente para a realidade. Nem os escritores de ficção científica ousariam tanto.

9- Stress

O ser humano atordoado com tudo entra em curto-circuito . O mundo agitado e girando numa velocidade surpreendente, com as necessidades humanas cada vez mais correndo á frente do ser humano provoca desequilíbrios.

10- Ponto com Ponto Be erre.

A informática simbolizada pela palavra Internet de uma hora para outra deixou muito letrado e intelectual analfabeto. Precisamos aprender a ler e a escrever novamente. Eu sou uma vítima .

V.: As palavras resultam da enquete, exceto o item 10 que alterei de Internet por Ponto com ponto be erre.

UM ABRAÇO - S.

15. Recebi do S.N.G.

Fala M., beleza? Desculpa a demora, mas só agora posso responder a teu "pedido de ajuda". Espero que ainda tenha serventia. As 10 palavras:

1. **visibilidade** (a necessidade de exibição marca as práticas políticas na atualidade...);
2. **naturalização** (práticas políticas as mais diversas emergem como evidentes em si mesmas: sua legitimação aparece como 'natural');

3. **transparência:** (a transparência dos procedimentos parece marcar um certo domínio da política; a necessidade de que a ação tenha seja exposta com a finalidade de, desse modo, melhor se legitimar);
4. **consenso** (a noção de consenso aparece como modo de assegurar um certo funcionamento social da política - tentativa de afastar o mito da intolerância...);
5. **ação** (a necessidade de dar respostas imediatas a toda e qualquer ordem de problemas...);
6. **metas** (assume-se a idéia de metas, que remete a idéia de 'políticas de resultados');
7. **técnica** (o funcionamento das práticas políticas na atualidade parece basear-se na dicotomia entre 'o que é propriamente político' e 'o que é tecnicamente necessário');
8. **determinação** (necessidade da prática política de constantemente de auto-afirmar, isto é, ela não pode estar no domínio da dúvida, da indecisão, da reflexão mais aprofundada dos eventos sociais);
9. **fluidez** (os limites entre o que é do plano propriamente político e aquilo que pertence a outros domínios - econômico, religioso, cultural etc. - se diluem);
10. **perplexidade** (coexistindo com a naturalização das práticas políticas, aparece a perplexidade, possibilidade de aparição da diferença).

Abração, S.

16. Recebi de FI.

Oi, V.

Achei estranho o seu pedido, assim tão descontextualizado. Você está fazendo sua tese onde? com quem? Como chegou a mim? Seu orientador sabe disso?

Além destas perguntas, aí vão as mais importantes: De que valem palavras soltas? Que suporte teórico é o seu? De que valem palavras recortadas por uma pessoa e de

forma arbitrária, apontando apenas o modo de olhar o mundo dessa pessoa ? Por que você não faz isso pessoalmente, mostrando o seu modo de olhar o mundo? etc. etc. etc.

Cordialmente, F.

QUADROS COM AS PALAVRAS ENVIADAS POR COMPANHEIROS:

	01	02	03	04
01	Companheiro	Desexpectativa	Capital	Desemprego
02	Espero		Virtual	Fome
03	Bem		Grande Irmão	Violência
04	Vocês		Exclusão	Insegurança
05	Razão		Morte	Injustiça
06	Olhada		Guerrilha	Ensino
07	Mundo		Igualdade	Ecologia
08	Palavra		Poder	Desenvolvimento
09	Fotografia		Hitler	Internet
10	Brasil		Espetáculo	Genoma
11	Miséria			Vida
12	Salário			Morte
13	Educação			Paz
14	Governo			Amor
15	Memória			Amar a Natureza
16	Vergonha			Capital
17	Descaso			Mercado
18	Violência			Direitos Humanos
19	Esperança			País (União Européia, Mercosul, Globalização)
20	Carnaval			Comunicação
21	Futebol			Informação
22				Família

	05	06	07	08
01	Democracia	Violência	Modernidade	Ética
02	Ética	Resignação	Desigualdade	Técnica
03	Competitividade	Miséria	Miséria	Poder
04	Fraternidade	Poluição	Disparidade	Crise
05	Velocidade	Corrupção	Competição	Mal
06	Mudança	Desemprego	Precariedade	Morte
07	Mentira	Indiferença	Rapidez	Desejo
08	Globalização	Saudade	Poder	Alienação
09	Descobrimto	Paciência	Dinheiro	Conhecimento
10	Pobreza	Exclusão	Ignorância	Velocidade

	09	10	11	12
01	Interdisciplinariedade	Comodidade	Privatização	Neoliberalismo
02	Transparência	Incompreensão	Massificação	Privatização
03	Exclusão	Fome	Desigualdade	Desemprego
04	Internet	Violência	Intolerância	Vendedores Ambulantes
05	Corrupção	Corrupção	Consumismo (ou shopping)	Flanelinhas
06	Agroecologia	Ladrão	Informação? Multimídia? Internet?	Inflação
07	Valores Locais	Amor	Globalização? Mundialização? Globalitarismo?	ONGs
08	Educação	Carro	Caridade	Manipulação
09	Saúde: stress e câncer	Dinheiro	Desterritorialização	Banalização
10	Globalização	Fatura	Exclusão	Stress
11			Carência Permanente	
12			Paternalismo	
13			Pragmatismo	
14			Totalitarismo Democrático	
15			Tecnocracia	

	13	14	15	16
01	Globalização	Sexo	Visibilidade	Palavras soltas
02	Colonialismo	Globalização	Naturalização	Palavras recortadas
02	Consumismo	Desemprego	Transparência	Modo de olhar o mundo
04	Massificação	Corrupção	Consenso	
05	Desideologização	Ética	Ação	
06	Corrupção	Consumismo	Metas	
07	Objetificação	Meio ambiente	Técnica	
08	Competição	Violência	Determinação	
09	Aceleração	Stress	Fluidez	
10	Tecnologização	Ponto com ponto br (Internet)	Perplexidade	

ANEXOS 2

1. "Fracassa a Rodada do Milênio"¹. Jornal da FUBESP, nov.1999.

FRACASSA A RODADA DO MILÊNIO

Revolta dos países "pobres" e protestos de entidades ambientais e sindicais
faz naufragar a conferência da OMC, em Seattle

A 3ª Conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Seattle, Estados Unidos, na primeira semana de dezembro, não conseguiu atingir seu principal objetivo: a convocação da Rodada do Milênio, que pretendia discutir um novo patamar de negociações comerciais mundiais. O encontro foi combatido por diversas ONGs e torpedeado pelos países pobres ou em desenvolvimento. Em diversas partes do mundo, entidades protestaram contra a globalização e abertura comercial impostas pela OMC. Os países pobres, por sua vez, se rebelaram contra a sua exclusão das deliberações na reunião ministerial, restrita às 25 nações mais poderosas do planeta.

Eles esperavam, com razão, mais coerência dos ricos que, afinal, foram os incentivadores para que aderissem ao clã, essa "terra do faz de conta" das balanças e trocas comerciais equilibradas. Contavam também com a abertura de brechas no muro que protege os produtores de Estados Unidos, Europa e Japão, que controlam 3/4 da economia mundial.

A rodada de Seattle, ao contrário, institucionalizou uma nova corrente econômica, um colonialismo com ares socialdemocrata chamado neoprotecionismo. É o liberalismo de mão única: vale quando produtos e serviços vêm de lá para cá – mas não quando o fluxo é daqui para lá. Para o vice-presidente da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), o empresário Roberto Giannetti da Fonseca, a conferência de Seattle poderia ter sido historicamente importante se derrubasse barreiras. "Perdeu-se a oportunidade".

Neoliberalismo é isso – O fechamento econômico foi a opção adotada pelos países que desejavam desenvolver-se industrialmente nas décadas de 60 e 70. Já nos anos 80/90, rezando pela cartilha neoliberal, a maioria dessas economias se abriu por inteiro, por pressão dos próprios países ricos, privatizando estatais e abolindo barreiras alfandegárias.

Agora, os ricos são chamados ao jogo, mas relutam a promover uma abertura maior com a desculpa esfarrapada de defender o emprego em seus países. Aos que têm de exportar mais – pois abriram

¹ Jornal da FUBESP, *Fracassa a Rodada do Milênio*. Disponível in: <http://www.fubesp.org.br> .

suas fronteiras, estão importando muito e precisam pagar a conta – resta esperar que até a Rodada do Milênio seus parceiros ricos mudem de posição e revertam essa regra sórdida que não combina com o jogo liberal.

2. **“Suíça – Protestos marcam reunião da OMC”**². Nota divulgada pela ATTAC, Maio de 1998.

SUIÇA – Protestos marcam reunião da OMC – Maio de 1998.

Líderes e primeiros-ministros de 152 países reúnem em 17/5 em Genebra, Suíça, para comemorar os 50 anos do sistema que disciplina o comércio internacional, representado hoje pela Organização Mundial do Comércio (OMC). A reunião é marcada por protestos de jovens contra a globalização da economia e o desemprego. Várias agências bancárias, lojas e uma lanchonete McDonald's são depredadas e os automóveis, incendiados.

3. **“Um outro mundo é possível. Não à Rodada do Milênio. A OMC ou o atentado contra a Democracia”**³. Judith Biglione, Paris, 1999.

**UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL
NÃO À "RODADA DO MILÊNIO"**

A OMC OU O ATENTADO CONTRA A DEMOCRÁCIA

Judith Biglione (*Paris, 25 de setembro de 1999*)

Durante as últimas eleições, os partidos da esquerda pluralista não tem, que eu saiba, feito campanha nem pela privatização dos serviços de saúde, nem pelo desmantelamento da educação nacional ou de outros serviços públicos.

Portanto, nenhum governo que se anuncie de esquerda se atreverá a assumir abertamente o risco de permitir que essas medidas lhe sejam impostas por intermédio da Organização Mundial de Comércio, essa famosa OMC que os nossos agricultores do Larzac tem recentemente feito conhecer aos nossos concidadãos.

E em efeito, é a OMC quem autorizou os Estados Unidos a impor direitos aduaneiros de 100%, sobre um montante total de 700 milhões de francos, à certos produtos - franceses, italianos, belgas e outros - entre os quais o roquefort, e isso como represália contra a recusa da União Européia de importar alimentos americanos com hormônios.

A OMC é uma instituição intergovernamental criada em 1995, e que adquiriu a importância do GATT. Compreende mais de 130 Estados membros, além da Rússia e da China, e tem como único objetivo suprimir todos os entraves ao comércio mundial. Seu postulado é que quanto mais comércio houver, mais crescimento e riqueza haverá para todos.

² “Suíça – Protestos marcam reunião da OMC”. Nota da ATTAC. Disponível in: <http://www.attac.org.html>.

³ Judith Biglione. *Ações contra a Globalização. Um outro mundo é possível. Não à Rodada do Milênio*. In: <http://attac.org/index.html>

De fato, a história econômica demonstra exatamente o contrário: o livre intercâmbio favorece essencialmente os mais fortes e arruina os fracos, como atesta a situação de numerosos países da África e da América Latina, que ou bem acreditaram nesta quimera ideológica, ou a mesma lhes foi imposta.

Imperturbáveis, os Estados Unidos e a Comissão Européia propõem nada menos do que colocar na ordem do dia da próxima conferência da OMC, prevista em Seattle ao final de novembro, a liberalização, como publicamente dito, de setores que, nos países como a França pertencem ainda ao serviço público, o que significa que servem à solidariedade nacional.

Isso é o que está programado, se os cidadãos não o impedirem, e constitui o afundamento num universo onde todo será mercadoria, incluindo o corpo humano. E unicamente para o lucro das instituições financeiras e das multinacionais, ávidas de penetrar nos terrenos que até agora lhes estão vedados, e sem levantar a opinião dos eleitores. Trata-se de questões que, como se pode ver, estão longe de ser simplesmente considerações do comércio internacional.

Em Seattle, não será o governo Francês quem vai negociar, mas a Comissão de Bruxelas, que defende o livre-intercâmbio mais desenfreado. A Comissão deverá agir sobre a base de um mandato que lhe será dado pelos 15 Estados membros da União Européia. O senhor Lionel Jospin será colocado perante uma seríssima responsabilidade histórica;

Ou bem, em nome de uma solidariedade européia mal-entendida, ele se inclina total ou parcialmente perante os mais ultra-liberais dos seus sócios, entre eles os dignos herdeiros de Madame Thatcher - que são os amigos de Tony Blair, traíndo os próprios princípios que o levaram ao poder;

Ou bem ele saberá dizer categoricamente não ao que é uma violação da vontade popular, massivamente hostil ao ultra-liberalismo, como provam todas as sondagens e todas as eleições. Ao ponto do próprio Sr. Alain Madelin estar procurando um termo para substituir a palavra "liberal" que tem liderado a lista que, junto com o Sr. Nicolás Sarkozy, o tem conduzido aos lastimáveis resultados das últimas eleições européias.

Alguns objetarão que uma atitude assim poderá provocar uma crise européia. É possível. Mas não seria isso mais saudável, ou em todo caso preferível, a uma crise da civilização?

4. "Torre de Babel".⁴ Joelmir Betting, 1999.

TORRE DE BABEL

Joelmir Betting

Terra natal da Boeing, da Intel e da Microsoft, a cidade americana de Seattle recepcionará, a partir de amanhã, ministros de 135 países para a conferência de convocação da Rodada do Milênio da Organização Mundial de Comércio (OMC). Reuniões preparatórias realizadas a portas fechadas na sede da entidade, em Genebra, deram com os burros n'água. Burros, águias, ursos, raposas, dragões, tigres e antas.

A instalação da Rodada do Milênio - assim chamada uma baciada de negociações até 2003 para novos formatos e conteúdos do tratado da OMC que disciplina (ou tenta disciplinar) o intercâmbio global de produtos, serviços, capitais e direitos - carrega o estigma da Torre de Babel dos homens de má

⁴ Betting, Joelmir. *Torre de Babel*. Jornal do Comércio, Recife - Editorial. Disponível na Internet. In: http://www2.uol.com.br/JC/_1999/2811/job2811.htm - top.

vontade. Não houve consenso sobre matérias relevantes. O discurso do globalismo econômico não consegue desfazer o recurso do nacionalismo comercial.

A conferência preparatória de Seattle, de terça a Sábado, corre o risco de terminar como vai começar: no impasse. Nem mesmo uma agenda para a própria conferência foi costurada até ontem.

Imaginem pactuar em cinco dias a imensa bateria de assuntos abrasivos para a rodada de negociações nos próximos quatro anos...

DESMANCHE - Os países ricos trombam com os países emergentes nas propostas de desmanche do protecionismo dos primeiros e da pirataria dos segundos.

Os europeus não admitem abrir mão dos subsídios agrícolas - posição que justifica a manutenção dos mesmos subsídios pelos americanos e japoneses. União Européia, Estados Unidos e Japão totalizam, este ano, subsídios agrícolas de US\$ 360 bilhões. Ou US\$ 1 bilhão por dia.

Em tom de represália, os grandes exportadores de produtos agrícolas, Brasil no meio, avisam que não aceitarão discutir na Rodada do Milênio a "pauta dos ricos": 1) um tratado global também para serviços em geral; 2) inclusão de salvaguardas trabalhistas e ambientais no comércio mundial de mercadorias; 3) livre mercado para bens e serviços de informática e multimídia; 4) estatutos rígidos para coibir a pirataria tecnológica e o desrespeito a patentes, licenças e direitos de propriedade intelectual; 5) combate à corrupção e ao suborno incrustados no propinóndromo por onde desfilam, em quase todo o mundo, os negócios do setor privado com o setor público.

Um cardápio de avestruz para a Torre de Babel que estará erguida, esta semana, em Seattle. Uma cidade plantada no extremo norte da Costa Oeste, batida por muita chuva e muita neblina o ano quase todo. Digna do comentário de Mark Twain, em 1899: "O melhor inverno que passei em minha vida foi um verão em Seattle".

Navegando

Relatório da Organização Mundial do Comércio (OMC) para Seattle indica que o comércio global de mercadorias, a dólar médio de julho, deve fechar o ano na marca de US\$ 6,2 trilhões. Expansão de 3,5% sobre 1998. Para 2000, crescimento de 7%. Média anual de 1990/97: 7,1%

Serviços

Outros US\$ 3,4 trilhões são faturados pelo Intercâmbio mundial de serviços (excluídos os financeiros, estimados em US\$ 13 trilhões). O turismo externo entra com US\$ 620 bilhões."

Os cinco mais

Nas exportações, os cinco gigantes do comércio mundial (em US\$ bilhões): 1) Estados Unidos, 710; 2) Alemanha, 545; 3) Japão, 388; 4) França, 305; 5) Grã-Bretanha, 273. Estimativa OMC para 1999.

Deitada

O Brasil embarca US\$ 49 bilhões. Ou 0,8% do mercado global. O México, com Produto Interno Bruto (PIB) pela metade do nosso, exporta US\$ 120 bilhões, em 17º lugar no ranking da OMC. O Brasil fica em 28º lugar. Em relação ao PIB, exportamos 6%. Em 76º lugar.

5. "Organização Mundial do Comércio sob fortes ataques em todo o mundo"⁵. Nota divulgada pela ATTAC.

**Organização Mundial de Comércio
sob fortes protestos em todo o mundo**

A segunda Conferência Ministerial da Organização Mundial de Comercial (OMC) teve início na passada segunda-feira, ao mesmo tempo que se realizavam centenas de protestos em todo o mundo.

Segundo dados da Ação Global dos Povos (AGP), milhões de pessoas de todos os setores sociais - onde se incluem camponeses, índios, trabalhadores, grupos étnicos e desempregados - expressaram a sua condenação contra a OMC, o sistema multilateral de comércio e o neoliberalismo, participando em jornadas de protesto a nível internacional que principiaram no dia 1 de Maio.

No sábado, teve lugar uma «festa global» em 38 cidades, entre as quais Genebra, Birmingham (onde teve lugar a cimeira do G-8), Sidney, Praga e Toronto. De acordo com os organizadores, cada iniciativa contou com a participação de vários milhares de pessoas.

No fim de semana, no Brasil, 40 mil camponeses do movimento «Sem-Terra» chegaram a Brasília, integrados em várias marchas, a que se juntaram 10 mil desempregados na segunda-feira. Para ontem estava prevista a realização de uma manifestação na zona governamental da capital.

Na Índia, no início da semana, tiveram lugar 23 conferências regionais contra a OMC, depois de se terem realizado cerca de 100 ações de cariz semelhante no sábado. No dia 1, centenas de milhares de camponeses e operários saíram às ruas para exigir que o seu país se retire daquele organismo.

De acordo com uma nota da AGP, terão decorrido nos Estados Unidos, na segunda-feira, «ações concretas contra centros simbólicos do capitalismo global e do Comércio da Morte, como é o caso do gabinete comercial da empresa de armamento Lockheed».

REPRESSÃO CONTRA PROTESTOS

Os protestos levados a cabo em Genebra tiveram como resposta uma repressão considerada «grotesca» pela Ação Global dos Povos.

«Arbitrariamente a polícia controla, detém e mantém presas durante horas as pessoas de toda a cidade sem nenhuma base legal. Estrangeiros que não trazem dinheiro "suficiente" consigo passam a ter ficha na polícia, são deportados e proibidos de regressar ao país», lê-se no comunicado.

Muitas pessoas foram gravemente feridas pelas autoridades, e pelo menos um indivíduo encontra-se nos cuidados intensivos devido a uma hemorragia interna.

Mas as ações policiais não se ficaram por aqui. Os participantes da caravana «Dinheiro ou Vida» proveniente da Alemanha, bem como 40 italianos que chegaram a Genebra de comboio foram detidos e expulsos do país.

Durante o regresso do equipamento e dos veículos da caravana, 10 pessoas foram detidas, incluindo um jornalista suíço e um jornalista alemã. «Estas pessoas tiveram de permanecer várias horas com um intenso frio num *bunker* onde estiveram retidos. Posteriormente, foram pressionados a assinar um documento escrito em francês, que os declarava culpados de ter participado em todas as ações e manifestações», explica a CGP.

⁵ *Organização Mundial de Comércio sob fortes protestos em todo o mundo*. Nota da ATTAC. Publicada no Jornal Avante. In: <http://www.avante.com.html>.

6. "Globalização"⁶. Vicente Paulo da Silva, 1999.

GLOBALIZAÇÃO

Vicente Paulo da Silva

Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos - (Karl Marx, há 150 anos)

Nos dias 16 e 17 deste mês, em Amsterdã, haverá uma reunião de chefes de estado dos 15 países que compõem a União Européia, para assinar um novo tratado que deve dar continuidade ao processo de integração, cinco anos depois da assinatura do Tratado de Maastricht. Em outras palavras, aprontar a UE para o próximo milênio.

Os trabalhadores europeus estão pressionando para que se tomem medidas efetivas de combate ao desemprego, uma vez que a existência de 20 milhões de desempregados na União Européia é inaceitável e o clima de insegurança no trabalho cria reações anti solidárias em toda a sociedade (racismo, xenofobia entre outros).

Até hoje a União Européia é o único exemplo de construção de uma autoridade supranacional que cria maiores possibilidades de governabilidade, diante do processo de globalização. Trabalhadores de todo o mundo são pressionados a abrir mão de seus direitos e legítimas reivindicações em nome da competitividade internacional. Ao mesmo tempo aumenta o desemprego e assistimos a um enorme processo de concentração de poder e renda.

A deterioração social na União Européia tem um efeito negativo, pressiona mais para baixo ainda as condições dos trabalhadores em outras partes do mundo. No Brasil, nós estamos conscientes da necessidade de construir mecanismos de regulamentação e intervenção em nível supranacional. Não para dar mais poder aos poderosos, as empresas transnacionais e o capital financeiro, jogando trabalhadores um contra outro. Mas para garantir que o avanço tecnológico e a globalização encontrem uma contrapartida no desenvolvimento social e da solidariedade humana.

É nessa perspectiva que a CUT, desde o início, se envolveu com a construção do Mercosul. Foi também com essa preocupação que tomamos uma posição fortemente crítica frente à Alca. Milhares de trabalhadores e representantes de Centrais Sindicais do continente Americano foram às ruas de Belo Horizonte no mês passado, para protestar contra o caráter excludente e antidemocrático da Alca.

A mesma preocupação levou as Centrais Sindicais reunidas na Confederação Européia de Sindicatos a lançar uma campanha de mobilizações unificadas, algo nunca visto antes na história das lutas sociais do continente. Antecedendo a reunião de Amsterdã, uma série de iniciativas em favor do emprego vem sendo realizada: um tour de bicicletas atravessando vários países europeus; um dia de luta, com mobilizações em todas as capitais no dia 28 de maio, envolvendo inclusive os países do Leste, que estão negociando a sua adesão à EU; em Bruxelas milhares de pessoas já "abraçaram" os edifícios públicos da União Européia; entre outras manifestações programadas, como uma marcha de desempregados.

Essas mobilizações não representam um fato isolado. Na própria Europa verifica-se um aumento intenso da participação dos trabalhadores em atividades similares, sobretudo a partir da inesperada luta dos franceses no final de 1995 e das manifestações pelo emprego na Alemanha, Itália e Bélgica que reuniram centenas de milhares de pessoas. Destaca-se também a onda de protestos unificados dos metalúrgicos da Renault na Bélgica, França e Espanha em reação ao fechamento de uma unidade belga. Esse episódio voltou a evidenciar o abuso de poder, por parte dos grandes grupos econômicos, mas demonstra também que os trabalhadores estão dispostos a reagir.

O estado do bem estar construído com suor e sangue dos trabalhadores está ameaçado pelas imposições

⁶ Vicente Paulo da Silva era, à época, Presidente Nacional da CUT e do INSPIR (Instituto Interamericano pela Igualdade Racial). Esse artigo se acha disponível no site da entidade. In: <http://cut.org.br>

da globalização. Essa hipótese tornou-se bastante concreta com o plano de unificação da moeda que passa por algumas metas, aparentemente técnicas quando se referem principalmente ao déficit público e à dívida pública, a serem cumpridas pelos governos nacionais.

Curiosamente os governos não estabeleceram nenhum critério para diminuir o problema do desemprego. Ao passo que se torna cada dia mais evidente que o cumprimento das normas estabelecidas para a unificação da moeda vem sendo utilizado como justificativa para intensificar a desestruturação das antigas conquistas, quebrando, inclusive, mecanismos de solidariedade, como por exemplo em relação aos aposentados. As autoridades da União Européia continuam insistindo que a união monetária não constará da agenda de Amsterdã - porque já estaria resolvida.

A insatisfação social está resultando nas derrotas eleitorais dos governos que se distanciaram da sua responsabilidade social, como nos casos da França e da Inglaterra. Sobretudo a ascensão do Partido Socialista na França exprime um novo consenso que se está criando para rever o Tratado, em nome de uma 'Europa Social', onde as preocupações com o emprego e o bem estar voltem a estar no centro das decisões políticas.

A negociação prevista para se chegar a um novo capítulo no Tratado de unificação, voltada para o tema do emprego, será de suma importância para iniciar experiências de políticas coordenadas e de longo prazo. As exigências dos trabalhadores europeus frente a reunião de chefes de estado em Amsterdã são as nossas. Aqui, em nossa América, também procuramos a globalização: da cultura, da solidariedade, da alegria, dos direitos sociais, da igualdade. Estamos atentos e participantes da luta dos trabalhadores no mundo todo.

7. "COMPUTADOR NÃO É SOLUÇÃO PARA POBREZA, DIZ GATES"⁷. Sam Howe Verhovek.

COMPUTADOR NÃO É SOLUÇÃO PARA POBREZA, DIZ GATES

Sam Howe Verhovek - The New York Times

No momento em que a conferência "Gerando Dividendos Digitais" se aproximava do fim, em Seattle, o último orador chegou e começou a fazer perguntas céticas. A premissa era que poderiam ser utilizados "propulsores de mercado" para "levar os benefícios da conectividade e da participação na economia digital aos 6 bilhões de pessoas do mundo", segundo os materiais do seminário. Mas o orador não quis saber disso.

"Será que as pessoas têm uma noção clara do que significa viver com US\$ 1 ao dia?", perguntou Bill Gates. "Não há eletricidade nessas casas. Coisa nenhuma".

E quando um moderador mencionou a energia solar, Gates replicou: "Não, não se consegue ter um sistema de energia solar por menos de US\$ 1 por dia". E acrescentou: "Você apenas compra comida, tenta sobreviver".

O homem mais rico do mundo volta a esse tema em uma entrevista no seu escritório aqui na Microsoft, a gigante na fabricação de softwares. Andando de um lado para outro da sala, ele imagina uma aldeia africana recebendo um PC. "As mães vão se aproximar desse micro e dizer: Meus filhos estão morrendo, o que posso fazer?", diz Gates. "Elas não vão sentar lá e navegar no eBay ou coisa parecida. Tudo o que querem é que seus filhos vivam".

⁷ "Computador não é solução para pobreza, diz Gates". Sam Howe Verhovek. artigo publicado no Jornal OESP, de 06 de novembro de 2000, no *Caderno Informática*, p. 2,

Autocensura – Para um homem considerado o maior evangelista do mundo em favor da alta tecnologia, ultimamente Gates está assumindo um papel surpreendente, no qual parece estar censurando seu próprio setor pelo excesso de confiança nas soluções digitais para os piores males do planeta. Ele repudia abertamente a idéia de que os povos mais pobres do mundo, aqueles que ganham uns poucos dólares por dia ou menos ainda, constituem um **mercado** significativo para produtos de alta tecnologia em um futuro próximo.

De certa forma, o homem que se transformou no maior filantropo do mundo parece estar reprovando a si mesmo, confessando que ele próprio era “ingênuo – muito ingênuo” quando começou seus esforços beneficentes, há seis anos.

Ao fazer isso, contou ele em uma entrevista, esperava que os projetos envolvendo computadores e tecnologia da informação constituíssem o maior volume de suas doações. Mas agora sua prioridade é outra: o cuidado com a saúde, principalmente o desenvolvimento e distribuição de vacinas, que logo deverão corresponder a pelo menos dois terços das doações oferecidas pela Bill and Melinda Gates Foundation, uma fundação de US\$ 21 bilhões.

Gates disse que certamente não perdeu a fé na promessa de longo prazo da tecnologia para melhoria do mundo. Mas perdeu muita da confiança que já teve um dia de que o **capitalismo global** se mostraria capaz de resolver os males mais imediatos do mundo, principalmente as 40 mil mortes diárias por doenças preveníveis. Para isso, diz ele, é preciso mais filantropia e mais administração – especialmente uma maior colaboração por parte dos contribuintes americanos para programas de saúde no exterior.

Chips e comida – “Sempre que a indústria da computação promove uma conferência sobre a partilha digital e eu participo dela, penso: tudo bem, vocês querem enviar computadores para a África, mas que tal alimentos e eletricidade? Esses computadores não vão ser de grande valia”, explicou ele em um discurso proferido no mês passado na **Global Foundation** em Melbourne, Austrália.

“Eles querem chegar na conferência e falar sobre como os computadores resolverão os problemas do mundo”, continuou Gates. “Estão admirados com que conseguem fazer, mas precisam colocá-los dentro da perspectiva dos valores humanos. E, como pai de dois filhos, quando penso nos medicamentos que eu conto como certos e que não estão disponíveis em outros lugares, isso sobe ao topo da lista de prioridades”.

Espantinho – Algumas pessoas da indústria de informática elogiaram seus últimos comentários, enquanto outras o acusaram de criar um espantinho. Nada na questão de um mundo conectado, dizem eles, contraria a idéia de que a alimentação e os cuidados com a saúde permanecem sendo uma preocupação imediata.

E outros ainda, entre eles alguns dos principais concorrentes da Microsoft, argumentam que Gates está totalmente errado, dizendo que existem todos os tipos de produtos tangíveis e lucrativos que sua indústria está desenvolvendo e que ajudarão a melhorar a vida das pessoas, incluindo as mais pobres do planeta. Algumas pessoas diretamente envolvidas na conferência, que é patrocinada pela organização sem fins lucrativos, Word Resources Institute, parecem contrariadas com os comentários de Gates.

“Depois de três dias de análises sérias e trabalho, chega Gates de forma bastante petulante dizendo: temos que ter água limpa e comida. Ora, ouvir esta simples repetição da lista de prioridades não foi exatamente avançar a questão de toda a reunião”, disse John Gage, pesquisador-chefe da Sun Microsystems e fundador da Netday, um empreendimento voluntário **global** para conectar escolas à Internet.

Gage disse que a queda no custo dos celulares e de outras tecnologias móveis logo os tornarão imensamente úteis até para as pessoas mais pobres, pois poderão usar os aparelhos para

compartilhar informações sobre cuidados de saúde e condições de alimentação, acrescentou ele. Bill Gates, porém, parece categórico a este respeito: “Qualquer um que diz: ‘Oh, sim, **venderemos** para as pessoas que sobrevivem com US\$ 1 ao dia’, simplesmente não entendeu nada”, declarou ele.

8. “Terra, trabalho e cidadania”⁸. Vicente Paulo da Silva, 1999.

TERRA, TRABALHO E CIDADANIA

Vicente Paulo da Silva

A estratégia de subordinação ao neoliberalismo além de não permitir o resgate da imensa dívida social, que esse modelo nos causou até agora, também coloca para o futuro do Brasil o aumento da exclusão social, tanto pelo aumento do desemprego como pela precarização nas relações de trabalho. Justiça social, maior equilíbrio regional e emprego são os grandes desafios que todos teremos que enfrentar. Dessa forma, caberá a todo o campo democrático popular construir, a partir das diversas iniciativas nesses três campos, uma alternativa concreta de desenvolvimento para o país. Esse esforço prático e teórico, pode desarmar a armadilha política que estamos vivendo há quase três anos. Onde os conservadores foram vitoriosos em criar, no imaginário popular, a ilusão de que são a garantia da estabilidade e do caminho para um belo futuro; e aqueles que se lhes opõem são os dinossauros.

É tarefa crucial debater com a opinião pública. Mostrar que o ajuste neoliberal é incapaz de conciliar a estabilização com crescimento econômico, justiça social, distribuição de renda e desenvolvimento regional. Além disso, é preciso mostrar que as oposições são portadoras de propostas concretas, capazes de conciliar estabilidade com desenvolvimento econômico e social.

É necessário pressionar o governo, junto com os demais setores democráticos e populares, a reorientar a política econômica para a promoção do crescimento econômico com justiça social e desenvolvimento regional. O desemprego no país, deve-se, em grande medida, às mediocres taxas de crescimento dos últimos anos, resultado da armadilha imposta pelo Plano Real - que criou uma forte oposição entre o crescimento e o controle da inflação. Para incorporar aqueles que, anualmente, ingressam no mercado de trabalho, e reduzir as taxas atuais de desemprego seria, necessário que o país voltasse a crescer cerca de 7% ao ano.

Além disso precisamos lutar por uma ampla reforma agrária, com metas anuais de assentamento fixadas e negociadas com os segmentos mais representativos, aliada a uma política agrícola orientada para a produção familiar e capaz de fixar o trabalhador no campo, aumentar a produção de alimentos como parte de um política de combate à fome e à miséria.

Devemos buscar uma nova política industrial, associada à revisão da política de comércio exterior, capaz de estimular os investimentos em setores geradores de emprego e renda (direto e indireto), orientada por uma visão de cadeia produtiva.

Precisamos pressionar o Executivo para uma ampla reforma tributária e fiscal, que possibilite maiores recursos para investimentos na infra-estrutura econômica e social. Redistribuir renda dos setores especulativos para investimentos produtivos e geradores de empregos e também dos segmentos de rendas muito elevadas para aqueles de baixa renda, com a finalidade de promover o desenvolvimento do país.

É urgente reduzir a jornada semanal máxima de trabalho de 44 horas/semanais para 40 horas, sem redução de salário e de direitos. Essa redução na jornada de trabalho, aliada à limitação das horas

⁸ Vicente Paulo da Silva era, à época, Presidente Nacional da CUT e do INSPIR (Instituto Interamericano pela Igualdade Racial). Esse artigo se acha disponível no site da entidade. In: <http://cut.org.br>

extras, pode gerar, de imediato, até 3,6 milhões de novos postos de trabalho.

Queremos também uma ampla reformulação e valorização do sistema público de emprego ora existente. Orientá-lo no sentido de conciliar e articular o programa de seguro desemprego, à intermediação de mão-de-obra e à educação e requalificação profissional.

É preciso, ter claro que a valorização do atual sistema público de emprego não atuará na direção de gerar mais empregos no país. Entretanto sua valorização certamente diminuirá as conseqüências nefastas do desemprego.

Um Fundo Nacional de Geração de Emprego e Educação Profissional deve ser criado, a partir da totalidade dos recursos do FAT, do Sistema "S", dos recursos atualmente destinados aos fundos de promoção regionais (Sudam, Sudene, Finor, etc) e de uma taxa adicional média aplicada sobre as importações dos produtos de consumo e intermediários (exceto para bens de capital). Essa taxa deve ter um valor máximo e variar de acordo com a participação dos produtos importados na produção nacional.

Esse fundo, gerido de modo tripartite, será responsável pela aplicação das políticas públicas orientadas à educação e requalificação profissional, intermediação de mão-de- obra, seguro desemprego e pela política de geração de empregos. O recursos desse programa devem ser destinados para setores de atividade econômica capazes de gerar mais empregos, e de qualidade, e para as regiões onde o subemprego e desemprego sejam mais elevados.

Para finalizar, um Programa de Renda Mínima Nacional precisa ser implementado, com o objetivo de retirar do mercado de trabalho todas as crianças e adolescentes (até 14 anos) e ao mesmo tempo garantir a presença integral delas nas escolas.

Um amplo programa com essas características seria capaz de promover alterações importantes em três dimensões fundamentais da situação social no país: contribuiria para erradicar o analfabetismo das futuras gerações de trabalhadores, ampliaria as oportunidades de emprego para os adultos e poderia manter a renda daquelas famílias com crianças e adolescentes que abandonariam os seus empregos para se dedicarem à escola.

Os recursos para esse programa devem ser fixados em Lei e oriundos de um percentual fixo do Orçamento Geral da União e das Transferências aos Estados e Municípios. Esse programa deve se constituir na área prioritária das políticas direcionadas à Assistência Social. Os Municípios serão responsáveis pela execução desse programa e a sua gestão e fiscalização envolverá entidades de classe, associações de pais, escolas e governo.

O volume dos recursos das três fontes de financiamento desse programa deve ser definido tendo como meta fundamental a erradicação desse tipo de trabalho (crianças e adolescentes até 14 anos) até o ano 2.000.

Essas são algumas das idéias e propostas que estaremos discutindo, na Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania, nos dias 2, 3 e 4 de abril, em Brasília, com todas as forças políticas de oposição ao neoliberalismo e com o conjunto dos trabalhadores, com o objetivo de construir um amplo programa alternativo de desenvolvimento, onde os excluídos e aqueles que produzem a riqueza, encontrem garantias à sua sobrevivência e dignidade.

9. "O Desemprego Real"⁹. Vicente Paulo da Silva, 1999.

O DESEMPREGO REAL

Vicente Paulo da Silva

Fracassou o discurso neoliberal de que a abertura econômica, a flexibilização laboral e a simples estabilidade da moeda resultariam em bem estar social e em empregos para todos.

Nos últimos 3 anos, o desemprego, acompanhado pela crescente precarização e informalização do emprego, tornou-se o mais grave drama nacional.

O governo tem sustentado que o desemprego no país é baixo, apresentado taxas "civilizadas" de desemprego.

Isso ocorre porque, nas estatísticas governamentais, o cidadão só é considerado desempregado apenas se procurou emprego na semana anterior à aplicação da pesquisa. Como o desempregado no Brasil dispõe de uma precária proteção social, ele, em geral, decide trabalhar por "conta própria", fazendo "bicos" dos mais diversos tipos (vender chicletes em esquinas, por exemplo), mas continua procurando uma vaga no mercado formal de trabalho. Esses cidadãos, representativos de uma grande parcela da população ocupada no país, não são considerados desempregados pelo governo.

Além do mais, as estatísticas oficiais, escondem uma brutal queima de empregos de qualidade na indústria e nos bancos - compensados parcialmente pela "geração" de empregos precários no comércio e nos serviços.

Entretanto, de acordo com critérios mais adequados à realidade brasileira, em julho de 1994, data da implantação do Real, a taxa de desemprego era de 14, 5% (SEADE/DIEESE), correspondendo a 1,15 milhão de desempregados somente na Grande São Paulo. Passados quase 3 anos (maio/97), a taxa de desemprego é de 16% (SEADE/DIEESE), correspondendo a 1,387 milhão de desempregados.

Se projetarmos essa taxa de desemprego (aberto e oculto) para todo o país, os desempregados somariam mais de 11,5 milhões, lançados à mais cruel exclusão social.

Para esses, as repostas do governo são a criação do conceito de inempregáveis e a aposta cínica de que o mercado informal de trabalho é mais "dinâmico" que o formal. Em outras palavras, para milhões o governo vira as costas, para outros sugere que é melhor fazer "bicos" para garantir a sobrevivência diária. E, muitas vezes, esse cinismo é requintado com a insinuação de que as inúmeras práticas de sobrevivência no mercado informal ilustram a enorme criatividade do trabalhador brasileiro.

Outra justificativa utilizada para ignorar a prioridade em combater o desemprego, é de que trata-se de um fenômeno mundial complexo e com soluções somente de longo prazo. Enquanto isso, nos casos do sistema financeiro, usineiros e da rentabilidade dos especuladores foi capaz de encontrar soluções ágeis e complexas.

Nós, da CUT, temos a firme convicção de que os problemas sociais têm solução. É um problema de prioridade política, associada a opção por executar um conjunto de políticas e ações capazes de aliar a estabilidade com crescimento e inclusão social.

⁹ Vicente Paulo da Silva era, à época, Presidente Nacional da CUT e do INSPIR (Instituto Interamericano pela Igualdade Racial). Esse artigo se acha disponível no site da entidade. In: <http://cut.org.br>

10. "Jornalistas solidarizam-se com MST"¹⁰. Curitiba, 2000**JORNALISTAS SOLIDARIZAM-SE COM MST**

Senhor Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner

Queremos manifestar nosso protesto pela impunidade reinante no seu Estado. A prova mais recente de que os responsáveis por crimes, de caráter político, continuam soltos é o assassinato do trabalhador Sebastião da Maia, em Querência do Norte. Neste caso, há acusações contra o proprietário de terras, Braulio Lopes, de que ele manteria uma agência de pistolagem na região. Ao que tudo indica, por falta de vontade política do governo do Estado do Paraná e do governo federal, mais uma vez prevalecerá a impunidade. Braulio Lopes, um expoente da UDR, seguirá sem ser sequer admoestado. Esperamos, sinceramente, que este raciocínio não se confirme.

Senhor governador Jaime Lerner, o Brasil vive há séculos em uma situação de profunda injustiça social, principalmente na área rural, onde milhões de brasileiros estão marginalizados em situação de carência absoluta, algo lamentável e inaceitável nesta entrada de um novo Milênio. Enquanto isso, suas elites, representadas em todos os níveis políticos e nas administrações, fazem de tudo para manter os seus privilégios, em detrimento da maioria do povo. É uma constatação que só nos entristece e envergonha diante do mundo.

Toda a vez que parcelas deste mesmo povo tentam de alguma forma se organizar e demonstrar alguma indignação com este estado de coisas, as mesmas elites privilegiadas utilizam métodos selvagens para terminar com qualquer tipo de mobilização. Querem a todo custo manter privilégios, muitas vezes adquiridos sabe-se lá como.

Neste contexto, senhor governador do Estado do Paraná, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras, o MST, sofrendo toda a carga de ódios dos grupos que não aceitam nem sequer perder os anéis para não perder os dedos. É o que tem acontecido no Estado do Paraná, onde nos últimos anos a violência tem se feito presente, seja através das tropas de choque dos grandes proprietários de terras improdutivas, seja mesmo por ação da Polícia Militar, que o senhor, governador Jaime Lerner, é o comandante.

Senhor governador, o Brasil vive em uma encruzilhada nesta entrada de um novo Milênio. É impossível continuar a se manter os privilégios de uns poucos em detrimento da maioria. A história demonstra que situações como a que vive o nosso país não podem ser mantidas indefinidamente. Por enquanto, praza aos Céus, nos campos ainda existe um canal de diálogo, qual seja, o MST. Se este não existisse, saiba senhor governador, o Brasil poderia estar repetindo o cenário colombiano de guerra de guerrilhas. Por lá, uma elite com representação nos Partidos Liberal e Conservador, se reveza ao longo dos anos para manter privilégios, não aceitando nenhum tipo de concessão. Chegou um momento em que pela não possibilidade de outras opções, por terem os canais de autêntica representação popular reprimidos, uma parcela dos colombianos decidiu por uma via extrema, a das armas. Não queremos que isso aconteça por aqui.

Jogar duro e usar forças do Estado contra o MST, como tem acontecido ao longo de suas gestões, senhor governador do Paraná, não ajuda a democracia, muito pelo contrário. A melhor forma de acabar com o MST, senhor governador, não é a violência ou plantar notícias desabonadoras e

¹⁰ Jornalistas solidarizam-se com MST. Nota assinada por Antonio Castigliola, Artur José Poerner, Estela Lachter, Helio Fernandes, Helio Fernandes Filho, Ivan Alves Filho, Jose Pinheiro Junior, Mário Augusto Jakobskind, Oséas de Carvalho, Renato Gianuca, Victor Cavagnari, (adesões continuam abertas). Divulgada no site da Entidade, in: <http://www.mst.org.br> em 27.11.00.

inverídicas contra o Movimento, como fazem periodicamente o seu governo e o federal, mas sim realizar, de fato, a REFORMA AGRÁRIA.

O senhor, governador Jaime Lerner, por suas origens, não poderia fazer a opção que fez, ao lado da UDR, como tem demonstrado na prática. No século que se encerra, o mundo assistiu a uma série de barbaridades resultantes do uso de força para manter privilégios, como aconteceu na II Guerra Mundial. Na aventura nazista do III Reich, senhor governador, grupos econômicos poderosos que se sentiam ameaçados se agruparam e embarcaram em uma aventura que custou milhões e milhões de vidas. Os tempos, claro, hoje são outros, mas em muitas partes do mundo continua-se assistindo violências de grupos que não aceitam também perder privilégios. Muitas vezes, o estilo da barbárie nazista ressurge. E qualquer tipo de violência, ainda mais a extremada das elites privilegiadas, deve ser condenada. E não se pode esquecer que a violência gera mais violência. É uma constatação histórica. Senhor governador Jaime Lerner, a história ajuda a refletir sobre fatos presentes. Ficar ao lado dos que querem a todo custo manter privilégios não engrandece a nenhum homem público. Pense sobre isso. O poder é passageiro. Hoje, pode-se estar no topo, amanhã amargar o ostracismo.

E, além do mais, obstacularizar algo que no Brasil já deveria ter sido feito há séculos, como a REFORMA AGRÁRIA, equipara as atuais autoridades historicamente aos personagens que ficaram do outro lado da trincheira da Revolução Francesa de 1789.

Atenciosamente,

11. "FENAJ protesta contra satanização do MST pela mídia"¹¹. Federação Nacional dos Jornalistas, 2000.

FENAJ PROTESTA CONTRA SATANIZAÇÃO DO MST PELA MÍDIA

A FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas) vem a público protestar contra a campanha, orquestrada pelo governo federal, de satanização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com o apoio de certos meios de comunicação social. O último lance dessa campanha é a denúncia feita pelo MST de utilização de verba pública pelo Jornal Folha de S.Paulo, na pessoa do colunista Josias de Souza, chefe da Sucursal de Brasília. O referido jornalista, para fazer matéria de denúncia contra o MST, utilizou carro e motorista do INCRA/PR, e percorreu vários assentamentos no interior do Paraná.

A FENAJ recebeu, do MST, cópia da ordem de serviço expedida em nome do serviço Público Federal, pelo INCRA/PR, que pagou diárias a um motorista oficial, utilizou carro oficial, com gasolina paga pelo Incra, para que o jornalista Josias de Souza percorresse os assentamentos. A ordem foi clara: transportar diretor da Folha de S.Paulo aos assentamentos Águas de Jurema, Recanto Estrela, Ireno Alves dos Santos para subsidiar matéria sobre aplicação do Procefa e Pronaf.

É lamentável que a direção de jornalismo da FSP e o jornalista Josias de Souza descumpram o próprio código de conduta da empresa, que sempre pregou sua "independência", e que proíbe seus jornalistas de, sequer, receber livros para fazer resenhas literárias. Conivente com a tentativa de desmoralizar o MST - sem dúvida o mais organizado, coerente e forte movimento social existente no Brasil, hoje - a

¹¹ FENAJ protesta contra satanização do MST pela mídia. Divulgado no site do MST, em 17.11.00. In: <http://www.mst.org.br>

FSP compromete a ética da imprensa e de toda uma categoria que luta para exercer, com dignidade, a profissão.

O objetivo da ofensiva do governo federal - esse sim ainda devendo ao povo esclarecimentos sobre várias denúncias de corrupção - é impedir que o drama dos trabalhadores rurais sem terra continue ganhando força e adeptos aqui e no exterior. A questão agrária no Brasil é dramática. Segundo o IBGE, cerca de 4,2 milhões de brasileiros abandonaram o campo, entre 1995 e 1999; 1030 latifundiários são donos de 15% da área total de imóveis neste país. O governo FHC não cumpriu nenhum dos compromissos assumidos com o Movimento, durante recentes negociações mediadas pela CNBB e OAB.

Não basta distribuir terra. É preciso uma política clara e eficiente de incentivos que beneficie o pequeno agricultor e a agroindústria familiar, levando educação, saúde e justiça social aos excluídos do campo.

O MST já compreendeu isso. Para lutar por uma vida digna no campo é preciso lutar contra todo um sistema econômico e político. Para lutar pela terra é preciso lutar pela democracia, a cidadania e por uma sociedade mais justa e solidária.

Brasília, 10 de novembro de 2000

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

12. "Despejos, prisões e morte no Paraná"¹². Nota da Comissão Pastoral da Terra/Paraná.

DESPEJOS, PRISÕES E MORTE NO PARANÁ

Era o que todos temiam. Passadas as eleições municipais, quando o governador Jaime Lerner foi o grande derrotado nas principais cidades do Paraná, a estratégia de violência contra os sem terra tem continuidade. Primeiro a notícia do assassinato, na manhã de hoje, 21 de novembro, do sem terra Sebastião de Maia, em Querência do Norte. Depois novas notícias da região Norte dão conta de que a Polícia Militar do Paraná despejou 180 famílias na cidade de Londrina. As famílias que ocupavam a Fazenda Água Doce (100 pessoas) e Decolores (600 pessoas) foram despejadas na madrugada de hoje. Essas famílias haviam ocupado a Fazenda Tamar, no município de Tamarana, desocupada sob acordo com o INCRA em maio/99. O acordo, que previa o assentamento não foi cumprido e as mesmas foram obrigadas a ocupar as áreas das quais foram despejadas na manhã de 21 de novembro. Durante a desocupação foram presos os sem terra Jair de Camargo, João Batista Luiz Borges e Carlos de Camargo. Com estas prisões, somam-se 160 trabalhadores rurais presos durante o ano 2000 e 464 durante o governo de Jaime Lerner.

SEM TERRA ASSASSINADO NO PARANÁ

O trabalhador rural sem terra Sebastião de Maia, o Tiãozinho, foi assassinado por volta das 6h30min de 21.11.2000 no município de Querência do Norte, noroeste do Paraná, próximo à Fazenda Água da Prata, que havia sido despejada pela Polícia Militar, na quinta-feira passada, 16 de novembro e reocupada na madrugada de hoje.

O crime aconteceu numa emboscada, quando os trabalhadores transitavam por uma estrada rural.

¹² Comissão Pastoral da Terra/PR. *Despejos, prisões e morte no Paraná*. Disponível no site do MST. In: <http://www.mst.org.br>.

Houve tiroteio e o lavrador foi morto com vários tiros, sendo atingido na cabeça. Os dados disponíveis até o momento dão conta de que a emboscada foi armada por pistoleiros da região, um dos focos principais da violência no campo do Brasil.

VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA DE LERNER

No dia 7 de maio de 99, TIÃOZINHO e sua família foram despejados da Fazenda Rio Novo, também no município de Querência do Norte, ocasião em que sua mulher ADELINA VENTURA foi torturada pela Polícia Militar, conforme depoimento prestado em audiência com o Secretário Nacional de Direitos Humanos, hoje Ministro da Justiça, José Gregori, em Curitiba.

ADELINA relatou: "Nós tava dormindo neste horário, quando eles chegaram gritando muito alto: 'Polícia, polícia. Sai todo mundo com as mãos para cima!... E cadê teu marido? Cadê teu marido? ... Quem é a mulher do Tiãozinho, aqui? ... O teu marido é um dos líder do movimento, nois qué ele", e adiante questiona: "O meu marido não deve nada e tão à procura dele, ele não roubou, ele não matou, então por que, então por que não vão à procura de quem mata, né?"

A entrevista de Adelina, publicada na premiada reportagem da Revista Caros Amigos, nº 27, de junho de 1999, expressou o sentimento de horror vivido nas mãos da Polícia Militar do Paraná, a mando do governador Jaime Lerner.

MARCADO PARA MORRER

O depoimento de Adelina chama a atenção para o fato de que seu marido Tiãozinho era um homem marcado pela polícia, que o procurava pelo nome. Agora, 18 meses depois, Tiãozinho é brutalmente assassinado. O caso é parecido com o assassinato de Eduardo Anghinoni, em 29.03.99, executado por pistoleiros depois que seu irmão Celso Anghinoni tinha sido apontado pelo Grupo Águia como uma das principais lideranças do MST na região. Ao que tudo indica até agora (o inquérito ainda inconcluso) Eduardo foi assassinado no lugar de seu irmão, por engano.

QUEM MATOU TIÃOZINHO DE MAIA?

A vítima é um pai de família, assassinado por pistoleiros numa das regiões mais conflituosas do Brasil, o noroeste do Paraná. Sebastião de Maia, era seu nome. Pai, marido e líder local do MST, Tiãozinho, como era conhecido, é a 16ª vítima deste regime de terror e violência implantado no Paraná sob o comando do truculento governador Jaime Lerner, desde 1995. Seu nome se junta à lista interminável dos homens e mulheres que morreram no Brasil nos últimos anos porque teimaram em resistir à estratégia da morte, da fome e da exclusão social. Os olhos de Tiãozinho, colhido pelo latifúndio com pouco mais de 30 anos, testemunharam a truculência com que são tratados os pobres no Brasil. Assim, tão jovem, viu sua mulher ser torturada pelos policiais do Grupo de Operações Especiais da Polícia Militar do Paraná enquanto esbravejavam o seu nome. E em outras noites, certamente, ouviu seus filhos chorarem marcados pelas imagens da guerra.

O assassinato de Tiãozinho é a confirmação de que a estratégia de criminalização do MST, impetrada pelo governo e pela mídia brasileira, começa a dar seus funestos resultados. Ao desmoralizar e criminalizar o MST, o governo legitima a ação impune de pistoleiros e latifundiários e instaura a perseguição e a violência como medida política para deter a organização dos pobres e impedir que eles tenham acesso à terra, símbolo da concentração e da morte nestes 500 anos de colonização. Curioso notar que esta situação já foi prefaciada pela CNBB, CONIC e OAB, quando se retiraram das negociações com o governo federal, atentando para o fato de que a intransigência do governo poderia "induzir a formação, junto à opinião pública, de um ambiente propício à violência e à repressão". Trágico notar que isso vem se cumprindo.

Enquanto a Polícia Federal instaura inquéritos fajutos para postar o selo jurídico à estratégia política e os delegados do DOPs (Departamento de Ordem Pública) rural se reúnem em Brasília para discutir a continuidade da "caçada às lideranças", os milhares de processos de crimes contra os trabalhadores e suas lideranças continuam mofando na burocracia do Poder Judiciário e, pior, pistoleiros e jagunços, policiais e latifundiários, continuam atuando livremente, como atores estratégicos no teatro armado a céu aberto.

O assassinato de Tiãozinho é o resultado do protelamento da Reforma Agrária e da suspensão dos poucos e ralos mecanismos existentes que facilitavam a resolução dos conflitos pontuais. Ao optar por uma pseudo-reforma agrária de mercado, baseada em muito alarido propagandístico e nenhuma intenção política eficaz, o governo federal tenta empurrar quase 5 milhões de famílias para a exclusão social e a marginalidade. À margem da sociedade e estigmatizados como "marginais" e bandidos, os sem terra lutam para sobreviver. Condenados à morrer de fome muitos deles preferem a dignidade da luta pela terra mesmo que isto implique o risco de vida: melhor morrer lutando do que definhando de fome sob um viaduto qualquer.

O assassinato de Tiãozinho é o assassinato de todo um povo. O próprio serviço de inteligência do governo divulgou dados de uma pesquisa (publicada no Jornal O Estado de São Paulo, 14.05.00) onde revelam o perfil dos sem terra no Brasil: 50% deles têm entre 25 e 44 anos, 90% não concluíram o 1º grau, 76% são agricultores e 86% são filhos de agricultores, 60% nunca trabalharam nas cidades. Assim, jovens e semi-analfabetos, os agricultores e seus filhos, seus corpos e esperanças, são assassinados junto com Tiãozinho, pesando na cruz de um país líder em concentração e desigualdade. Quem matou Tiãozinho de Maia é quem está matando o Brasil. Quem matou Tiãozinho de Maia é uma estrutura macabra montada sobre a miséria de muitos para o privilégio da minoria. O assassinato de Tiãozinho é mais um sinal vermelho para o governo federal. Ou a nação brasileira realiza a Reforma Agrária, ampla e integralmente, ou não haverá mais nação, vendida e depredada, caminhando rota para a barbárie. É contra isso que lutou Tiãozinho. É contra isso que lutam os sem terra e nós todos.

Comissão Pastoral da Terra - PR

13. "Ligações perigosas – O jornalista Josias de Souza está associado ao governo federal na investida contra o MST"¹³. Nota da Direção Nacional do MST, 2000.

Ligações Perigosas - O jornalista Josias de Souza está associado ao governo federal na investida contra o MST

O Sr. Josias de Souza acumpliciou-se com o governo federal para fazer as matérias jornalísticas contra o MST. Suas denúncias, portanto, só podem ser entendidas no quadro geral da política que o governo FHC implantou no Brasil e, agora, se estendem ao campo.

O governo Fernando Henrique Cardoso, através de sua política econômica, busca implantar um novo modelo agrícola no meio rural brasileiro. Um modelo que, essencialmente, é centrado no pressuposto neoliberal de que deve ocorrer uma seletividade dos produtores rurais, permanecendo no mercado apenas os que são capazes de enfrentar a concorrência internacional. Em termos gerais, essa política significa a completa mercantilização e desnacionalização da nossa agricultura, entregando o controle do mercado às multinacionais e a inviabilização da agricultura familiar. Neste cenário, não há espaço para produção autônoma dos camponeses e, conseqüentemente, para a Reforma Agrária.

Em termos práticos, essa política, friamente elaborada e executada, afeta milhões de brasileiros. Ela é responsável pelo aumento da pobreza, exclusão social e concentração de propriedades. De acordo com

¹³ *Ligações perigosas – O jornalista Josias de Souza está associado ao governo federal na investida contra o MST*. Nota da Direção Nacional do MST, 2000. Disponível no site da Entidade: <http://www.mst.org.br>

o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), no período de 1995 a 1999, cerca de 4,2 milhões de brasileiros abandonaram o campo. De 1992 a 1998, segundo dados do Incra, os latifundiários ampliaram suas propriedades em 80,6 milhões de hectares. Os 1.030 latifundiários, proprietários de áreas superiores a 20 mil hectares, são donos de 62,3 milhões de hectares, ou seja 15% da área total dos imóveis do país.

Para o governo e as classes dominantes o ideal seria implantar esse modelo agrícola num contexto social sem sobressalto, com a cooptação das representações políticas e sindicais dos agricultores. Ou seja, sem oposição e resistência a essa política.

No entanto, os trabalhadores rurais mostraram nesse ano, uma firme determinação de lutar e resistir frente a ofensiva neoliberal no campo. Os protestos ocorridos em Porto Seguro/BA, durante as comemorações oficiais dos 500 anos da chegada dos portugueses as estas terras; as mobilizações do Levante no Campo, com bandeiras como a da luta contra os produtos transgênicos e contra as importações agrícolas; as mobilizações em setembro, culminando com o acampamento em frente a fazenda do Sr. Fernando Henrique Cardoso, para reivindicar créditos e financiamentos para a agricultura familiar e famílias assentadas; a participação ativa das organizações dos trabalhadores rurais no Plebiscito da Dívida Externa; sinalizaram, ao governo, a necessidade de resgatar sua estratégia e promover uma ofensiva maior contra os trabalhadores organizados no campo.

Nessa estratégia, a tática principal é derrotar, física e moralmente, o MST. Não porque ele seja forte ou possa apresentar uma ameaça a política neoliberal do governo FHC. Mas sim, porque pode servir de exemplo e incentivo ao outras organizações dos trabalhadores. Assim, o governo FHC não hesitou em promover o arbítrio político e a manipulação político-ideológica dos meio de comunicação de massa, de forma totalitária, para atingir seu objetivo. Por isso, contanto com a conivência de alguns meios de comunicação social e, principalmente, escalando profissionais de comunicação perfilados com a estratégia do Planalto em combater os movimentos dos trabalhadores rurais organizados, iniciou uma ampla e violenta campanha de difamação do MST, suas cooperativas e lideranças.

Nessa operação, caiu como uma luva os préstimos do jornalista Josias de Souza: bom texto, origem de esquerda e detentor de um instrumento poderoso - direção da sucursal do jornal Folha de S. Paulo, em Brasília/DF. Dada a tarefa, esse jornalista passou escrever artigos procurando desmoralizar o MST, identificando-o com um esquema de desvio de dinheiro público igual aos tantos outros que têm aparecidos em nosso país e, não raras vezes, chegado até a ante-sala no Palácio do Planalto — vide caso Eduardo Jorge, emenda da reeleição, privatizações, pasta cor-de-rosa, caso Sivam e outros.

Suas matérias jornalísticas, fragilmente respaldadas por relatórios feitos por alguns funcionários do governo ou por depoimentos isolados de pessoas residentes em assentamentos com centenas de famílias, que não foram ouvidas, serviram para abastecer setores da mídia tradicionalmente identificados com a latifúndio e contrários a qualquer forma de organização dos trabalhadores, bem como a atender seu objetivo primeiro: municiar o governo na sua ofensiva de isolar o MST da sociedade.

Sempre destacando a questão da moralidade com que se deve tratar os recursos públicos, Josias de Souza fazia questão de ressaltar que o ideal da Reforma Agrária é nobre. As lideranças do MST é que estavam colocando tudo a perder.

O que o Sr. Josias de Souza esqueceu de informar aos leitores da Folha de São Paulo é que seu trabalho foi custeado pelo governo. Ou se preferir, pelo contribuinte. Os documentos expedidos pelo Incra do Paraná comprovam que o governo federal cedeu um carro oficial, pagando diárias ao motorista e o combustível, para levar o diretor da sucursal da Folha de São Paulo, de Brasília/DF, para áreas de assentamentos (cf. documentação¹⁴). Assim nos parece que o trabalho jornalístico do Sr. Josias

¹⁴ A documentação a que se refere a nota, são os documentos do INCRA, autorizando a viagem em: <http://www.mst.org.br/Informativos/minforma/informa58.html>

de Souza virou caso de polícia. Ou, no mínimo, o que se observa, em algumas sucursais de grande jornais, é o velho fenômeno da malversação do dinheiro público. Josias de Souza chegou a escrever que trocou o carpete da redação pelo chão barrento dos assentamentos. Os documentos atestam que na verdade ele trocou o carpete da redação por outro carpete, o do gabinete do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

É nobre o papel da mídia de informar a sociedade. Uma causa boa, respeitável. Nas palavras do próprio Josias de Souza: "Nada mais perigoso do que a causa justa sustentada por métodos podres" (FSP - 15.10.00)

O Sr. Josias de Souza teve o desplante de sugerir que trocássemos o significado da sigla MST. Os documentos expedidos pelo Incra do Paraná nos atestam que, pelo menos para esse jornalista, a sigla FSP significa Falta Seriedade Profissional. É uma pena. No caso do Josias, é uma pena, de aluguel.

Em vista da gravidade dos fatos, hoje, dia 9/11, o Fórum Nacional Pela Reforma Agrária/PR protocolou uma representação junto ao Ministério Público Federal para instaurar um procedimento administrativo para apurar a improbidade administrativa.

Esperamos que o Procurador Geral da República tenha a mesma agilidade para apurar esse fato como a que demonstrou quando tratou de instaurar inquéritos contra as cooperativas dos assentamentos. Esperamos que o Ministro da Justiça tenha a mesma presteza em disponibilizar a Polícia Federal para apurar os fatos. Do Ministro do Desenvolvimento Agrário não esperamos nada! Dos meios de comunicação, que prezam a imparcialidade e a veracidade dos fatos, esperamos o mesmo espaço e destaque que destinam quando se trata de difamar as organizações dos trabalhadores. Da Folha de São Paulo esperamos que, coerente com seu slogan, "De Rabo Preso com o Leitor" preste esclarecimento à sociedade sobre esse fato. A gravidade do fato não somente atenta para a imagem consolidada da Folha, como também sinaliza para a concepção de Estado que defendemos: o de servir a população ou o de instrumentalizá-lo para combater os que se opõem à política do governo.

Direção Nacional do MST

14. "Resposta da CNASI à carta do MST – Ocupação do INCRA pelos trabalhadores rurais: A estúpida maneira de reagir"¹⁵.

Resposta da CNASI à Carta do MST
(De autoria do Ministro Raul Jungmann)
OCUPAÇÃO DO INCRA PELOS TRABALHADORES RURAIS
(A estúpida maneira de reagir)

A despeito de ordenamento legal, que disciplina as ações dos agentes públicos, todos são sabedores que na administração do Estado, a contraprestação dos salários são os serviços. O Estado, através de seus representantes, tem o poder-dever de atender as demandas dos seus administrados, no caso o povo, de conformidade com as obrigações que lhe são determinadas constitucionalmente. Se isso é válido para o geral, o que dirá para o específico, mormente quando se trata de uma atribuição da exclusividade desse Estado, indelegável a entes particulares e da complexidade de uma reforma

¹⁵ "Resposta da CNASI à carta do MST – Ocupação do INCRA pelos trabalhadores rurais: A estúpida maneira de reagir". Disponível no site do MST. In: <http://www.mst.org.br>

agrária.

O que estamos a assistir, no entanto, é uma extrapolação desses mandamentos, praticada pela alta administração do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e INCRA, quando determinam que os servidores desses estabelecimentos, recolham-se as suas casas, sempre que suas unidades de trabalho forem ocupadas ou ameaçadas de ocupação pelos trabalhadores rurais sem terra, antes mesmo de ouvi-los com relação aos propósitos de suas iniciativas e reivindicações.

É clara portanto a tentativa de tratar os beneficiários da reforma agrária como delinquentes, quando, na realidade, esses senhores, inobstante alguns excessos praticados, em razão da situação desesperadora a que são submetidos, querem tão somente terem atendidas as suas justas demandas, que, a priori, já integram o elenco de atribuições que têm esses organismos.

Ao invés da prestação dos serviços reclamados, o que a rigor justifica a existência dessas instituições e a manutenção de seus agentes, os trabalhadores rurais são simplesmente criminalizados como esbulhadores ou turbadores da ordem, se sujeitando ao desejo e às agressões físicas e morais, sempre que ocupam as instalações do INCRA ou terras improdutivas, no sentido de sensibilizar o Estado para o cumprimento de suas obrigações mais urgentes.

Esta situação nos leva a seguinte indagação: quem está a delinquir? Os trabalhadores rurais que a sacrifício de suas próprias vidas vêm procurando fazer com que os seus direitos assegurados pela Constituição sejam respeitados? Ou o Governo e seus representantes (Dirigentes do MDA e INCRA), que deixam de cumprir com suas obrigações legais, concorrendo para uma situação de instabilidade e exasperação desses trabalhadores, de modo a justificar toda sorte de represália que não encontra guarda no nosso direito?

A alegada insuficiência de recursos financeiros e humanos, ou mesmo os freqüentes contingenciamentos orçamentários, só servem para esclarecer o descaso com que a reforma agrária e demais programas sociais de interesse da sociedade são tratados, e não como meio a justificar a adoção e os mecanismos de sanção e represália, de legalidade duvidosa, às legítimas iniciativas e reivindicações dos movimentos sociais. As representações do MDA e INCRA têm que entender que os seus atos se dão dentro dos limites da Lei, fora disso é abuso de autoridade.

Querer cercear os beneficiários da reforma agrária do seu direito de ir e vir, ou de ingressarem e saírem dos estabelecimentos públicos que foram criados para servi-los, mesmo que isso resulte na sua permanência temporária com fins denunciativos e reivindicativos, através de Portarias que encaminham pelo cancelamento de contratos de prestação de serviços às comunidades assentadas, bem assim, não desapropriar áreas improdutivas ocupadas, num contexto em que Estado só atua quando provocado, reativamente, é no mínimo uma atitude antidemocrática, não consentânea com as obrigações do administrador de resolver os conflitos, garantindo e respeitando os direitos fundamentais do homem, consignados na Constituição.

O caso sucedido no Estado do Mato Grosso, onde a Superintendência do INCRA fora ocupada pelos sem terra mais recentemente, é um exemplo, entre tantos outros, a caracterizar o absolutismo dos Dirigentes do INCRA, porque não dizer, a falta de preparo e bom senso no trato das relações com os trabalhadores rurais. Após a ASSINCRA local ter negociado com as lideranças dos sem terra a desobstrução do prédio para que observadores pudessem cumprir com seus expedientes, realizando suas tarefas ordinárias, o então Superintendente Regional, assenhorando-se de uma autoridade suprema, simplesmente manteve a "greve branca", ao declarar que o retorno dos servidores ao trabalho só se daria com a retirada definitiva dos sem terra da área da Superintendência.

A boa doutrina já ensina que a ética analisa as ações não em função de uma hierarquia de valores, dada "a priori", mas sim, em vista das conseqüências e dos resultados da ação política. A moral acha-se portanto, centrada nos critérios de avaliação do que é útil à comunidade. Logo, o critério para definir o que é moral e justo é, no âmbito da administração pública, o bem-estar da comunidade.

Nesse sentido, o bom Governo passa a ser aquele que age visando o interesse coletivo, ao contrário

do tirano ou do mal Governo, que age por capricho objetivando interesses próprios ou particulares. Não conseguimos visualizar, em relação a essas iniciativas dos Dirigentes do INCRA, quer calçadas ou não na "legalidade", qualquer atitude de zelo para com o bem público ou seus agentes, mas sim, ações abusivas, em desconformidade com a missão e a natureza dos serviços que tem a prestar a Instituição.

"O indivíduo está subordinado ao Estado, mas a ação deste último acha-se limitada pela lei natural ou a moral que constitui uma instância superior à qual todo membro da comunidade pode recorrer sempre que o poder temporal dos governantes atentar contra seus direitos essenciais inalienáveis".

A Direção - CNASI - Confederação Nacional das Associações dos Servidores do INCRA

Brasília-DF, 26 de abril de 2000

15. **"Carta ao Presidente"**¹⁶. Documento do MST, emitido pela Coordenação Nacional, 2000.

CARTA AO PRESIDENTE

Senhor Presidente,

Recentemente recebemos uma carta aberta de seu governo, assinada pelo Ministro do Desenvolvimento agrário, Dr. Raul Pinto Jungmann, na qual propõe o diálogo entre o MST e o Governo. Apesar de discordarmos do tom acusatório da carta e das muitas inverdades nela contida, queremos manifestar a V.Excia, que o MST sempre dialogou com todos os governos estaduais e com seu governo.

Diante da proposta de diálogo oferecida por vosso governo, a Direção nacional do MST vem a sua presença solicitar-lhe uma audiência para tratar dos problemas relacionados com a agricultura brasileira, a agricultura familiar e a situação da reforma agrária.

Queremos aproveitar a oportunidade para manifestar-lhe que é de reconhecimento público, e em especial entre os estudiosos da agricultura brasileira e certamente o senhor também conhece, de que estamos vivendo uma grave crise no meio rural e um processo crescente de empobrecimento dos trabalhadores. No tocante a reforma agrária, apesar da falsa propaganda do seu Ministro, os dados oficiais divulgados pelo próprio INCRA revelam que até o 21 de dezembro de 1999, seu governo assentou por desapropriação apenas 25 mil famílias durante o ano de 1999.

O Modelo agrícola adotado por seu governo, as medidas decorrentes dele, a falta de eficácia da política de distribuição de terras e o desmantelamento que o INCRA vem sofrendo, é o que tem gerado cada vez mais pobreza no campo, o que leva os trabalhadores a se organizar e lutar por seus direitos. Por isso, nesse momento existem mais de 500 acampamentos com mais de cem mil famílias acampadas em todo Brasil. E são trabalhadores que se organizam não apenas no MST, mas muitas vezes de forma espontânea ou apoiados por seu Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pela CPT, e por outros movimentos sociais, inclusive ao MAST de São Paulo, que é vinculado ao seu partido, o PSDB.

Por outro lado, nos últimos meses temos conversado bastante com seus Ministros, com o diretor do crédito rural do Banco do Brasil, com o Diretor do Pronaf e com o Presidente do INCRA. Todos eles nos dizem que nossa pauta é positiva, que concordam com 90 por cento de nossos pleitos, mas que estão dependentes dos Ministros da área econômica. Na semana passada o MST da Bahia esteve

¹⁶ MST. *Carta ao Sr. Presidente*. Assinada por Gilmar Mauro e Gilberto Pontes, representando a Coordenação Nacional do MST.

em negociações com o Ministro do desenvolvimento agrário e este reconheceu que não depende dele, e por este motivo, nenhum ponto da pauta foi sequer discutido.

Diante disso, propomos que V.Excia convoque para nossa audiência os Ministros da área econômica, em especial o Dr. Pedro Malan e o Dr. Pedro Parente.

Também, gostaríamos de ter presente outras entidades do Fórum Nacional de Reforma Agrária e movimentos sociais que atuam no campo, para que o nosso processo de negociação seja relacionado com a grave situação da agricultura e da reforma agrária e não apenas com demandas específicas que nosso movimento pleiteia.

Para seu conhecimento, estamos enviando em anexo nossa pauta de reivindicações, e também a tabela oficial do INCRA revelando o balanço oficial, de quantas famílias foram beneficiadas no campo, durante o ano passado.

Certos de Vossa atenção e vocação democrática, aguardamos vossa manifestação,
Atenciosamente,

16. “Quem não deve não teme”¹⁷. Nota da Direção Nacional do MST, 2000.

QUEM NÃO DEVE NÃO TEME

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra denuncia a tentativa do governo em desmoralizar suas cooperativas através de acusações de desvio de verbas. Vimos, através desta, informar a sociedade brasileira sobre a verdadeira história por trás das acusações do governo: Primeiramente, entendemos que qualquer pessoa deve ser livre para contribuir com organizações sociais e, mais uma vez, reiteramos que as contribuições ao MST são voluntárias. Assim como outras entidades — inclusive organizações patronais rurais — os membros do MST devem ser livres para contribuir com sua organização.

As cooperativas do MST possuem diversas fontes de recursos, inclusive essas contribuições voluntárias de seus associados. As acusações de desvio de dinheiro são infundadas, uma vez que os trabalhadores recebem FINANCIAMENTOS do governo e do Banco do Brasil, mediante contratos que determinam os juros e os períodos de pagamento.

Essas contribuições garantem a autonomia do movimento e impedem o controle e a tutela governamental ao MST. Acreditamos que essa seja a principal razão do desconforto do governo e de sua tentativa de criminalizar o MST.

Além disso, as cooperativas cumprem um papel social extremamente importante no meio rural, substituindo a ausência de serviços sociais essenciais por parte do governo, na área da saúde, educação e produção de alimentos, enfim contribuem para o desenvolvimento sócio-econômico das comunidades.

Enquanto o governo arma uma imensa “operação abafa” para impedir a CPI do TRT de São Paulo, o MST orientou todas as suas cooperativas a enviarem suas contas para a Justiça Federal, como medida cautelar de antecipação de provas contra as acusações de desvio de recursos. Quem não

¹⁷ *Quem não deve não teme*¹⁷. Nota da Direção Nacional do MST, 2000. Disponível no site da Entidade. In: <http://www.mst.org.br>

deve, não teme.
 Direção Nacional do MST
 Brasília 8 de agosto de 2000

17. **“Sobre o processo de negociação Governo/MST”¹⁸**. Nota conjunta da CNBB/CONIC/OAB, 2000.

SOBRE O PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO GOVERNO/MST

O processo de negociação Governo/MST, iniciado em princípios de junho passado, com a mediação da CNBB, concluiu-se em 20 de julho com um acordo preliminar sobre vários critérios de encaminhamento da política nacional de reforma agrária. Houve compromisso do Governo em executar as providências acordadas, conforme documento assinado pelo mediador e enviado às partes no dia 22 de julho de 2000, relativamente a cinco dos itens principais da pauta apresentada pelos movimentos sociais, a saber, as metas de desapropriação por interesse social, a renegociação das dívidas dos pequenos produtores, a concessão de crédito para investimento, a reativação do programa de assistência técnica Lumiar e o crédito extraordinário à produção no valor de R\$ 2.000,00 por família assentada, nos moldes da Linha A do PRONAF.

Embora nenhuma das partes tenha manifestado restrições ao teor do documento do mediador, não se materializaram na prática os compromissos assumidos, particularmente com relação aos dois últimos pontos – assistência técnica e crédito extraordinário à produção -, fato que provocou reações do MST e a solicitação de nova rodada de negociações, realizada em setembro último, com a participação, desta feita, do CONIC e da OAB.

Dada a posição firmada nas reuniões de mediação pela representação do Governo relativamente aos pontos antes enumerados, produziu-se um impasse na negociação do dia 20 de setembro, quando mais uma vez as partes se reuniram na sede da CNBB. Em razão disso, os mediadores, com o acordo das partes, solicitaram uma audiência ao Exmo. Sr. Presidente da República, realizada no dia 1º do corrente mês com a presença também dos Exmos. Srs. Vice-Presidente da República e Ministro do Desenvolvimento Agrário.

Também esse encontro, cujos resultados já foram relatados em nota dos mediadores distribuída à imprensa no dia 2 de outubro, não conseguiu resolver o impasse preexistente, visto terem sido reiterados pelo Governo todos os critérios relativos ao Programa Lumiar e à concessão de crédito especial à produção, conforme manifestados na reunião prévia. Esses critérios já tinham sido julgados insatisfatórios pelos movimentos sociais participantes (MST, Movimento dos Pequenos Agricultores e Movimento dos Atingidos por Barragens).

Diante dessas circunstâncias, os mediadores sentem que seu papel nesse ciclo de negociação encontra-se esgotado.

Nesta oportunidade, os mediadores expressam sua particular preocupação com o clima de criminalização prejulgada do MST, que vem sendo amplamente difundido desde a conclusão das negociações.

Não desejam que essa situação induza a formação, junto à opinião pública, de um ambiente propício à violência e à repressão, que transforme a questão da reforma agrária e das reivindicações dos

¹⁸ *Sobre o processo de negociação Governo/MST*. Nota conjunta CNBB/CONIC/OAB, datada de 19.10.00. Disponível in: <http://www.cut.org.br>.

movimentos sociais em questão policial.

Finalmente, os mediadores apelam às partes para que busquem, por meio do diálogo, novos recursos de negociação, que lhes permitam romper o impasse e avançar no processo de reforma agrária.

Brasília-DF, 18 de outubro de 2000.

CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONIC Conselho Nacional das Igrejas Cristãs

OAB Ordem dos Advogados do Brasil

18. **"A verdade sobre o crime de VEJA"**. Anônima. Distribuída em correntes de e-mail's pela Internet, em Agosto de 2000.

A VERDADE SOBRE O CRIME DE VEJA

Talvez o fato de trabalhar para a empresa que se acusa me faça cúmplice. No entanto, algum lampejo de honestidade me ilumina a razão e, por isso, vos narro o que sei. Há anos vivo os melindres da profissão e da filiação ao império Abril. É pena que o colega Mário Sérgio tenha contado tão pouco do que lá se passa. É pena que tenha omitido detalhes importantes das trapaças arquitetadas pelos arrogantes senhores do resumo semanal. A revelação de tais fatos certamente macularia sua já arranhada reputação. Mas se a disputa se dá no campo da falta de ética, é certo que será superado pelos senhores Tales Alvarenga e Eurípedes Alcântara.

De Mário Sérgio Conte tudo se pode dizer. Que é bruto com as mulheres, que fuma demais e que obriga seus subordinados a coletar argumentos para justificar falsidades. Dos outros dois, pode-se esperar ainda empáfia e ignorância. O primeiro é capaz de recorrer ao Dedoc para descobrir se Vinícius de Moraes está vivo ou morto. O segundo, dublê de cientista e Don Juan da casa, é capaz de fundir boi e tomate numa fantástica e exclusiva descoberta. Diagnóstico: a arrogância é tanta que não lhes cabe mais perder tempo com a aquisição de conhecimento.

O garoto de recados da Camorra editorial é o sr. Eduardo Oinegue. Veja bem: Oinegue ao contrário quer dizer Eugênio. O que significaria a Eugênia para o império dos Civita? Oinegue foi criado no laboratório da casa. Nunca trabalhou em qualquer outro órgão de imprensa. Saiu diretamente dos bancos escolares para Veja. Mantinha os contatos sujos com Cláudio Humberto, no início da década. Hoje, chafurda na lama das matérias plantadas, dos panfletos encomendados pelo governo.

No dia 2 de maio, Alvarenga recebe um telefonema do "chefe supremo". O "filho do pato", alguém diz. Não, a secretária é quem lhe passa a senha. É do "mata-ratos", diz. O diretor de redação está distante da sede naquele momento. O contato, no entanto, é feito rapidamente. Um homem de confiança do presidente Fernando Henrique Cardoso pede uma contrapartida. Afinal, a revista teria "batido" indiretamente no governo ao espicaçar a festa dos 500 anos. Alvarenga defende-se. Segundo ele, a revista "livrou a barra do governo" ao insistir na teoria "Dinamarca". Trata-se da informação de que o governo deu tantas Dinamarcas aos índios e beneficiou um mar de famílias com novas doações de terra. O diretor afirma que o governo saiu "limpinho" da história e que sobrou mesmo só para o "paranaense", numa referência ao ex-ministro Greca.

Do outro lado da linha, o senhor Matarazzo pede novamente uma contrapartida. Alvarenga lembra

que já se produz uma matéria sobre o MST, mas que não sabe quando será publicada. "Agora", diz o emissário governista, afirmando que "tudo já está acertado com o dono". Alvarenga ri e pergunta se há qualquer encomenda. "Bota aí esse negócio de "Dinamarca". É um país títica, mas dá impressão boa". Alvarenga dialoga com Alcântara e decidem convocar "Oinegue-boy" para executar o serviço sujo.

Começa rapidamente a operação. Durante a semana, Oinegue repreende duramente um repórter que não estaria "cooperando" para recheiar o trabalho contra o MST. Discute-se a capa. Dois ou três editores executivos oferecem sugestões. Oinegue fala em "baderna", palavra sempre utilizada para desqualificar adversários de "Veja". Os iluminados do semanário não sabem, mas "baderna" era termo freqüentemente utilizado pelo sociólogo Oliveira Viana e pelo pensador católico Jackson Figueiredo, ideólogos do Integralismo, movimento de inspiração nazi-fascista da década de 30. Usavam-no para caracterizar a "anarquia liberal". Decidem que "tática" é palavra importante na chamada "porque lembra futebol e fala fundo ao espírito brasileiro".

Alguém cita uma matéria sobre a Coréia do Norte. Oinegue manda utilizar os termos "Coréia Comunista" e "morta de fome". A revista precisa reforçar subliminarmente a mensagem contra o MST. Escolhe-se uma foto de agricultores para ilustrar a matéria. A legenda é "agricultura fracassada e crianças subnutridas: o país mais isolado". Num telefonema à redação, Alcântara sugere o uso da palavra "fracasso e fracassado". "Dá sempre certo. A Globo não cansa de usar o termo para avacalhar com greves gerais. Desmobiliza os caras e fode tudo".

A "baixaria" continua. Nova reunião é marcada entre os chefes. Uma repórter participa. A idéia é pintar o "vilão" da história. Não existe fantasma sem cara. Stedile é o preferido. Alguém sugere colocá-lo no "corpo de Guevara", outro sugere o corpo do cangaceiro "Corisco". Resolvem, por fim, realizar uma montagem em que o líder do MST aparece com uma pistola na mão. É um suposto James Bond do mal. Alguém alega que "pode dar processo". "O dr. Civita diz que pode mandar bala", afirma Alvarenga. O chefe da arte morre de rir ao ver o resultado. "Ficou bem bandido mesmo". Na página anterior, o compenetrado Fernando Henrique Cardoso aparece em foto de gabinete. Sério, parece zelar pela segurança dos brasileiros.

Pede-se a um repórter que ouça vozes da condenação. "Ouve lá o Celso Bastos. Pra tacar pau na esquerda ele é ótimo, e sempre atende". O clima na redação não é dos melhores. Arranja-se uma foto da "Folha Imagem", com um suposto sem-terra chutando uma porta. A matéria vai sendo escrita e reescrita. Há uma frase encomendada, introduzida de última hora: "...assim um mundo em que o MST desempenha o papel do bem, num cenário maniqueísta em que o governo FHC é o mal..." Dois repórteres são muito elogiados pelo editor executivo pelo empenho.

Um deles afirma que o termo "baderna" caiu muito bem na história. É uma pena que não tenha se divertido antes. Baderna é o nome de uma dançarina que despertou paixões em sua passagem pelo Rio, em 1851. Os rapazes da época faziam ruído durante suas apresentações. Baderna, doce baderna. Dizem que era linda."

19. “A gravidade da situação da agricultura – Para a sociedade brasileira”¹⁹. Nota divulgada pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. Maio de 2000.

A GRAVIDADE DA SITUAÇÃO DA AGRICULTURA
Para a sociedade brasileira

O governo Fernando Henrique Cardoso implementou um modelo agrícola, desde seu primeiro mandato, que representou a marginalização da agricultura nacional e o empobrecimento violento dos trabalhadores que vivem no meio rural. Denunciamos esse modelo há muito tempo. Não fomos ouvidos. O governo preferiu o caminho fácil da propaganda ilusória ou acusações de oposicionismo. Recentemente foram divulgados dois estudos de especialistas do próprio governo, como o do prof. Guilherme Dias, que revelam a gravidade das conseqüências desse modelo. Nos últimos anos, 900 mil pequenas propriedades, com menos de cem hectares foram à falência. Das 700 mil propriedades do setor PATRONAL, apenas 88 mil estão se viabilizando. Dos 4 milhões de agricultores familiares, apenas 700 mil terão viabilidade. Há um empobrecimento generalizado e na média, nenhuma propriedade até 50 hectares consegue ter uma renda mensal superior a um salário mínimo. Dois milhões de assalariados rurais perderam seu trabalho. O crédito rural que atingia na década de 80, aproximadamente 18 bilhões de dólares anuais, agora se limita a 8 bilhões de reais. E continua cada vez mais escasso e longe dos agricultores familiares. A produção de grãos está estagnada, há dez anos, na faixa de 80 milhões de toneladas.

Na reforma agrária, o governo preferiu a propaganda virtual do que a realidade dura e crua. Não é verdade que assentou 80 mil famílias, em 1999. Os dados oficiais do INCRA revelam que foram assentadas apenas 25 mil, através da desapropriação. O Ministro prefere ir à imprensa criando novas saídas milagrosas como entregar aos governadores estaduais a responsabilidade repassando a eles o Pronaf, o ITR, o Banco da Terra, os ônus de fazer os assentamentos e sofrer as pressões sociais. Todos os estudiosos revelam que o PRONAF é insuficiente e suas condições burocratizadas e desajustadas para as necessidades dos pequenos agricultores e assentados. O ITR só se viabiliza se houver vontade política de cobrança da receita federal, que pode casá-lo com o cadastro do imposto de renda e com outras formas de controle. O Banco da Terra, não passa de uma ilusão. TODAS as entidades que atuam no meio rural são contra, menos o Ministro, o Banco Mundial e os fazendeiros. Além disso, o governo privatizou a construção das hidrelétricas que romperam acordos com os agricultores atingidos. Diante da gravidade da situação, os trabalhadores tem o direito e até o dever se organizar e lutar por sua sobrevivência. Durante o mês de abril e neste começo de maio, todas as organizações de trabalhadores rurais se manifestaram, com ocupações de terra, passeatas e mobilizações. Há nesse momento mais de 500 acampamentos envolvendo mais de 150 mil famílias, vinculadas ao movimento sindical, ao MST, à CPT, ao MLST e a outros movimentos. Estradas e prédios públicos foram ocupados para manifestar a gravidade da situação. Em nenhum deles houve orientação para depredar.

O Governo prefere novamente criminalizar os trabalhadores e suas organizações. O Ministro vai à imprensa acusar o Movimento Sindical, o MST e as entidades de apoio de manterem funcionários do INCRA como reféns. A própria entidade dos funcionários, a CNASI, refutou essas acusações. Estimula os governos estaduais a utilizar a violência para conter os justos reclames. Mais uma vez assistimos à violência desnecessária das Polícias Militares, especialmente em São Paulo, Paraná e Pernambuco. Sempre dissemos que PM não resolve problemas sociais, só cria mais um, o da violência social. Além disso orientou para que as lideranças sejam incriminadas por formação de bando e quadrilha. As

¹⁹ Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. “A gravidade da situação da agricultura”. Disponível no site do MST. In: <http://www.mst.org.br>.

verdadeiras quadrilhas, reveladas pela CPI, estão muito próximas do governo.

Não bastassem os episódios vergonhosos da repressão das mobilizações pacíficas dos movimentos indígena, negro e popular, pela PM da Bahia, agora, assistimos a postura truculenta do Governo do Paraná. Durante o ano de 1999, houve dois assassinatos, oito casos de tortura, dezenas de despejos ilegais e 173 prisões arbitrárias. Só nos dois primeiros meses deste ano foram executados 12 desejos violentos, com 96 prisões e 46 feridos entre eles mulheres e crianças. Ontem, em manifestação contra a política agrícola do Governo Federal, pelo menos 1 assassinato, mais de 70 feridos, e a estúpida proibição de os trabalhadores rurais não poderem entrar na capital. Repete, o governo Lerner, atitudes do tempo do Feudalismo, quando os camponeses-servos eram proibidos de entrar nos castelos medievais. O Governador Lerner envergonha nossa sociedade. Trata de outra forma seus amigos corruptos da polícia, como a CPI do Narcotráfico tem demonstrado, e da Prefeitura de Londrina...

De outro lado, a impunidade continua. O levantamento realizado sistemática e rigorosamente pela Comissão Pastoral da Terra revela, que nos quinze anos de redemocratização de nosso país, foram assassinados no campo, 1.169 pessoas, entre lideranças de trabalhadores, sindicalistas, religiosos, advogados, e até dois deputados estaduais. Destes casos, apenas 58 foram julgados em Tribunais. Houve só 11 condenações. Oito dos condenados estão foragidos e apenas três cumprem pena. Denunciamos esta situação à OAB, à Câmara dos Deputados, ao Supremo Tribunal Federal, ao Superior Tribunal de Justiça, à Comissão de Direitos Humanos da ONU e da OEA. Mas todos continuam impunes.

Qual tem sido a atitude das organizações dos trabalhadores rurais? Temos procurado acima de tudo o diálogo. Somente nesse ano foram inúmeras as audiências da CONTAG, do MPA, do Movimento de mulheres rurais e do MST, com diversos ministros, e inclusive com a Presidência da República. E a resposta sempre é evasiva. Em recentes audiências, o Diretor do Banco do Brasil, o Presidente do INCRA, o diretor do Pronaf, foram unânimes em dizer que nossos pleitos eram justos, mas que nada poderiam fazer sem a decisão dos Ministérios da área econômica, que são de fato os que mandam.

Diante desse quadro, alertamos a sociedade brasileira para a tensão social que se agrava no meio rural, como conseqüência do modelo agrícola imposto. As populações do campo não estão se organizando por ideologia ou manipulação política, mas por terem seus direitos aviltados e suas possibilidades de vida digna negadas.

O Governo FHC enviou recentemente carta dizendo querer o diálogo: é hora de dar provas concretas e se sentar com as organizações de trabalhadores, para debater a sério as mudanças que o meio rural espera ansiosamente.

Brasília, 3 de maio de 2000.

Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo

20. "Para a sociedade brasileira"²⁰. Carta Aberta.

PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA

O Governo Federal vem implementando um novo modelo agrícola em nosso país, que tem

²⁰ *Para a Sociedade Brasileira*. Carta aberta do MST. Divulgada em 19.09.00 e assinada pela Comissão De Negociação Nacional do Movimento de Pequenos agricultores - MPA, e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Disponível da site da Entidade, in: <http://www.mst.org.br>

privilegiado apenas as grandes fazendas de exportação e entregando nosso mercado agrícola para as empresas multinacionais, que controlam a maior parte dos setores. Não há mais recursos públicos significativos para crédito rural, a EMBRAPA foi sucateada e a assistência técnica desapareceu.

O resultado dessa política tem sido a marginalização da agricultura nacional e, sobretudo, a inviabilidade da pequena agricultura e dos assentamentos. Embora o governo diga, em sua propaganda, que apoia a reforma agrária e a agricultura familiar, os fatos e o dia a dia dos pequenos agricultores revelam o contrário.

O Governo gosta de usar números. Mas os verdadeiros números indicam a realidade do que nós sentimos lá na roça. Nesses últimos anos aumentou a miséria e a concentração da propriedade da terra, como revelam os dados do próprio INCRA. Cerca de dois milhões de trabalhadores assalariados perderam seus empregos. Basta perguntar aos prefeitos do interior, aos comerciantes ou ao administrador da fazenda do presidente, qual é a verdadeira situação da agricultura.

Os movimentos sociais do campo vem, sistematicamente, denunciando para a sociedade brasileira os impactos deste modelo econômico e agrícola. A situação para os pequenos agricultores, assentados, pequenos comerciantes, munícipes das cidades que dependem fundamentalmente da agricultura (são mais de 4 mil municípios com população inferior a 50 mil habitantes) é insustentável.

Desde o mês de abril passado que um conjunto de organizações de trabalhadores, dos movimentos sindical e sociais, temos nos mobilizado para pressionar o governo e denunciar para a sociedade.

Dessas mobilizações, realizamos diversas audiências e delas resultou o compromisso do Governo Federal com a solução de diversos problemas concretos de crédito e assistência técnica. Passados dois meses do acordo, o Governo só mentiu, e fez muito pouco ou quase nada. O Governo preferiu o caminho da enganação e tentou enrolar a opinião pública com falsos números. Enquanto isso, os técnicos de segundo escalão do próprio Governo nos explicam a verdade: da falta de recursos, do contingenciamento do FMI, da interferência do Ministério da Fazenda e do sucateamento do INCRA, que desanima aos próprios servidores públicos.

O Presidente da República, DIANTE da Diretoria da CNBB como testemunha, se comprometeu a liberar para os assentados nessa safra, recursos da ordem de R\$ 600 milhões e para o custeio dos pequenos agricultores mais R\$ 700 milhões. Na realidade este volume não existe. Isso porque o Tesouro Nacional não quer dispor de recursos para equalizar os juros e o subsídio acordado.

Nesta semana, organizamos um novo protesto contra esta opção política e esta conduta do Governo Federal. Novamente o Governo Federal, na pessoa do Ministro Jungmann, nos mentiu e nos faltou com a palavra. Realizamos todas as solicitações do governo para o início do diálogo. Retiramo-nos dos órgãos públicos ocupados. Afastamo-nos da frente da fazenda do Presidente da República. Toda sinalização política que tínhamos de fazer para restabelecer o diálogo foi realizada.

O governo se comprometeu com alguns governos estaduais, que desocupados os prédios públicos se retomariam as negociações. Mentiu também aos governadores. Pior, determinaram abertura de processos e pedido de prisão de 15 lideranças nossas. Há uma semana atrás o Ministro havia dito ao Jornal do Brasil, que pediria demissão se o governo federal pedisse a prisão de alguém do MST.

Agora o Ministro Jungmann, com toda sua empáfia, nos exige que regressemos aos nossos acampamentos e assentamentos.

Talvez por que queira ter mais tranquilidade para fazer sua viagem de 15 dias para Europa, para enganar mais alguém por lá.

Nós temos repetido: queremos apenas que o Governo Federal cumpra o comprometido nas negociações de julho perante a CNBB. Que os bispos digam para a sociedade brasileira, qual foi o compromisso do governo.

Para o governo é muito fácil dizer: voltem para casa e esperem. Acontece que os agricultores mobilizados não tem o que fazer em casa sem os recursos para plantar. E o ciclo agrícola não pode esperar a "boa vontade" do governo. Por isso permaneceremos acampados em logradouros públicos, conforme nos garante o direito na Constituição, aguardando as soluções do governo.

E estaremos na próxima semana realizando assembléias nas bases, nas comunidades rurais e nos assentamentos, e acampamentos para tomar os encaminhamentos necessários.
Brasília, 15 de setembro de 2000

21. **“O GOVERNO FEDERAL E O MST”²¹**. Carta Aberta divulgada pelo MST, e assinada por uma Comissão de notáveis. 2000.

O GOVERNO FEDERAL E O MST

Ao desencadear coordenadamente uma ação repressiva e desmoralizadora contra o MST, o Governo Federal decidiu enfim abandonar o simulacro de reforma agrária, com o qual vinha se exibindo perante as autoridades políticas e religiosas no plano internacional.

Só no corrente ano, 10 integrantes do MST foram assassinados, enquanto processos criminais foram abertos contra 180 líderes do movimento. Ademais, seis militantes cumprem a inusitada pena de oito anos de reclusão por crime de dano a bem público (instalações de um posto de pedágio em rodovia estadual paulista).

Não contente com isto, o Governo Federal acaba de condenar à miséria 250.000 famílias de lavradores já assentados, ou seja, mais de um milhão de pessoas, ao recusar-lhes em tempo hábil o indispensável crédito referente à safra 2000-2001, o qual vinha sendo pleiteado desde o começo do ano. Foi somente em 20 de outubro, ou seja, depois de ultrapassada a época de plantio, que o Governo anunciou a liberação desse crédito. Trata-se, contudo, de um ardil. Tais recursos não são disponíveis na prática, porque as novas modalidades de crédito foram meticulosamente talhadas a fim de impedir que a grande massa dos assentados e dos pequenos agricultores tenham acesso ao dinheiro. O Governo passou a exigir que os pedidos de crédito sejam individuais e os bancos só os atendem na medida em que tenham em caixa recursos disponíveis, o que nem sempre acontece.

Em razão dessa má-fé governamental, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs e a Ordem dos Advogados do Brasil retiraram-se da mesa de negociações.

Podemos afirmar que em nenhum outro momento de nossa História viu-se um Governo acuar 250.000 famílias à súbita miséria, por razões puramente políticas.

Em reforço dessa ação repressiva, o Governo orquestrou, com a oportuna coadjuvação de jornalistas bem situados, uma campanha de desmoralização do MST, imputando aos seus dirigentes o desvio de recursos públicos em proveito próprio. De imediato, a Polícia Federal foi instruída a abrir dezenas de inquéritos em todo o País, para investigar tais denúncias.

O objetivo evidente dessa operação estratégica é liquidar o MST, da mesma forma como foram liquidadas as Ligas Camponesas nos primeiros meses do regime militar.

O momento não comporta mais tergiversações. Os signatários estão seguros de que todos os partidos políticos decentes, todas as organizações religiosas e entidades de defesa dos direitos humanos irão mobilizar-se para repudiar o comportamento indigno do Governo Federal no episódio, e defender o direito à sobrevivência das famílias trabalhadoras de todo o Brasil.

São Paulo, 25 de outubro de 2000.

Fábio Konder Comparato - *Doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra, Doutor em Direito da Universidade de Paris e Professor Titular da USP;*

Milton Santos - *Doutor, Geógrafo e Professor Emérito da USP;*

²¹ Disponível no site <http://www.mst.org.br>

Plínio de Arruda Sampaio - *Professor, ex-Deputado Federal Constituinte e Consultor da FAO*
 Dom Tomás Balduino - *Bispo e Presidente Nacional da CPT (Comissão Pastoral da Terra)*

22. **"INCRA PATROCINA DESMORALIZAÇÃO DO MST"**²². Nota assinada Pela Comissão Pastoral da Terra e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Curitiba, 2000.

INCRA PATROCINA DESMORALIZAÇÃO DO MST

O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, do qual fazem parte a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), entre outros, protocolou em 09.11.00 no Ministério Público Federal de Curitiba, representação contra a Superintendência Regional do INCRA-PR.

A denúncia diz respeito ao desvio de verbas públicas para o financiamento de uma série de reportagens publicadas no Jornal "Folha de São Paulo", de autoria do jornalista Josias de Souza, parte de uma estratégia armada pelo governo federal para desmoralizar e criminalizar a luta dos trabalhadores/as rurais no Brasil.

MATÉRIA LEGÍTIMA REPRESSÃO AO MST

A matéria intitulada "MST desvia dinheiro de Reforma Agrária" publicada no referido Jornal, no dia 14 de maio de 2000, foi o mote para o desencadeamento de uma série de medidas repressivas ao MST por parte do Ministério de Desenvolvimento Agrário, tais como o descredenciamento de cooperativas, o cancelamento do Projeto Lumiar (assistência técnica aos assentados), a demissão de técnicos, a abertura de uma sindicância no INCRA para apurar pretensos desvios de recursos e a badalada cobrança de "pedágio" de 3% dos assentados pelo MST; abertura de inquérito pela Polícia Federal e processo junto ao Ministério Público Federal para apuração das "denúncias"; além da perseguição a lideranças e trabalhadores/as. Além disso, cogita-se a "ressurreição" do DOPS Rural, mais uma das tristes heranças da ditadura militar no Brasil.

Esta estratégia repressiva acontece no mesmo momento em que o governo federal se nega a atender as demandas dos trabalhadores/as rurais, mediadas inclusive por entidades como CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs) e OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), que inclusive, retiraram-se das negociações protestando contra a postura inflexível do governo. Para legitimar sua incapacidade e falta de vontade política o governo mais uma vez usa das armas repressivas e do embuste para desviar a atenção da opinião pública.

INCRA DESVIOU RECURSOS PARA SUBSIDIAR A ELABORAÇÃO DE MATÉRIA

O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no campo apresentou ao Ministério Público Federal uma série de relatórios internos do INCRA onde pode-se comprovar com facilidade que o próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Superintendência do INCRA Paraná, encomendou e financiou com dinheiro público as despesas de viagem e diárias, e disponibilizou um veículo oficial com motorista para levar o jornalista Josias de Souza e o fotógrafo Alan Marques aos assentamentos do interior do Paraná.

As viagens, realizadas entre os dias 8 e 10 de maio de 2000, tinham por objetivo, segundo os documentos "subsidiar matéria sobre aplicação do Procer e Pronaf". Autorizados e assinados pelo

²² CPT & MST. *INCRA patrocina desmoralização do MST*. Disponível no site da Entidade. In: <http://www.mst.org.br> desde 09.11.00

superintendente regional do INCRA, sr. José Carlos de Araújo Vieira, os documentos caracterizam claramente a intenção do governo em usar a mídia como veículo de combate às legítimas causas do povo do campo.

COMISSÃO ENTREGA DOSSIÊ AO DIRETOR DA FOLHA DE S. PAULO

Uma comissão de personalidades entregou hoje ao diretor da Folha de S. Paulo, um dossiê com os documentos e uma nota oficial do MST protestando contra a atitude do jornalista, cúmplice da repressão e das inverdades usadas como arma para combater o MST.

A CPT e o MST cobram do governo federal e do Procurador Geral da República agilidade para apurar as graves denúncias e punir os responsáveis e esperam que o jornal Folha de S. Paulo preste esclarecimentos à sociedade brasileira sobre a publicação da tendenciosa matéria.

Curitiba-Paraná-Brasil, 9 de novembro de 2000.

**COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA**

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SECÃO